

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

*Género na perspetiva individual:*

*Agência, constrangimentos, recursos e oportunidades*

Diana Miriam Mateus Maciel

Doutoramento em Sociologia

Orientadoras:

Doutora Anália Torres, Professora Catedrática, ISCSP - Universidade Lisboa;

Doutora Helena Carreiras, Professora Associada (com Agregação), Iscte - Instituto Universitário Lisboa.

Dezembro, 2021



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

*Género na perspetiva individual:*

*Agência, constrangimentos, recursos e oportunidades*

Diana Miriam Mateus Maciel

Doutoramento em Sociologia

Júri:

Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Associado, Iscte - Instituto  
Universitário de Lisboa (Presidente);

Doutora Isabel Dias, Professora Associada (com Agregação),  
Faculdade de Letras, Universidade do Porto;

Doutora Paula Campos Pinto, Professora Associada ISCSP -  
Universidade de Lisboa;

Doutora Maria João Cunha, Professora Associada, ISCSP -  
Universidade de Lisboa;

Doutora Maria das Dores Guerreiro, Professora Associada, Iscte -  
Instituto Universitário de Lisboa;

Doutora Anália Torres, Professora Catedrática, ISCSP - Universidade  
de Lisboa.



## Agradecimentos

O meu percurso biográfico é marcado por momentos de agência (umas vezes de reprodução de normas, expectativas e de práticas, outras vezes de desafio) inseridos em contextos sociais, geracionais, culturais e económicos atribuídos. No entanto, o momento de decidir enveredar por desenvolver uma investigação com vista à obtenção do grau académico de doutora e todo o processo subsequente foi possível devido a uma série de circunstâncias.

Nasci e cresci numa família e geração em que a educação foi largamente incentivada e considerada como um motor de mobilidade social. Filha de pais operários, cresci a saber que queria seguir o ensino superior. Fui incentivada a dedicar-me ao estudo e à leitura pela família, pelos livros à disposição, pelo incentivo ao raciocínio e espírito crítico. E devo-lhes a eles o ter seguido para o ensino superior e ter concluído a licenciatura.

No entanto, nunca fui educada para sonhar ou ambicionar mais do que isso. Esperava concluir o curso e, aí, encontrar um emprego para o qual tivesse estudado e tivesse qualificações. Foi devido ao convite dirigido pela Professora Anália Torres para trabalhar numa das suas investigações que comecei a trabalhar profissionalmente em sociologia. Foi com a Professora Anália Torres que aprendi tudo o que sei até hoje da prática profissional da sociologia, da investigação e da docência. Agradeço-lhe não só por isso, mas por, acima de tudo, ter-me incentivado a seguir para o mestrado, por ter-me mostrado que podia ir além dos meus (e da minha família) sonhos, aspirações e expectativas. Sem a Professora Anália Torres, o mestrado e ainda menos o doutoramento fariam parte das minhas aspirações e ainda menos da minha realidade. E agradeço-lhe todo o conhecimento que tenho adquirido com ela, agradeço-lhe o ter-me mostrado que poderia seguir um caminho nunca antes imaginado e o ter-me mostrado que podia contrariar o meu destino social.

Agradeço à minha segunda orientadora, a professora Helena Carreiras, o carinho e acompanhamento do início ao fim destes longos anos; às minhas entrevistadas e aos meus entrevistados, às minhas colegas e aos meus colegas do CIEG e ainda aos meus alunos e às minhas alunas por me mostrarem a pessoa que quero ser. Por fim, agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia o financiamento da minha bolsa de doutoramento, com a referência SFRH/BD/48409/2008.



## Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a forma como o indivíduo desenvolve e vivencia o seu percurso de vida numa sociedade patriarcal e heteronormativa. Pretende ainda compreender a influência do género nas decisões e ações individuais, mas também nas oportunidades, recursos e constrangimentos que são atribuídos ao indivíduo estruturalmente genderizado.

Género é entendido enquanto integrando uma dimensão individual em que o indivíduo é agente do seu género (West & Zimmerman, 1987 e 2009; Butler, 1990), e uma dimensão estrutural, em que o indivíduo se encontra integrado numa sociedade que lhe oferece constrangimentos e possibilidades (Messner, 2000; Martin, 2003; Connell, 2009).

Concluiu-se, a partir de 43 entrevistas biográficas, que a influência do género na trajetória de vida do indivíduo começa na infância, com uma vivência mais restritiva e supervisionada nas meninas e uma vivência mais livre e/ou negligente nos meninos. As representações de género são diferenciadas, com tendência para uma conceção do feminino fortemente ligada à maternidade e uma conceção do masculino mais vaga e abrangente. Em relação à ação individual, constatou-se que a maioria dos homens e mulheres (menos escolarizadas/os e/ou mais velhas/os) reproduz, reflexivamente ou não, representações, normas e práticas de género. Outros indivíduos (mais educadas/os e/ou mais jovens) desenvolvem uma agência que desafia essas representações, normas e práticas de género. Ora com ações mais igualitárias do que o seu contexto social e normativo. Principalmente mulheres mais jovens e escolarizadas. Ora com ações mais essencialistas do que a ordem e regimes de género. Principalmente homens religiosos ou militares.

Palavras-chave: género, agência, estrutura





## **Abstract**

This research aims to understand the way in which an individual develops and experiences her or his life course in a patriarchal and heteronormative society and the ways in which gender shapes this process. The research intends to understand the influence of gender on individual decisions and actions, but also opportunities, resources and constraints that are assigned to structurally gendered individual.

Gender is understood as integrating an individual dimension in which the individual is an agent of their gender (West & Zimmerman, 1987 and 2009; Butler, 1990), and a structural dimension, in which the individual is integrated in a society that offers him constraints and possibilities (Messner, 2000; Martin, 2003; Connell, 2009).

It was concluded, from 43 biographical interviews, that the influence of gender on the individual life course starts in childhood, with a more restrictive and supervised experience in females and a freer and/or negligent experience in males. Gender representations are differentiated, with a tendency towards a conception of the feminine strongly linked to motherhood and a more vague and comprehensive conception of the masculine. Regarding individual action, it was found that most men and women (less educated and/or older) reproduce, reflexively or not, gender representations, norms, and practices. Other individuals (more educated and/or younger) develop an agency that challenges these gender representations, norms, and practices. Some with more egalitarian actions than their social and normative context. Mostly younger and more educated women. Some with more essentialist actions than gender order and regimes. Mostly religious or military men.

Keywords: gender, agency, structure



# Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	iii
Abstract .....	v
Índice .....	vii
Introdução .....	1
1. Género numa perspetiva individual: Agência, constrangimentos, recursos e oportunidades .....	5
1.1. A construção de género a partir do exterior do indivíduo .....	9
1.1.1. O papel da socialização .....	9
1.1.2. O papel da instituição .....	11
1.1.3. O papel da estrutura .....	15
1.2. A construção de género a partir do indivíduo .....	20
1.2.1. O papel da interação quotidiana .....	20
1.2.2. O papel da performatividade .....	28
1.3. A construção de género: perspetivas integradoras .....	34
1.3.1. O papel das estruturas, contextos e interações .....	34
1.4. A construção de género a partir da negociação quotidiana da estrutura social .....	42
2. Estratégia metodológica .....	55
2.1 Hipóteses de pesquisa e modelo de análise .....	60
3. Discussão de resultados .....	69
3.1 Famílias de origem .....	72
3.1.1 Papéis tradicionais de género generalizados .....	72
3.1.2 Regras e liberdades individuais variam em função de capitais e recursos, mas maior fiscalização no feminino e liberdade no masculino .....	74
3.2 Patrimónios de disposições e esquemas de ação, avaliação e perceção .....	78

3.2.1	Ideal de feminilidade e masculinidade menos culpabilizante na vida adulta .....	78
3.2.2	Percepção de si e relação com o corpo: mais problemática em mulheres mais novas e escolarizadas .....	82
3.2.3	Ser homem: definições diversas, abrangentes e difíceis .....	86
3.2.3	Ser mulher: definição menos complexa, mais restrita e quase na totalidade centrada na maternidade.....	90
3.2.4	Expectativas sociais e culturais mais vincadas e culpabilizadoras para as mulheres .....	92
3.3	História pessoal ou percurso de vida.....	95
3.3.1	Conjugalidade: uma fuga em direção à liberdade para as mulheres mais velhas e /ou menos escolarizadas.....	95
3.3.2	Parentalidade: potencialmente identitária para as mulheres e uma responsabilidade para os homens .....	100
3.3.3	Trabalho: trajetórias mais instáveis e irregulares nos contextos geracionais mais jovens .....	104
3.3.4	Política: maior interesse e participação masculina .....	109
3.3.5	Religião: sentimento de pertença mais vivido pelas mulheres mais velhas e menos escolarizadas .....	112
4.	Agência de desafio de representações, normas e práticas de gênero .....	117
4.1.	Agência de desafio progressiva .....	119
4.1.1	Clarisse, 39 anos, “Eu sempre fui muito outsider”.....	120
4.1.2	Catarina, 48 anos, “Eu gosto de mim. Como sou. Rebelde, refilona, com mau feitio” .....	125
4.1.3	Valentina, 48 anos, “Era um bocado rebelde. Eles diziam-me ‘não vais!’ e eu dizia ‘vou!’. E ia. Levava a minha avante, tinha que levar.” .....	129
4.1.4	Margarida, 55 anos, “Até mesmo no meu percurso todo, eu fui completamente diferente de todos”.....	133
4.1.5	Juliana, 36 anos, “Foi um comboio a arder” .....	138
4.1.6	Idalina, 49 anos, “Eu sou uma mulher diferente neste momento. Sem esforço. Não aceito, não tolero. Não me exalto, não grito, mas assim não” .....	145

4.1.7 Vanessa, 38 anos, “Eu tive que fazer por mim” .....	150
4.1.8 Leonardo, 41 anos, “o homem queria-se, como se diz, feio, porco e mau e eu era um tipo mais delicado no trato, na educação” .....	156
4.1.9 Vicente, 37 anos, “A minha mãe é muito respeitadora da autoridade e das convenções. Eu nunca fui assim” .....	161
4.2. Agência de desafio regressiva.....	165
4.2.1 Simão, 34 anos, “Eu nem sou extremamente machista, nem sou muito machista, mas adoro machismo” .....	166
4.2.2 Raul, 37 anos, “Sou dos que acham que as mulheres, neste momento, não merecem a igualdade” .....	170
4.2.3 Roberto, 59 anos, “Submissão é estar debaixo da mesma missão. Tarefa da mulher...” .....	173
4.2.4 José, 43 anos, “Ser homem é ser quem dirige a família com o apoio familiar. É tomar iniciativas. É concretizar” .....	176
4.2.5 Carolina, 34 anos, “Aquele sabedoria inata das mulheres e aquele sexto sentido vem dessa reconciliação com o ciclo feminino”.....	180
4.2.6 Carina, 35 anos, “Ser mulher é um ser humano que nasceu com o dispositivo de parir” .....	185
5. Agência de reprodução de representações, normas e práticas de género .....	191
5.1 Pompeu, 45 anos, “Para mim, ser homem é ter ao meu lado uma mulher” .....	192
5.2 Nelson, 36 anos, “É muito mais difícil ser homem do que ser mulher, porque ser tímida, mas ser um recetáculo passivo, é uma coisa, ser tímido e ter de ser ativo é um pesadelo” .....	197
5.3 Mauro, 37 anos, “Era o único rapaz em casa, portanto havia alguma pressão para me chegar à frente em certas coisas” .....	200
5.4 Policarpo, 48 anos, “Cinquenta e um por cento da minha vida decorre de decisões minhas e não de outras coisas” .....	203
5.5 Marta, 31 anos, “Acho que fui uma menina bem-comportada. Fazia tudo aquilo que eles [os pais] mandavam. Acho que não tinham razões para ralar” .....	206

5.6 Carla, 40 anos, “Eu sinto-me muito mulher, não deixo de ser mulher por não ser mãe. Eu não posso ser mãe, não consigo, Deus não quer” .....	210
5.7 Luísa, 39 anos, “Se eu não tivesse filhos, faltava-me essa parte. Achava que estava coxa” .....	215
6. Ação de compromisso entre agência e estrutura.....	219
6.1 Aurora, 60 anos, “Sempre fizemos os planos de casar depois de ele vir do Ultramar. Porque era uma coisa que nós gostávamos e na altura era tudo assim” .....	219
6.2 Adelaide, 46 anos, “Eu pertenço ao grupo das pessoas que nasceram para cuidar dos outros” .....	222
6.3 Augusto, 47 anos, “Sempre fui ‘vamos vendo, vamos vendo’. Nunca além” .....	224
6.4 Pedro, 37 anos, “As pessoas diziam para eu fazer isto, mesmo que fosse uma coisa má, eu ia atrás” .....	226
Conclusão .....	229
Referências bibliográficas .....	239
Anexos.....	247
A. Grelha de pessoas entrevistadas.....	249
B. Grelha das famílias de origem das pessoas entrevistadas.....	253
C. Excertos de entrevistas do capítulo 3 .....	255
3.1 Famílias de origem .....	255
3.2 Patrimónios de disposições e esquemas de ação, avaliação e perceção.....	263
3.3 História pessoal ou percurso de vida.....	281

## Introdução

A presente pesquisa pretende responder a duas questões de partida essenciais. De que forma o percurso de vida individual é vivido e marcado pelo modo como a pessoa experiencia e compreende o ser homem e ser mulher e, em que medida, o género permite o exercício de agência individual. Para além destas interrogações, pretende-se também cumprir três objetivos principais. Nomeadamente, 1. compreender a forma como o indivíduo constrói e vive o ser homem ou ser mulher na sociedade portuguesa contemporânea; 2. analisar como o género influencia o percurso biográfico individual, ao nível das ações, decisões, oportunidades, recursos e constrangimentos; e 3. perceber se o modo como cada pessoa encara e percebe a masculinidade e a feminilidade desempenha um papel na vivência e reflexão sobre algumas dimensões da vida, como a família (conjugalidade e parentalidade), a trajetória profissional, o posicionamento e participação política, e as representações e práticas religiosas.

No *capítulo 1* problematizam-se várias abordagens teóricas da relação entre género, agência e estrutura. Começa-se por analisar as propostas teóricas estruturalistas, com um enfoque maior nas estruturas sociais socializadoras, instituições genderizadas ou relações de poder diferenciadoras que são interiorizadas pelo indivíduo e exteriorizadas nas suas ações e decisões. Passando-se depois para as abordagens teóricas agencialistas, a partir das quais os autores refletem sobre a forma como é construído ou performatizado o género nas relações sociais quotidianas. Numa perspetiva de síntese destas duas correntes teóricas, discutem-se também as perspetivas integradoras que conceptualizam o género tanto como uma estrutura social constituída por um conjunto de normas, práticas e expectativas, estrutura essa que permeia as instituições sociais, como também enquanto algo que se constrói individualmente ao nível das interações quotidianas. Nesta pesquisa, seguindo as perspetivas integradoras, o género é entendido como algo que homens e mulheres constroem, reconstroem ou desconstroem quotidianamente nas suas ações e representações sociais, num contexto estrutural também ele genderizado que impõe constrangimentos, recursos e possibilidades ao exercício da agência.

A estratégia metodológica definida é explanada no *capítulo 2*, no qual se desenvolve o uso da técnica da entrevista biográfica adotada que permite verbalizar a experiência subjetiva de pessoas comuns para compreender a ação e agência individual na sua diversidade. Deste modo, realizam-se 43 entrevistas biográficas a homens e mulheres dos 30 aos 60 anos de idade, a partir das quais se traça um percurso de vida retrospectivo, se analisa como cada indivíduo vive e pensa várias dimensões do quotidiano e ainda se

compreende como cada um/a reflete os papéis, normas e expectativas de género. O guião é elaborado a partir das teorias problematizadas e mobilizadas no capítulo 1, de forma a permitir entender a relação de interdependência entre os níveis estrutural, cultural, interacional e individual de análise.

Através das entrevistas biográficas realizadas, analisa-se, no *capítulo 3*, o contexto familiar de origem de forma a compreender expectativas, práticas e representações de género transmitidas num processo precoce de socialização e de que forma esse processo, contínuo e com influência de outros contextos e agentes de socialização, influencia a forma como cada pessoa vive e reflete a sua feminilidade ou masculinidade. Considerou-se que o contexto familiar, com os seus recursos e capitais financeiros, sociais, culturais e simbólicos, tem um papel importante na formação das perspetivas e das normas de género bem como da capacidade agencial. Por isso mesmo, tenta-se compreender também neste capítulo as representações de género das pessoas entrevistadas e possíveis relações com as normas e papéis, expectativas e práticas genderizadas transmitidas não só pela família de origem, mas também pela sociedade em geral, através da relação entre os pares, dos meios de comunicação e das manifestações artísticas e culturais. Por fim, analisa-se ainda no capítulo 3 o modo como os indivíduos pensam e vivem várias dimensões do quotidiano, porque se considera que a forma como cada pessoa concebe e reflete sobre a conjugalidade, a parentalidade, o trabalho, a política e a religião (entre outras dimensões possíveis de serem analisadas e debatidas) podem ter influência e interferirem na forma como cada pessoa pensa o seu posicionamento na realidade social e a sua capacidade ou vontade de a transformar.

Essa capacidade agencial, ou seja, a capacidade de cada indivíduo refletir sobre si, os outros e o mundo e agir de forma a reproduzir ou transformar a sua realidade, é analisada nos *capítulos seguintes, do 4 ao 6*. Tendo em consideração a articulação entre o contexto familiar de origem, as expectativas, papéis e representações individuais de género, a trajetória de vida e as dimensões do quotidiano, constroem-se retratos sociológicos das pessoas entrevistadas de forma a ilustrar uma tipologia da ação individual, ora consciente e reflexiva, ora ritualizada e pragmática. Esta tipologia tenta dar conta de ações intencionais e reflexivas que desafiam a realidade social, ao nível de normas, expectativas e comportamentos de género (*capítulo 4*), mas também ações intencionais e reflexivas que reproduzem essas mesmas normas, expectativas e comportamentos de género (*capítulo 5*). Como nem todas as pessoas entrevistadas manifestam nos seus discursos uma ação predominantemente reflexiva e estratégica, também se define uma ação individual ritualista e automatizada relativamente aos papéis e comportamentos genderizados (*capítulo 6*).



Por fim, nas *considerações finais* responde-se às questões de partida, objetivos e hipóteses de pesquisa, destacando-se efetivamente as diferentes formas como o gênero, entrelaçado com o posicionamento do indivíduo na estrutura das classes sociais e com o contexto geracional, influencia o percurso de vida desde o nascimento, como desempenha um papel no tipo de agência desenvolvida e como dá forma a modos distintos de refletir e viver a família, o trabalho, a política e a religião.



# **1. Género numa perspetiva individual: Agência, constrangimentos, recursos e oportunidades**

“Men [and women] make their own history, but they do not make it as they please; they do not make it under self-selected circumstances, but under circumstances existing already, given and transmitted from the past”.

Karl Marx, 1851

Os indivíduos, homens e mulheres, constroem o seu percurso biográfico, a sua história, mas não detêm uma liberdade total ou sem condicionamentos nessa construção. Fazem as suas escolhas e tomam as suas decisões a partir de circunstâncias específicas que lhes são dadas, atribuídas ou transmitidas. No entanto, estas circunstâncias não se limitam às condições materiais de existência na perspetiva marxista. O indivíduo constrói o seu percurso biográfico a partir da sua classe social, mas também do contexto social, cultural, histórico e geográfico em que se encontra e do seu género. O género do indivíduo influencia o percurso biográfico individual. Percurso que é, em parte, estruturado por essas circunstâncias, mas também influenciado pela capacidade individual de agir e decidir e pela perceção dessa mesma capacidade agencial.

A forma como cada pessoa vive ou constrói o seu género está marcada, em cada espaço temporal, por um histórico de representações, expectativas, práticas e normas que influenciam e estruturam escolhas, decisões, oportunidades, recursos e constrangimentos que o indivíduo assume, realiza, adquire e assimila, podendo, todavia, agir em conformidade com esse historial, tentar desafiá-lo e combatê-lo ou procurando um compromisso entre estas duas posturas em diferentes espaços e momentos.

Esta investigação pretende compreender como o indivíduo vive o ser homem ou mulher na sociedade portuguesa atual, num contexto de grandes e rápidas mudanças sociais, económicas e culturais. Como é que o indivíduo constrói e vive o seu género? Como vive as suas dimensões conscientes e inconscientes? Como é que o seu género influencia o percurso biográfico, não só ao nível das decisões e ações como também ao nível das possibilidades, recursos e constrangimentos estruturalmente atribuídos, tanto no presente como no passado? Estas questões irão orientar a pesquisa para, deste modo, se procurar analisar a agência individual no feminino e no masculino e as condições, recursos e/ou limitações ao exercício dessa mesma agência. Entendemos aqui agência como ação social

levada a cabo pelo indivíduo, de forma racional, consciente, estratégica e utilitarista, na busca dos seus objetivos, no sentido de Giddens, como se desenvolve à frente (Giddens, 2000).

Para além disto, visa-se igualmente perceber a influência do género no quotidiano e na forma como o indivíduo reflete e age em múltiplas dimensões da sua vida. Nomeadamente, no que diz respeito à formação de família (conjugalidade e parentalidade), trajetória escolar, trajetória e situação profissional, posicionamento e participação política, e representações e práticas religiosas.

O conceito de género é entendido, nesta pesquisa, enquanto integrando a dimensão individual, na medida em que o indivíduo vai construindo, reconstruindo ou desconstruindo quotidianamente práticas e representações sociais genderizadas (West & Zimmerman, 1987; Butler, 1990, 1993); mas também a dimensão estruturalista, porque o indivíduo está integrado numa estrutura social com constrangimentos, recursos e possibilidades estruturais desiguais ao exercício dessa agência no âmbito do seu género, uma vez que o género reflete também relações de poder desiguais entre grupos de pessoas (Messner, 2000; Martin, 2003; Connell, 2009a).

Na sociedade portuguesa contemporânea, espera-se encontrar diferentes tendências. Por um lado, que o género masculino seja fator favorável a um percurso de vida com maior maleabilidade e flexibilidade no exercício da agência, sendo um lugar estrutural mais possibilitador do que constrangedor. A diferença biológica reprodutiva é moldada pelo contexto social e cultural e transformada em padrões duradouros e extensivos de ações, expectativas, papéis e comportamentos. Esses padrões são fundados numa assimetria simbólica em que o que é considerado masculino é social e culturalmente mais valorizado do que o que é considerado feminino (Amâncio, 1994) e em que o masculino é percecionado enquanto o padrão neutro invisível (Kimmel, 2000). Deste modo, é provável também que a agência exercida pelos homens seja estratégica e consciente no sentido de uma reprodução e manutenção das conceções, normas e práticas de género existentes. Por outro lado, e no caso das mulheres, espera-se encontrar uma maior agência, mesmo que constrangida pela estrutura, no sentido do desafio ou rutura com as normas, conceções e práticas de género vigentes, dado que não lhe são favoráveis. É ainda pertinente considerar-se a possibilidade de, nos trajetos individuais, em determinados momentos, fases ou espaços, uma combinatória de lógicas. É importante também realçar que existe uma multiplicidade de masculinidades e feminilidades, o que se traduz em cambiantes nesta realidade esperada.

Com o objetivo de compreender se (e como) o género se constitui enquanto princípio organizador relevante na construção de um percurso de vida individual, adota-se como metodologia a realização de entrevistas biográficas a homens e mulheres dos 30 aos 60 anos de idade, de modo a encontrar-se diferenças culturais e sociais provenientes de diferenças geracionais; e proveniências diversificadas no que diz respeito à classe social e áreas geográficas, ainda que a investigação seja limitada à área metropolitana de Lisboa.

\*

A sociedade ocidental contemporânea é sustentada sobre os pilares de uma ordem de género que se baseia na assunção normativa de que existem dois, e apenas dois, géneros, opostos e determinados pelo sexo biológico. Esta assunção não só justifica como legitima a desigualdade de género, uma vez que não se espera que corpos, sexos e géneros entendidos como opostos possam, consigam e queiram desempenhar os mesmos papéis sociais, não tendo por conseguinte acesso aos mesmos recursos e oportunidades (Schilt & Westbrook, 2009).

É com o contributo decisivo de Simone de Beauvoir, em 1949, com a obra incontornável *Segundo sexo*, e depois com a segunda vaga do feminismo, que se começa a desconstruir o determinismo biológico subjacente a esta naturalização da feminilidade e da masculinidade, ao problematizar as diferenças entre homens e mulheres fora da esfera da biologia. Também, em 1972, Ann Oakley, na obra *Sex, Gender and Society*, propõe uma definição de género “(...) como masculinidade e feminilidade socialmente construídas. Masculinidade e feminilidade são produtos não da biologia, mas dos atributos sociais, culturais e psicológicos adquiridos pelo processo de se tornar homem ou mulher numa sociedade em particular, num determinado momento. O género é, portanto, uma característica social, não um produto direto do sexo biológico<sup>1</sup>” (Jackson & Scott, 2002, p. 9).

A partir destes momentos fundadores, o movimento feminista e o universo académico têm vindo a aprofundar a discussão em torno do que é o género. Essa discussão tem dado origem a um vasto conjunto de definições e respostas.

Algumas perspetivas definem o género como algo construído maioritariamente a partir do exterior do indivíduo – designado por Mary Holmes (2007) enquanto *gender done to us* –, através de estruturas sociais socializadoras, instituições genderizadas ou relações de poder diferenciadoras que são interiorizadas por homens e mulheres e exteriorizadas nas suas

---

<sup>1</sup> “as socially constructed masculinity and femininity. Masculinity and femininity are products not of biology but of the social, cultural and psychological attributes acquired through the process of becoming a man or a woman in a particular society at a particular time. Gender is thus a social characteristic, not a direct product of biological sex (...)”

ações e decisões. Estas perspectivas, como a de Ann Oakley de género enquanto socialização, a de Martin de género enquanto instituição (inspirada em Acker) ou a de Risman de género enquanto estrutura (inspirada em Martin e Giddens), reforçam a conceção de género enquanto algo exterior ao indivíduo que influencia e/ou determina o modo como vive o seu género. Ou seja, nesta perspectiva, ao longo do percurso de vida, mulheres e homens vão sendo moldadas/os em feminino ou masculino e as suas relações vão sendo determinadas através do poder e dos recursos das estruturas sociais externas pré-existentes. Esse ser feminino ou masculino comporta em si todo um historial social e cultural de normas, comportamentos, papéis e expectativas associadas que incorporam em si punições ou recompensas em função da ação desempenhada. Estas correntes teóricas permitem captar os constrangimentos que as estruturas colocam às vidas dos indivíduos.

No entanto, são criticadas pelo limite de ação e capacidade de agência atribuída às pessoas, o que é colmatado por abordagens teóricas que percecionam o género enquanto algo maioritariamente construído a partir do próprio indivíduo, da forma como este o constrói ou performatiza na relação quotidiana com os outros – designado por Holmes (2007) enquanto *gender done by us* ou *gender does us*. Estas perspectivas, como a de West e Zimmerman de género enquanto construção (inspirada em Goffman) (*gender done by us*) e a de Butler de género enquanto performatividade (inspirada em Foucault) (*gender does us*), enfatizam o processo de construção de género opondo-o a uma perspectiva de género enquanto algo finalizado, estável e coerente e permitem o regresso da agência às teorias de género.

Contudo, estes posicionamentos teóricos tendem a exagerar o poder agencial dos indivíduos para resistir à pressão e constrangimentos de alguns contextos estruturais. Com efeito, a sociedade está organizada segundo determinados modelos que constroem a ação individual. É certo que esses mesmos constrangimentos permitem alguma liberdade de decisão e ação no que diz respeito a como homens e mulheres escolhem construir o seu género. Mas essas decisões e ações são tomadas e realizadas sempre em função de padrões de masculinidade e feminilidade gerais no tempo e espaço. A forma como o indivíduo age (em conformidade ou como forma de desafio/resistência) em relação a esses padrões pode ser alvo de punições ou, pelo contrário, de recompensas. Essas punições ou recompensas tendem a constrianger o indivíduo a conformar-se aos padrões e acaba por limitar-lhe a liberdade de agência. Até porque, ao longo do percurso de vida das pessoas, estas acabam também por interiorizar estes modelos de feminilidade ou masculinidade, exteriorizando-os ao agir (muitas vezes de forma pouco reflexiva) em conformidade com as estruturas sociais.

Desta necessidade de incluir-se tanto a agência como a estrutura social nas correntes teóricas de género, surgem perspetivas segundo as quais o género é construído a partir do indivíduo, mas também a partir do exterior do mesmo – *gender done to and by us* (Holmes, 2007). Estas teorias, como a de Connell (2009), de género enquanto práticas sociais inseridas num processo histórico de um sistema de relações, permitem um equilíbrio entre a ênfase na agência que tende a subvalorizar o papel do poder na definição de relações sociais e a ênfase nas estruturas sociais que tende a invisibilizar a agência individual.

Convém agora aprofundar cada uma destas abordagens.

## **1.1. A construção de género a partir do exterior do indivíduo**

### **1.1.1. O papel da socialização**

Na perspetiva de Ann Oakley, o indivíduo é percecionado, tal como na teoria marxista, como produto das estruturas sociais. O género é o resultado de atributos psicológicos, culturais e sociais adquiridos pelas pessoas através do processo de socialização, no qual se tornam homem ou mulher numa dada sociedade num determinado tempo.

Marx (1985 in Braga da Cruz, 2001) defendeu que a sociedade se estrutura em torno das necessidades materiais. Os indivíduos agrupam-se em classes sociais em função da propriedade ou não dos meios de produção. A classe social dominante, para além da propriedade e controlo sobre os meios de produção, controla também pessoas, dinheiro, tecnologia e a ideologia dominante veiculada. Esta ideologia consiste num conjunto de ideias que confere sentido à ordem social e reflete os interesses dos membros da sociedade que são economicamente dominantes. No entanto, este conjunto de ideias é também adotado por outros grupos sociais para formar um quadro de significado orientador das suas ações, apesar de estar frequentemente em conflito com os seus próprios interesses. A ideologia é internalizada e torna-se parte dos meios através dos quais os grupos subordinados articulam a sua própria subjetividade (Scott, 2005).

Na proposta de Oakley (1981, 1984 e 2002), existe um paralelismo com a teoria marxista, dado que a classe dominante (os homens) subjuga e oprime a classe dominada (as mulheres) ao definir e vincular padrões de género simbolicamente assimétricos. Deste modo, as mulheres são, segundo Oakley (1984, p. 186), “um grupo social oprimido, um grupo de pessoas que partilham uma exclusão comum da participação total em certas

instituições sociais-chave (e são super-representadas em outras)<sup>2</sup>. Ou seja, as mulheres não são “estranhas num sistema que muitas vezes lhes parece vir de outro planeta”<sup>3</sup> por terem cromossomas, hormonas ou genitais específicos, mas porque o sistema que as oprime “foi-lhes trazido por homens”<sup>4</sup> (Oakley, 2002, p. 3). Deste modo, o género “é uma questão de cultura: refere-se à classificação social em 'masculino' e 'feminino’”<sup>5</sup> (Oakley, 1972).

Nesta abordagem, o género é socialmente construído e apreendido pelo indivíduo através do processo de socialização por via das instituições sociais, uma vez que Oakley defende que homens e mulheres são diferentes apenas na medida em que são moldados de forma diferente pela sociedade de modo a corresponderem a normas, expectativas e papéis sociais específicos. Homens e mulheres não são socializados para serem indivíduos em abstrato, mas antes para serem indivíduos masculinos e femininos respetivamente (Oakley, 1981).

Este processo de socialização de género começa na infância, tendo como principal agente, tal como proposto por Parsons (1968; Bourricaud, 1977), a família. É na família e com a família que o indivíduo aprende o significado do feminino e do masculino através de quatro métodos principais. Nomeadamente, a manipulação, quando a família encoraja certos comportamentos percecionados como adequados para o género da criança e desincentiva outros comportamentos considerados inapropriados; a canalização, quando a família direciona os interesses da criança para atividades condizentes com as normas e expectativas genderizadas da sociedade; as nomeações verbais, ao atribuir certos nomes ou alcunhas corretamente genderizadas à criança; e sugestão de atividades diferenciadas, quando a criança é incentivada a envolver-se em atividades específicas consoante o género (Oakley, 1981).

Assim, a internalização de expectativas, normas, comportamentos e papéis de género depende da família em que a criança vive e do modo como os seus familiares a tratam. No entanto, Oakley (idem) também advoga que a criança observa e identifica os seus familiares não apenas como indivíduos, mas como pertencentes a determinados grupos, como sejam a idade, o género e o estatuto. Pelo que as crianças rapidamente apreendem os comportamentos de género apropriados, mesmo quando os seus familiares mais próximos nem sempre agem de acordo.

---

<sup>2</sup> “an oppressed social group, a group of people sharing a common exclusion from full participation in certain key social institutions (and being over-represented in others)”

<sup>3</sup> “outsiders in a system which often appears to them to come from another planet”

<sup>4</sup> “it has been brought to them by men”

<sup>5</sup> “is a matter of culture: it refers to the social classification into 'masculine' and 'feminine’”



A proposta do papel da socialização na construção do género desenvolvida por Oakley tem sido alvo de algumas críticas ao longo dos anos. Holmes afirma que Oakley, ao considerar a família como principal agente de socialização do indivíduo e focar a socialização nos primeiros anos de vida da criança, acaba por não considerar tanto outros agentes de socialização, como a escola ou o grupo de pares, e o género enquanto um processo, algo em contínua aprendizagem e desempenho, mas sim como algo que se cristaliza a partir de certa idade (Holmes, 2007).

As teorias da socialização, para além disto, tendem a ser criticadas por esquecerem a diversidade social existente, com padrões distintos em função da classe social, etnia ou da idade do indivíduo, o que implica diferentes expectativas e comportamentos. Estas propostas tendem também a perceberem a diversidade e diferença nos comportamentos de género como falhanço por parte do indivíduo, e mais uma vez não como potencial reflexo da diversidade cultural. Apesar de serem cruciais para a compreensão das variações culturais e sociais na forma como o género é construído em sociedades e culturas diferentes, estas abordagens têm dificuldades na compreensão e explicação de diferenças e diversidade no seio de uma mesma sociedade. O que acaba por resultar numa espécie de determinismo social. Ou seja, Oakley constrói o conceito de género para desconstruir o determinismo biológico em torno do corpo sexuado para o transformar numa espécie de tela em branco onde o género se escreve de uma mesma forma numa sociedade, transformando-o, desta forma, em algo socialmente determinado. A proposta sobrevaloriza as estruturas sociais, tomando as crianças como seres que passivamente aceitam as normas e comportamentos de género, considerando os que agem de forma diferente como incorretamente socializados e não como resistindo às expectativas e normas de género (Holmes, idem).

O conceito de género enquanto resultado de uma socialização, que, por sua vez, é reflexo de uma sociedade e cultura, tem como objetivo resistir à ideia de que as diferenças entre homens e mulheres eram biológicas e, por isso, imutáveis. No entanto, com o pouco espaço dado ao indivíduo para o exercício da agência e a sobrevalorização do poder das estruturas sociais para modelar o género e seu desempenho por parte dos indivíduos, acaba por tornar o género um produto social e cultural pouco passível de diversidade e mudança, embora agora com explicações sociais e culturais.

### **1.1.2. O papel da instituição**

As instituições, que compõem uma sociedade num determinado momento, onde os indivíduos constroem e negociam o género, são atravessadas por relações de género que

legitimam padrões e comportamentos que reproduzem assimetrias entre homens e mulheres, bem como as relações de poder e hierarquia (Acker, 1990; Martin, 2003; Risman, 2013). “Diferentes experiências estruturadas produzem as diferenças de gênero que frequentemente atribuímos às pessoas”<sup>6</sup> (Kimmel, 2000, p. 96). Não são apenas os indivíduos que são genderizados e que constroem o seu gênero, mas também o contexto em que o fazem, as instituições em que se situam e nas quais interagem com outros indivíduos genderizados, é também ele genderizado (Acker, 1990; Martin, 2003; Risman, 2013). Por conseguinte, o gênero é uma característica estrutural nas instituições, e dentro delas, na vida corporativa ao definir o empregado ideal, os critérios de avaliação do desempenho, promoção, eficiência e competências do indivíduo, de uma forma que é, em nenhum dos casos, neutra. O funcionamento e os processos de avaliação nas instituições são profundamente genderizados, onde o padrão pelo qual os indivíduos são avaliados é masculino. No entanto, essa masculinização de padrões e processos invisibiliza-se à medida que se torna norma (Kimmel, 2000; Martin, 2003; Connell, 2009a).

Na proposta de Acker (1990), as instituições são como fábricas que produzem desigualdade (e dominação) de gênero, reproduzindo a ordem de gênero no seu todo. Isto é conseguido através de vários processos genderizados que significam que “vantagem e desvantagem, exploração e controlo, ação e emoção, significado e identidade, são padronizados através e em termos de uma distinção entre homem e mulher, masculino e feminino”<sup>7</sup>.

Acker distingue cinco processos genderizados: a) a produção de divisões de gênero através da padronização genderizada de trabalhos, salários, hierarquias, poder e subordinação; b) a construção de símbolos e imagens genderizadas, presentes por exemplo em anúncios publicitários, que expressam, explicam e reforçam as divisões de gênero; c) as interações entre indivíduos sempre que expressam dominação e submissão; d) o trabalho mental interno do indivíduo quando constrói conscientemente a sua perceção da estrutura genderizada da organização relativamente ao trabalho e promoções, mas também comportamentos e atitudes, posturas, formas de vestir e apresentação de si; e e) a própria lógica organizacional, em que dinâmicas, burocracias e critérios de avaliação e promoção aparentam ser neutros e objetivos quando são, na verdade, profundamente genderizados. E essa invisibilidade do masculino como padrão e norma reproduz as diferenças de poder e

---

<sup>6</sup> “Different structured experiences produce the gender differences which we often attribute to people”

<sup>7</sup> “advantage and disadvantage, exploitation and control, action and emotion, meaning and identity, are patterned through and in terms of a distinction between male and female, masculine and feminine”

hierarquia entre homens e mulheres, colocando estas últimas numa posição de estatuto secundário.

No entanto, é importante realçar que, tal como o masculino se torna a norma e o padrão (invisível) a partir do qual os indivíduos são avaliados, também o padrão da etnia caucasiana, da heterossexualidade e da classe social média serve como critério a partir do qual experiências e desempenhos são avaliados. Deste modo, as instituições expressam, produzem, legitimam e perpetuam diferenças de género (em relação com a etnia, orientação sexual e classe social), em que os homens – brancos, heterossexuais e de classe média – ocupam uma posição privilegiada em relação a outros homens e às mulheres (Kimmel, 2000).

Patricia Martin (2003) também desenvolve uma teoria que propõe que o género não se encontra apenas encapsulado no indivíduo, no seu desempenho, interação ou socialização, mas também se encontra na realidade social, ao nível das instituições. Isto porque defende não só que as instituições sociais são genderizadas, mas também que o próprio género deve ser conceptualizado enquanto uma instituição, tal como a família ou a religião. E justifica essa posição teórica com a identificação de um conjunto de critérios. Nomeadamente, o género é característico dos grupos sociais; persiste sobre o tempo e espaço; inclui práticas sociais distintas; constrange e/ou facilita a ação; inclui expectativas, regras e normas; é constituído e reconstituído por agentes dotados de um corpo físico; é internalizado enquanto identidades e *se/ves*; inclui uma ideologia legitimadora; é contraditório, permeado pelo conflito; está em mudança contínua; e é organizado por e permeado com o poder (Risman, 2004, 2013).

Martin conceptualiza o género como possuindo uma estrutura com discursos e práticas sociais. Práticas “com uma história que implica oportunidades e restrições e uma infinidade de significados, expectativas, ações/comportamentos, recursos, identidades e discursos fluidos e mutáveis, mas robustos e persistentes”<sup>8</sup> (Martin, 2003, p. 344). E é devido à integração dos indivíduos neste historial de significados, expectativas, ações, recursos, identidades e discursos, que estes constroem uma interpretação de si e dos outros enquanto sujeitos genderizados. No entanto, se a instituição de género falhar no seu papel de providenciar um repertório de práticas sociais para homens e mulheres, existirá um sentimento, por parte destes/as, de andar à deriva. Daí a importância da conceção dual das dinâmicas de género para a perpetuação da instituição de género: a genderização de

---

<sup>8</sup> “with a history that entails opportunities and constraints and a plethora of meanings, expectations, actions/behaviors, resources, identities, and discourses that are fluid and shifting yet robust and persisting”

práticas – processos de institucionalização e legitimação das distinções de gênero – e as práticas genderizadas – corpo de ações potenciais das quais os indivíduos, homens e mulheres, têm conhecimento e têm à sua disposição para invocar, ignorar ou demonstrar em contextos sociais (idem, 2003).

Genderização de práticas e práticas genderizadas referem-se a conjuntos de ações relativamente às quais as pessoas têm um conhecimento tácito, tal como teorizado por Giddens (1979, 2000; Campbell, 2009), dado que consistem num “‘sistema de ação’ institucionalizado e amplamente reconhecido”<sup>9</sup> (Martin, 2003, p. 351). Tal como a genderização de práticas, também as práticas genderizadas vão para além do indivíduo. São ações aprendidas por repetição e levadas a cabo durante todo o percurso de vida, incluindo a infância, percurso escolar, relações íntimas, familiares, profissionais, religiosas ou políticas. Cada prática de gênero é fluida, mutável, exercida pelo homem ou mulher, no momento, em interação com outros/as, de forma, muitas vezes, automática e não reflexiva. A prática genderizada marca um compromisso entre uma experiência passada e um futuro imaginado e não só suporta a existência de relações de gênero como simultaneamente reconstitui a instituição de gênero.

No entanto, para Martin (2003), tal como para Connell (2009a), os indivíduos, ao desempenharem práticas genderizadas, não exercem uma forma genérica de gênero, mas sim uma forma particular de se ser homem ou mulher. Existe uma multiplicidade de masculinidades e feminilidades, pelo que os indivíduos desempenham diferentes tipos de práticas genderizadas, dependendo nomeadamente dos seus corpos, classe, etnia, religião, orientação sexual, idade ou posicionamento político.

E não só diferentes indivíduos podem desempenhar diferentes práticas genderizadas, derivadas das diversas masculinidades e feminilidades, como diferentes pessoas ocupam diferentes posições sociais. Como cada posição social está associada a um tipo de poder, as posições sociais ocupadas pelo indivíduo têm influência nas experiências vividas e na consciência dessas posições e seus poderes. Algumas posições sociais têm maior poder que outras para determinar o que sucede em dado contexto e inclusive o papel do gênero. Porém, segundo Martin (2003), nenhum indivíduo está totalmente despojado de poder nem nenhum indivíduo tem um poder total sobre as experiências que compõem a sua vida, dado que todos são simultaneamente empoderados e constrangidos pelas posições sociais que ocupam.

---

<sup>9</sup> “‘system of action’ that is institutionalized and widely recognized”

### 1.1.3. O papel da estrutura

Barbara Risman (2004, 2013) desenvolve uma teoria complementar à de Martin (2003), apesar de preferir conceptualizar o género enquanto estrutura ao invés de enquanto instituição por considerar a linguagem institucional confusa. Deste modo, tal como Martin (2003), Risman percebe o género como incorporado no próprio indivíduo e na realidade social. Mas define-o enquanto estrutura social, porque o género está profundamente enraizado na sociedade enquanto base para a estratificação social. Ou seja, o género é, na sua teoria, conceptualizado “como um sistema de estratificação que existe fora das características individuais e varia ao longo de outros eixos de desigualdade”<sup>10</sup> (Risman, 2013, p. 742).

No entanto, Risman, por reconhecer que existe pouco consenso na definição de estrutura social, para além da sua exterioridade em relação aos desejos e motivos dos indivíduos e da sua utilidade para explicar, pelo menos de forma parcial, a ação individual, parte da teoria da estruturação de Giddens para o desenvolvimento da sua proposta (Risman, 2004, 2013). Com efeito, para a autora, a teoria de Giddens combina a dimensão individual com o estruturalismo, possibilitando uma conceptualização da estrutura social que cria estratificação, atuando sobre o indivíduo, ao mesmo tempo que sublinha a capacidade transformadora do indivíduo, podendo este também atuar sobre a estrutura. Desta forma, para Risman, a estrutura é “o meio e o resultado da conduta”<sup>11</sup> enquanto, simultaneamente, os indivíduos são percebidos como “agentes competentes e conhecedores que monitorizam reflexivamente as ações”<sup>12</sup> (Risman, 2013, p. 744).

De facto, Giddens (1979, 2000; Pires, 1988), na sua teoria da estruturação, defende uma dualidade da estrutura. Conceito que insiste que a ação individual ou agência e a estrutura não são domínios separados, mas, sim, dois lados da mesma moeda. A noção de dualidade especifica que a estrutura não é externa ou à parte da ação. Ou seja, a ação e a estrutura são dois aspetos da mesma coisa tornados inseparavelmente num só (Giddens, 1979, 2000).

A agência é conceptualizada como qualquer atividade realizada pelo indivíduo, em que este pudesse ter agido de forma diferente, quer no sentido de mudar o curso dos acontecimentos ou mesmo os sistemas sociais, quer no sentido de se abster perante esses

---

<sup>10</sup> “as a stratification system that exists outside of individual characteristics and varies along other axes of inequality”

<sup>11</sup> “the medium and the outcome of conduct”

<sup>12</sup> “knowledgeable and competent agents who reflexively monitor actions”

mesmos acontecimentos e sistemas. Isto é, Giddens concebe a agência enquanto uma ação com capacidade transformadora, como qualquer ação passível de produzir efeitos na realidade social, influenciando, deste modo, a reprodução ou a mudança dos sistemas sociais (Giddens, 2000). A agência constitui “a capacidade de intervir num determinado conjunto de eventos, de forma a alterá-los”<sup>13</sup> (Giddens, 1985 in Campbell, 2009, p. 409), interpretação inspirada em Parsons, segundo o qual, agência refere-se a uma capacidade generalizada para fazer as coisas acontecer.

A noção de agência em Giddens, enquanto capacidade e poder transformador da realidade social, com efeitos de maior ou menor alcance, é a base para a compreensão do indivíduo que, para Barnes (2000), tem semelhanças interessantes com a noção de indivíduo de Parsons, embora com diferenças a dois níveis relevantes. 1) Primeiro, enquanto Parsons situou o poder ativo do indivíduo numa parte da psique, o ego freudiano, Giddens situou-o inicialmente na totalidade do indivíduo. 2) Segundo, enquanto Parsons identificou o poder ativo simplesmente no poder de escolha (vontade), Giddens identificou-o como o poder para fazer a diferença, de agir contra os constrangimentos externos e transformar as estruturas e sistemas a partir dos quais deriva. Mas o ator de Parsons, com o seu poder de escolha, e o agente de Giddens, com o seu poder para intervir, são similares. Assim como a liberdade é necessária para a realização de escolhas genuínas, também é essencial para a agência. Se poderes internos pudessem ser ativados apenas por determinação externa, então não existiria agência. É essencial para o conceito de agência de Giddens a liberdade necessária para que o indivíduo possa agir de outra forma (Giddens, 1976, 2000). Todavia, os indivíduos têm sempre a capacidade para agir de outra forma, mas os sistemas sociais nos quais vivem são mesmo assim reproduzidos, não apenas pelo que os indivíduos fazem, mas também pelo que fazem enquanto possuidores de agência individual (Barnes, 2000).

Vejamos melhor a proposta de Giddens. A agência, em Giddens, não deriva de uma tela em branco. O indivíduo tem compromissos – para consigo e para com os outros – que cumpre e recria no contexto interacional. E são estes compromissos que, muitas vezes, levam à reprodução da estrutura. Não apenas por várias posições sociais atuarem sobre o indivíduo de forma determinista, mas também porque é importante para o sentido individual de *self* desempenhar com sucesso o seu papel (Hitlin & Elder, 2007).

A reprodução social, ou seja, o facto de os indivíduos, mesmo com a capacidade para agirem de outra forma, acabarem por, na maioria das vezes, agir de modo rotineiro,

---

<sup>13</sup> “the capacity to intervene in a given set of events so as in some way to alter them”

reconstituindo os sistemas sociais, reproduzindo o *status quo*, é explicada por Giddens através de uma necessidade de segurança ontológica. Giddens rejeita explicitamente as fontes internas citadas por Parsons no passado (1968), porque sublinhar o poder das normas internalizadas seria construir uma abordagem determinista da ação, que nega a liberdade do sujeito atuante e a sua capacidade para agir de outro modo. Não obstante, a sua forma de abordagem acaba muito próxima da de Parsons. Apesar de, de facto, ter posto de parte as normas e valores geradores de culpa postulados por Parsons, estes são substituídos por um equivalente funcional na forma de uma necessidade individual de segurança ontológica geradora de ansiedade. Tal como as normas pressionam as decisões em Parsons, também a segurança ontológica pressiona as decisões em Giddens. Tal como uma ação pode ser selecionada para evitar a dor ou a culpa em Parsons, também pode ser selecionada para evitar a ansiedade da insegurança ontológica em Giddens (2000).

A forma como Giddens percebe a ação, enquanto qualquer atividade levada a cabo pelo indivíduo que possa produzir transformação, mas também a reprodução dos sistemas sociais, não ignora que essa mesma ação se encontra integrada num percurso de continuidade com o passado, com o “conjunto de regras (interpretativas e normativas) e de recursos (alocativos e de autoridade)” (Pires, 1988, p. 232) que constituem a estrutura. Daí a interdependência entre a agência e a estrutura e o imperativo de esta última não ser concebida apenas enquanto limitadora da ação, mas também enquanto produtora da mesma. Ou seja, a estrutura, na teoria da estruturação de Giddens, não surge apenas enquanto fonte de constrangimento, mas também enquanto fator possibilitador da agência (Giddens, 1979, 2000).

A estrutura, em Giddens, consiste numa matriz de recursos e regras de comportamento que são mobilizados pelo indivíduo nas interações. Mobilização essa que possibilita a própria reconstituição dessas mesmas regras de conduta. Uma vez que estas definem os procedimentos de utilização dos recursos e os recursos formam os meios de atualização das regras. Deste modo, a estrutura, enquanto parte integrante do indivíduo e da sociedade, constitui o meio de possibilitação da reprodução social, embora não de forma exaustiva, dada a necessidade de se considerar o peso das consequências não intencionais da ação e das condições não conhecidas da ação (Pires, 1988; Giddens, 2000).

Voltando a Risman (2004, 2013), na sua proposta teórica, a estrutura social é, tal como em Giddens, simultaneamente constrangedora e produtora de comportamentos, e os indivíduos são produtos dos seus mundos sociais, embora não totalmente determinados por eles. A autora realça o fato de a estrutura social, constituída por regras, padrões de comportamento, normas, expectativas e representações de género que organizam a vida

social, poder ser transformada, mas o indivíduo não pode escapar aos seus condicionamentos e padrões. Pelo que é imperativo “prestar atenção tanto em como a estrutura molda a escolha individual e a interação social quanto em como a agência humana cria, sustenta e modifica a estrutura atual”<sup>14</sup> (Risman, 2013, p. 744). A mudança social, em Risman, é fluida e reflete-se pela estrutura de forma dinâmica. E este dinamismo é possível devido à complexidade com que o género é conceptualizado através de uma complexa rede de interconexão entre múltiplos níveis de análise.

A estrutura de género diferencia oportunidades e constrangimentos baseando-se em categorias sexuais e isto tem consequências ao nível individual, para o desenvolvimento de *selves* genderizados, através de um processo de socialização e internalização de predisposições, normas e expectativas sociais; ao nível da interação social, onde homens e mulheres enfrentam expectativas culturais diferenciadas mesmo quando ocupam posições estruturais idênticas; e ao nível dos domínios institucionais, onde existem regulações genderizadas relativamente à distribuição de recursos e bens materiais, bem como na definição de posições e empregos (Risman, 2004, 2013).

Deste modo, o género enquanto estrutura social, concebido como contexto da vida quotidiana, dá forma à ação individual de modo direto, ao constranger a escolha, e de modo indireto, ao definir as perceções dos atores relativamente aos seus interesses (Risman, 2004). Deste modo, apesar de Risman conceptualizar género enquanto uma estrutura social materializada numa complexa rede de interconexão entre o nível individual, interacional e institucional, em todos estes níveis, o género parece ser construído a partir do exterior do indivíduo. Quer através da internalização de normas e padrões comportamentais na socialização, quer através de expectativas culturais de género a serem consideradas na interação, quer ainda através de regulações institucionais genderizadas na atribuição de posições e na distribuição de bens e recursos.

O poder do género enquanto estrutura social reflete-se no facto de homens e mulheres se verem enquanto tipos diferentes de indivíduos, o que torna improváveis comparações entre as suas opções de vida. Numa realidade social onde a anatomia sexual é usada para dicotomizar pessoas em tipos diferenciados, a própria diferenciação dissipa as reivindicações e as expectativas de igualdade de género. Deste modo, a estrutura social não é experienciada como opressiva ou constrangedora se homens e mulheres se virem como

---

<sup>14</sup> “[to] pay attention both to how structure shapes individual choice and social interaction and how human agency creates, sustain, and modifies current structure”



diferenciadamente situados. Isto porque Risman defende que o género é internalizado ao nível individual, moldando as expectativas interacionais culturais (idem, 2004).

Segundo Andersen (2005), Risman desenvolve uma abordagem teórica que permite captar os constrangimentos que as estruturas sociais colocam às vidas dos indivíduos, mas simultaneamente compreender a consciência interna dos indivíduos que lhes permite desafiar e modificar as estruturas de género. Deste modo, tal como Berger na década de 60, Risman coloca as mulheres e os homens na sociedade, mas também a sociedade nas mulheres e nos homens. Isto porque tenta relacionar o carácter dinâmico e fluido do género com as suas realidades sociais estruturais.

Lígia Amâncio (1993, 1994, 2003b) coloca ênfase nos distintos constrangimentos estruturais sofridos por homens e mulheres, aos mais variados níveis, desde a divisão sexual do trabalho, aos distintos significados simbólicos associados ao masculino e ao feminino nos contextos da família, do Estado ou mesmo nas relações interpessoais. Esses diferentes significados simbólicos são perceptíveis na sua investigação sobre as representações socialmente construídas respeitantes ao que é considerado ser homem e mulher na sociedade atual, em que os homens surgem como hierarquicamente superiores a um nível simbólico. Constituem um modelo universal de referência de competências nos mais variados planos. Os homens são percecionados como competentes e organizados no contexto do trabalho, gestores das situações e dos outros. Deste modo, são os exemplos de autonomia, independência, poder e dominação da realidade, com que se comparam as mulheres que, por oposição, detêm um valor simbólico muito mais particularista e inferior. Estes significados simbólicos permeiam processos de socialização e internalização de valores, normas e expectativas sociais que determinam posteriormente interações sociais e distribuição de recursos, bens materiais e poderes.

Amâncio alerta para o facto de os significados atribuídos ao feminino e ao masculino serem assimétricos, concedendo aos homens '(...) o lugar do ser sujeito, livre de constrangimentos contextuais (...)' (Simões & Amâncio, 2004, p. 74). Na verdade, para a autora (2003a), género consiste numa relação social simbolicamente assimétrica, definida num contexto de dominação que foi social e culturalmente construído, não se tratando de uma propriedade dos indivíduos nem de algo que faça parte da sua essência.

Teresa Pizarro Beleza (2015, p. 64) considera que género é um conceito que “reflete a consciência progressiva do facto de homens e mulheres poderem ser limitados ou

vitimizados pela imposição de papéis de género, seja por lei ou por costume”<sup>15</sup>. As relações de género são concebidas como “formas de estruturação de relações de poder, marcadas pela hierarquização, dominação e discriminação em que, na maioria dos domínios, os homens são favorecidos em relação às mulheres” (Torres, Maciel & Sant’Ana, 2015, p. 4). Tal como explicado por Neves (2015, p. 38), “a assunção do conceito de género procurou pôr em evidência o facto de mulheres e homens serem condicionadas/os diferentemente por estruturas de poder geradoras de desequilíbrios sociais”.

Tal como Risman (2004, 2013), também Sara Falcão Casaca (2010) defende, na sua proposta, o género enquanto uma estrutura social que constrange, através de condições materiais e simbólicas diferenciadas, e produz comportamentos. Ou seja, “as mulheres e os homens podem estar privadas/os em diferentes domínios, uma vez que as experiências e as oportunidades de vida são *genderizadas*, moldadas pelo género” (idem, p. 188).

## **1.2. A construção de género a partir do indivíduo**

### **1.2.1. O papel da interação quotidiana**

Candace West e Don Zimmerman desenvolvem uma proposta teórica segundo a qual o género não se trata de um atributo ou característica atribuída ou até mesmo uma componente identitária fixa e estática que o indivíduo possui ou desenvolve (1987; Stanley, 2002; Connell, 2009b; Connell, 2010). O género consiste no que os indivíduos levam consigo para as interações sociais quotidianas, o que fazem e o que resulta dessas mesmas interações, tal como defendido por Goffman.

Goffman (1983, 1993) desenvolve uma perspetiva dramática de análise da interação social. Considera que toda a interação, situação em que dois ou mais indivíduos estão na presença física um do outro, é situada socialmente, circunscrevendo-se num determinado tempo e espaço. E é na interação que o indivíduo desempenha o seu papel e que a impressão que esse desempenho suscita é interpretada e avaliada pela audiência. No entanto, o indivíduo não parte para o desempenho do papel, enquanto ator, sem ter consciência e reconhecer as expectativas e o sentido que lhe estão associados. Isto porque comporta consigo toda a sua biografia e anteriores interações, para além de um vasto

---

<sup>15</sup> “reflects the progressive awareness of the fact that both men and women can be limited or victimized by the imposition of gender roles, be it by law or by custom”

repertório de normas culturais que regem determinada situação social (Goffman, 1983; 1993).

A interação, segundo Goffman, tem uma ordem, que se sustenta na partilha, pelos indivíduos, de pressupostos normativos que facilitam a adequação aos papéis e ao comportamento adequado na ocupação de determinada posição numa dada situação social. Essa ordem da interação é o resultado de um consenso normativo, consistindo numa ordem ritualizada de procedimentos e de desempenhos de papéis com expectativas e sentidos já pré-definidos (Goffman, 1983; Woodward, 2000).

Contudo, o indivíduo não se limita a reproduzir fielmente o desempenho do papel em conformidade com as expectativas sociais. No processo comunicativo que é a interação, o indivíduo difere de todos os outros pela forma como interpreta o universo simbólico, a partir das informações que recolheu durante a sua trajetória e as suas interações. Logo o desempenho do papel por parte do indivíduo depende em grande medida da sua capacidade interpretativa, mas também estratégica no sentido de preservar a sua identidade, o que o torna singular (Goffman, 1993).

Todavia, como o indivíduo é responsabilizado tendo em consideração as identidades internalizadas que tenta reivindicar na interação social, as ações produzidas no contexto interacional, com o objetivo de conseguir uma credibilidade identitária específica, envolvem uma escolha individual e livre-arbítrio, ao mesmo tempo que são padronizadas (Hitlin & Elder, 2007). E se o indivíduo desafiar ou mesmo romper com as convenções da ordem da interação pode correr o risco de ser desacreditado ou estigmatizado como não merecedor do reconhecimento devido, tendo consequências na construção do *self* (Scott, 2005).

Para Goffman, o *self*, ou seja, a capacidade de o indivíduo se ver a si próprio e refletir sobre si enquanto uma realidade exterior socialmente situada (Pires, 2009), não é produto apenas e só da socialização, tal como acontece em Parsons (1968; Bourricaud, 1977), mas é também produto da interação. Através do processo comunicativo com os outros, o indivíduo conhece-se a si bem como aos outros (Goffman, 1993).

Deste modo, onde Parsons conceptualiza o desempenho de um papel social como a recriação passiva de normas culturais por parte do indivíduo (1968; Bourricaud, 1977), Goffman vê como a possibilidade de desempenho com um pouco de improvisação ativa e estratégica (Goffman, 1983, 1993; Woodward, 2000; Stanley, 2002). Esta perspetiva baseia-se no ponto de vista de Mead, segundo o qual o *self* constitui-se através da relação reflexiva entre o “*I*” espontâneo e o “*Me*” mais estável e socialmente desenvolvido. A forma como o indivíduo aparece aos outros é o resultado das suas ações e das reações dos outros (Sibeon, 2004).

A proposta desenvolvida por West e Zimmerman (1987, 2002, 2009) tem bastantes paralelismos com a tese defendida por Goffman (1983, 1993), embora também se distancie. Tal como para Goffman o indivíduo constrói a sua percepção de si e dos outros na interação quotidiana, também West e Zimmerman defendem que o indivíduo faz ou constrói o seu género de forma rotineira, metódica e recorrente nas interações sociais do dia-a-dia. Ou seja, “o género de uma pessoa não é simplesmente um aspeto do que a pessoa é, mas, mais fundamentalmente, é algo que se faz e se faz de forma recorrente na interação com outras pessoas”<sup>16</sup> (West & Zimmerman, 1987, p. 140).

“Construir o género envolve um conjunto de atividades percetivas, interacionais e micropolíticas socialmente orientadas que determinam atividades particulares como expressões das ‘naturezas’ masculinas e femininas” <sup>17</sup> (West & Zimmerman, 2002, p. 42). Estas atividades socialmente guiadas que pretendem ser expressões de ‘naturezas’ (também elas sociais) masculinas ou femininas constituem as demonstrações de género que consistem em conjuntos culturalmente estabelecidos de comportamentos, aparências, posturas, maneirismos e outras pistas que o indivíduo apreendeu e interiorizou ao longo do seu percurso de vida a associar com elementos de um género específico (West & Zimmerman, 1987, 2002, 2009).

A construção interacional do género, realizada através do desempenho de atividades e da demonstração de traços específicos, é interpretada e avaliada por outros (a audiência no caso de Goffman), de acordo com as conceções normativas do que é ser homem ou mulher. Estas conceções normativas inserem-se num contexto temporal, cultural, social e inclusive situacional (West & Zimmerman, 1987, 2002, 2009; Ridgeway, 2009). Como o indivíduo é sempre, e em qualquer situação social, responsabilizado pela forma como faz ou constrói o seu género, isto é, avaliado pelas suas demonstrações de género segundo conceções normativas genderizadas em todas as suas interações sociais; para West e Zimmerman, não só o género adquire um estatuto de omnirelevância na realidade social, mas também a noção de responsabilidade encoraja o indivíduo a agir de forma genderizada no seio de determinados espaços, contextos, instituições (West & Zimmerman, 1987, 2002, 2009; Lucal, 1999).

Para Ridgeway e Correll (2004), no entanto, apesar de o género estar sempre presente em qualquer interação social, este varia de importância consoante diferentes situações.

---

<sup>16</sup> “a person’s gender is not simply an aspect of what one is, but, more fundamentally, it is something that one *does*, and does recurrently, in interaction with others”

<sup>17</sup> “Doing gender involves a complex of socially guided perceptual, interactional, and micropolitical activities that casts particular pursuits as expressions of masculine and feminine ‘natures’”

Contudo, West e Zimmerman (1987, 2002, 2009) advogam que, porque aparências, maneirismos, posturas e comportamentos individuais são constantemente lidos, interpretados, avaliados, e legitimados ou desacreditados como parte de uma demonstração de género, o indivíduo constrói o género quer tenha essa intenção ou não. Isto porque “construir o género nem sempre é corresponder a concepções normativas de feminilidade ou masculinidade; é envolver-se em comportamentos, correndo o risco de uma avaliação de desempenho de género”<sup>18</sup> (West & Zimmerman, 2002, p. 46). Essa forma de fazer ou construir o género é avaliada segundo uma atribuição de género que é feita pelos/as outros/as. Estes/as utilizam as suas capacidades sociais apreendidas e internalizadas ao longo da vida para atribuir um género ao indivíduo (West & Zimmerman, *idem*; Lucal, 1999).

Vale a pena ainda acrescentar que a proposta de West e Zimmerman (1987, 2002) desenvolve uma distinção analítica entre sexo, categorização sexual e género. Sexo é comumente aceite enquanto a posse de genitais masculinos ou femininos, embora critérios hormonais e cromossomais possam ser aplicados quando subsistem dúvidas.

A categorização sexual envolve a demonstração e reconhecimento dos sinais externos socialmente aceites enquanto sexo, tais como vestuário, comportamento e porte. Serve como um recurso para a interpretação do comportamento social específico da situação social em que o indivíduo se encontra, enquanto os outros indivíduos com quem interage tentam adequar o comportamento enquanto masculino ou feminino. Ou seja, a definição social de uma pessoa enquanto membro de uma categoria sexual e não de outra (e existem apenas duas possibilidades) é uma forma de descredibilizar ou aceitar práticas enquanto femininas ou masculinas.

No entanto, categoria sexual e género não são o mesmo. Uma mulher pode ser vista como pouco feminina, mas ainda assim como mulher. Deste modo, a relação entre categorização sexual e género é a relação entre ser um/a possuidor/a reconhecido/a de uma categoria sexual e o ser responsável por demonstrações de género em função de concepções culturais de comportamento compatível com a ‘natureza essencial’ de uma mulher ou de um homem. Ou seja, “refere-se a desempenhar o papel, ao trabalho envolvido em comportar-se como feminina ou masculino”<sup>19</sup> (Holmes, 2007, p. 54). Deste modo, o género é conceptualizado enquanto um processo situacional em contínuo, um realizar em oposição a um ser.

---

<sup>18</sup> “to ‘do’ gender is not always to live up to normative conceptions of femininity or masculinity; it is to engage in behavior *at the risk of gender assessment*”

<sup>19</sup> “refers to acting the part, to the work involved in behaving as feminine or masculine”

Apesar de autores como Deutsch (2007), Vidal-Ortiz (2009), Kitzinger (2009) e Risman (2009, 2013) considerarem esta proposta de West e Zimmerman inovadora e transformadora da sociologia de género, nomeadamente ao retirar importância à socialização enquanto base da diferença de género entre homens e mulheres; ao expor as fragilidades das abordagens estruturais deterministas de género; ao alertar para expressões sociais e culturais de diferenças de género antes consideradas naturais; e ao implicar que, se o género pode ser feito ou construído, pode igualmente ser desfeito ou desconstruído, tendo um potencial revolucionário da agência, apontam também para alguns problemas.

Primeiramente, Deutsch (2007; Risman, 2013) realça que a teoria de *doing gender* perpetua a ideia de que o sistema genderizado de opressão é impermeável à mudança social e ignora as ligações entre a interação social e a mudança estrutural. Segundo a autora, é essencial ter-se maior atenção às variações nas desigualdades de género existentes entre sociedades, ao longo do tempo e mesmo no seio de uma mesma sociedade, indo contra o proposto por West e Zimmerman que deixam implícita a invariância das desigualdades de género e a irrelevância do grau de desigualdade. Simultaneamente, alerta para o facto de a tese destes autores ter sido usada frequentemente para mostrar como as relações de género são mantidas e até mesmo para argumentar que quanto mais transformações sociais se verificam, mais as diferenças e desigualdades de género se mantêm.

Vidal-Ortiz (2009) sublinha que West e Zimmerman não exploram completamente questões como a resistência ou a agência, aproveitando pesquisas voltadas para as populações marginalizadas para ilustrar que a agência e as instituições estão interligadas de modo mais explícito do que o referido por estes sociólogos.

Kitzinger (2009) considera o artigo de 1987 um marco na sociologia de género, mas concomitantemente uma oportunidade perdida. Baseia-se, desenvolve e promove a teoria de Garfinkel de 1967 sobre a produção de género na interação, mas não consegue avançar ou descrever um método para o analisar e estudar.

Risman (2009; 2013) critica não o conceito original de *doing gender*, mas a forma como tem sido usado, e, na sua opinião, usado indevidamente. A autora realça que o conceito entrou de tal forma no léxico sociológico, que qualquer comportamento masculino ou feminino se torna um comportamento genderizado. Williams (2002) acrescenta ainda que Risman explica que a perspetiva da construção de género não reflete suficientemente sobre a interseção entre a estratificação de género institucional, as expectativas situacionais, e os *selves* genderizados, e que a influência das instituições genderizadas e dos contextos

interacionais persiste mesmo nas situações em que os indivíduos são capazes de mudança. Risman identifica a necessidade de considerar a interseção do processo com a estrutura.

Para além destas críticas à teoria de West e Zimmerman, o próprio conceito de *doing gender* tem sido alvo de um intenso debate teórico. Alguns/mas autores/as, como Butler (2004), Deutsch (2007) e Risman (2009; 2013), argumentam que o conceito apenas reflete as formas segundo as quais os indivíduos reproduzem e perpetuam as diferenças e desigualdades de género. Para estas autoras, o género binário pode ser subvertido na interação, através da desconstrução de género (*undoing gender*).

Judith Butler (2004) foi a primeira autora a introduzir o conceito de *undoing gender* – sem, contudo, nunca fazer referência aos autores do conceito de *doing gender* –, aproveitado e ligeiramente alterado depois por Deutsch (2007). Butler critica o que entende como uma forma automática e mecânica de construção de género. "Se o género é uma espécie de ação, uma atividade incessante realizada, em parte, sem que alguém saiba e sem intencionalidade, não é por essa razão automática ou mecânica"<sup>20</sup>, porque defende que o género se trata de "uma prática de improviso dentro de uma cena de constrangimento"<sup>21</sup> (2004, p. 1). Esta cena de constrangimento refere-se ao facto de que o género, quando é feito ou construído, não o é de forma isolada, mas sim em relação a outros indivíduos, mesmo que imaginários e em relação a concepções normativas (socialmente articuladas e mutáveis) que reconhecem ou não o indivíduo enquanto sujeito.

Estas normas, segundo a autora, têm grandes consequências no reconhecimento de direitos ao indivíduo consoante o seu grau de subjetivação. Há indivíduos que, por agirem de acordo com as normas relativamente ao género, mas também por exemplo à raça/etnia, são considerados sujeitos, enquanto outros são considerados menos sujeitos ou não sujeitos de todo por se distanciarem dessas normas. É a razão por que Butler critica o automatismo e mecanicismo associado ao fazer ou construir o género deve-se exatamente à possibilidade de o indivíduo se distanciar das concepções normativas que constituem o discurso de género dominante, o que lhe permite desenvolver uma relação crítica com as normas, uma capacidade de suspender ou adiar a necessidade ou o desejo de normas. Esta relação crítica do indivíduo depende da sua capacidade coletiva de articular uma alternativa, uma versão minoritária de ideais e normas que lhe permitam agir. Isto porque, para a autora, a forma como o indivíduo constrói o género é dependente da forma como ele/a é constituído/a pelas normas e da sua capacidade de fazer algo com o que é feito dele/a. No

---

<sup>20</sup> "If gender is a kind of doing, an incessant activity performed, in part, without one's knowing and without one's willing, it is not for that reason automatic or mechanical"

<sup>21</sup> "a practice of improvisation within a scene of constraint"

entanto, esta capacidade do indivíduo é sempre e invariavelmente constituída “pelo que está antes de nós e fora de nós”<sup>22</sup> (Butler, 2004, p. 3), limitando-lhe a capacidade de mudança das estruturas de género.

Deste modo, Butler defende que a agência do indivíduo começa com a constituição deste a partir de um mundo que não escolheu, logo a partir de um discurso de género dominante que pode não compartilhar, a referida “cena de constrangimento”. Este paradoxo – da capacidade de produzir “uma prática de improviso dentro de uma cena de constrangimento” – constitui a condição da possibilidade de agência e não a sua impossibilidade. Assim, o indivíduo, constituído e dependente de normas, tem a capacidade de manter com estas uma relação crítica e transformadora que, no entanto, pode ameaçar o seu reconhecimento como sujeito. Porém, esse reconhecimento pode tornar-se de menor importância face à possibilidade de viver e construir o género de forma diferente, subversiva, e por isso passível de ser vivido e construído.

Deutsch (2007) propõe que se use o termo *doing gender* apenas e só para as interações sociais que reproduzem a diferença de género e o termo *undoing gender* para as interações sociais que reduzem a diferença de género. A palavra *do* (fazer ou construir) denota ação, algo que tem um efeito. *Doing* é um modo de enfatizar que o género é construído continuamente em interações sociais sempre presentes na vida do indivíduo. No entanto, se construir se refere a algo que é feito, então *doing gender* recordará sempre as diferenças de género mais do que o minorar essas diferenças. Embora West e Zimmerman definam o conceito como englobando a conformidade e a resistência às conceções normativas e estruturas de género, o uso atual do conceito é no sentido da conformidade, não permitindo o avanço do projeto feminista de desmantelamento da desigualdade de género.

Deutsch define mudanças na estrutura de género enquanto os momentos ou situações em que os indivíduos, homens e mulheres, rapazes e raparigas, desconstróem o género, ou seja, quando agem sem seguir os guiões tradicionais de comportamento genderizado. Se o género pode ser construído, pode igualmente ser desconstruído. As instituições genderizadas podem mudar e as interações sociais que as suportam podem desfazer-se.

Risman (2009) sublinha, num número especial da revista *Gender and Society* que comemorou os 20 anos do artigo “Doing Gender” publicado em 1987<sup>23</sup>, que o conceito de *undoing gender* não significa que se ignore a existência de uma multiplicidade de masculinidades ou feminilidades que existem e variam consoante a classe, etnia e posição

---

<sup>22</sup> “by what is before us and outside us”

<sup>23</sup> Número no qual se encontram também os artigos de Vidal-Ortiz, Kitzinger e Risman mencionados neste subcapítulo.



social ocupada pelos indivíduos. Nem que se deva subestimar quando a construção de género apenas se transforma sem diminuir o privilégio masculino. Em vez disso, Risman defende que se deve tomar particular atenção a diferentes tipos de género, às formas como o género pode estar a mudar, e/ou se o género está a ser desconstruído. E avança um possível critério para a identificação da desconstrução de género: o desafio ao essencialismo da distinção binária entre pessoas baseada nas categorias sexuais.

Definir qualquer comportamento de um grupo de rapazes ou homens como uma forma de masculinidade e quaisquer novas normas desenvolvidas entre as raparigas ou mulheres enquanto novas feminilidades dirige os teóricos a um beco sem saída intelectual. O que leva a autora a avançar uma hipótese: o indivíduo pode simultaneamente desconstruir alguns aspetos do género, enquanto constrói outros.

Porém, West e Zimmerman (2009) defendem, no mesmo número da Revista *Gender and Society* e em resposta às críticas apresentadas, que o género nunca pode ser desconstruído (*undone*) nos moldes em que é defendido por Butler (2004), Deutsch (2007) e Risman (2009). Isto porque desconstruir implica abandono, que determinada categoria sexual (ou de classe ou de etnia) já não constitui algo pelo qual o indivíduo é responsabilizado. E, para os autores, este pensamento é uma consequência de partir do conceito da construção de género sem ter conhecimento de que o conceito de responsabilidade (*accountability*) está no seu centro. Esta responsabilização do indivíduo pela sua forma de fazer ou construir o género não elimina a possibilidade de agência, intenção consciente ou resistência, antes contextualizam-nas.

West e Zimmerman sublinham que o carácter opressivo do género repousa não apenas na diferença, mas nas inferências a partir desta e nas suas consequências. As inferências e respetivas consequências estão ligadas e apoiadas por circunstâncias históricas e estruturais. Transformações nessas circunstâncias podem facilitar mudanças na responsabilidade de género e enfraquecer a sua utilidade enquanto uma base para a hegemonia masculina. Mas não é possível o desaparecimento total e completo das estruturas responsabilizadoras de género. Em vez disso, podem mudar para acomodar formas menos opressivas de construção. Parece a West e Zimmerman (2009) que o que está em causa é uma mudança nas conceções normativas pelas quais os membros de cada categoria sexual particular são responsabilizados e não a sua erradicação.

Lucal (1999) vai ao encontro da teoria desenvolvida por West e Zimmerman ao defender que, como o género é penetrante na sociedade, o indivíduo não pode escolher não participar na sua construção. Mesmo que tente, outros o farão por ele ao avaliarem-no como membro de uma das duas categorias sexuais disponíveis. Para a sociedade, o género

significa diferença. A erosão das fronteiras iria problematizar essa estrutura. Por isso, para o gênero operar como atualmente opera, as categorias sexuais não podem ser expandidas. A manutenção da estrutura de gênero está dependente da criação de algumas categorias que são mutuamente exclusivas, das quais os membros são tão diferentes quanto possível. É a clareza das fronteiras entre as categorias que permite ao gênero ser usado para transferir direitos e responsabilidades bem como recursos e recompensas.

### **1.2.2. O papel da performatividade**

Judith Butler (1990, 2004) afasta-se da concepção de West e Zimmerman (1987, 2009) ao considerar que o gênero não é algo que o indivíduo faz ou constrói, não é um papel que se desempenha ou é performado. Ao invés disso, Butler defende que o gênero é um sistema de significados, um discurso dominante, que pode (ou não) ser reiterado na ação, produzindo efeitos na constituição do indivíduo em masculino ou feminino. O indivíduo é percecionado, nesta concepção teórica, enquanto um efeito do discurso, do poder ou da linguagem, isto é, o indivíduo é o efeito instituído de ações anteriores (Butler, 1990, 2004; Francis, 2008). Ou seja, como refere Holmes (2007, p. 173), em Butler, “*gender does us*”.

Butler segue, na sua conceptualização de gênero, a teoria discursiva de Foucault (1990). Para este, o discurso consiste não só num sistema de significados sistematicamente organizado, num reflexo de uma realidade já ordenada; mas constitui também práticas sociais que têm significado, com as quais a realidade é ordenada. Deste modo, os discursos produzem a forma como os indivíduos percecionam a realidade exterior, como internalizam as normas e padrões comportamentais apropriados e indesejáveis, mas também produzem o modo como o indivíduo se constitui e autodefine. Ou seja, o indivíduo, ao moldar os seus comportamentos e ações às normas implícitas nos discursos dominantes, torna-se efeito do discurso, aqui entendido enquanto produtor de identidade. Na teoria de Foucault, “o surgimento da subjetividade é um processo de subjetivação”<sup>24</sup> (Alsop, Fitzsimons & Lennon, 2002, p. 82), dado que o indivíduo se torna sujeito com as suas ações e com as ações dos outros em relação a si. Ações imbuídas pelas normas e padrões implícitos no discurso dominante.

Esta subjetivação, existente através do processo constitutivo do indivíduo enquanto sujeito ao moldar as suas ações e comportamentos ao discurso dominante, mostra a relação existente, em Foucault, entre poder e discurso. Para este, os discursos servem para reforçar

---

<sup>24</sup> “the emergence of subjectivity is a process of subjectification”

ou deteriorar relações de poder entre indivíduos. Isto porque o poder é conceptualizado, enquanto relacional e fluido, e não apenas repressivo ou exercido exteriormente por estruturas sociais, tal como defendido em teorias materialistas, fazendo referências ao capitalismo ou patriarcado. Ele é operado de forma subtil e difusa enquanto uma força que é internalizada pelo indivíduo, levando-o a vigiar-se e disciplinar-se a si, ao seu comportamento, mas também ao seu corpo, de modo a corresponder ao que é entendido como normal (Foucault, 1990).

No entanto, e porque mesmo o discurso mais hegemónico é sempre conceptualizado enquanto aberto e polivalente, quando o poder é exercido, existe a possibilidade de emergência de um discurso de resistência. Isto porque o autor entende que os discursos podem variar de significado consoante o contexto e podem ser usados de formas subversivas em situações distintas. Tanto podem transmitir, produzir e reforçar o poder, como também limitá-lo, expô-lo, torná-lo frágil e passível de ser contrariado.

É com esta possibilidade da existência de discursos contraditórios no seio da mesma estratégia global que Foucault parece querer combater o determinismo social e a negligência da agência, apontados por Sibeon (2004) à sua teoria. Deste modo, os discursos invertidos pretendem afirmar algo que de outra forma é negado ou proibido, possibilitando aos indivíduos deslegitimados, no contexto do discurso dominante, a inversão dos seus termos de forma a afirmar a sua existência. Este discurso invertido capacita-os a dar outro significado a um discurso com a finalidade de lutar por uma posição ou comportamento que é originalmente condenado ou patologizado por esse mesmo discurso original. O que pode implicar a expropriação de pressupostos que foram naturalizados por um discurso específico e utilizá-los de formas surpreendentes ou desafiadoras (Lloyd, 2005).

Voltando a Butler (1990, 2004), o discurso é, tal como em Foucault, produtor de identidades e o indivíduo é constituído sujeito através da sua performatividade, tendo em conta a sua relação com convenções discursivas dominantes. É nessa relação e na necessidade, nos atos performativos, de citação e reiteração de discursos e normas que surge a possibilidade de resignificação e consequentemente de agência individual.

Para a autora, quando o indivíduo nasce, depois da examinação do corpo físico, dá-se uma interpelação fundante, na qual é designado como masculino ou feminino. Mas não é o corpo material que define o género. O género é constituído através da nomeação do corpo, dessa designação de género, tornando o corpo e respetivo sexo em construções sociais. No entanto, depois dessa interpelação fundante, o indivíduo necessita de uma constante repetição e reiteração de atos performativos que reforcem, citem e recitem ou contestem,

neguem e subvertam o discurso de género dominante. Isto porque o género, ou a identidade de género, é um processo contínuo, sem um fim (Butler, 1990, 2004; Lorber, 2005).

Para Butler, o género não é um papel que se desempenha, como em Goffman, não é algo que “se coloca de manhã e se descarta quando se tem vontade”<sup>25</sup> (Jackson & Scott, 2002, p. 19), mas sim algo performativo, no sentido de produzir efeitos, nomeadamente a já referida constituição do indivíduo em masculino ou feminino, tal como o processo de subjetivação de Foucault (1990). É através dessa constituição do indivíduo enquanto um indivíduo genderizado que este socialmente se torna quem é. Ou seja, o género é, para a filósofa política, “algo que nos torna quem somos de forma contínua”<sup>26</sup> (Holmes, 2007, p. 60). Isto porque nenhuma pessoa é, à partida, homem ou mulher. Antes, tal como defendido por Beauvoir, vai-se tornando homem ou mulher, dado que o género não é algo que o indivíduo tem (ou não) de forma fixa, estável e definitiva, mas é um processo “construído situacionalmente através dos desempenhos de agentes ativos”<sup>27</sup> (Messner, 2000, p. 769).

E estas performances por parte de agentes ativos constituem “uma repetição estilizada de atos”<sup>28</sup> (Butler, 1990, p. 140). Ou seja, para a autora, a performatividade de género nunca se trata de uma ação isolada. Traz consigo uma relação estreita com um conjunto de conceções normativas de género, a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas (Almeida, 2004; Oliveira & Nogueira, 2009). Apesar de se poder pensar a performatividade como uma ação no presente, “implica citar práticas passadas, referindo-se a convenções existentes, reiterando normas conhecidas”<sup>29</sup> (Jackson & Scott, 2002, p. 19). Deste modo, a performatividade esconde a citação e repetição de convenções discursivas dominantes (Martin, 2003). Ou, por outras palavras, a performatividade “(...) é sempre uma reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas e, na medida em que adquire um status de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição”<sup>30</sup> (Butler, 1993, p. 12).

Como o indivíduo, e sua identidade de género, estão num processo contínuo de performatividade, entendendo Butler performatividade – inspirada em Austin e Derrida –

---

<sup>25</sup> “you ‘put on’ in the morning and discard at will”

<sup>26</sup> “something that makes us who we are in an ongoing way”

<sup>27</sup> “situationally constructed through the performances of active agents”

<sup>28</sup> “a stylized repetition of acts”

<sup>29</sup> “it entails citing past practices, referring to existing conventions, reitering known norms”

<sup>30</sup> it is always a reiteration of a norm or a set of norms, and to the extent that it acquires an act-like status in the present, it conceals or dissimulates the conventions of which it is a repetition”

como “palavras que fazem coisas. Trazem à existência o que falam”<sup>31</sup> (Holmes, p. 60), e esta implica uma constante reiteração de normas e práticas que constituem o indivíduo enquanto genderizado, é nesta necessidade perpétua de reiteração que subsiste a possibilidade de agência individual (Butler, 1990, 2004; Lorber, 2005).

Porque Butler refuta a ideia de que, pelo facto de o indivíduo ser constituído pelo discurso (Oliveira et al., 2009; Almeida, 2014), ele é simultaneamente determinado por este, impedindo deste modo a agência. A autora defende que existem conjunturas e contextos que possibilitam ações individuais que rompem com o contexto e discurso dominante anterior, assumindo assim novos contextos e significados, permitindo a subversão. Este processo é denominado por ressignificação, que consiste em atos de repetição que, apesar de desempenhados a partir das, e possibilitados pelas, posições dos indivíduos, que são elas próprias construídas pelos próprios regimes discursivos que eles contestam, são simultaneamente inovações (Butler, 1990, 2004).

No entanto, há alguns pontos importantes a considerar no que diz respeito à conceptualização da agência individual em Butler (1990, 2004). A agência é percecionada pela autora como o poder é concebido por Foucault. Não constitui um atributo ou propriedade do indivíduo, mas sim algo que surge na sua atuação. Contudo, parece ser considerada agência apenas a ação subversiva ou transgressora relativamente ao discurso de género e de poder dominante, embora não seja possível, ao indivíduo, garantir os resultados ou efeitos dessa ação (Lloyd, 2005). Butler realça ainda que, apesar de a performatividade ser uma escolha, o poder de escolha é restrito e limitado, dado que as ações individuais têm lugar numa matriz regulatória rígida. O indivíduo pode interpretar e ressignificar as normas e o discurso dominante, dotando-os de significados novos e distintos, desconstruindo-os, mas essa capacidade depende das posições ocupadas e contextos em que o indivíduo se move. Isto porque uma série de estigmas, mitos e punições sociais existem para impedir os indivíduos de transgredir em relação ao dualismo de género e às assunções patriarcais que estruturam os produtos culturais através dos quais os indivíduos organizam as suas vidas (Butler, 1990, 2004; Francis, 2008). Aqueles e aquelas que, nas suas ações performativas, não reiteram o discurso de género dominante são punidos, sofrendo, dependendo das circunstâncias e da intensidade da transgressão, de “danos simbólicos e físicos, morais e sociais” (Louro, 2013).

Contudo, Butler tem sido, ao longo de décadas, alvo de críticas. Nomeadamente, Martha Nussbaum (1999) acusa-a de não contribuir para o movimento e ativismo feministas,

---

<sup>31</sup> “words that do things. They bring into being the thing of which they speak”

limitando-se a uma “transgressão rebelde abstrata”<sup>32</sup> (Beasley, 2005, p. 41) e a “jogos de palavras”<sup>33</sup> (idem, p. 103). Ao considerar que o indivíduo se constitui enquanto feminino ou masculino através do discurso e seus efeitos, através da citação e reiteração de normas pré-existentes em atos e estilos de género, sem qualquer ligação à materialidade do corpo físico, mas que, através da repetição, dotam essas ações de um estatuto real e incorporado socialmente, esquece ou parece esquecer o contexto social mais abrangente e condições sociais e estruturais concretas. A percepção do indivíduo e da sua identidade de género enquanto um processo contínuo, instável, fluido e incerto dificulta a construção de uma identidade coletiva política e social necessária para o movimento feminista e até mesmo para o movimento LGBTQIA+, tornando-se cúmplice do silenciamento de grupos sociais marginalizados.

Seyla Benhabib desenvolve a mesma crítica de Nussbaum. Para Benhabib, o movimento político feminista exige, enquanto movimento identitário, a noção de um indivíduo estável. Só através dessa estabilidade é que a agência, necessariamente coletiva, é possível. Porém, para Butler, é exatamente a instabilidade e o processo contínuo de significação e reiteração que abre portas para a renegociação e transformação do sistema de significados dominante (Alsop, Fitzsimons & Lennon, 2002).

Michael Messner (2002), apesar de reconhecer que a ideia de género como performatividade coloca, em primeiro plano analítico, a agência dos indivíduos, realçando a fluidez contextual do género, que, numa situação, pode revelar-se conservador e reproduzido, e, noutra, transgressivo e em rutura, sublinha a teoria de Walters ao defender que a performatividade de género nunca é um ato simplesmente voluntário. Ao invés disso, necessita de se ter em consideração a ligação ao poder de género “restringir, controlar, violar e configurar”<sup>34</sup> (Walters, 1999, p. 250, in Messner, 2000). Nesta perspetiva, o género é visto enquanto construído no seio de configurações históricas, sociais e políticas específicas que constroem ou possibilitam certas interações.

Emanuel Oliveira e Ana Sofia Neves (2012) partem da teoria de Butler quando propõem que “o género é algo que se reproduz socialmente e se materializa em ações contínuas e repetidas no tempo e nos espaços” (idem, p. 8), para tentar compreender se as performatividades de género de um grupo de irmãs religiosas são constangidas por discursos e representações da Igreja Católica. Os autores consideram que as expressões de género são fortemente condicionadas por conceções normativas sociais e culturais, pelo

---

<sup>32</sup> “abstract rebellious transgression”

<sup>33</sup> “word games”

<sup>34</sup> “to constrain, control, violate, and configure”

que as mulheres, e, neste caso mais ainda as irmãs religiosas, terão um conjunto específico de modos de agir e pensar. Nomeadamente, um conjunto de regras orientado pelo amor incondicional e conformismo, fortemente determinado pelo chamamento de Deus.

Ana Cristina Santos (2009) também deriva da teoria da filósofa norte-americana para desenvolver a sua conceptualização de género e uma definição de performatividade. Para a socióloga, a performatividade consiste em “manifestações corporais identitárias que, pelo seu carácter público e reiterado, conferem ao indivíduo uma identidade reconhecida pelo seu grupo (endógena) e/ou pelo que lhe é exterior (exógena)” (idem, p. 99). Esta performatividade reenvia para a necessidade de reiteração de conceções normativas e do processo de ressignificação para a constituição do indivíduo enquanto sujeito. “As pessoas são construídas, por imposição normativa exterior (e interior, por consequência), como correspondendo a esta ou aquela categoria identitária, cuja existência depende invariavelmente de dois fatores principais: a identificação de um oposto através do qual determinada identidade adquire (auto)sentido e a repetição pública dos elementos que alegadamente a constituem” (idem, p. 106).

Conceição Nogueira (2001a, 2001b, 2008) propõe, tal como Butler, uma conceção de género em que este é “uma construção social, não uma inevitabilidade biológica” (2001a, p. 23). Os indivíduos performatizam o seu género, escolhendo ou ignorando determinadas opções comportamentais disponíveis nos discursos e ideologias de género que, em maior ou menor grau, internalizam ao longo da sua vida. Segundo a autora, “tanto homens como mulheres, acabam por internalizar traços, comportamentos e papéis”, mas simultaneamente “as mulheres internalizam também a sua desvalorização e subordinação” (Nogueira, idem, p. 22). Deste modo, esta construção social, “produto de discursos histórica e culturalmente contingentes” (Nogueira, 2001b, p. 146), é produtora de significados de género distintos para homens e mulheres que hierarquicamente organizam as interações quotidianas e governam “o acesso ao poder e aos recursos” (Nogueira, 2001a, p. 21), elaborando uma teia de relações complexas de poder.

Por fim, Maria do Mar Pereira (2009, 2012) desenvolve uma investigação científica com o objetivo de compreender como rapazes e raparigas, no contexto escolar, “acentuam e minimizam, reforçam e contestam diferenças e semelhanças assentes nas categorias «masculino» e «feminino»” (2009, p. 114). Nesta pesquisa, a autora desenvolve uma conceptualização teórica em que o género é percecionado enquanto uma negociação performativa situacional em que os indivíduos são ativos produtores de comportamentos e significados. Este posicionamento teórico sublinha a agência presente no processo de fazer o género, sem, no entanto, considerar as performatividades como totalmente livres e

originais. Estas inserem-se num contexto específico de interação, associado a significados e valorizações sociais e culturais, que torna determinada performance mais vantajosa, ou pelo contrário, mais perigosa.

### **1.3. A construção de género: perspetivas integradoras**

#### **1.3.1. O papel das estruturas, contextos e interações**

Raywen Connell (1987, 2009) propõe uma teoria em que o género se constitui enquanto uma estrutura social com padrões abrangentes e estáveis de relações sociais, expectativas, papéis e comportamentos genderizados, mas em que cada indivíduo não nasce homem ou mulher, antes torna-se homem ou mulher, seguindo a premissa de Beauvoir. Segundo a socióloga australiana, não se pode pensar a masculinidade ou a feminilidade como algo fixado pela natureza ou apenas imposto pelo exterior, através de normas sociais ou pressões derivadas de fontes de autoridade. Ou seja, o indivíduo não é considerado enquanto um sujeito que é socializado para um determinado papel sexual, e que o interioriza e exterioriza passivamente nas suas ações e interações sociais. A ação individual é conceptualizada enquanto uma ação criativa, com potencial para criar novos padrões de género.

No entanto, essa ação, e essa criatividade existente na ação individual, não são construídas no vazio histórico, geográfico, social e cultural. O indivíduo age dentro de situações e contextos criados por ações passadas, dele bem como de outras pessoas. "Trabalha-se no passado à medida que se avança no futuro"<sup>35</sup> (Connell, 2009, p. 23). Ou seja, o género é conceptualizado enquanto "relações, limites, práticas, identidades e imagens criadas ativamente nos processos sociais"<sup>36</sup> (idem, p. 30), mas que se formam em circunstâncias históricas específicas que influenciam profundamente as ações e os percursos de vida individuais de formas muitas vezes contraditórias.

Deste modo, Connell defende uma teoria de género que integra não só uma conceção de género enquanto uma construção a partir do exterior do indivíduo (correntes estruturalistas), mas também uma construção a partir do próprio indivíduo (correntes individualistas ou agencialistas).

---

<sup>35</sup> "We work on the past as we move into the future"

<sup>36</sup> "relationships, boundaries, practices, identities and images that are actively created in social processes"



Para a autora, o género deve ser entendido enquanto "relações sociais nas quais indivíduos e grupos atuam"<sup>37</sup> (idem, p. 10). Como tal, Connell não defende o género enquanto uma expressão da biologia, mas sim enquanto um padrão de disposições sociais que governa as atividades e as práticas quotidianas. E esse padrão de disposições sociais envolve uma relação específica com o corpo, em que a complexidade biológica é encaixada numa dicotomia, entre o feminino e o masculino, que, por vezes, exagera, nega, mitologiza ou complica as diferenças corporais. Existe uma arena na qual os corpos são transformados em processos sociais, que Connell designa por arena reprodutiva, na qual a conduta social transforma a diferença reprodutiva. Por conseguinte, "género é a estrutura das relações sociais que se centra na arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem distinções reprodutivas entre os corpos para os processos sociais"<sup>38</sup> (idem, p. 11).

As relações de género, permanentemente construídas e reconstruídas na vida quotidiana, tal como proposto por West e Zimmerman (1987, 2002, 2009), são as relações que têm origem na ou em torno da arena reprodutiva. Tal como estes autores, também Connell (2009) advoga que cada pessoa constrói o seu género, mas moldado pelo seu contexto social e cultural de padrões duradouros e extensivos de ações, expectativas, papéis e comportamentos. O indivíduo não possui uma liberdade total na sua construção de género, o que reenvia para a responsabilização do indivíduo, basilar na teoria de West e Zimmerman, mas a estrutura de relações de género também não determina por completo o modo como grupos ou indivíduos agem. A estrutura de relações define possibilidades e consequências para a ação, influenciando assim as práticas sociais. No entanto, as estruturas sociais são historicamente construídas, isto é, desenvolvem-se a partir do comportamento dos indivíduos ao longo do tempo. As estruturas de género desenvolvem-se e permanecem enquanto persistirem comportamentos genderizados, o que abre a possibilidade à mudança na estrutura de relações sociais. Aliás, "o mundo social nunca é simplesmente reproduzido. É sempre reconstituído pela prática. O género como sistema de relações é constituído nesse processo histórico e, portanto, nunca pode ser fixo nem reproduzido exatamente"<sup>39</sup> (Connell, 2009, p. 71).

---

<sup>37</sup> "a matter of the social relations within which individuals and groups act"

<sup>38</sup> "gender is the structure of social relations that centres on the reproductive arena, and the set of practices that bring reproductive distinctions between bodies into social processes"

<sup>39</sup> "the social world is never simply reproduced. It is always reconstituted by practice. Gender as a system of relations is constituted in this historical process, and accordingly can never be fixed, nor exactly reproduced"

Porém, “o gênero envolve muito mais do que relações individuais entre os corpos; envolve uma ordem institucional e cultural vasta e complicada”<sup>40</sup> (Connell, 2009, p. 56). Essa ordem cultural e institucional, denominada pela autora, como ordem de gênero, confere aos corpos um significado genderizado ao constituir-se enquanto um conjunto de padrões abrangentes de disposições de gênero, que são simultaneamente fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas também fonte de desigualdades, injustiças e distribuição de poder. Os corpos fazem parte e participam nessa ordem de gênero produtora de significado, porque são ativos na procura de prazer, experiência, transformação, ao contrário da perspectiva de Foucault que percebe os corpos enquanto dóceis perante regimes disciplinares e controladores ou até mesmo das teorias da socialização, como Oakley, que conceptualizam o corpo como uma tela em branco (Beasley, 2005).

Na proposta de Connell (2009), os corpos não podem ser considerados apenas enquanto objetos de um processo social, mas também enquanto participantes ativos e agentes sociais na geração e definição do curso desse mesmo processo, através das suas capacidades, necessidades e desenvolvimento, e através das direções definidas pelos seus prazeres e habilidades. Os corpos têm agência, mas também são construídos socialmente, ou seja, “os corpos são simultaneamente objetos de práticas sociais e agentes da prática social”<sup>41</sup> (Connell, 2009, p. 67). Existe uma relação histórica, aberta à continuidade ou mudança, entre processos corporais e estruturas sociais, porque as práticas sociais nas quais os corpos se envolvem dão origem a trajetórias pessoais e a estruturas sociais, que, por sua vez, possibilitam novas práticas sociais envolvendo os corpos. Este processo de interconexão entre corpo e estrutura, entre agente e objeto, é denominado de *social embodiment*. Segundo a socióloga, o gênero é um tipo específico de *social embodiment*, uma vez que as relações de gênero formam uma estrutura social específica, com referência a características corporais particulares e processos de reprodução humana.

Connell distingue quatro dimensões de gênero e quatro estruturas principais nas relações de gênero da sociedade contemporânea global, industrial e pós-industrial, que se interligam, entrecruzam e condicionam na vida quotidiana. Não devem ser percebidas enquanto dimensões separadas, mas sim enquanto ferramentas para a reflexão. São elas o poder; a produção, consumo e acumulação; as relações emocionais e, por fim, o simbolismo, cultura e discurso.

---

<sup>40</sup> “gender involves a lot more than one-to-one relationships between bodies; it involves a vast and complicated institutional and cultural order”

<sup>41</sup> “bodies are both objects of social practices and agents in social practice”

O poder é uma dimensão de género central na conceptualização de patriarcado enquanto um controlo direto das mulheres pelos homens, mas também um controlo indireto das mulheres pelo Estado. Esse controlo verifica-se, por exemplo, no enviesamento masculino que existe nas organizações, tal como advogado por Acker (1990); no favorecimento generalizado dos homens em detrimento das mulheres na maioria das ordens de género, embora haja diferentes formas de privilégio e de desvantagem, que podem ir do puro simbolismo à violência brutal; e nas relações de poder entre homens, visto que apesar de as ordens de género beneficiarem na generalidade, os homens, estes não beneficiam de forma igual. Rapazes e homens que se afastem das definições dominantes de masculinidade, porque são homossexuais ou efeminados, são muitas vezes alvo de abusos verbais, discriminação ou até mesmo de violência.

A produção, consumo e acumulação é particularmente perceptível na divisão sexual do trabalho. Esta divisão é universal ao longo do tempo e do espaço. Todavia, apesar de ser generalizada, não existe exatamente a mesma divisão sexual do trabalho em diferentes culturas e ao longo da história. E, para além disso, esta divisão deve ser considerada, segundo a autora, na sua totalidade. Isto é, a divisão entre trabalho, envolvendo o trabalho pago e a produção para os mercados, e a casa, o reino do trabalho não pago. A esfera económica é socialmente associada ao reino masculino, mesmo com a participação feminina no mercado de trabalho, e a vida doméstica ao reino feminino, não obstante a participação masculina. O trabalho pago e o trabalho doméstico são desempenhados em relações sociais distintas e, conseqüentemente, têm diferentes significados culturais, muitas vezes associados às diferentes “naturezas” dos homens e das mulheres. O consumo está intimamente relacionado com os resultados da divisão sexual do trabalho, em que os homens, com o trabalho pago, obtêm lucro e as mulheres, com o trabalho não pago, obtêm amor. Para além da produção e do consumo, Connell destaca ainda o processo genderizado de acumulação, que é evidente na distribuição organizacional dos rendimentos, como por exemplo nas estruturas salariais e regalias.

No que diz respeito às relações emocionais e à vinculação, considerados extremamente importantes, a socióloga inspira-se na teoria de Freud (Connell, 1987, 2009). O trabalho deste evidenciou como relações, vinculações ou compromissos emocionais podem ser positivos ou negativos, favoráveis ou hostis. Realçou inclusive a frequente simultaneidade do amor e da hostilidade nos compromissos emocionais. Connell destaca a sexualidade como a principal arena de apego emocional. E a sexualidade é frequentemente baseada no género. Os padrões dominantes de disposições sociais estabelecem uma distinção clara entre as relações heterossexuais (consideradas as dominantes, e detentoras de privilégio e

reconhecimento) e as homossexuais. Outra conexão emocional fundamental é a relação entre pais/mães e filhos/as, também potencialmente genderizada.

Por fim, os sistemas culturais, tais como o simbolismo, cultura e discurso, revestem-se de particular interesse nas relações de género. Isto porque as práticas sociais são interpretações do mundo e a sociedade é um mundo de significados que denunciam os processos sociais através dos quais foram construídos. É particularmente notório nos significados, implicações e interpretações historicamente associadas às palavras “homem” ou “mulher”, que são muito maiores do que as características biológicas masculinas ou femininas. Para a autora, para além da importância do discurso na construção de representações, atitudes e sistemas de valores, muito presente na teoria de Lacan (Connell, 1987, 2009), há que considerar também o simbolismo de género presente no vestuário, maquilhagem, gestos, postura, filmes e fotografia.

No seio destas dimensões e estruturas de género, bem como no seio da ordem de género patriarcal da sociedade ocidental contemporânea, Connell (1987) defende a existência de uma hierarquia de versões de masculinidade e feminilidade, cuja inter-relação se centra na dominação masculina. Conceito igualmente defendido por Bourdieu, que o define enquanto “uma relação de dominação que se inscreve numa natureza biológica, sendo esta uma construção social naturalizada” (Oliveira & Amâncio, 2002, p. 54). Esta dominação fornece a base principal para a definição da masculinidade hegemónica, quer no que diz respeito à sua relação com outras masculinidades, quer no que se refere à sua relação com as mulheres.

No conceito de masculinidade hegemónica, hegemonia significa uma ascendência social adquirida através dos conteúdos dos meios de comunicação social, da doutrina religiosa, das políticas estatais de impostos e Estado social, das estruturas organizacionais nomeadamente ao nível remuneratório, mas também uma ascendência social através do uso da força, por exemplo violência económica ou física sustentada por ideologias presentes na lei e na ordem. No entanto, esta ascendência social não é total, dado que existem outros padrões e grupos subordinados que possibilitam a contestação quotidiana e mudanças históricas nas definições de padrões de género em larga escala.

A masculinidade hegemónica não corresponde necessariamente à maioria dos homens. Aliás, a hegemonia muitas vezes envolve “a criação de modelos de masculinidade que são quase especificamente figuras de fantasia (...) ou (...) um ideal inatingível”<sup>42</sup> (Connell, 1987,

---

<sup>42</sup> “the creation of models of masculinity which are quite specifically fantasy figures (...) or (...) an unattainable ideal”

pp. 184-185), mas que são sustentados socialmente pela colaboração de muitos homens que, apesar de não lhes corresponderem, beneficiam da expressão cultural da subordinação feminina, através da manutenção de práticas que institucionalizam a dominação das mulheres por parte dos homens.

A masculinidade hegemónica é construída não só em relação às mulheres, mas também a padrões subordinados de masculinidade. Sendo a característica central da masculinidade hegemónica a sua heterossexualidade e relação estreita com a instituição do casamento, as formas subordinadas de masculinidade são definidas muitas vezes pela homossexualidade. A subordinação de outras formas de masculinidade pela masculinidade hegemónica envolve muitas vezes interações diárias, mas também um certo tipo de guerra ideológica, nomeadamente com assédio legal e policial, violência nas ruas e discriminação económica.

No entanto, no que diz respeito aos padrões de feminilidade, nenhuma representação ideológica é hegemónica entre as mulheres da mesma forma que a masculinidade dominante é hegemónica entre os homens. Isto porque todos os padrões de feminilidade são construídos tendo por base a subordinação feminina. O que tem duas principais consequências nas relações de género e na construção social da feminilidade. Dada a concentração de poder social nos homens, as mulheres têm pouco espaço para a construção de relações institucionalizadas de poder sobre outras mulheres e não existe a organização de uma forma hegemónica de dominação sobre o outro sexo, em torno do poder, autoridade e violência. Para além disso, não existe, nas mulheres, uma pressão para negar ou subordinar outras formas de feminilidade, tal como sucede nos homens, o que poderá possibilitar, segundo a autora, uma maior diversidade de padrões de feminilidade do que de masculinidade.

Para além destas diferenças basilares entre as feminilidades e as masculinidades, tal como acontece com os padrões de masculinidade, também os padrões de feminilidade são históricos, possibilitando a mudança social, a emergência de novas formas e o desaparecimento de outras. E, apesar de terem o apoio da maior parte das mulheres, as representações ideológicas da feminilidade não correspondem necessariamente também ao que as mulheres são.

Contudo, o processo social de construção da feminilidade não consegue evitar a estrutura de dominação global dos homens heterossexuais, o que potencialmente polarizará essa construção em torno da conformidade ou da resistência perante a dominação. A opção da conformidade à dominação, que se baseia na submissão à masculinidade hegemónica e na orientação para a correspondência aos desejos e interesses masculinos, é o padrão de feminilidade central e denominado por feminilidade enfatizada. Tal como a construção

cultural da masculinidade hegemónica, a construção da feminilidade enfatizada é muito pública. Porém, a promoção e publicitação ideológica e cultural do padrão da feminilidade enfatizada ultrapassa em larga escala o que sucede em qualquer tipo de masculinidade. Sendo que a maioria da promoção e publicitação pública desse padrão é organizado, financiado e supervisionado por homens.

Outras formas de feminilidade constroem-se em torno da resistência à dominação masculina ou de combinações estratégicas complexas entre a conformidade, a resistência e a cooperação. A feminilidade enfatizada, ao contrário do que sucede na masculinidade hegemónica, não estabelece uma relação de dominação com as formas alternativas de feminilidade. Ao invés disso, e para garantir a sua manutenção, marginaliza-as. Até porque formas alternativas de feminilidade podem desempenhar um papel importante nas dinâmicas de mudança, uma vez que as masculinidades e as feminilidades podem ser reconstruídas historicamente. Essa possibilidade de mudança social e cultural e de reconstruções dos padrões de masculinidade e feminilidade demonstram a necessidade da manutenção de práticas sociais de postura, pose, vestuário, maquilhagem para a sustentabilidade da definição social de género, “um esforço necessário precisamente devido à *lógica biológica*, e à prática inerte que lhe responde, *que não podem sustentar as categorias de género*”<sup>43</sup> (Connel, 2009, p. 81).

A multiplicidade de masculinidades e a ascendência social de um tipo específico de masculinidade sobre todas as versões de feminilidade e versões minoritárias de masculinidade é também problematizado por Miguel Vale de Almeida (1995). Para o antropólogo, a masculinidade hegemónica é um modelo cultural que “exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo o campo emotivo considerado feminino” (idem, p. 17). Esta conceptualização de uma multiplicidade hierárquica de masculinidades e de feminilidades é possível através da definição de género enquanto um conjunto de significados e expectativas associados aos comportamentos dos elementos de cada sexo no seio de uma cultura, ou seja, o que significa em dada cultura ser homem ou mulher, ser masculino ou feminino, salientando a sua vertente cultural basilar, quando o define enquanto “um sistema de símbolos e significados influenciadores e influenciados de e por práticas e experiências culturais” (1995, p. 139). Assim sendo, o género constitui, para este autor, uma perceção e avaliação cultural, relativista e conjuntural,

---

<sup>43</sup> “an effort that is necessary precisely *because the biological logic*, and the inert practice that responds to it, *cannot sustain the gender categories*”

da feminilidade e masculinidade dos indivíduos, e não apenas uma propriedade do indivíduo, alguma 'coisa' que se tem (Almeida, 1995).

Sofia Aboim (2008), esclarece, tal como Miguel Vale de Almeida, a importância do conceito de masculinidade, trazendo os homens como objeto de estudo para a sociologia de gênero. Defende que as masculinidades, e não apenas a masculinidade, são algo de fluido, em constante construção e resultante da interação. No entanto, a relação na qual é construída a masculinidade é uma relação de dupla dominação: a dominação da masculinidade sobre a feminilidade e a dominação da masculinidade hegemônica, heterossexual e dominante, sobre as outras.

Sofia Aboim e Pedro Vasconcelos (2014) aprofundam a reflexão sobre as masculinidades, em particular as masculinidades subalternas, por oposição à masculinidade hegemônica. Deste modo, preocupam-se em perceber como “homens em posições subordinadas (re)constróem as suas identidades e práticas por referência à norma de poder, sucesso, virilidade e brancura masculina (os princípios-chave que sustentam a masculinidade hegemônica)”<sup>44</sup> (idem, p. 20). Os autores propõem uma apropriação e utilização performativa, por parte destes homens, de símbolos e sinais de forma a representar masculinidade e evitar um sentimento de completa exclusão, visto que estes sinais e símbolos são concebidos como possíveis capitais, discursivos ou materiais. Deste modo, “a semântica mercantilizada das masculinidades nas margens está, nesse sentido, intimamente ligada à hegemonia dos homens, o que implica estratégias diferentes, porém eficazes, de apropriação, por meio de formas sofisticadas de competição, de valor socialmente produzido, material ou simbólico”<sup>45</sup> (idem, p. 28).

Tal como Vale de Almeida, Aboim e Vasconcelos, Anália Torres (2001) defende que não existe apenas uma masculinidade e uma feminilidade. Não se pode falar de masculino e feminino como se cada um fosse uma essência universal, constante e singular. O gênero é bem mais plural que o considerado no modelo binário, não existindo uma só forma de ser “masculino” e uma de ser “feminina”. Isto porque a socióloga concetualiza o gênero como “a diferenciação das categorias sociais 'masculino' e 'feminino': uma diferenciação social que começa com diferenças biológicas e que se constitui como uma ideologia ou construção cultural que define comportamentos e atitudes 'apropriados' em um determinado contexto

---

<sup>44</sup> “men in subordinate positions (re)construct their identities and practices by reference to the norm of masculine power, success, virility and whiteness (the key principles upholding hegemonic masculinity)”

<sup>45</sup> “the marketized semantics of masculinities at the margins is, in this sense, closely linked to the hegemony of men, which implies different but effective strategies of appropriation, through sophisticated forms of competition, of socially produced value, whether material or symbolic”

social específico"<sup>46</sup> (Torres & Brites, 2006, p. 179). Isto é, o género constitui a construção social e cultural de comportamentos, representações, papéis e expectativas dos indivíduos a partir do corpo biológico. Ou seja, a biologia fornece a matéria-prima a partir da qual se constrói o género de cada indivíduo, mas a sociedade e a história fornecem o contexto. Tal como Connell defende com o conceito de arena reprodutiva, o simbólico e o social conferem sentido ao biológico. É necessária a interação, socialização e integração na sociedade. E é essa interação, a partir do corpo biológico, que faz do indivíduo o que ele é. Deste modo, é ao longo de um processo permanente de construções e reconstruções, vulnerável a mudanças e contingências, que o indivíduo desenvolve o seu género. Torres (2001) alerta também, tal como a socióloga australiana, para o importante peso dos constrangimentos socioinstitucionais na construção do género. O local objetivo que o indivíduo ocupa no trabalho, na família e nos contextos em que ocorrem as interações no quotidiano, detém uma influência considerável que West e Zimmerman, por exemplo, negligenciaram.

#### **1.4. A construção de género a partir da negociação quotidiana da estrutura social**

Género é conceptualizado, nesta pesquisa, segundo uma perspetiva que pretende aliar a construção maioritariamente a partir do exterior do indivíduo, através de estruturas sociais socializadoras, instituições genderizadas e relações de poder diferenciadoras; e a construção maioritariamente a partir do indivíduo, através da forma como o indivíduo constrói o género na relação quotidiana com os outros.

Esta proposta teórica e conceptual integradora tem em consideração o papel que o género desempenha enquanto estrutura social como base para a estratificação social, estreitamente relacionado com posições sociais e distribuição de recursos e poder(es), logo também enquanto base para recompensas e punições sociais, tal como defendido por Risman (2004, 2013), Acker (1990) e Martin (2003; Risman, 2004, 2013). O género, para além de ser um sistema de classificação que atribui um significado social e cultural a características físicas e biológicas, como defende Connell (1987, 2009), consiste também em "(...) hierarquia, poder e desigualdade, não apenas diferença"<sup>47</sup> (Kimmell, 2000, p. 1).

---

<sup>46</sup> "the differentiation of the social categories 'masculine' and 'feminine': a social differentiation that starts with biological differences and which is constituted as an ideology or cultural construction that defines 'appropriate' behaviour and attitudes in a given specific social context"

<sup>47</sup> "hierarchy, power, and inequality, not simply difference"



No entanto, para além de ter em conta a dimensão externa e pré-existente ao indivíduo, esta abordagem considera simultaneamente o género enquanto um processo contínuo de construção e reconstrução na e através da interação quotidiana com os outros, seguindo a teoria de West e Zimmerman (1987, 2002, 2009). Interação essa marcada por um historial social e cultural de normas, comportamentos, papéis e expectativas genderizadas associadas, constituindo um discurso de género dominante, como defendido por Butler (1990, 2004), que fornece o contexto social, possibilitando e/ou constringendo uma ação individual consciente e reflexiva de conformidade ou desafio às conceções, normas e expectativas de género.

Género, nesta pesquisa, tal como definido por Jackson and Scott (2002, p. 1) "denota uma divisão hierárquica entre mulheres e homens inseridos em instituições sociais e práticas sociais. O género é, portanto, um fenómeno da estrutura social, mas também é produzido, negociado e sustentado ao nível da interação cotidiana. O mundo em que habitamos é sempre organizado por género. No entanto, o género também é incorporado e vivido por homens e mulheres, em contextos locais, específicos e biográficos e é vivenciado como central para as identidades individuais"<sup>48</sup>.

Para além das abordagens teóricas já explanadas, há ainda outras que são pertinentes e produtivas para a pesquisa. Michael Messner (2000), tal como Connell, desenvolve uma proposta teórica integradora, em que, para uma compreensão da complexidade do peso e da atuação do género, e para entender as condições sob as quais o género é ativado enquanto um princípio organizador saliente na vida social, é necessária uma abordagem que empregue múltiplos níveis de análise, simultânea e mutuamente interligadas entre si de forma complexa.

Messner explora a relação entre os níveis interacional, estrutural e cultural. O nível interacional enfatiza as formas nas quais os agentes sociais desempenham ou constroem o género na interação quotidiana e nas relações mantidas com os outros, o que é útil na descrição de como grupos de pessoas ativamente criam (ou por vezes rompem) as fronteiras que delineiam diferenças categoriais entre as pessoas masculinas e as pessoas femininas. O nível estrutural enfatiza os modos nos quais o género é construído em instituições através de divisões sexuais de trabalho hierárquicas e as condições e os contextos que constringem e possibilitam, nos quais os agentes sociais se mobilizam no

---

<sup>48</sup> "denotes a hierarchical division between women and men embedded in both social institutions and social practices. Gender is thus a social structure phenomenon but is also produced, negotiated and sustained at the level of everyday interaction. The world we inhabit is always already ordered by gender, yet gender is also embodied and lived by men and women, in local, specific, biographical contexts and is experienced as central to individual identities".

sentido de romper ou afirmar as diferenças e desigualdades de género. Por fim, o nível cultural examina como a imersão genderizada partilhada dos indivíduos na cultura (e as suas localizações diferenciadas no que ao género diz respeito) fornece recursos simbólicos com os quais os indivíduos criam ativamente (ou rompem com) diferenças categoriais, o que, segundo o autor, pode ser útil na análise de como os significados de símbolos culturais, num dado contexto institucional, podem desencadear ou ser adquiridos e usados por agentes sociais como recursos para reproduzir, romper ou contestar conceções binárias de diferenças sexuais e relações genderizadas de poder. Estes três níveis de análise apresentam constantes inter-relações, continuidades e contradições, dado que as estruturas sociais simultaneamente constroem e possibilitam, enquanto a agência é simultaneamente reprodutora e resistente.

Também Glenn (in Andersen, 2005) propõe a existência de três níveis de realidade, que, embora distintos, se encontram numa teia complexa de relações sociais. O nível micro da interação, em que normas e regras regulam a interação; o nível das representações sociais, onde símbolos, linguagens e imagens produzem e expressam significados culturais; e o nível da estrutura social, onde poderes e recursos são dispostos segundo o género, a classe social e a etnia.

Olhando agora para as duas últimas propostas teóricas que inspiraram o olhar sociológico desta pesquisa, desta vez, no que diz respeito à relação entre indivíduo e sociedade, agência e estrutura, temos Bernard Lahire e Pierre Bourdieu, a acrescentar à abordagem de Anthony Giddens explicada anteriormente.

Bernard Lahire (2001, 2005) desenvolve uma teoria em torno do património individual de disposições e esquemas de ação, avaliação e perceção, numa reformulação do conceito holista de *habitus* de Pierre Bourdieu (1979). Esse património e esses esquemas e disposições são internalizados em socializações sucessivas e simultâneas numa pluralidade de campos sociais, expressando uma “tensão entre a conceção plural da estrutura externa (campos relativamente autónomos) e a conceção holista da estrutura internalizada (*habitus* enquanto sistemas de disposições)” (Pires, 2009, p. 55). Deste modo, face à pluralidade de disposições incorporadas, o indivíduo pode também mobilizar uma pluralidade de pontos de vista, que serão mobilizados de uma ou de outra forma dependendo do modo como foram internalizados, do momento da biografia do indivíduo em que foram incorporados e da situação atual que os mobiliza (Lahire, 2001, 2005).

Lahire opõe-se à conceção de unicidade do indivíduo, em que este é tomado enquanto uma entidade coerente e homogénea, mas opõe-se igualmente às conceções do indivíduo enquanto ser passível de infinitas fragmentações (Lahire, 2001), como Goffman defendeu ao

substituir o conceito de *self* pelo de *selves*. Lahire critica estas propostas não por desenvolverem uma concepção do indivíduo enquanto homogêneo ou plural, mas por essa concepção do indivíduo ser universal e geral. Para o autor, o indivíduo não corresponde em todos os tempos e espaços a esses modelos, sendo a unicidade ou pluralidade do indivíduo uma questão teórica, mas também histórica. O indivíduo é plural, enquanto “o produto da experiência – muitas vezes precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos”, isto é, “a apreensão do singular enquanto tal, ou seja, do indivíduo enquanto produto complexo de diversos processos de socialização, obriga a ver a pluralidade interna do indivíduo: o singular é necessariamente plural” (Lahire, 2005, p. 25).

A coerência relativa dos esquemas e disposições internalizados pelo indivíduo depende da coerência dos princípios da socialização a que foi sujeito (Lahire, 2001, 2005). Noutras palavras, “quanto mais um indivíduo tiver sido colocado, simultaneamente ou sucessivamente, no seio de uma pluralidade de contextos sociais não homogêneos, e por vezes mesmo contraditórios, mais essa experiência terá sido vivida de maneira precoce, e mais estaremos a lidar com um indivíduo com um património de disposições, de hábitos e de capacidades não homogêneo, não unificado, variando segundo o contexto social no qual tenha sido levado a evoluir” (Lahire, 2001, pp. 26-27).

Contudo, os esquemas ou disposições internalizadas não são todos mobilizados em simultâneo, tendo o presente, a situação precisa em que o indivíduo se encontra, o poder de mobilizar esquemas de ação e percepção ou de mantê-los inativos, à espera de um desencadeador da sua mobilização. Verifica-se uma comunhão entre o indivíduo enquanto produto da incorporação e acumulação de múltiplas disposições e experiências e a sua atualização na situação social presente em função do contexto encontrado.

No entanto, a escolha desse esquema de ação, desse ponto de vista que se adegue melhor à situação presente, depende da capacidade do indivíduo em encontrar a semelhança entre as experiências incorporadas no passado e a situação social em que se encontra no presente. Essas escolhas podem originar no indivíduo períodos de crise de adaptação e de cumplicidade entre o incorporado e o novo, o que é tanto mais comum quanto mais complexa e plural for a sociedade. Logo, a pluralidade do indivíduo e dos seus esquemas e disposições, que implicam necessariamente por parte deste/a, em cada situação concreta, a mobilização de certos esquemas em detrimento de outros, não pode senão conferir liberdade ao indivíduo multissocializado e multideterminado (Lahire, 2001, 2005).

Deste modo, Lahire percebe o indivíduo enquanto possuidor de diferentes formas de reflexão para diferentes tipos de ação. Por vezes, existe uma reflexão planificadora da ação,

mas noutros momentos dá-se uma ação pré-reflexiva, não calculada. Sendo que a diferença entre uma ação e outra depende do tipo de situação que se apresenta ao indivíduo, mas também da maior pluralidade ou unicidade do/a mesmo/a.

O tipo de reflexão e conseqüentemente o tipo de ação, em Lahire, depende do sistema de disposições e de esquemas incorporados pelo indivíduo, mas essa internalização não se processa de forma similar em todos os indivíduos, uma vez que cada um/a incorpora hábitos, pontos de vista, em função daquilo que ele/a é, isto é, em função do que foi incorporado em experiências e interações sociais anteriores. Ou seja, “a cultura incorporada não se ‘transvasa’, mas apropria-se e transforma-se” (Lahire, 2001, p. 229).

Lahire debruça-se, deste modo, sobre sistemas de disposições e esquemas de ação, percepção e avaliação, concebendo o indivíduo enquanto singular tornado plural. O indivíduo torna-se no que é devido à socialização a que foi sujeito e a todas as experiências sociais anteriores. No entanto, e devido ao indivíduo ser multissocializado e multideterminado, tem de escolher o esquema de ação mais pertinente para cada situação social com que se depare, sendo essa liberdade por vezes propiciadora de crises de tensão e de cumplicidade entre o passado e o presente. É o presente que tem o poder de despoletar um sistema de disposições para agir e não outro, fazendo com que o indivíduo aja de uma forma e não de outra, podendo assumir lógicas de ação diferenciadas, porque “nós somos (...) plurais, diferentes em situações diferentes da vida ordinária, estranhos às outras partes de nós mesmos quando somos investidos neste ou naquele domínio da existência social” (Lahire, 2001, p. 50).

Esta proposta de sistemas de disposições ou esquemas de ação, percepção e avaliação internalizados pelo indivíduo ao longo da sua trajetória e mobilizados em função do presente desencadeador, tal como referido anteriormente, deriva da teoria de Pierre Bourdieu sobre a relação de interpenetração dialética entre um *habitus* e um campo (1979; Wacquant, 2007).

*Habitus* é definido por Bourdieu (1979) enquanto um sistema de disposições e competências de conduta bem como um sistema de esquemas de percepção e avaliação, relativamente durável, mas modificável, através do qual os indivíduos desenvolvem as suas ações, mas também as suas representações de si, dos outros e da realidade social. Isto é, “um sistema de disposições adquiridas que funcionam a um nível prático como categorias de percepção e avaliação ou como princípios classificatórios, além de serem os princípios organizadores da ação”<sup>49</sup> (Bourdieu, 1990, p. 13). Esses sistemas e esquemas de ação,

---

<sup>49</sup> “a system of acquired dispositions functioning on a practical level as categories of perception and assessment or as classificatory principles as well as being the organizing principles of action”

percepção, competências e avaliação são incorporados, pelo indivíduo, de forma regular e uniforme, ao longo de um processo de aprendizagem das e para as suas experiências práticas, constituindo-se enquanto “a incorporação de estruturas sociais no ser individual”<sup>50</sup> (McNay, 2008, p. 279).

Essa incorporação resulta do contexto histórico e geográfico, e das posições sociais ocupadas pelo indivíduo nos contextos sociais e seus arranjos estruturais de relações sociais. Ou seja, o indivíduo, ao desenvolver disposições e competências, bem como esquemas de interpretação de significado, forma uma matriz geradora de práticas e representações adaptadas às expectativas e exigências sociais, respondendo às condições ou estruturas sociais objetivas que encontra e no seio das quais está integrado (Setton, 2002). Como Webb, Schirato and Danaher (2012, pp. 36-37) explicam: “o *habitus* pode ser entendido como os valores e disposições adquiridos na nossa história cultural que geralmente permanecem conosco atravessando contextos (são duráveis e transponíveis)”<sup>51</sup>.

No entanto, como estes autores defendem, estes valores e disposições permitem ao indivíduo uma variedade de respostas possíveis às regras e contextos culturais, conferindo espontaneidade e complexidade à vida social. Bourdieu designa esta variedade de ações possíveis como “margem de liberdade”, o espaço da agência criativa, que pode levar o indivíduo a tipos de ação inesperados ou não conformistas. Porém, as respostas possíveis às regras e contextos culturais são sempre largamente determinadas e reguladas por quem o indivíduo é e onde está na estrutura social e na história cultural. Ou seja, esta contingência da ação é padronizada e não inteiramente aleatória, porque os *habitus* adquiridos pelos indivíduos fornecem “as estruturas cognitivas e motivadoras através das quais experimentam o mundo e organizam suas ações”<sup>52</sup> (Scott, 2005, p. 169).

Estas estruturas cognitivas e motivacionais operam, segundo Bourdieu, abaixo do nível da consciência, fornecendo modos de andar, comer e falar, sistemas de gostos e preferências, formas de classificação e numerosas outras tendências e disposições que se constituem enquanto princípios geradores que permitem ao indivíduo agir (de modo não reflexivo e inconsciente) como se ele estivesse conscientemente a seguir regras. Semelhante ao que sucede com o conhecimento tácito em Giddens (1979, 2000; Campbell,

---

<sup>50</sup> “the incorporation of social structures into individual being”

<sup>51</sup> “*habitus* can be understood as the values and dispositions gained from our cultural history that generally stay with us across contexts (they are durable and transposable)”.

<sup>52</sup> “the cognitive and motivating structures through which they experience the world and organize their actions”

2009). Deste modo, o indivíduo, para Bourdieu, não está consciente das suas razões para agir de uma forma particular e não de outra, sendo que a reflexividade parece ficar muito limitada num mundo no qual as motivações são inconscientes (Griller, 1996). Isto porque, para Bourdieu, o conceito de *habitus* consiste num “princípio inconsciente e coletivamente inculcado para a geração e estruturação de práticas e representações” (Almeida, 1996: 189).

Griller (1996, p. 7) afirma que *habitus* “é determinado por estruturas sociais (através do efeito condicionador da posição no espaço social)”<sup>53</sup> e, quando em interação com o campo, “produz estratégias inconscientes na busca do capital e poder a serem conquistados no campo”<sup>54</sup>. O campo, em Bourdieu, constitui-se nas condições ou estruturas sociais objetivas, presentes tanto nas relações sociais nas quais o indivíduo se insere como nos sistemas simbólicos que desenvolve. Por outras palavras, o campo consiste num espaço social estruturado de relações objetivas, com as suas normas, instituições, regras, rituais, convenções, categorias, designações, representações e esquemas de dominação, que produzem e autorizam certos discursos e atividades entre indivíduos ou grupos em posições diferenciadas em função da distribuição de recursos. O indivíduo, ao inserir-se e participar num campo, incorpora essas normas, representações e esquemas no seu *habitus*, o que lhe permite constituir o campo e conferir-lhe significado (Webb, Schirato & Danaher, 2012).

O campo constitui, deste modo, a mediação entre o *habitus* e a ação e o *habitus* consiste na manifestação das estruturas do campo, ou, dito de outro modo, consiste num “sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (Setton, 2002, p. 63). Segundo Bourdieu, existe uma relação entre uma exterioridade objetiva subjetivamente interiorizada e uma interioridade subjetiva objetivamente exteriorizada. Contudo, a relação entre campo e *habitus*, para o sociólogo francês, não determina totalmente as ações e pensamentos dos indivíduos, insistindo que a prática e ação do indivíduo é sempre informada pela capacidade individual de escolher (embora de forma inconsciente) a ação a desempenhar perante uma variedade de possibilidades. No entanto, as possibilidades de agência devem ser compreendidas e contextualizadas em termos da sua relação com as estruturas objetivas de uma cultura, uma vez que as práticas individuais só são explicáveis através da relação dialética entre o

---

<sup>53</sup> “are determined by social structures (through the conditioning effect of position in the social space)”

<sup>54</sup> “produce unconscious strategies in pursuit of the capital and power to be gained in the field”.

*habitus* e o campo (Webb, Schirato & Danaher, 2012). Isto porque o indivíduo assume compromissos – para consigo e para com os outros – que cumpre e recria no contexto interacional. E são estes compromissos que, muitas vezes, levam à reprodução da estrutura social, ou no caso de Bourdieu, à reprodução do espaço social estruturado de relações objetivas. Não apenas por várias posições sociais atuarem sobre o indivíduo de forma determinista, mas também porque é importante para o sentido individual de si desempenhar com sucesso o papel. A vergonha e o embaraço derivam de um desempenho incorreto de um papel valorizado e isso ameaça a percepção de si do indivíduo. Quanto mais forte é o compromisso identitário (ou seja, a importância do comportamento em si para o sentimento e percepção de si, por parte do indivíduo), mais existencial é a ameaça que o indivíduo sente ao falhar no desempenho dessa identidade (Hitlin & Elder, 2007).

Lahire (2001, 2005), inspirado em Bourdieu (1979), propõe que o indivíduo internaliza um património de esquemas e disposições em socializações sucessivas e duráveis, mas defende a pluralidade do indivíduo contemporâneo, multissocializado e multideterminado. O indivíduo é assim percecionado enquanto plural, produto da pluralidade de estruturas sociais em que se insere e enquadra e produtor de uma pluralidade de esquemas e disposições incorporadas. Esta conceção do indivíduo envolve uma multiplicidade de formas de reflexão para diferentes tipos de ação, o que contrasta com a ação inconsciente e não reflexiva de Bourdieu. Para Lahire, por vezes o indivíduo desenvolve uma reflexão planificadora da ação, outras vezes age de forma não reflexiva e intencional.

Tendo em consideração todas as propostas teóricas abordadas no que diz respeito aos estudos de género, mas também à relação entre o indivíduo e a sociedade, considera-se, nesta investigação, quatro níveis de análise, em contínua relação de interdependência, com continuidades e contradições. São eles, o nível estrutural, o nível cultural, o nível interacional e o nível individual. O nível estrutural, profundamente marcado pelas teorias de Acker (1990), Martin (2003) e Risman (2004, 2013), envolve tanto as possibilidades como os constrangimentos impostos pelas situações em que o indivíduo genderizado se encontra e as posições ocupadas pelo mesmo. O nível cultural, mobilizando as teorias de Foucault (1990) e Butler (1990, 2004), incide na compreensão das conceções normativas, do discurso de género dominante, que foram sendo transmitidas e adquiridas ao longo da vida do indivíduo. O nível interacional, reenviando para a teoria de West e Zimmerman (1987, 2002, 2009), foca-se nas interações quotidianas e relações tidas e mantidas com os outros e como o indivíduo, nesse contexto, desenvolve o seu género, sendo avaliado e responsabilizado segundo o seu desempenho de género. E, por fim, o nível individual, inspirado na teoria de Lahire (2001, 2005), debruça-se no património individual de

disposições e esquemas de ação, avaliação e percepção de si, dos outros e da realidade social.

Entende-se, no âmbito desta pesquisa, agência como qualquer ação social consciente e reflexiva, inserida num momento temporal em que o indivíduo poderia agir de outra forma, tal como defendido por Giddens (1979, 2000; Campbell, 2009), variável em função do contexto histórico e geográfico, mas também das posições ocupadas pelo indivíduo no espaço social e seus arranjos estruturais de relações sociais. Concebe-se também esta ação social reflexiva como passível tanto de reproduzir como de desafiar práticas, concepções normativas e representações de género, simbolicamente hierarquizadas e heteronormativas vigentes na ordem de género patriarcal contemporânea.

É essencial compreender que o grau de desafio às estruturas sociais ou o poder de criatividade e de transgressão na ação é, tal como defendido por Risman (2004, 2013) mas também por Butler (1990, 2004), intimamente relacionado com a situação social em que o indivíduo se encontra e com a posição social que ocupa. Patricia Hill Collins (1990) defende que a quantificação e categorização existente em torno principalmente do género, classe social e etnia, mas também da orientação sexual, idade e religião, assente em condições ideológicas, económicas e políticas de suporte, hierarquizam, numa matriz de dominação, os privilégios ou, por outro lado, as opressões e constrangimentos sentidos e vividos pelos indivíduos, o que influencia de forma significativa a liberdade e a criatividade na ação individual.

As ações individuais conscientes e reflexivas, localizadas no tempo e no espaço, que vão ao encontro do discurso de género dominante interiorizado pelo indivíduo e exteriorizado nas suas ações, constituem formas de masculinidade ou feminilidade caracterizadas por uma agência de conformidade, seguindo a masculinidade hegemónica e a feminilidade enfatizada de Connell (1987, 2009). Já as ações individuais conscientes e reflexivas que desafiam ou rompem com normas, expectativas e papéis sociais genderizados característicos da ordem e/ou do regime de género em que são praticadas, constituem uma agência de desafio, ou formas subalternas, transgressivas e minoritárias de masculinidade e feminilidade de Connell.

A agência de reprodução constitui uma ação social consciente e reflexiva em que o indivíduo decide agir estrategicamente em conformidade com as normas e as expectativas de género. Não é pelo facto de reproduzir representações e práticas sociais e culturais que o indivíduo necessariamente age de forma automatizada e inconsciente. No entanto, é muito importante considerar-se o posicionamento social e respetivo poder individual de negociação na interação, como advogado por Risman e Martin. Quanto maior o peso



constrangedor da estrutura, menor a possibilidade de criatividade na ação individual. Para além disso, é essencial ter-se em conta o sistema de disposições de género específicas de cada um dos contextos sociais em que o indivíduo se move e insere. Connell (1987, 2009) defende a existência de regimes de género institucionais, mas Susan Williams (2002) advoga inclusive a existência de regimes de género locais, ou seja, sistemas de significados de género enraizados na cultura e valores de um espaço social específico. Este conceito irá revelar-se instrumental na análise de grande parte das entrevistas.

A agência de desafio consiste numa ação social consciente e reflexiva levada a cabo pelo indivíduo no sentido de não agir em conformidade com as expectativas sociais e culturais, rompendo com normas, práticas e representações de género. Essas formas de desconstrução ou reconstrução do género são, no entanto, avaliadas e categorizadas por outros, como defendido por West e Zimmerman (1987, 2002, 2009) e por Butler (1990, 2004), sendo alvo de responsabilização e potencial punição e estigmatização. Pelo que esta agência envolve tendencialmente algum grau de angústia e dor, o que Giddens explicaria com a necessidade individual de uma segurança ontológica. Contudo, mais uma vez é imperioso sublinhar que o poder de reinvenção das normas e práticas de género internalizadas depende do indivíduo e da sua posição social, poder e recursos daí decorrentes.

É essencial salientar que esta agência de desafio pode assumir duas materializações diferentes. O indivíduo pode agir de forma consciente e reflexiva no sentido de romper com expectativas, papéis, representações e práticas de género desafiando o essencialismo da distinção binária entre pessoas baseada nas categorias sexuais, ou seja, no sentido de desconstruir o género – *undoing gender* na definição de Risman (2009); ou pode agir também de modo reflexivo e estratégico com o intuito de reforçar o essencialismo das representações, expectativas e práticas baseadas numa visão binária do género mais do que o existente no seu contexto social e cultural, ou no seu regime local de género, utilizando a conceptualização de Susan Williams (2002), no sentido de uma construção de género – *doing gender* seguindo a dicotomização de Risman (2009).

Considera-se importante dar realce e reconhecimento a estes três tipos de agência, uma vez que existe uma grande discussão em torno das correntes teóricas que apenas reforçam a desigualdade de género, por só mencionarem os casos e situações em que se reproduzem, reforçam ou aumentam as diferenças, a hierarquia simbólica e a heteronormatividade de género; mas também em torno das correntes que dão apenas enfoque à rutura e/ou desafio das conceções, normas e práticas de género, ou à

desconstrução ou reconstrução de gênero, dependendo dos teóricos em questão, quando nem sempre os indivíduos estão interessados nesse tipo de agência.

No entanto, tal como Lahire (2001, 2005) realça, existem também ações e práticas sociais que são apenas rituais e pragmáticas, e nem sempre conscientes, sendo que, dada a ausência de reflexividade, não constituem propriamente agência. Principalmente no que diz respeito à reprodução de práticas, normas e concepções de gênero, a ação pode muitas vezes nem ser questionada dada a interiorização dos padrões de comportamento, normas e expectativas. Para além de que existe uma tendência para uma maior reflexividade, embora a relação não deva ser pensada de forma unidirecional e simplista, em indivíduos com “qualificações escolares mais elevadas, mais recursos económicos, mais capital cultural e social, maior diversidade de papéis, contextos e redes, maior frequência de situações de crise e maior dissonância intrapessoal” (Caetano, 2011, p. 169).

Conceptualiza-se reflexividade como a elaboração de projetos e a definição de estratégias de ação, por parte do indivíduo, tendo em consideração as situações sociais em que se encontra, as posições sociais que ocupa e os recursos de que dispõe; para além de preocupações, prioridades, objetivos, dificuldades e opções. A reflexividade tem também sempre um referente social, dado que se trata não só da compreensão, por parte do indivíduo, do mundo, mas também do lugar que nele ocupa. E segundo Ana Caetano (2011, p. 162), a reflexividade é “alimentada, como afirma Pinto (2008, p. 200) por um conjunto articulado de “saberes, competências, referência a valores, disposições éticas e juízos morais, gostos, investimentos afetivos, expectativas, aspirações e projetos, representações e pulsões identitárias”.

Para compreender a formação, definição e impacto da reflexividade importa “combinar condições materiais objetivas com avaliações subjetivas sobre as mesmas, dimensões internas com dimensões externas da ação, posições com disposições, circunstâncias passadas com contextos presentes e projetos de futuro, posse diferencial de recursos com modos de relação com a ação, relações de interação em copresença com dinâmicas de relacionamento intrapessoal, deliberações reflexivas com a orientação do sentido prático, decisões e opções com configurações contextuais, componentes internas com manifestações externas de reflexividade” (Caetano, 2011, p. 171).

Estes vários tipos de ações, reflexivas e não reflexivas, estas últimas denominadas nesta pesquisa como ações de compromisso entre agência e estrutura, necessitam não só de uma problematização da reflexividade individual, mas também de uma reflexão sobre a perceção da capacidade agencial por parte do indivíduo, diretamente relacionada (ou não) com o posicionamento na realidade social e respetivos recursos e poderes. Importa destacar

que, uma vez que o estudo se debruça sobre a ação e a agência individual, e não coletiva, a capacidade transformadora das estruturas e paradigmas de género é bastante limitada.

Tal como Lahire se opõe a uma conceção do indivíduo enquanto uma entidade única, coerente e homogénea (Lahire, 2001, 2005), esta investigação também considera que o indivíduo, como ser plural e multissocializado, mobiliza esquemas de ação ou disposições internalizadas diferenciadas consoante o contexto, o momento ou a situação. O que confere liberdade, mas também complexidade ao indivíduo multideterminado. Com efeito, a mesma pessoa pode, num momento da sua biografia, ter um determinado tipo de agência ou ação (ou ainda representações de si, dos outros e da realidade social) e noutra momento ter outra contrastante. O mesmo se defende no que diz respeito a dimensões da vida. Ou seja, o mesmo homem ou a mesma mulher pode, por exemplo, ter uma agência de reprodução na dimensão familiar e uma agência de desafio na dimensão profissional, ou vice-versa.

Estas formas de agência estão inseridas num contexto social, histórico, geográfico, cultural e económico, que tal como o campo, em Bourdieu (1979), constitui um espaço social estruturado de relações objetivas, com as suas instituições, representações, normas e esquemas de dominação, que são incorporadas pelo indivíduo e exteriorizadas (ou não) nas suas ações; ou que, tal como a estrutura, em Giddens (1979, 2000), consiste numa matriz de recursos (alocativos e de autoridade) e regras de comportamento (interpretativas e normativas) que são mobilizados pelo indivíduo nas interações.

Para compreender as formas de agência e ação individual é necessário compreender a sua relação com a estrutura que, nesta pesquisa, é entendida enquanto não só recursos e poderes que possibilitam ou constroem a ação do indivíduo (Giddens, 1979, 2000), mas também, como a posição que cada indivíduo ocupa no espaço social, o que envolve uma relação de interdependência entre vários capitais e o seu volume, estrutura e trajetória. Capital, em Bourdieu (1979), consiste na acumulação de bens, recursos ou poderes que desempenham um papel na interação social com outros. Além do capital económico (rendimentos e património), são fundamentais também o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas ou transmitidos pela família) e o capital social (relações sociais, contactos e participação em grupos sociais, que podem ser convertidos em recursos de dominação). Bourdieu propõe na sua teoria das classes sociais a importância da compreensão da estrutura (o peso relativo dos diferentes tipos de capital) e da trajetória social (evolução no tempo e espaço da estrutura e do volume de capitais), que, em conjunto, materializam-se em estilos de vida, práticas religiosas e opiniões políticas específicas que acabam por construir aproximações e afinidades ou distanciamentos e incompatibilidades entre indivíduos.

A determinado volume de capital herdado, corresponde um conjunto de trajetórias possíveis. A relação entre origem social e uma prática resulta de dois efeitos: o 'efeito de inculcação' exercido pela família e pelas condições materiais de existência da classe social de origem, e o 'efeito da trajetória social'. Ou seja, a posição e a trajetória de um indivíduo não são independentes, porque existe uma relação forte entre as posições sociais e as disposições individuais. A sociedade é hierarquizada por classes sociais, em que o campo reproduz essa hierarquia e a posição que cada indivíduo ocupa no campo da estrutura social é o resultado de uma trajetória que determina as possibilidades de usufruto econômico, cultural e social que, por sua vez, é determinada pela estrutura e volume de capitais.

De forma a compreender a influência do gênero no percurso de vida do indivíduo multissocializado e multideterminado, numa sociedade patriarcal, heteronormativa e simbolicamente assimétrica, é importante deste modo compreender a relação entre as várias agências (de conformidade e de desafio nas suas duas vertentes), a ação de compromisso entre agência e estrutura, e os capitais, recursos e poderes detidos (ou não) pelo indivíduo e a sua trajetória social.

## 2. Estratégia metodológica

A presente investigação pretende compreender como o indivíduo constrói e vive o género, com as suas dimensões conscientes e inconscientes, na sociedade portuguesa atual, num contexto de grandes e rápidas mudanças sociais, económicas e culturais. Para além disso, visa também perceber como esse género influencia o percurso biográfico individual, não só ao nível das decisões e ações como também ao nível das possibilidades, recursos e constrangimentos que lhe são estruturalmente atribuídos, tanto no presente como no passado.

Procura-se, deste modo, analisar a agência individual no feminino e no masculino e as condições, recursos e/ou limitações ao exercício dessa mesma agência. Entende-se agência como uma ação social levada a cabo pelo indivíduo, de forma racional e reflexiva, num contexto social e cultural em que o indivíduo poderia agir de outra forma (Giddens, 1979, 2000; Campbell, 2009). Essa ação social racional e reflexiva tanto pode reproduzir como desafiar práticas, conceções normativas e representações de género. Sendo que reflexividade consiste, nesta pesquisa, na capacidade individual de pensar-se a si, aos outros e à realidade social em que se insere, elaborar projetos e estratégias e refletir sobre dificuldades, opções, prioridades, preocupações e objetivos (Caetano, 2011).

No entanto, o indivíduo pode desenvolver vários tipos de ações com vários tipos de reflexividade, tal como defendido por Lahire (2001, 2005), mas também pode agir de forma mais inconsciente e ritualizada. Estas ações não podem ser consideradas enquanto agência individual, mas sim como ações de compromisso entre agência e estrutura, resultado de uma interiorização de padrões de comportamento, normas e expectativas que são reproduzidos sem questionamento, consistindo também num objeto de estudo da presente investigação.

No plano metodológico, adota-se a perspetiva de investigação de Firmino da Costa (2008, p. 7) que “supõe, do princípio ao fim, o comando conceptual e problematizador da teoria, e o objetivo de conduzir em permanência, como um dos seus principais resultados, ao questionamento, reelaboração ou produção de teoria”. Para conseguir-se compreender a forma como o indivíduo agiu no passado e age no presente, como vive o género, como construiu e constrói o seu percurso de vida e como se percebe a si, aos outros e à realidade social, é essencial uma metodologia que permita “um *stock* sofisticado de

procedimentos interpretativos para relacionar o pessoal e o social”<sup>55</sup> (idem, p. 2). Desenvolve-se uma metodologia biográfica que possibilite dar voz e expressão à experiência subjetiva de pessoas comuns, consideradas à margem da história, de forma a valorizar e aprofundar o que cada indivíduo faz, pensa e diz, com o objetivo de ensaiar interpretações da realidade a partir da subjetividade individual (Andrews et al., 2004).

Considera-se que a metodologia biográfica permite captar e compreender as ações individuais e os seus contextos, “suas condições, significados e resultados sejam conscientes ou inconscientes”<sup>56</sup> (Chamberlayne, Bornat & Wengraf, 2000, p. 8). O indivíduo, ao refletir e expor o seu percurso biográfico, as suas ações, decisões, pensamentos, receios e objetivos, desenvolve uma narrativa que é em si mesma um evento performativo. As narrativas são construções sociais que têm “um lócus cultural e histórico maior”<sup>57</sup>, isto é, porque “os indivíduos universalizam, na sua singularidade, as características únicas de seu momento histórico”<sup>58</sup> (Denzin, 2004, p. xxii). Deste modo, as narrativas são construções temporais, ancoradas nas culturas institucionais locais e suas práticas interpretativas, que constroem, no processo narrativo, um *self* psicossocial. O *self* é, neste contexto, o resultado da relação entre o individual e o social, já que “condições, discursos e práticas sociais materiais se entrelaçam com desejos e identidades subjetivamente experienciadas e as pessoas fazem escolhas, reconstróem passados e imaginam futuros dentro do leque de possibilidades que lhes são abertas”<sup>59</sup> (Andrews et al., 2004, p. 1).

Pensa-se ser importante desenvolver uma análise biográfica, centrada no indivíduo, concebido enquanto um universo singular que sintetiza e singulariza a universalidade da estrutura social nos seus atos, no seu percurso e respetivos acontecimentos, na sua visão do mundo e da vida (Poirier, Clapier-Valladon & Raybaut, p. 1999). Aqui, o indivíduo, o/a narrador/a, é percecionado/a não como um átomo social, ou seja, o elemento mais simples da sociedade, mas sim como uma síntese complexa dos elementos constituintes daquela, como bem expressa Ferraroti (1983, p. 65): “longe de ser o elemento mais simples do social - seu átomo irreduzível - o indivíduo também é uma síntese complexa de elementos

---

<sup>55</sup> “a sophisticated stock of interpretive procedures for relating the personal and the social”

<sup>56</sup> “its conditions, meanings and outcomes be conscious or unconscious”

<sup>57</sup> “a larger cultural and historical locus”

<sup>58</sup> “individuals universalise, in their singularity, the unique features of their historical moment”

<sup>59</sup> “material social conditions, discourses and practices interweave with subjectively experienced desires and identities and people make choices, reconstruct pasts and imagine futures within the range of possibilities open to them”

sociais"<sup>60</sup>. Ou seja, o indivíduo é encarado como um universo singular, em que o indivíduo na sua singularidade reproduz a totalidade e universalidade do seu contexto – social, cultural, económico, político: "cada ato individual é uma totalização de um sistema social"<sup>61</sup>(idem, p. 53) e a vida enquanto uma prática que se apropria das estruturas sociais, interioriza-as e reprodu-las ou transforma-as: "uma vida é uma prática que se apropria das relações sociais (as estruturas sociais) as internaliza e transforma em estruturas psicológicas através de sua atividade de desestruturação-reestruturação"<sup>62</sup> (idem, p. 50).

Esta metodologia restitui ao indivíduo o seu papel de sujeito na história coletiva, com autorreflexividade, decisão, intencionalidade e protagonismo (Conde, 1993a). Não o vê como elemento passivo e limitado à reprodução das estruturas sociais, mas como possível agente da mudança, que, sendo resultado do sistema social, tem aptidão para o transformar. Dada a centralidade do indivíduo neste procedimento de pesquisa, tenta-se compreender a totalidade e a especificidade do indivíduo analisado, com as respetivas dimensões constitutivas da sua história pessoal, mas também situando-o nas malhas dos seus quadros de interação com as respetivas cargas simbólicas. Isto porque a história pessoal do indivíduo escreve-se enquanto resultado de um triângulo constituído por três vértices: condição, protagonismo e trajeto, em que a biografia se encontra na junção entre o traçado da trajetória e as dimensões da vida do indivíduo (Conde, 1993b, 1994).

O indivíduo é um ser complexo, composto por vários eus, como explica Conde (1994, p. 52) "um eu tornado poliedro de muitas faces ao entrecruzar diversos eus numa experiência social multívoca", lembrando Lahire (2001, 2005). Nem sempre é fácil para o indivíduo aceder ao passado, "com a presença de um "passado mudo", menos "fruto do esquecimento" e mais de uma "gestão da memória segundo as possibilidades de ligação a um determinado momento da vida" (idem, p. 54). Com efeito, dada a centralidade da subjetividade do indivíduo na pesquisa e o objetivo fundamental de compreender "as escolhas que as pessoas fazem e as restrições e pressuposições, bem como as decisões que estruturam suas vidas"<sup>63</sup> (Chamberlaine, Bornat & Wengraf, 2000, p. 2), desenvolve-se uma entrevista semi-estruturada de cariz fortemente biográfico, cujo guião se aprofunda

---

<sup>60</sup> "loin d'être l'élément le plus simple du social – son atome irréductible -, l'individu est également une synthèse complexe des éléments sociaux"

<sup>61</sup> "chaque acte individuel est une totalisation d'un système social"

<sup>62</sup> "une vie est une pratique qui s'approprie des rapports sociaux (las structures sociales) les intériorise et les retransforme en structures psychologique par son activité de destruction-restruturation"

<sup>63</sup> "the choices which people make and the constraints and assumptions as well as the decisions which structure their lives"

mais à frente, que permite compreender “todo um repertório possível de procedimentos de apresentação, representação e reparação de si” (idem, p. 57).

A entrevista, enquanto momento da recolha de informações, é um momento essencial e irrepetível da investigação. Esta situação envolve necessariamente dois indivíduos: o/a entrevistado/a e o/a entrevistador/a. Cada um/a deles/as com características e variáveis que influenciam o seu discurso. No caso do/a entrevistado/a, há que considerar o seu capital verbal, a sua eloquência e capacidade de compreensão do tema em investigação e das questões que lhe são colocadas; os fatores conjunturais, tudo o que pertinentemente se encontra relacionado com o objeto de estudo aos mais variados níveis: social, cultural, económico, político, religioso; os fatores mnemónicos, que se refere à memória do/a entrevistado/a relativamente a acontecimentos relevantes; cognições e afetos, isto é conhecimentos conceptuais e perceções em relação ao assunto; e, por fim, fatores motivacionais, a sua motivação e vontade em responder às perguntas, para o que é necessário preservar a autoestima do/a entrevistado/a (Silva & Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado & Gutiérrez, 1995; Ghiglione & Matalon, 1996).

Paralelamente, o/a entrevistador/a também tem variáveis que o/a condicionam ou favorecem perante o/a entrevistado/a, tais como: as suas características físicas, sexo, idade; o seu quadro de referência, o resultado da sua educação, das suas experiências, perceções e valores; a sua competência técnica, conhecimento especializado relativamente ao que pretende estudar; e o seu papel e estatuto (Silva & Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado & Gutiérrez, 1995; Ghiglione & Matalon, 1996).

No sentido de minimizar a distância social entre o/a investigador/a e o/a entrevistado/a, é necessário um processo de reflexão de forma a possibilitar a recolha e análise de experiências, saberes e conhecimentos. O que é possível com um trabalho, aparentemente invisível, de construção, que torne a troca de informações algo natural (Bourdieu, 1993). Muitas vezes, o/a investigador/a vê-se, durante a pesquisa, perante uma realidade muito diferente da sua, da qual é capaz de se distanciar e refletir a partir do seu lugar de observação. A reflexão, por parte do/a investigador/a, sobre si e sobre a sua influência no processo de investigação consiste em compreender o que ele/a é. Ele/a, enquanto indivíduo, fruto de uma matriz (teórica e prática) de condições sociais de que é o produto, ou seja, resultado da matriz de condições de existência e mecanismos sociais, que exercem efeitos sobre o conjunto de que ele/a parte para o seu raciocínio. Juntamente ainda com a matriz de condicionamentos psíquicos e sociais indissociáveis associados à sua posição e à sua trajetória singulares no espaço social. Nesse sentido, o/a investigador/a não é por si só



o/a autor/a do seu objeto (de estudo), para ele concorrem também, para além de um conjunto de saberes, uma série de momentos privilegiados e em mudança (Bourdieu, 1993).

Voltando à entrevista, nesse momento, existe uma conversação mediada e dirigida pelo/a entrevistador/a, com a intenção de produzir um discurso contínuo e orientado por uma linha de raciocínio impressa em função do seu objeto de estudo. Evita-se uma conversação fragmentada, encerrada dentro de limites rigidamente predefinidos. Foca-se em reconstruir, por parte do/a entrevistado/a, acontecimentos passados, trajetórias de vida, com a análise retrospectiva da ação, bem como estudos sobre representações sociais personalizadas e individuais (Blanchet et al, 1987; Delgado & Gutiérrez, 1995; Ghiglione & Matalon, 1996).

A entrevista consiste numa relação estabelecida entre os/as dois/uas interlocutores/as em que se procede a uma construção comunicativa irrepetível, influenciada e determinada pela interação entre ambos/as. A cada momento, o indivíduo reconstrói e co-constrói o seu discurso, na presença e com a participação do/a outro/a. Trata-se, deste modo, de um sistema aberto que se retroalimenta. Cada entrevistador/a tem a sua forma única de agir, dado o seu contexto temporal, espacial e social, mas também a sua sensibilidade, a sua cultura e conhecimento do tema abordado. Com efeito, utiliza o seu próprio eu, a sua percepção da realidade, como utensílio fundamental. Pelo que este/a deve tomar em consideração que não é um/a observador/a neutro/a e que a sua forma de ver o real não é mais verdadeira que a do/a entrevistado/a (Blanchet et al, 1987; Delgado & Gutiérrez, 1995). Assim, quando observa algo, o/a investigador/a deve tentar afastar-se dos seus conhecimentos e pré-conceitos, mas com a consciência de que é impossível estudar a realidade como se ela lhe fosse exterior e não contaminada pelas suas próprias representações e percepções (Blanchet et al, 1987; Delgado & Gutiérrez, 1995). Desta forma, e tal como defende o construtivismo, a realidade é construída por cada um dos indivíduos em interação com os outros.

Assim sendo, a entrevista consiste num jogo de linguagem, em que cada um/a dos/as intervenientes desenvolve um determinado grupo de estratégias de discurso, de movimentos e de trocas, para além do uso de recursos, codificados e interpretados em função do lugar que cada um ocupa na relação, abrindo espaço para um jogo de poderes. Para além da linguagem e dos poderes, nesta relação, jogam-se também saberes. Quer se tratem de saberes implícitos, como códigos linguísticos, normas sociais e culturais, quer se tratem de saberes explícitos, relacionados com o tema em investigação (Blanchet et al, 1987; Delgado & Gutiérrez, 1995).

O/A entrevistado/a, ao falar da sua trajetória e consequentes representações, reflete sobre acontecimentos que experienciou, sentiu e absorveu, dando origem não só ao relato cronológico da sua trajetória, mas também à sua interpretação, com maior ou menor grau de deformação, transformação. Na verdade, imprime à recolha de informação grande subjetividade, com a presença de impressões, sensações, preconceitos, reflexões e racionalizações. Assim, é importante considerar que não se obtém a realidade objetiva, mas sim uma afetividade subjetiva (Almeida, 1986). O que adquire um cariz de confiança ou mesmo confissão, para o que é necessária uma empatia entre ambos/as os/as intervenientes. No início de qualquer entrevista, e tendo em conta que cada um/a dos/as interlocutores/as é desconhecido/a pelo/a outro/a, existe alguma dose de angústia e desconforto. Estes sentimentos de incómodo deverão ser minimizados com o uso de um ritual em que se procede ao controlo dos afetos e das emoções, através de gestos, expressões e palavras de forma a erradicar o mais possível a desconfiança. Ao estabelecer-se um ambiente de espontaneidade, naturalidade e neutralidade, constrói-se uma empatia controlada, onde as confidências surgem mais facilmente (Silva & Pinto, 1986; Blanchet et al, 1987; Delgado & Gutiérrez, 1995).

## **2.1 Hipóteses de pesquisa e modelo de análise**

Considerando a ordem de género simbolicamente assimétrica, a estrutura social fortemente baseada na estratificação em classes sociais detentoras de diferentes recursos e capitais e as rápidas e consideráveis transformações sociais nas últimas décadas, colocam-se quatro hipóteses de pesquisa centrais.

Primeiro, espera-se que o género masculino seja um fator favorável a um percurso de vida com maior maleabilidade na ação, sendo um lugar estrutural mais possibilitador do que constrangedor. Até porque o género masculino é invisível e universal, como é patente no testemunho de Kimmel (2000, p. 7), “Quando acorda de manhã e se olha no espelho o que vê?”, ela perguntou. (...) ‘Bem’, eu disse, ‘quando olho ao espelho, vejo um ser humano. Eu sou universalmente generalizável. Como homem branco de classe média, não tenho classe, raça ou sexo. Eu sou a pessoa genérica! (...) Quando você está no ‘poder’, não precisa chamar a atenção para si mesmo como uma entidade específica, mas, ao contrário, pode fingir ser o genérico, o universal, o generalizável’”<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> “When you wake up in the morning and look in the mirror what do you see” she asked. (...) “Well,” I said, “when I look in the mirror, I see a human being. I’m universally generalizable. As a middle-

Essa universalidade e invisibilidade do masculino, patente também na afirmação de Dom Francisco Manuel de Melo (in Almeida, 1995, p. 82) “(...) o homem é um mundo inteiro(...)”, permite aos homens uma maior amplitude de ação sem o risco de estigmatização ou censura, a não ser que desenvolvam ações consideradas socialmente femininas. Isto porque o feminino, percebido enquanto simbolicamente inferior, constitui-se como a falta ou ausência do masculino, originando não só uma representação social e cultural de género mais restrita e simplificada, mas também uma margem de manobra na ação individual mais limitada, abrindo maior espaço à crítica ou à sanção física, moral, social e financeira, entre outras.

Como a ordem de género ocidental contemporânea valoriza mais o género masculino, é provável também que a ação exercida pelos homens seja estratégica e consciente no sentido de uma reprodução e manutenção das concepções, normas e práticas de género existentes.

Segundo, espera-se encontrar, no caso das mulheres, uma menor maleabilidade na ação e conseqüente maior punição e estigmatização. No entanto, conta-se também encontrar, exatamente por isso, uma maior ação, mesmo que restringida pela estrutura, no sentido do desafio ou rutura com as normas, concepções e práticas de género vigentes, dado que são limitativas e menos favoráveis.

Terceiro, considera-se ainda provável uma maior liberdade e maleabilidade na ação individual e maior capacidade agencial nas pessoas, homens e mulheres, com mais recursos e capitais financeiros, sociais, culturais e simbólicos, o que lhes confere maior poder ou percepção de poder sobre a realidade (Risman, 2004 e 2013; Martin, 2003).

Por fim, espera-se que a liberdade e maleabilidade na ação e/ou agência individual seja maior nas pessoas, homens e mulheres, com idades mais novas (dos 30 aos 40 anos), socializadas num contexto social e cultural mais igualitário e livre desde o 25 de Abril de 1974, construindo um olhar sobre o mundo, os outros e si mesma/o diferente das gerações mais velhas.

É importante considerar-se a possibilidade de, nos trajetos individuais, surgirem, em determinados momentos, fases ou espaços, uma combinatória de lógicas entre a conformidade e o desafio, bem como ações de compromisso entre a agência e a estrutura, com ações rotineiras e ritualizadas, sem reflexividade ou planeamento estratégico. Para além disso, é relevante ainda considerar a multiplicidade de masculinidades e feminilidades,

---

class white man, I have no class, no race, no gender. I'm the generic person! (...) When you are 'in power', you needn't draw attention to yourself as a specific entity, but, rather, you can pretend to be the generic, the universal, the generalizable”

bem como a diversidade dos contextos geracionais em análise com representações e expectativas culturais e sociais correspondentes, o que se pode traduzir em cambiantes nesta realidade esperada.

No sentido de compreender o exercício de agência no masculino e no feminino e a forma como o percurso de vida é influenciado e influencia a vivência do género do indivíduo, a pesquisa desenvolve-se a partir de um modelo de análise em que se definem quatro níveis (Figura 1).

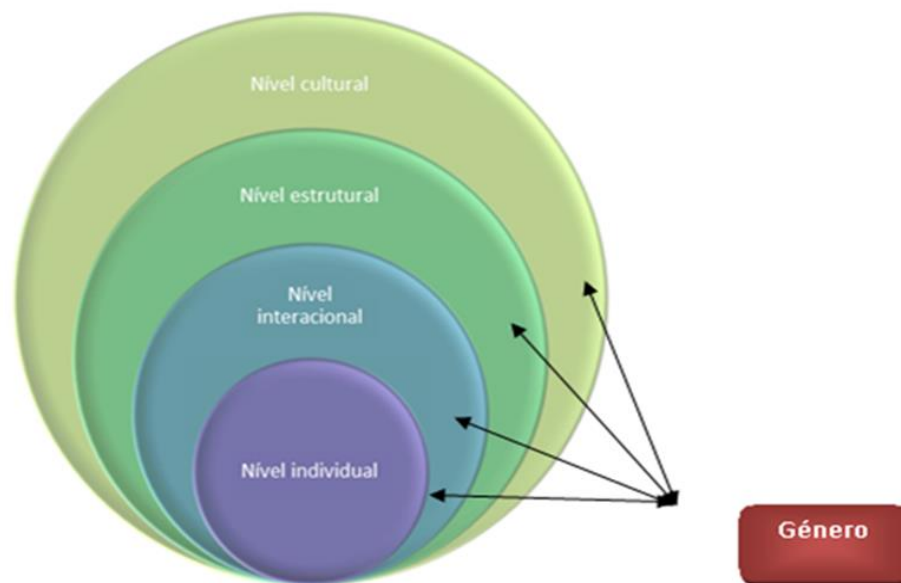
O nível cultural realça as conceções normativas de género que foram sendo transmitidas ao e adquiridas pelo indivíduo ao longo do seu percurso de vida, e com as quais o indivíduo pode ter rompido ou agido em conformidade. Este nível de análise inspira-se no conceito de ordem de género (Connell, 2009) que consiste num conjunto de padrões de disposições de género gerais e abstratas.

O nível estrutural pretende avaliar como possibilidades ou constrangimentos impostos por relações de poder, recursos e pelas posições sociais ocupadas pelo indivíduo (classe social) condicionam a sua vida. Possibilidades e constrangimentos esses profundamente influenciados pelo regime de género.

Com o nível interacional pretende-se compreender as interações e relações tidas e mantidas com os/as outros/as e como o indivíduo, nesse contexto, desenvolve a sua forma de viver o género e a sua reflexão de si. Interações e relações que não só são influenciadas pelas conceções de género adquiridas pelo indivíduo ao longo da sua história de vida (nível cultural), como também pelas situações e posições ocupadas pelo indivíduo genderizado (nível estrutural) e pelo seu património individual de disposições.

Por fim, o nível de análise individual pretende dar relevo ao património individual de disposições e esquemas de ação, avaliação e perceção de si, dos outros e da realidade social. Património esse que será, em princípio, resultado da socialização, transmissão e aquisição de conceções normativas de género ao longo da vida no contexto dos variados grupos em que se insere ou inseriu; das possibilidades e constrangimentos impostos pelas situações e posições ocupadas pelo indivíduo; e, por fim, das relações e interações mantidas com outros e como, nesse contexto, desenvolve a sua forma de experienciar o género e a sua reflexão de si.

**Figura 2.1. Modelo de análise**



Como é notório, e tal como defendido por Messner (2000) e Glenn (in Andersen, 2005), todos os níveis de análise encontram-se inter-relacionadas e interligadas. No sentido de compreender o papel e o peso de cada um destes níveis, mas também da teia de relações entre eles, na forma como o indivíduo constrói o seu percurso de vida e o ser homem ou ser mulher, desenvolve-se um guião de entrevista com uma dimensão vincadamente biográfica, tendo-se decidido começar o guião com uma questão aberta sobre a história de vida do indivíduo, permitindo-lhe a liberdade de falar tanto ou tão pouco quanto gostaria. O/A entrevistado/a, por vezes, perante uma questão tão aberta, fica bloqueado/a sem conseguir responder, pelo que se toma a decisão metodológica de, ao colocar-se a questão, informar-se logo à partida de que se não se lembrar de muita informação ou detalhe, o guião é, nas questões seguintes, mais específico, chegando-se às informações necessárias. No entanto, considera-se essencial e muito prolífica em informação esta questão, não só pelos dados recolhidos, mas também e principalmente pelo relevo dado a certas dimensões e a invisibilidade de outras. Nomeadamente, duas entrevistadas (Aurora e Adelaide), com idades compreendidas entre os 45 e os 60 anos de idade, começam o relato da sua vida com o casamento, como se não existissem enquanto indivíduos antes de serem mulheres de alguém. Outro caso é o de Leonardo que, nesta pergunta inicial e durante parte da entrevista sobre a sua infância e adolescência, omite a sua história de abuso sexual, o que pode ser explicado pela sensibilidade do tema e pela necessidade da criação de uma

relação de confiança e empatia considerável entre entrevistado e entrevistadora para o revelar.

Posteriormente a esta questão inicial, o guião divide-se em três partes gerais. Uma primeira em que se tenta reconstruir retrospectivamente o percurso biográfico do indivíduo ao longo da sua infância, juventude e vida adulta. Uma segunda em que se procura articular, no presente, várias dimensões do quotidiano, constitutivas da sua história pessoal do indivíduo, nomeadamente, conjugalidade, parentalidade, vida profissional, religião e política. Não só com o objetivo de compreender o indivíduo a partir de uma multiplicidade de dimensões e planos do quotidiano, mas também no sentido de compreender como estas dimensões se podem alimentar ou limitar entre si, e podem constituir uma alavanca ou por outro lado um entrave a um determinado tipo de agência e não a outro, ou a uma agência numa fase ou dimensão da vida e a outra agência em outro ponto do percurso. E, por fim, uma terceira, em que se pretende compreender representações, práticas e experiências de vida genderizadas.

A primeira parte do guião, o percurso biográfico, é composta pela infância, juventude e vida adulta. Na infância, tenta-se compreender essencialmente as conceções normativas, princípios e valores transmitidos ao indivíduo e irmãos/ãs (se existirem) e sua possível relação com o género (nível cultural). Essa relação pode ser bastante forte, tendo o indivíduo sido educado para ser homem ou mulher, ou bastante fraca, tendo o/a entrevistado/a sido educado/a para ser pessoa. Para além disso, pretende-se também perceber as interações e relações tidas e mantidas no seio familiar (nível interacional). Se bem que podem surgir referências à perceção do indivíduo sobre si nesta fase da vida (nível individual de análise) e à sua posição e situação social de origem com consequentes possibilidades e constrangimentos (nível estrutural), estes níveis não constituem o enfoque central.

Na juventude, tenta-se analisar a perceção do indivíduo sobre esta fase da vida, e a sua perceção e avaliação do corpo físico e de si enquanto indivíduo (nível individual); a sua interação e relações com os grupos de pares (nível interacional); e o seu ideal de feminilidade e masculinidade (nível individual) que terá sido transmitido pela família, grupo de pares e/ou os meios de comunicação social (nível interacional e cultural). Sendo que, em algumas respostas, a sua posição e situação social de origem podem desempenhar um papel importante, com as possibilidades e constrangimentos que impõem ao indivíduo (nível estrutural), este nível de análise não consta diretamente nas questões, sendo muito sustentado na leitura de bibliografia que poderá contribuir para a análise da importância e influência deste plano para os restantes níveis de análise.

Relativamente à vida adulta, visa-se abranger a percepção do indivíduo sobre o presente, a fase da adultez, a sua percepção e avaliação do corpo físico e de si enquanto indivíduo e o seu ideal de feminilidade e masculinidade (nível individual). Para além disso, pretende-se perceber a evolução/desenvolvimento da sua reflexão de si enquanto indivíduo e indivíduo genderizado na idade adulta (nível individual, mas também níveis interacional, estrutural e cultural, uma vez que, para esse desenvolvimento, podem influir as suas relações e interações, o seu posicionamento social, ao nível de regime(s) de género, mas também cultural, ao nível da ordem de género).

A segunda parte do guião, as dimensões constitutivas da história pessoal do indivíduo, é composta pela conjugalidade, parentalidade, tarefas domésticas, trabalho, política e religião. Com a dimensão da conjugalidade, pretende-se compreender a percepção do indivíduo sobre a sua relação conjugal, desenvolvimento e acontecimentos marcantes (nível interacional) e seus reflexos ou influências no património individual de disposições e esquemas de ação, percepção e avaliação de si enquanto indivíduo (nível individual).

Com a parentalidade, pretende-se estudar, quando o indivíduo tem filhos/as, a percepção deste/a sobre os reflexos da parentalidade na sua vida, quer ao nível do seu sentimento e avaliação de si enquanto indivíduo e o papel que os/as filhos/as jogam nessa avaliação de si (nível individual); quer ao nível dos constrangimentos que essa sua situação social lhe impõe (nível estrutural); quer ao nível da sua relação com o seu cônjuge (nível interacional). No caso de o indivíduo não ter filhos/as, pretende-se compreender o que motivou essa situação (podendo ser do foro individual, interacional ou estrutural), que reflexos teve (ou não) na sua percepção e avaliação de si (nível individual) e na sua relação conjugal (nível interacional) e o que para si significa ser mãe ou pai (nível individual).

Com o trabalho, pretende-se entender a trajetória profissional do indivíduo, e de que forma o atual trabalho o constrange ou lhe abre novas portas e possibilidades à sua percepção do eu (nível individual), mas também à sua gestão das restantes dimensões da vida quotidiana (nível estrutural).

Com a política, pretende-se alcançar o património individual de disposições e esquemas de percepção e avaliação da realidade social por parte do indivíduo e a sua evolução ao longo da sua história de vida (nível individual); o seu reflexo (ou não) em esquemas de ação e intervenção na realidade social, o que não só pode impor constrangimentos ou, pelo contrário, abrir oportunidades a outras dimensões do quotidiano, como essas outras dimensões do quotidiano podem constranger ou permitir uma maior intervenção na esfera política (nível estrutural); e a importância das interações e relações tidas e mantidas pelo indivíduo no desenvolvimento do seu posicionamento político (nível interacional).

À semelhança do que sucede quando, no guião de entrevista, se aborda a questão da política, na religião, pretende-se também analisar o património individual de disposições e esquemas de perceção e avaliação da realidade social por parte do indivíduo (nível individual); o seu reflexo (ou não) em esquemas de ação e intervenção na realidade social, e as interações e relações tidas e mantidas pelo indivíduo no desenvolvimento do seu posicionamento religioso (nível interacional).

Na terceira e última parte do guião de entrevista, sobre género, pretende-se estudar o património individual de disposições de género do indivíduo (nível individual). Sendo que se pretende também perceber a contribuição das conceções normativas de género que foram sendo transmitidas ao longo da vida ao indivíduo (nível cultural); o peso das relações tidas com os outros no desenvolvimento dessas disposições de género (nível interacional); e os constrangimentos e/ou oportunidades concedidas e/ou impostas pela situação social do género do indivíduo (nível estrutural).

Na fase final da entrevista, elabora-se um balanço, no qual se pretende alcançar, segundo a perspetiva do indivíduo, a interação entre as várias dimensões do quotidiano, seus investimentos e reflexões, a influência exercida pelo género, e os constrangimentos estruturais inultrapassáveis no passado e/ou geríveis no futuro. Para além disto, pretende-se comparar a geração e contexto geracional do indivíduo com a geração e contexto geracional de seus pais.

De forma a conseguir a maior diversidade possível de origens sociais, percursos de vida e contextos sociais e culturais, mas tendo em consideração os constrangimentos de tempo e de recursos humanos próprios de uma tese de doutoramento, a investigação debruça-se sobre homens e mulheres dos 30 aos 60 anos de idade a viver em conjugalidade, independentemente da orientação sexual, mas com distribuição geográfica limitada à área metropolitana de Lisboa. Estes critérios de seleção de entrevistados/as pretendem ilustrar diferenças culturais e sociais provenientes de diferenças geracionais e proveniências diversificadas no que diz respeito à classe social e áreas geográficas.

No sentido de divulgar a pesquisa e, desta forma, conseguir-se entrevistados/as que, idealmente, fossem pessoas que tomaram conhecimento do estudo a partir de redes sociais de confiança e proximidade, mas que simultaneamente não fossem próximos/as da investigadora, não correndo o risco de um sentimento por parte do/a entrevistado/a de receio de sobre-exposição, a investigação é divulgada, por e-mail, a todos os contactos da investigadora com o pedido de estes divulgarem a todos os seus contactos e assim sucessivamente. A divulgação e pesquisa de terreno foi levada a cabo durante aproximadamente três anos.



Contudo, apesar de uma divulgação intensiva com o intuito de conseguir-se entrevistar 60 pessoas, 10 homens e 10 mulheres na faixa etária dos 30 aos 40 anos, 10 homens e 10 mulheres com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos de idade e 10 homens e 10 mulheres entre os 51 e os 60 anos, algumas dificuldades surgem, tendo-se conseguido apenas 43 entrevistas, com interesse, pertinência e riqueza de informação, mas também com lacunas que limitam certas dimensões de análise e de produção de conhecimento.

De facto, fazem parte desta investigação 23 mulheres e 20 homens entrevistadas/os, com uma média de idades de 42,3 anos, níveis de escolaridade entre a 3ª classe e o doutoramento e categorias profissionais tão variadas quanto empregados/as executantes, trabalhadores/as não qualificados/as e quadros superiores de administração pública. No entanto, ressalva-se, tal como se pode ver na tabela de entrevistas conseguidas (no Anexo A), a maior facilidade na adesão de mulheres ao estudo do que de homens, levando a que, no final de dois anos de trabalho de campo, houvesse uma intensificação na busca de entrevistados. É notória também a maior facilidade em conseguir entrevistadas e entrevistados na faixa etária dos 31 aos 40 anos e uma grande dificuldade na faixa etária dos 51 aos 60 anos. Isto pode ser explicado por a investigadora, à data das entrevistas, ter 31/33 anos, tendo a maioria dos seus contactos e respetivas redes sociais idades semelhantes, estendendo-se, por vezes, até aproximadamente aos 45 anos. A faixa etária dos 51 aos 60 anos revela-se um desafio por serem idades mais avançadas do que as dos seus contactos (e respetivas redes sociais), mas serem idades muito jovens para entrarem na faixa etária das mães e pais desses mesmos indivíduos. A caracterização social dos contactos da investigadora e respetivas redes sociais podem explicar também a tendência para uma sobrevalorização dos indivíduos mais escolarizados, tendência mais sentida nos indivíduos na faixa etária mais nova e principalmente nas mulheres. Uma lacuna importante a considerar-se é a ausência de pessoas da comunidade LGBTQIA+. Essa lacuna foi sentida logo ao final de um ano de trabalho de campo, com cerca de 15 a 20 entrevistas realizadas, pelo que se tentou divulgar a investigação juntos de pessoas com contactos privilegiados dentro da comunidade, mas sem efeito.

Por fim, é essencial refletir um pouco sobre a influência de certas variáveis, como o género ou idade da investigadora, também no decurso das entrevistas. O género da entrevistadora, nunca invisível, desempenha um papel no momento da recolha de dados. Ora facilitador de confidências, como no caso da violência sexual de que foi alvo o entrevistado Leonardo de 41 anos. Existem algumas dúvidas que o entrevistado se sentisse confortável para contar e refletir sobre essa situação, mesmo que de forma limitada como sucedeu, se fosse entrevistado por um homem. Ora dificultador de uma resposta neutra no

que diz respeito às representações de género, impossibilitada independentemente de ser um entrevistador a entrevistar mulheres ou uma entrevistadora a entrevistar homens. Esta situação é perceptível algumas vezes através de uma tentativa de aproximação, por parte do entrevistado, do que este considera ser a resposta que a entrevistadora está à espera ou quer de ouvir. Sendo que, por exemplo, André, 56 anos, militar, na questão “o que é para si ser mulher” dá uma resposta consideravelmente inócua, para depois, no decurso da entrevista, em múltiplas ocasiões, demonstrar uma visão condescendente, paternalista e minorizante das mulheres. Muitas vezes salienta aspetos desagradáveis de alguma mulher em particular, como a sua mãe, filha ou mulher e rematava com “mulheres...”, como se esta conclusão fosse explicação suficiente para determinado comportamento, universalizando determinada característica a todas as mulheres.

O conteúdo das entrevistas é analisado de forma categorial e temática (Bardin, 2011) recorrendo ao *software* de análise de conteúdo MaxQDA, com a construção de categorias analíticas que permitem compreender e analisar os vários tipos de agência e ação levadas a cabo pelos indivíduos e os seus contextos estruturais impulsionadores ou constrangedores. Pensa-se ser importante e pertinente, depois de uma categorização temática dos discursos dos/as entrevistados/as, seguindo a problematização conceptual elaborada, proceder-se à utilização de uma ferramenta do *software* que permite uma visualização rápida, mas fundamentada de cada entrevista no que diz respeito à relação entre agência/ação e estrutura. Isto foi possibilitado através do *document portrait*. Esta ferramenta permite perceber o peso proporcional dado no discurso dos/as entrevistados/as a cada uma das categorias analíticas construídas, sendo perceptível a(s) categoria(s) que tem(êm) maior enfoque na entrevista. Com esta ferramenta, torna-se mais evidente a comparação entre diferentes entrevistas bem como o peso de cada categoria dentro da mesma entrevista, o que se revela muito útil na compreensão das múltiplas camadas de complexidade do indivíduo multissocializado e multideterminado.

### 3. Discussão de resultados

Com o objetivo de compreender como homens e mulheres constroem e vivem o seu género, com dimensões conscientes e inconscientes; como vivem, organizam e priorizam algumas dimensões constitutivas da sua história pessoal, nomeadamente a conjugalidade, parentalidade, trabalho, política e religião; bem como a forma como experienciam e refletem sobre a sua trajetória pessoal ao longo da infância, juventude e vida adulta, realizaram-se, em quase três anos de pesquisa de terreno, 43 entrevistas biográficas: a 23 mulheres (dez dos 30 aos 40 anos, dez dos 41 aos 50 anos e três dos 51 aos 60 anos) e 20 homens (dez dos 30 aos 40 anos, sete dos 41 aos 50 anos e três dos 51 aos 60 anos).

O trabalho de campo decorreu entre 2011 e 2014. Período correspondente ao programa de assistência financeira do Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu a Portugal no valor de 78 milhões de euros que exigiu uma grande diversidade de medidas de austeridade nos campos da saúde, do trabalho e da educação, entre outros. Este contexto é perceptível nos testemunhos recolhidos com várias/os entrevistadas/os a referirem a intenção de emigrar (como Andreia, Valentina, Vanessa, Nelson e Leonardo), algumas entrevistadas desempregadas (como Andreia e Juliana) e alguns entrevistados em situação de precariedade (como Nelson e Rodolfo).

No que diz respeito à educação, a amostra desta pesquisa segue as tendências nacionais e europeias, em que há um visível aumento da escolaridade nas pessoas mais novas (dos 30 aos 40 anos), mais ainda nas mulheres (Torres et al, 2018). Todas as dez mulheres dos 30 aos 40 anos têm o ensino superior: licenciatura, mestrado ou doutoramento, enquanto tendencialmente quanto mais velhas são as mulheres mais frequente é uma escolaridade mais baixa como no caso de Aurora com 60 anos (4ª classe), Judite com 48 anos (7º ano) e Florbela com 43 anos (3ª classe). Nos homens, o grupo etário mais novo é também o mais escolarizado, com cinco entrevistados (em dez) com ensino superior: licenciatura ou doutoramento. Todavia, não acontece de forma tão vincada a diminuição da escolaridade nos homens mais velhos. O homem menos escolarizado é o José de 43 anos com o 10º ano.

Apesar de as/os entrevistadas/os mais jovens seguirem as tendências nacionais e europeias para uma maior escolarização, a amostra é claramente sobreescolarizada, principalmente nas mulheres (15 mulheres com o ensino superior, três com o ensino secundário e cinco com o ensino básico; e 10 homens com o ensino superior e 10 com o ensino secundário). Tal como se verificou no estudo financiado pela Fundação Francisco

Manuel dos Santos, *Igualdade de género ao longo da vida* (Torres et al, 2018), apesar da sobre escolarização feminina, as mulheres enfrentam maiores dificuldades na entrada e inserção no mercado de trabalho. Existem, na amostra de pessoas entrevistadas, duas mulheres desempregadas, duas mulheres fora do mercado de trabalho por opção, duas mulheres reformadas – uma por invalidez com 43 anos e outra com 60 anos – e uma doméstica com 48 anos. Destaca-se não só uma maior dificuldade por parte das mulheres à entrada no mercado de trabalho, mas também uma saída mais precoce, seguindo as tendências portuguesa e europeia. No entanto, é relevante realçar que, dada a sobre escolarização da amostra feminina, e a escolaridade ser um fator protetor do desemprego no feminino (Torres et al, 2018), as situações de desemprego e precariedade no trabalho nas mulheres entrevistadas sucedem na sua larga maioria a mulheres sem o ensino superior.

Existe uma tendência para uma inserção menos difícil nos homens entrevistados, uma vez que, à data das entrevistas, todos os homens estavam empregados e apenas um homem estava reformado com 56 anos. No entanto, isso não significa necessariamente uma trajetória profissional ausente de percalços e turbulências. Existem alguns percursos profissionais precários também em alguns homens. O que é notório no número de trabalhos referidos numa trajetória profissional relativamente curta, como é o caso de Rodolfo (35 anos e 12º ano) com 7 trabalhos em funções e ramos de atividade diferentes, e Nelson (36 anos e 12º ano) com 6. Ambos os entrevistados com repetidas situações de desemprego, embora sempre de curta duração. Não nos esqueçamos que a técnica de entrevista é por excelência a captura de um momento na biografia, daí a importância de se considerar todo o percurso biográfico.

Quer nos homens quer nas mulheres, a precariedade, com constantes mudanças de emprego e com contratos temporários de trabalho é mais visível nas/os entrevistados mais jovens: as mulheres no desemprego, os homens na curta duração dos trabalhos. A exceção a esta tendência são os casos de Catarina (12º ano) e de Valentina (9º ano), ambas com 48 anos e 5 trabalhos diferentes.

A sobre escolarização da amostra e as dificuldades de integração no mercado de trabalho e situações de precariedade têm impacto nos posicionamentos individuais na tipologia nacional de categorias profissionais (INE, 2011). Muitas mulheres são especialistas de profissões intelectuais e científicas como docentes universitárias, enfermeiras, técnicas superiores (doze no total: nove dos 31 aos 40 anos, duas dos 41 aos 50 anos e uma dos 51 aos 60 anos), cinco são pessoal dos serviços e vendedoras, como empregadas de balcão, cabeleiras e esteticistas (todas dos 41 aos 50 anos), três técnicas de nível intermédio, como

assistente editorial e técnica de fisioterapia (uma dos 31 aos 40 anos e duas dos 41 aos 50 anos), duas trabalhadoras não qualificadas, como empregada de limpeza (uma dos 41 aos 50 anos e uma dos 51 aos 60 anos) e uma quadro superior da administração pública, dirigente e quadro superior de empresa, nomeadamente gestora de recursos humanos de uma grande empresa nacional (com 53 anos).

No que diz respeito ao posicionamento destas mulheres na tipologia de classes sociais de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988 e 1994), utilizou-se a profissão e a condição perante o trabalho para a aferição dos posicionamentos individuais na estratificação social. Na sua esmagadora maioria (15 em 23), as mulheres entrevistadas inserem-se na classe social das profissionais e técnicas de enquadramento. Cinco são empregadas executantes, duas trabalhadoras independentes e uma dirigente.

Os homens, apesar de menos escolarizados, inserem-se, na sua maioria, nos profissionais e técnicos de enquadramento, mesmo quando não possuem ensino superior (15 em 20). Três são empregados executantes e dois são trabalhadores independentes. Relativamente às suas categorias profissionais, seis são especialistas de profissões intelectuais e científicas, como docente universitário, sociólogo e arquiteto (três dos 31 aos 40 anos, dois dos 41 aos 50 anos e um dos 51 aos 60 anos), seis são técnicos de nível intermédio, como fotógrafo, técnico de sistemas e técnico de sinistros (cinco dos 31 aos 40 anos e um dos 41 aos 50 anos), três são pessoal dos serviços e vendedores, como vendedor de automóveis, restaurador de móveis e consultor de qualidade (um dos 31 aos 40 anos e dois dos 41 aos 50 anos), dois são quadros superiores da administração pública, dirigente e quadro superior de empresa, como um gestor e um ministro de confissão religiosa (um dos 41 aos 50 anos e um dos 51 aos 60 anos), um técnico administrativo com 36 anos, um operário e um militar.

De forma a compreender-se a influência multidimensional do género na ação e decisão individual, mas também nos recursos e oportunidades que cada pessoa detém e enfrenta, e ainda na perceção individual da capacidade agencial, é importante compreender como se relacionam os níveis de análise presentes no modelo desta pesquisa antes de se analisar especificamente e em profundidade as formas de ação e agência. Deste modo, é fundamental começar a análise das entrevistas realizadas ao identificar e contextualizar o nível cultural, ao analisar as representações e expectativas sociais de género que foram transmitidas aos indivíduos no processo contínuo de socialização; estrutural, ao caracterizar o contexto familiar de origem, mas também a trajetória individual e o momento presente na biografia de cada pessoa entrevistada, desde os seus recursos e capitais financeiros, mas

também os seus recursos e capitais sociais, culturais e simbólicos; o nível interacional, ao perceber as interações e relações mantidas com a família de origem, mas também a família construída<sup>65</sup>; e o nível individual, com o sistema de disposições e esquemas de ação do indivíduo, ao analisar a forma como cada um/a se reflete a si, ao mundo e às/aos outras/os.

Passa-se então a uma análise temática dos discursos (Bardin, 2011), com o objetivo de, neste capítulo, traçar um retrato panorâmico das entrevistas conseguidas, de forma intencionalmente breve e não extensiva, mas sem perder de vista estes níveis de análise. Vamos começar pela família de origem de cada entrevistada/o: os papéis de género, as regras e liberdades individuais, e as expectativas parentais para com o/a entrevistado/a.

### **3.1 Famílias de origem**

#### **3.1.1 Papéis tradicionais de género generalizados**

O contexto familiar das pessoas entrevistadas é maioritariamente pautado por papéis tradicionais de género como os presentes na proposta parsoniana (1968) apesar da “crescente diversidade de configurações e estruturas familiares decorrentes do aumento do número de separações e recomposições conjugais” (Botton et al, 2015, p. 44). Ou seja, as relações familiares são vincadas por uma atribuição diferenciada de papéis a homens e mulheres na sociedade. Esse imaginário social estabelece que os homens cumprem a função produtiva da sociedade ao desempenhar um papel instrumental, que requer racionalidade, autonomia e competitividade, ao sustentar a família e tomar decisões; e as mulheres desempenham o papel expressivo, o que exige atributos como ternura, dedicação e o cuidar dos outros, cumprindo a função reprodutiva da sociedade, com a educação e socialização das/os filhas/os<sup>66</sup>.

A vinculação tradicional da noção de família no que é socialmente esperado no exercício da parentalidade teve e tem impacto na forma como os pais e mães educaram e se relacionaram com as pessoas entrevistadas, mesmo associando a essa noção velha de família novas tendências como eventualmente a conceção moderna de infância, dos cuidados a ter, e valores e expectativas a transmitir (Botton et al, 2015). Esse conflito entre

---

<sup>65</sup> Por uma questão de fechamento analítico, não se analisam as informações recolhidas sobre as interações e relações estabelecidas com amigos, pares e colegas de trabalho, a menos que se revelem importantes.

<sup>66</sup> Excertos das entrevistas realizadas podem ser consultados no Anexo C onde se encontram organizados por tendências explanadas neste capítulo.

uma noção velha de família e expectativas parentais mais modernas é mais notório nas pessoas mais novas – evidenciado aqui claramente o fator dos efeitos de contexto – e em pais e mães mais escolarizados/as. Na esmagadora maioria das pessoas entrevistadas, esse conflito é inexistente.

Apesar de grande parte das mães das pessoas entrevistadas trabalharem fora de casa, cabe maioritariamente a elas a tarefa de educar as/os filhas/os e providenciar-lhes um espaço doméstico tranquilo, cuidador e sentimental, indo ao encontro do imaginário social da família tradicional, tal como defendido por Moon and Hoffman (2008). Os pais das/os entrevistadas/os não são os únicos provedores, mas é neles que recai grande parte das decisões familiares e é neles que muitas vezes recai o papel de impor disciplina. Esta tendência é visível tanto em mulheres como em homens e sem grandes alterações consoante a idade.

No entanto, é importante realçar que é algo comum a referência a uma certa ausência paterna, principalmente nos homens entrevistados. Ausência física, por motivos profissionais, mas também ausência afetiva, por motivos de socialização de papéis de género. Nas mulheres entrevistadas, principalmente nas mulheres mais velhas e de famílias menos escolarizadas, também existe a referência a um clima de medo e por vezes de violência paterna (efetiva ou pelo menos latente) dirigida à mãe.

Apesar de ser notória uma tendência generalizada para papéis tradicionais de género nas famílias de origem das pessoas entrevistadas, independentemente da idade e classe social (Botton et al, 2015), é necessário ressaltar que quanto menores os recursos económicos, culturais e sociais, maior a força com que esses papéis surgem. Mais vincadamente ainda no que diz respeito ao abandono e violência paterna. O que confirma as teorias de Martin (2003) e Risman (2009 e 2013) que defendem que a margem de liberdade e de criatividade nas práticas e interações sociais é grandemente influenciada pelos recursos e poderes detidos (ou não) pelos indivíduos. É também relevante mencionar que, apesar de a amostra ser bastante escolarizada, a esmagadora maioria das famílias de origem não o eram à data da infância e juventude das/os entrevistadas/os. Alguns pais e mães terminaram a sua escolarização já em adulto, durante a juventude das/os mesmas/os. As pessoas entrevistadas oriundas de famílias escolarizadas são uma exceção<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> O que pode ser consultado no Anexo B.

### **3.1.2 Regras e liberdades individuais variam em função de capitais e recursos, mas maior fiscalização no feminino e liberdade no masculino**

As relações de género algo rígidas, e por vezes violentas, e os papéis convencionais e de um imaginário social antigo que pais e mães desempenharam no contexto familiar significam representações de género tendencialmente tradicionais (Botton et al, 2015; Moon & Hoffman, 2008), o que vai influenciar as regras impostas a filhas e filhos e as liberdades individuais garantidas ou permitidas. O que, aliás, parece ir no sentido da proposta teórica de Oakley (1981), segundo a qual, homens e mulheres são diferentes, porque são socialmente moldados/as, ao longo do processo contínuo de socialização, no qual a família desempenha um papel preponderante, de forma a corresponderem a normas, expectativas e papéis sociais específicos.

No que diz respeito a regras e normas, as diferenças são mais notórias consoante a classe social de origem e respetivos capitais e recursos financeiros, sociais, culturais e simbólicos, tal como proposto pelas teorias estruturalistas (Martin, 2003; Risman, 2009 e 2013), mais ainda do que consoante o contexto geracional. Como já foi sublinhado, os papéis maternos e paternos foram tão mais tradicionais e rígidos quanto menor a escolarização dos progenitores. Apesar de a maioria das mulheres e dos homens entrevistadas/os referirem que as decisões relativas a elas/es na infância terem sido tomadas por mães e pais em conjunto, quanto mais escolarizada é a família de origem maior a referência à liberdade de pensamento e de decisão.

No caso das mulheres, a liberdade de pensamento é muitas vezes referida, embora depois haja alguma restrição ao nível de liberdades interacionais e relacionais, como é notório no excerto de Camila, 33 anos, bolseira de doutoramento, mestrado, com pai supervisor de eletricidade, 4ª classe, e mãe professora primária, bacharelato: “Tudo o que fosse intelectual, escolar, assim de vida interior, tive toda a liberdade do mundo. No que tocava a escolhas mais físicas, por exemplo sair à noite, foi um castigo. (...) O meu pai foi um bocado rígido. Mas, de resto, em termos de vida interior, o meu pai praticamente atirou-me os livros para cima e disse ‘faz o que quiseres da tua vida’”.

Verifica-se também, no caso de um grupo reduzido de mulheres dos 30 aos 40 anos, a referência a uma liberdade que as leva a sentirem-se um pouco sem rumo, tal como são os casos de Juliana e Carolina. Carolina, 35 anos, fora do mercado de trabalho por opção, com o ano curricular de doutoramento, e com o pai fotógrafo, licenciatura em engenharia eletrotécnica (incompleta e enquanto Carolina era adolescente) e mãe enfermeira (licenciatura e pós-graduação durante também a sua adolescência), refere que as decisões



nem eram impostas, nem negociadas. Como os pais estavam muito ausentes por motivos profissionais e escolares, muitas decisões tinham de ser tomadas por Carolina. Ela ficava em casa sozinha e decidia. A entrevistada dá o exemplo de, aos 13 ou 14 anos, se à noite quisesse ir para o café e ficar lá até às 4, 5 horas da manhã ia; e aos fins de semana, se quisesse ir para a discoteca à tarde ou à noite com amigos mais velhos que a levassem, também ia. Ambos os pais sabiam e ninguém lhe dizia que não podia.

Em famílias de origem menos escolarizadas e qualificadas, é mais comum um contexto familiar com visões mais tradicionais da infância, da família e das expectativas parentais, em que as decisões eram tomadas pelos pais e mães e acatadas pelas filhas, algumas referindo inclusive não existir necessidade de autoritarismo por serem bem-comportadas. O que demonstra o sucesso de processos de socialização explicados por Oakley (1981) como sejam a manipulação, a canalização, as nomeações verbais e a sugestão de atividades diferenciadas, referidos no capítulo 1.

Por fim, existem alguns testemunhos de mulheres que tiveram um contexto familiar mais livre do que os seus irmãos por serem “as meninas dos papás”, como é o caso de Valentina, 48 anos, desempregada, empregada de limpeza, empregada numa pecuária, apoio num lar de idosos, 9º ano, com pai construtor civil, 4ª classe e mãe cabeleireira, 4ª classe (já em adulta).

Nos testemunhos masculinos, indo ao encontro dos estudos sobre as masculinidades, é notória uma maior referência ao autoritarismo, maioritariamente exercido pelo pai, mas também por parte da mãe, e a alguma violência física paterna, o que raramente foi referido no caso das mulheres. Como Michael Kaufman (1995, p. 18) problematiza, a violência é sentida pelos homens ao longo da vida, muitas vezes logo no contexto familiar. “Alguns tiveram pais que foram dominadores, rudes ou mesmo brutais; alguns tiveram pais que simplesmente não estiveram suficientemente presentes. A maioria teve pais que, consciente ou inconscientemente, os rejeitaram pela sua necessidade de toque e afeto depois de passada uma determinada idade”<sup>68</sup>. Estas situações de violência e/ou negligência sucedem, na sua esmagadora maioria, em contextos familiares de poucos recursos financeiros, sociais e culturais. Nas entrevistas dos homens, também surge com maior destaque, do que nas das mulheres, a referência a uma ausência paterna (por motivos profissionais ou por abandono familiar – o que nunca foi referido pelas mulheres).

---

<sup>68</sup> “Some of us had fathers who were domineering, rough, or even brutal. Some of us had fathers who simply were not there enough; most of us had fathers who either consciously or unconsciously were repelled by our need for touch or affection once we had passed a certain age”

Tal como algumas mulheres entrevistadas, também Leonardo, 41 anos, arquiteto, duas licenciaturas, com pai barbeiro, 4ª classe e mãe proprietária de uma papelaria, 4ª classe (já concluída no ensino para adultos), afirma acatar as normas e regras parentais, explicando essa aceitação com o seu temperamento mais passivo. O que é visível neste excerto: “Eu senti que eles não me impunham nada. Não me lembro de os meus pais serem pessoas de me imporem alguma coisa, mas determinavam limites para as coisas. (...) E eu acatava. Também é um bocado, se calhar, do meu temperamento. (...) Se calhar, sou um bocado mais calmo e mais passivo”.

O contexto familiar no que diz respeito a recursos e capitais parece afetar a forma como pais e mães estabelecem regras e normas, o que também é um reflexo das suas visões sobre o que é uma família, como deve funcionar e as relações de género. Ou seja, quanto maior o volume e quanto mais sólida a estrutura de capitais económicos, sociais, culturais e simbólicos, maior o diálogo e a liberdade atribuída aos rapazes e raparigas, tal como proposto pelas teorias estruturalistas explanadas no capítulo 1, nomeadamente de Martin (2003) e Risman (2009 e 2013). No entanto, em contextos familiares menos escolarizados e com menos recursos, as mulheres referiram ter maior fiscalização e controlo das suas interações e relações, como por exemplo nas saídas noturnas; e os homens relataram em maior número contextos de ausência paterna, quer por abandono, situações profissionais ou papéis de género tradicionais incorporados, e contextos de violência física e psicológica.

O que é evidente quando se analisam as expectativas parentais sobre filhas e filhos. Apesar de bastante influenciadas pela classe social (nível estrutural de análise), que, mais uma vez se relembra, influencia as relações e interações no seio familiar, mas também o imaginário social (nível cultural de análise), o género parece diferenciar de forma acentuada as expectativas parentais, não dependendo só já do posicionamento familiar na estratificação social. Porém, antes de se começar a analisar as principais diferenças de género, tanto homens como mulheres, principalmente das faixas etárias mais novas (dos 30 aos 50 anos) e independentemente da classe social de origem, referem que pais e mães esperavam que estudassem e concluíssem o ensino superior. A educação parece assumir um papel prioritário de reprodução social (no caso de classes sociais de origem escolarizadas), mas mais ainda de mobilidade social ascendente (no caso de classes sociais de origem pouco escolarizadas), como aliás é defendido por Torres et al (2018).

Para além da expectativa relacionada com a escolarização, e muitas vezes com a mobilidade social que esta poderia permitir, há expectativas parentais marcadamente genderizadas. É bastante mais comum nas mulheres entrevistadas a perceção de expectativas de maternidade e muitas diretrizes de como ser e estar. Nos homens, a

expectativa para a paternidade ou a orientação de como se comportar e ser parece menos comum e surgem mais testemunhos de alguma ausência de expectativas e diretrizes. Mais uma vez, parece existir uma maior fiscalização da feminilidade e um abandono da masculinidade.

Se as mulheres são socializadas para não mentir, serem honestas, boas mães, terem amigos, serem respeitadoras, trabalhadoras, submissas, leais, íntegras e responsáveis, sendo visível uma grande preocupação com a verdade e a mentira, os homens são socializados num contexto de liberdade para ser, pensar e decidir. Em alguns homens entrevistados, este contexto de liberdade passa para um sentimento de negligência e de ausência de diretrizes e expectativas parentais.

“Se tinham expectativas, nunca demonstraram nada. Sempre fui a ovelha negra da família, continuo a ser a ovelha negra da família. Continuo a ser o burro, o idiota, não penso, estraguei a minha vida, sou este, sou imaturo, sou impulsivo. (...) Nunca disseram que tinham orgulho em mim... aquela coisa do afeto que os pais dão, são os meus sogros”. Rodolfo, 35 anos, técnico de laboratório, frequência universitária (5º ano incompleto) com pai bancário, 7º ano e mãe técnica superior, 12º ano

O sentimento expresso por Rodolfo de inaptidão e conseqüente ausência de expectativas foi também mencionado por Catarina, 49 anos, empregada de balcão, com o 12º ano, com pai carpinteiro com a 4ª classe e mãe doméstica, também com a 4ª classe, de forma semelhante: “Eu acho que eles nunca puseram expectativa muito alta em relação a mim, porque eu sempre fui muito rebelde, nunca gostei da escola, sempre fui, como eles diziam, rabiada. Eu acho que nunca esperaram muito de mim”.

As expectativas parentais sobre homens e mulheres são diferenciadas: para os homens, maior liberdade e, para as mulheres, maior vigilância e controlo. No entanto, a liberdade dada aos homens reveste-se por vezes de negligência, principalmente em contextos familiares pouco escolarizados. E as mulheres, nos mesmos meios sociais, veem as suas interações e relações serem restringidas e controladas, e, ao nível das expectativas, sentem um maior controlo da sua personalidade e postura na vida.

Esta diferenciação de expectativas vai ter impacto, como se verá mais à frente, na ação individual de homens e mulheres, porque, tal como proposto por Connell (2009), a ação individual não é construída num vazio histórico, social, cultural e geográfico. Ou seja, a masculinidade e a feminilidade têm uma componente criativa, com potencial inovador na construção de padrões de género, tanto maior quanto mais recursos e poderes forem detidos pelo indivíduo, mas também derivam das normas e pressões sociais, sentidas ao longo do processo de socialização, desde logo, no contexto familiar. Neste sentido, o

processo de socialização familiar mais tradicional e restritivo no feminino e mais negligente no masculino nos contextos sociais com menores recursos ou mais igualitário e negociado para homens e mulheres nos contextos sociais com maiores recursos e capitais terá um reflexo nas disposições e sistemas de ação e percepção do mundo, de si e dos outros e nas formas de ação individual reflexiva ou automatizada e ritualizada. Até porque é importante não esquecer a dimensão afetiva das relações de género, com relações e vinculações que ora podem ser favoráveis ora podem ser hostis, como aliás realça Connell quando alerta para a simultaneidade do amor e da hostilidade nos compromissos emocionais, como sucede nas relações parentais.

### **3.2 Patrimónios de disposições e esquemas de ação, avaliação e percepção**

#### **3.2.1 Ideal de feminilidade e masculinidade menos culpabilizante na vida adulta**

Cada indivíduo internaliza o seu património de disposições e esquemas de ação, avaliação e percepção do mundo, de si e dos outros ao longo de sucessivos e simultâneos processos de socialização numa diversidade de campos sociais, desde o familiar ao escolar, profissional, cultural, social e afetivo (Lahire, 2001, 2005). Importa, deste modo, analisar, a um nível individual, os ideais e modelos de feminilidade e masculinidade encontrados, que correspondem em grande medida ao ideal de feminilidade enfatizada e masculinidade hegemónica de Connel (2009), explanados no capítulo 1.

Estes ideais de feminilidade e masculinidade, quando existem, têm características distintas entre si, embora com alguns pontos em comum. As mulheres entrevistadas, principalmente as mais novas (dos 30 aos 40 anos), revelam, na sua maioria, ter tido, durante a infância tardia e a juventude, ideais que passavam por atributos que consideravam estar em falta, como a beleza, a forma de vestir e apresentar, a capacidade de atração de pretendentes e o número de amigos.

Nestas mulheres mais novas (dos 30 aos 40 anos), apesar de sublinharem alguns traços de personalidade, o maior enfoque está no corpo e na imagem física, e sua beleza e capacidade de atração. A beleza é um conceito relativo e cultural, logo sujeito a mudanças no tempo e espaço. “A beleza é então comparativa e não intrínseca, relativa e não absoluta. Por exemplo no mundo da beleza feminina, dos concursos de beleza e dos modelos e atrizes, as formas mudam consoante as épocas e as sociedades” (Cunha, 2008, p. 76). Se

na década de 50 o ideal de beleza era Marilyn Monroe e na década de 60 era a modelo Twiggy, nas décadas posteriores, o ideal de beleza tornou-se uma magreza acentuada, o que, relacionado com o aumento de peso das mulheres com menos de 30 anos, explica o aumento da prevalência de distúrbios alimentares e perturbações com a imagem corporal. Segundo Cunha (2008), esta diferença entre a realidade do aumento de peso e o ideal de uma magreza acentuada atesta o desfazamento entre o real e o ideal e acaba por explicar a insatisfação com a imagem corporal. O que é visível nas entrevistadas através do sentimento de falha ou falta dos atributos que idolatravam e invejavam nas outras raparigas das suas idades, levando a um sentimento de distância relativamente a uma feminilidade idealizada. Por exemplo, Andreia afirma sentir-se “diminuída, inferior. Parecia que era a sombra dela [da amiga que constituía o ideal]”, Camila refere que “naquele espectro da coisa, eu era quase um rapaz” e Marta que “eu era o patinho feio (risos). Eu usava a roupa do meu irmão”.

No entanto, nem todas as mulheres entrevistadas relataram essa distância perante o ideal de feminilidade, afirmando serem a incorporação desse ideal, sendo elas as admiradas. Tendencialmente as mulheres com este património de disposições são mais novas e com famílias mais escolarizadas. “Não havia ninguém que eu quisesse seguir. Nós éramos populares. Os meus pais eram pessoas conhecidas no meio. (...) Por influência dos meus pais, sempre nos relacionámos muito bem e, portanto, eu estava no grupo mais desejado da escola, era das pessoas mais populares da escola e o meu irmão também”. Juliana, 37 anos, desempregada, arquiteta, licenciatura

Também Carolina, 35 anos, fora do mercado de trabalho por opção, professora e investigadora universitária (última profissão), doutoramento (ano curricular), considera que o facto de pertencer, na escola, a um grupo que era visto e perçecionado pelos outros alunos como um grupo de liderança fazia com que ela não tivesse muitas pessoas para quem olhar e sentir que queria ser como. Tinha boas notas, sempre fora vice-presidente da Associação de Estudantes, e fazia parte das direções da Rádio e Jornal escolares.

Existem também as mulheres que declaram não ter tido, na infância tardia e adolescência, uma feminilidade idealizada. Este património de disposições e esquemas de perceção reveste-se, porém, de diferentes contornos. Há mulheres que afirmam não ter um ideal por uma questão de liberdade, de quererem ser da forma como são, como é o testemunho de Clarisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar. “Acho que nunca tive nenhum modelo, nem mesmo as minhas irmãs. (...) O que era, para mim, um modelo ideal era eu conseguir ser feliz e, acima de tudo, eu poder decidir as coisas, e poder ser... Imaginava que

'eu um dia vou poder, eu um dia vou fazer, eu um dia vou não sei quê', e pensava que eu, um dia, vou ser uma mulher adulta, hei de mandar na minha vida, hei de me organizar, hei de ter sucesso, hei de fazer coisas úteis”.

No caso das mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas, não se verifica a construção de um ideal porque, dadas suas condições sociais de existência pouco favoráveis e com poucos recursos financeiros, sociais e simbólicos, não tinham essa reflexividade (Caetano, 2011). Mas também porque “a pressão social para a obtenção do corpo ideal se tem acentuado” (Cunha, 2008, p. 85). Com efeito, nas faixas etárias mais velhas, a pressão estética para o corpo magro e perfeito não era tão sentida na sua infância tardia e juventude.

Os ideais de masculinidade, quando existem, passam por capacidades desportivas (nunca sublinhadas pelas mulheres entrevistadas), extroversão, estilo, confiança, sentido de humor e inteligência. Nota-se aqui uma menor importância da beleza física, e maiores traços de personalidade, porque o controlo e a fiscalização do corpo feminino são mais vinculados nas sociedades ocidentais do que do corpo masculino (Cunha, 2008), como aliás também se viu no subcapítulo anterior uma maior fiscalização do feminino, nos seus comportamentos e formas de ser e estar. Contudo, apesar de nenhum homem entrevistado referir a beleza como uma característica presente no ideal de masculinidade, alguns, tal como as mulheres, realçam também a capacidade de atração de pretendentes.

Um homem entrevistado, o José, de 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, com o 10º ano, revela a idealização do homem africano, possivelmente por ter imigrado para Portugal, um país maioritariamente branco, na infância tardia, vindo de Moçambique e por ser filho de pai branco e mãe negra. “Um deles era muito inteligente, mexia com eletrónica, lia alguma coisa e tinha que fazer esquemas e coisas. Era muito bom em línguas. (...) Também era bom na oratória. Era alguém que tinha facilidade em expressar-se. Em expressar-se e em desenhar. (...) E depois tinha outra coisa: era africano também. Não era negro, mas era de origem africana e eu identificava-me muito com ele. E exatamente de Moçambique”.

Como já havia sido exposto para a feminilidade idealizada, também existem homens sem uma masculinidade idealizada, embora nenhum dos homens entrevistados faça referência à liberdade. O que pode ser explicado pela presença de um privilégio inerente à masculinidade que lhes abre um leque de oportunidades mais vasto do que o das mulheres (Kimmell, 2000).

No entanto, não se encontraram homens que sentissem fazer parte da masculinidade idealizada, como algumas mulheres sublinharam fazer parte do ideal de feminilidade, nem

se encontraram homem que parecessem ter dificuldades na reflexividade sobre esses padrões masculinos. O que acaba por ser algo surpreendente dada a já referida pressão sobre a imagem feminina e a fiscalização e controlo do corpo das mulheres.

Considera-se importante compreender se esses ideais e padrões de feminilidade e masculinidade da infância tardia e juventude, muito identificados com o modelo de masculinidade hegemónica e feminilidade enfatizada de Connell (2009) se cristalizaram na vida adulta, ou se, pelo contrário, houve transformações.

Na vida adulta, verifica-se uma tendência para homens e mulheres não idealizarem uma pessoa, mas características várias de diversas pessoas. A idealização de uma pessoa em concreto, em idade adulta, já não acontece da mesma forma que acontecia na infância tardia e juventude. Tal como explica Andreia, 32 anos, desempregada, bolseira de investigação (última profissão), licenciatura: “(Hesitação) Nós, quando começamos a ficar maiores, começamos a ver que as pessoas têm todas coisas admiráveis, mas também têm defeitos. Quando eu era mais nova, conseguia admirar-me por pessoas muito mais facilmente. (...) Os meus modelos hoje em dia são bocados de pessoas”.

Essa tendência para combinar características distintas de diversos indivíduos parece corresponder a uma posição comum em pessoas escolarizadas, homens e mulheres. Algumas dessas pessoas, principalmente mulheres, revelam uma proximidade com o ideal de feminilidade e simultaneamente a já não necessidade dessa mesma proximidade.

Junto das pessoas que revelam um ideal de feminilidade composto por combinações de características de várias mulheres, mais uma vez, é notória uma diferença entre as mulheres mais escolarizadas e com maiores recursos culturais, sociais e financeiros, e as mulheres menos escolarizadas e com menores recursos. As primeiras tendem a realçar uma mulher com múltiplas dimensões: a familiar, a profissional e a pessoal. As mulheres menos escolarizadas, tendencialmente mais velhas, realçam e valorizam características e uma visão feminina mais unidimensional e estereotipada.

Na idade adulta, é notória a ausência esmagadora da menção à beleza. Em todas as mulheres entrevistadas, apenas Tânia o refere. Isto pode tendencialmente ser explicado por uma menor importância da imagem corporal para a identidade individual e social destas mulheres nesta fase da vida, o que não acontecia na infância tardia e juventude.

Em alguns homens mais escolarizados e mais novos (dos 30 aos 40 anos), é visível a mesma tendência verificada nas mulheres para o sentimento de já não necessitarem da proximidade com um ideal de masculinidade. Alguns homens, menos escolarizados, sublinham a figura paterna como ideal de masculinidade, o que não acontecia na infância

tardia e adolescência, até porque muito dos homens mais velhos e menos escolarizados tinham figuras paternas ausentes ou violentas.

A construção de uma visão idealizada de feminilidade e masculinidade reveste-se de contornos mais penalizadores na infância tardia e juventude do que na vida adulta, em que a beleza é um fator preponderante nas mulheres. Homens e mulheres tendencialmente idealizam uma versão de masculinidade e feminilidade quando são mais novos que, muitas vezes, originam um sentimento de distância e de falta ou falha. Com exceção de algumas mulheres escolarizadas mais novas, como se viu.

Na vida adulta, já não existe uma pessoa que personifique na totalidade esses ideais de masculinidade e feminilidade, mas consiste numa combinação de características de várias mulheres e vários homens. É visível também, na idade adulta, a inexistência de necessidade de aproximação de homens e mulheres ao ideal, e muito menos a culpabilização ou o sentimento de inadequação se se estiver distante.

### **3.2.2 Perceção de si e relação com o corpo: mais problemática em mulheres mais novas e escolarizadas**

Se os ideais de feminilidade e de masculinidade são mais rígidos e culpabilizadores na infância tardia e juventude, também mais vincadamente marcados por um ideal de masculinidade hegemónica e de feminilidade enfatizada (Connell, 2009), e se a beleza é fator de pressão nas mulheres e a capacidade de atração física é importante para mulheres e homens, também a perceção de si e a relação com o corpo é mais problemática e difícil nesse período da vida tanto para mulheres como para homens, e é ainda mais penalizadora nas mulheres. Até porque, numa perspetiva cultural, filosófica, literária e religiosa, o homem assume o lugar simbólico de sujeito (Simões & Amâncio, 2004), tem um corpo que “contém em si mesmo uma dignidade ontológica, constituída pela razão, a alma, o espírito, que lhe permite dominar, controlar o corpo” (Neves, 2007, p. 307) enquanto “a mulher é fatalmente e quase só absolutamente um corpo, um corpo natural, um corpo natureza” (Neves, 2007, p. 308). Um corpo natural cuja identidade reside no útero. Esta biologização dos indivíduos, homens e mulheres, das suas identidades, papéis, comportamentos e práticas, centrando a individuação na dualidade corpo e alma no masculino e apenas no corpo no feminino pode eventualmente ajudar a explicar a tendência verificada no subcapítulo anterior para um ideal de feminilidade muito focado no corpo e na imagem física e num sentimento individual de algumas das mulheres entrevistadas de falta e falha. Uma vez que, social e culturalmente,



as suas identidades são ainda muito avaliadas pela imagem corporal e seu poder de atração.

Comece-se então por compreender a relação entre as mulheres e o seu corpo e imagem corporal. Verifica-se uma tendência para uma maior crítica do corpo e da imagem junto de mulheres mais novas (dos 30 aos 40) embora algumas mulheres mais velhas também apontem inseguranças corporais nesse período. Globalmente, as mulheres sublinham o acharem-se feias, serem míopes, terem acne, a falta ou excesso de peso, a altura, o rosto, o cabelo, as pernas, o rabo, o peito, os dentes tortos e/ou estragados. Referem ainda uma tentativa de esconder o corpo durante a infância tardia, tentando camuflar a puberdade e respetivas mudanças corporais ou a ausência delas devido a uma puberdade tardia. “Odiava o meu corpo. Odiava. Eu era muito magra, tinha o nariz muito comprido, tinha os olhos muito grandes, a boca muito grande, a cara muito magrinha, nunca tinha o cabelo de jeito. Fisicamente eu odiava-me. E odiei-me muitos anos. (...) Escondia-me atrás de roupas largas”. Camila, 33 anos, bolsreira de doutoramento, licenciatura e mestrado

Esta tendência para um olhar crítico para o corpo é mais comum nas mulheres mais novas e mais escolarizadas, revelando uma maior reflexividade, resultado em parte de uma sociedade mais impositiva nos cânones de beleza feminina (Cunha, 2008) e em parte de uma maior capacidade de se olharem e pensarem enquanto indivíduos, possibilitada também pelos seus recursos culturais e sociais (Caetano, 2011). Este fenómeno é referido por Valentina, 48 anos, desempregada, empregada de limpeza, empregada numa pecuária, apoio num lar de idosos, 9º ano. “Acho que nem ligava, nem havia... acho que há hoje mais essa relação do corpo-mente. Na minha altura, as que eram gordas eram gordas e as que eram magras eram magras... acho que não se pensava tanto nisso como se pensa hoje”.

Esta tendência para uma reflexividade mais crítica em relação à imagem física é mais notória então nas mulheres mais novas e mais escolarizadas. Daí parecer algo estranho a Valentina. Nas mulheres menos escolarizadas e com menos recursos e capitais financeiros, sociais, culturais e simbólicos, não existe tanto uma reflexividade em relação à imagem corporal ou até condições materiais de existência que a possibilitem, como já se tinha visto também relativamente ao ideal de feminilidade.

Para além da influência do contexto geracional e da reduzida posse de recursos e capitais, em algumas mulheres nota-se o impacto da religião, em que o corpo foi uma dádiva de Deus, e como tal é aceite e agradecido. Carla, 40 anos, técnica de fisioterapia, 11º ano, católica e catequista, aceita o seu corpo, apesar de algumas insatisfações, devido à sua

relação com Deus e a religião, como se verá de forma mais aprofundadamente no capítulo 5.6, especificamente no que diz respeito à maternidade.

Existe, no entanto, uma minoria de mulheres que declaram aceitar o seu corpo, embora refiram algumas insatisfações. E outra minoria, composta por duas mulheres, com uma relação com o corpo despreocupada, mas também um pouco autodestrutiva. Carolina, de 35 anos, fora do mercado de trabalho por opção, professora e investigadora universitária (última profissão), com doutoramento (ano curricular), para além de referir que não se preocupava com o corpo no que diz respeito aos cânones de beleza – “nunca me preocupei se tenho o peito grande ou pequeno, se tenho as pernas assim. Nunca me preocupou...” – revela também uma despreocupação com o corpo no sentido de o colocar em risco de lesões temporárias ou definitivas, como nos concertos de música em que “andavam todos à porrada”. Carolina lembra-se de ter conversas em torno desse assunto com os pais “O que é que me interessa uma perna? Não me interessa nada uma perna. Com mais perna ou sem perna, eu continuo a ser eu”.

Os homens revelam, na sua maioria, menores problemas com a sua autoimagem e um olhar menos crítico. Até porque, apesar de existirem cânones de beleza masculinos, a pressão e a fiscalização do corpo das mulheres é maior. “Nas sociedades ocidentais, é a mulher quem tem recebido maior atenção e maiores pressões em relação ao seu corpo e à sua imagem. A moda, embora contemple também o homem, desde sempre se destacou pelos modelos femininos” (Cunha, 2008, p. 77). No entanto, seguindo a tendência feminina, também é nos homens mais novos – não se notando uma clivagem tão visível no que diz respeito à escolaridade – que se percebe uma perceção de si globalmente mais penalizadora, sublinhando a tendência para uma maior preocupação com o corpo e a imagem corporal nos últimos 50 anos. Nomeadamente, no que se refere ao acne, à falta ou excesso de peso, à altura, aos dentes e ao sentirem-se feios. Todas estas características são também algumas das sublinhadas pelas mulheres.

Todavia, é mais comum – do que nas mulheres – os homens que manifestam um desconforto e ignorância perante a puberdade e todas as alterações corporais, como é perceptível no testemunho de Fábio, 37 anos, docente e investigador universitário, doutoramento. “No meu caso específico, há uma altura em que o corpo começa a ficar ingovernável. E da mesma maneira que o corpo fica ingovernável, a tua cabeça também começa a ficar ingovernável. E tu vives entre a tua cabeça ingovernável, o teu corpo ingovernável e um reduto de consciência que diz ‘como vais encaixar as peças todas?’”.

Outra tendência mais comum nos homens entrevistados do que o foi nas mulheres é o sentirem-se confortáveis com a imagem que vêm no espelho. Tal como já foi sublinhado no

que disse respeito ao ideal de masculinidade e a importância da prática desportiva, também na percepção de si e imagem corporal, houve homens a referirem a boa relação com o seu corpo devido aos desempenhos desportivos. Isso foi particularmente notório no caso de Roberto, 59 anos, pastor da Igreja Evangélica Batista, duas licenciaturas e mestrado, e José, 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, 10º ano, ambos bastante religiosos.

Também na percepção individual, na relação com o corpo e na imagem física, como acontecera nos ideais de feminilidade e masculinidade, com a vida adulta, parece existir um atenuar da insatisfação, angústia e até desconhecimento do próprio corpo, tanto nas mulheres como nos homens. No entanto, agora, mais velhas e velhos, surgem novos desafios à aceitação corporal e novos motivos de insatisfação. Nas mulheres, muitas vezes, as insatisfações com o corpo, nomeadamente o peso e o peito, surgem explicadas com a maternidade. “Fiquei tão mal desde que tive os miúdos, a sério. Porque eu engordei muito. Tenho que ir fazer qualquer coisa, mas não tenho tempo. Acho que tenho que emagrecer. E não sei como... Onde é que eu tenho tempo para fazer ginástica? Eu às vezes mal tempo tenho para tomar banho, quanto mais ginásio”. Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento

Em outras mulheres, é sublinhado o processo de envelhecimento e respetivas mudanças sentidas no corpo e na autoimagem. Isso é sentido, por exemplo, com o aumento de peso, o aparecimento de rugas e cabelos brancos. “Olho-me ao espelho e digo ‘Estou velha’ (risos). Já estou com rugas, estou a começar a ficar velha (risos). (...) Eu às vezes penso assim ‘Devia ir fazer uma limpeza de pele ou um lifting, ou não sei quê’... mas tempo? Tempo? (risos)” Carmo, 43 anos, docente universitária, doutoramento

Existem mulheres que destacam os mesmos problemas referidos na infância tardia e juventude, mas agravados com o passar do tempo. Tal como foi perceptível na infância tardia e juventude, esta relação com a autoimagem é mais frequente em mulheres mais jovens e escolarizadas. Continuam também a existir mulheres que relatam uma relação confortável com o corpo, por não darem muita importância à imagem. Mulheres essas tendencialmente pouco reflexivas e escolarizadas.

Nos homens, o envelhecimento também se revela um processo nem sempre fácil e confortável de viver. Nomeadamente, com o aumento de peso, a perda de cabelo e o aparecimento de rugas. Também se verifica, no masculino, a tendência para alguns evidenciarem as mesmas insatisfações que tinham na infância tardia e juventude, mas agravadas pelo avançar da idade. Por fim, tal como em algumas mulheres, também há homens que revelam não dar grande importância à imagem corporal, como é evidente no

excerto de Fábio, 37 anos, docente e investigador universitário, doutoramento. “Eu nunca liguei muito. Eu sou muito standard. Quando era adolescente, o corpo desenvolveu-se muito tarde, mas nunca fui salientado como sex symbol, portanto (risos)...”.

A autoimagem e a construção de uma relação com o corpo, como aconteceu com a visão idealizada de feminilidade e masculinidade, é mais problemática e vivida com maior angústia na infância tardia e juventude do que na vida adulta. Essa angústia e insatisfação tende a ser maior em homens e mulheres mais novas/os e escolarizadas/os, também devido a uma tendência para uma maior reflexividade (Caetano, 2011), e particularmente mais ainda nas mulheres. As mulheres e os homens mais velhas/os e menos escolarizados, muitas vezes, demonstram menor reflexividade e mesmo alguma despreocupação com a imagem.

No entanto, na vida adulta, as mulheres realçam o impacto das gravidezes nos seus corpos e na forma como se olham, e homens e mulheres sublinham o processo de envelhecimento que agrava muitas vezes as insatisfações sentidas anos antes. Contudo, na maioria das pessoas entrevistadas, a adultez acaba por originar uma pacificação da relação com o corpo e com uma visão idealizada do que a sua imagem deveria ser. Existe uma maior aceitação e uma relação mais confortável com as características anteriormente sentidas como falhas. Esta maior aceitação pode também, em parte, ser explicada por processos de socialização mais diversificados e concomitantes na vida adulta, tal como defendido por Lahire (2011) relativamente à sociedade contemporânea, do que sucede na infância, ainda muito marcada pelos ideias e expectativas parentais, analisadas anteriormente. É importante também realçar o peso dessas expectativas impostas no contexto familiar e pressões sentidas, devido à dimensão afetiva das relações de género, enaltecidas por Connell (2009), como já sublinhado anteriormente.

### **3.2.3 Ser homem: definições diversas, abrangentes e difíceis**

Ao longo do percurso de vida, e de múltiplos e concomitantes processos, espaços e agentes de socialização, homens e mulheres constroem as suas representações do que é ser homem e ser mulher, da masculinidade e da feminilidade. Antes de se analisar a forma como as pessoas entrevistadas definem o que é ser homem, é importante fazer algumas ressalvas.

Primeiro, não esquecer que a masculinidade é invisível e generalizável, tal como Kimmel (2000, p. 7) descreve “quando me olho ao espelho, vejo um ser humano. Eu sou

universalmente generalizável. Como um homem branco de classe média, não tenho classe, nem raça, nem gênero. Eu sou a pessoa genérica!”<sup>69</sup>. A invisibilidade da masculinidade permeou as respostas, através de uma considerável dificuldade na definição de um conceito abstrato e vasto, mas também tornado social e culturalmente invisível. Esta questão provou ser das mais difíceis de responder, tendo o maior período de pausa e reflexão do guião.

Segundo, contextualizar as respostas que se seguem na perspetiva de Miguel Vale de Almeida (1995, p. 93) que colocou a mesma questão aos homens de Pardais e concluiu que, para eles, “ser homem é fundamentalmente duas coisas: não ser mulher, e ter um corpo que apresenta órgãos genitais masculinos”. Para além disso, o antropólogo ressalva que “ser homem não é o mesmo para quem segue a norma social da heterossexualidade ou para quem assume a bi- ou homossexualidade. O mesmo se poderia dizer se se comparassem, em vez de opções de orientação sexual, classes sociais, níveis de instrução, afiliações étnicas ou religiosas ou quaisquer outros níveis de identidade social que se cruzem com o gênero” (idem, ibidem). A heterossexualidade é omnipresente nas respostas dos homens entrevistados, assim como por vezes se percebem diferenças consoante a classe social, a escolaridade e as afiliações religiosas. Dada a inexistência de pessoas da comunidade LGBTQIA+ e a quase inexistência de pessoas não brancas na amostra, a orientação sexual e a afiliação étnica, como definida por Almeida, não foram aqui encontradas como fatores diferenciadores na definição de masculinidade.

Terceiro, segundo Halpern e Perry-Jenkins (2016), os homens aprendem mais sobre masculinidade, quando os seus pais têm uma presença efetiva nas suas vidas com uma conceção tradicional de gênero. A ausência paterna já referida, quer física quer emocional, principalmente nos homens que nasceram e cresceram em contextos familiares com menos recursos sociais e financeiros, terá um peso na construção de uma perceção de masculinidade nesses homens.

Quarto, há que ter em consideração que homens e mulheres foram entrevistados/as por uma mulher, o que certamente desempenhou um papel na forma como homens definiram não só a masculinidade, considerada pela maioria como algo tão abrangente que se tornou um desafio conter numa só resposta, como também a feminilidade muito mais fácil de restringir a uma só frase ou mesmo papel social: a maternidade, como se verá no próximo subcapítulo.

---

<sup>69</sup> “when I look in the mirror, I see a human being. I’m universally generalizable. As a middle-class White man, I have no class, no race, no gender. I’m the generic person!”

Começa-se então pelas representações dos homens sobre o que é ser homem, o que é a masculinidade. Existem homens – em maior número do que mulheres – com uma visão essencialista do que é ser homem, bastante diferente do que é ser mulher. Com papéis, capacidades e preferências naturalmente diferentes, apesar de já existir um reconhecimento incontestável nestes homens da igualdade de direitos. Esta primeira posição reenvia para a primeira conclusão de Almeida (1995): ser homem é não ser mulher.

“Eu acho que o papel da mulher ainda continua a ser visto como tendo de tomar conta das crianças, embora eu não veja isso assim. Se bem que acho que é até uma questão biológica, que é mais natural. (...) há profissões que são mais dadas para um género do que para outro, na minha opinião ... e, na minha opinião, não se deve tentar esconder isso com teorias de falsos feminismos, porque acho que a antropologia de milhares de anos de evolução não pode ser radicalmente mudada com cem ou duzentos anos de novas teorias”.  
Gil, 34 anos, inspetor-adjunto de força policial, licenciatura

Alguns homens, tendencialmente mais velhos e menos escolarizados, consideram que ser homem é amar e ser amado por uma mulher, reenviando para uma conceção heteronormativa da masculinidade, fundada na orientação sexual, tal como avançado por Almeida (1995). Esta visão da masculinidade, aqui exemplificada por um excerto de Pompeu, 45 anos, electricista, 12º ano, nunca foi referida por uma mulher entrevistada: “(Hesitação) Para mim, ser homem é ter ao meu lado uma mulher... Que me ama por aquilo que eu sou. (...) É eu saber que sou homem, que tenho uma mulher que me ama e que me faz sentir homem”.

Alguns dos homens entrevistados, maioritariamente mais novos e mais escolarizados, percebem a masculinidade como semelhante à feminilidade e existem homens, maioritariamente mais velhos, religiosos e/ou com percursos relacionados com forças militares, que consideram existir uma superioridade na masculinidade. Esta visão da masculinidade é, todavia, minoritária.

Passando para as representações das mulheres sobre o que é, na sociedade contemporânea, ser homem, verificam-se algumas posições semelhantes às dos homens. A maioria das mulheres considera que existem diferenças entre o que é ser homem do que é ser mulher. Há mulheres que desenvolveram uma visão essencialista dos papéis de género, olhando para os homens como o garante da família, considerando que estão a um nível superior das mulheres, como acabou de se evidenciar nos homens religiosos, mais velhos e tendencialmente menos escolarizados. Esta posição é mais visível em mulheres mais velhas com representações de género mais tradicionais e em mulheres mais novas que são parte

integrante de movimentos sociais ligados à natureza, veganismo, meditação, permacultura e amamentação prolongada.

“(Silêncio) O homem é um bocadinho o pilar da família. Eu acho que o homem está para a família como os logotipos estão para as empresas. Marcam um bocadinho... é uma marca. (...) O homem, na família, posiciona a família na sociedade”. Adelaide, 47 anos, assistente comercial, bacharelato

Há mulheres que percecionam os homens como fundamentalmente diferentes, devido às expectativas e papéis sociais e culturais, já não numa perspetiva essencializadora, mas numa avaliação da sociedade. Esta posição, tida por mulheres tendencialmente escolarizadas e sobretudo por mulheres que vivem sentindo as limitações e pressões de ser mulher, não considera os homens como estando num patamar superior, mas como tendo uma posição privilegiada. Contrariamente às mulheres que veem os homens como superiores, em personalidade, capacidades e papéis, há também mulheres, maioritariamente mais novas e escolarizadas, bastante críticas da masculinidade. Por fim, há mulheres, também elas mais novas e bastante escolarizadas, que veem os homens iguais às mulheres, apenas resultando de processos de socialização e constrangimentos sociais, culturais e simbólicos diferenciados, como é o exemplo de Camila, 33 anos, bolsreira de doutoramento, mestrado: “É ser igual a mim, mas com um pénis. Com outras partes do corpo. A biologia dita apenas a maneira como tu és exteriormente e como tu reages hormonalmente. Porque tu és uma pessoa, antes de mais nada. Eu vejo assim os homens também, como sendo apenas pessoas”.

A masculinidade é sentida, vivida e definida pelos homens de forma mais abrangente, complexa e por vezes difícil do que pelas mulheres, principalmente as mais escolarizadas e críticas da masculinidade. Enquanto aqueles sentem as pressões e as expectativas de género, estas mulheres idealizam as liberdades masculinas, desejando-as como suas. No entanto, existe uma reflexividade feminina sobre a masculinidade, o que nem sempre acontece nos homens em relação à feminilidade como se verá de seguida.

A maioria das pessoas entrevistadas, homens e mulheres, percecionam o ser homem como essencial ou culturalmente diferente do ser mulher. Apenas uma minoria, mais nova e escolarizada, considera que ser homem é igual a ser mulher, na sociedade contemporânea. Quanto mais velha e menos escolarizada a pessoa, maior a tendência para o desenvolvimento de uma representação da masculinidade estereotipada e tradicional, mais aproximada da masculinidade hegemónica de Connell (2009).

### **3.2.3 Ser mulher: definição menos complexa, mais restrita e quase na totalidade centrada na maternidade**

A forma de perceber a feminilidade, ou o que é ser mulher, na sociedade contemporânea, reveste-se de significativa maior facilidade na sua reflexão e definição. Primeiro, porque, segundo Kimmel (2000), a feminilidade tem sido, desde o último século, mais visível e estudada graças aos movimentos feministas e aos estudos de gênero. E segundo, porque a feminilidade ainda é encarada como o que falta à masculinidade. É ainda vista como uma falha. “O corpo do homem é dotado de um órgão que se ergue, que penetra, que afirma a ação. O corpo da mulher apresenta um vazio, um vácuo, uma falha, algo a ser invadido e possuído: a espera e a passividade inscrevem-se fisicamente” (Neves, 2007, p. 306).

Isto origina uma visão da feminilidade mais restrita do que a da masculinidade, centrando-se quase exclusivamente na maternidade (é a resposta mais rápida, fácil e não muito refletida). A resposta sobre o que é ser mulher revelou-se, exatamente por isso, de uma extrema dificuldade para Carla, 40 anos, técnica de fisioterapia, 11º ano, mulher religiosa, católica e catequista, que, dado o seu contexto rural, tradicional, conservador e católico, sempre vira a feminilidade como a maternidade, mas que, devido à sua impossibilidade de engravidar, teve mais de cinco minutos a tentar articular uma resposta. Nesta resposta, como em algumas outras, é visível o proposto por Halpern e Perry-Jenkins (2016). As mulheres aprendem mais, durante o seu processo de socialização primária, sobre feminilidade quando as mães desempenham os papéis de gênero tradicionais. Ou seja, Carla aprendeu a equivaler a feminilidade à maternidade com a sua mãe tradicional, conservadora e católica. Quando a maternidade não se concretizou, Carla viu-se na necessidade de reformular a sua definição de feminilidade, como se percebe neste testemunho: “Eu sinto-me muito mulher, não deixo de ser mulher por não ser mãe. Eu não posso ser mãe, não consigo, Deus não quer. (...) Portanto, não está igual mãe, mulher. Não está! (...) A natureza está feita assim: há árvores que não dão fruto e são lindas e podem dar... E eu sei que sou fértil. Não sendo fértil para ter um filho, sou muito fértil, porque levo o meu amor, levo alguma da minha sabedoria a muitas pessoas e tento confortar algumas que estão em sofrimento. Portanto, posso ser fértil sem ser mãe. Tenho a certeza de que sou mulher sem ser mãe”.

O papel da maternidade é destacado por outras mulheres, tendencialmente mulheres com uma visão essencialista da feminilidade, reenviando para o conceito de mulher-natureza de Anália Torres (2001), e por mulheres mais velhas e menos escolarizadas, que foram socializadas por mães que desempenharam papéis tradicionais de gênero (Halpern &



Perry-Jenkins, 2016). Para além da maternidade, as mulheres mais velhas sublinham também o ter um marido, mais uma vez a perspetiva heterossexual e heteronormativa da feminilidade, tal como sucedera com a perceção de masculinidade nos homens mais velhos e menos escolarizados.

As mulheres mais novas e escolarizadas – tal como no ideal de feminilidade referiram múltiplas identidades em simultâneo – definem o ser mulher como a coexistência, nem sempre harmoniosa e pacífica, de várias dimensões identitárias, não só a maternidade. Esta multiplicidade de papéis, principalmente sentida como tensa e cansativa por mulheres com filhos pequenos, constitui-se como pressão, o que leva algumas mulheres a declarar preferirem ter nascido homens, como se vê no caso de Valentina, 48 anos, desempregada, empregada de limpeza, empregada numa pecuária, apoio num lar de idosos, 9º ano e mãe de três filhas. “Uma grande chatice (risos). Eu acho que é uma grande chatice ser mulher. Eu gostava de ser mais homem. Gosto de ser mulher, mas acho que as mulheres passam tanto. Têm que ser mães, têm que dar à luz, têm que sofrer aquelas dores todas, têm que se preocupar com a casa, com os filhos, com tudo. Eu acho que é muito chato ser mulher”. As pressões e as expectativas sociais e culturais sobre as mulheres também são descritas, principalmente pelas mulheres mais novas e escolarizadas, como fazendo parte da feminilidade, dificultando e limitando os seus comportamentos, quotidianos e percursos de vida.

Algumas mulheres, uma minoria, definem a feminilidade com o corpo, a anatomia do corpo feminino, como se residisse nele a identidade e a essência da mulher. Reenviando um pouco para a dualidade existente na filosofia, literatura, teologia descrita por Neves (2007), em que o homem é corpo e alma e a mulher é somente corpo. “É ter um corpo diferente, é ter duas maminhas (risos), uma cintura, ter que ser elegante e ter que estar preocupada com o corpo”. Carmo, 43 anos, docente universitária, doutoramento

Outra mulher, Natália, 43 anos, esteticista, 12º ano e curso de estética, ilustra a perceção da mulher como a falha, a falta da masculinidade (Neves, 2007) e simultaneamente a heteronormatividade (Almeida,1995). “Nós temos a parte feminina, o ser mulher é o homem fêmea, digamos assim. As mulheres têm características que os homens não têm, mas que, ao fim e ao cabo, complementam-se”.

Verifica-se, nos homens entrevistados, independentemente da escolaridade, idade ou classe social, uma tendência para visões algo estereotipadas e tradicionais da feminilidade. Parece existir uma dificuldade de refletir sobre a feminilidade e definir o que é ser mulher sem ser em comparação com o que é ser homem. A masculinidade parece tornar-se a medida de comparação, visto que a feminilidade parece ser considerada como a ausência

de masculinidade. Para além dessa contraposição da feminilidade à masculinidade, alguns homens menos escolarizados definem principalmente, mas não só, a feminilidade como a maternidade.

Alguns homens, mais novos e escolarizados, consideram que atualmente, social e culturalmente, a feminilidade está equiparada à masculinidade. No entanto, essa igualdade nunca será total, pelo menos na perspectiva de homens com representações de género mais tradicionais. Os homens com visões da feminilidade mais tradicionais, essencialistas, e redutoras são os homens religiosos, nomeadamente testemunhas de Jeová e evangélicos. Foram com estes entrevistados que mais se sentiu a interferência do género da entrevistadora, quando se viram na necessidade de justificar a definição de ser mulher como a submissão desejável ao homem, como se verá no excerto de Roberto, 59 anos, pastor da Igreja Evangélica Batista, duas licenciaturas e mestrado. “Para mim, o ser mulher é compreender a sua função. (...) Existe um termo hoje em dia que é muito mal visto porque é mal interpretado: submissão. Submissão é confundido com subserviência e não é a mesma coisa. Submissão é estar debaixo da mesma missão. Tarefa da mulher...”

A feminilidade aparenta ter uma definição mais fácil, restrita e, por vezes, até redutora. Esta tendência é mais notória nos homens, em que se percebe uma dificuldade e quase ausência de reflexividade sobre a feminilidade e suas complexidades, mais do que o que se verificou nas representações das mulheres entrevistadas sobre a masculinidade. A feminilidade é sentida, vivida e definida pelas mulheres de forma mais multidimensional – principalmente pelas mulheres mais novas e escolarizadas. Porém, as mulheres menos escolarizadas e mais velhas, socializadas em contextos mais tradicionais e desiguais, definem tendencialmente a feminilidade como a maternidade, a conjugalidade e o cuidar dos outros, reenviando não só para a dimensão de mulher-natureza de Torres (2001), mas também para o modelo de feminilidade enfatizada de Connell (2009).

### **3.2.4 Expectativas sociais e culturais mais vincadas e culpabilizadoras para as mulheres**

Para terminar o subcapítulo sobre os sistemas de disposições e esquemas de perceção e ação individuais, olhe-se agora para as expectativas sociais e culturais que mulheres e homens sentem e enfrentam e que são parte constituinte de uma das dimensões das relações de género da proposta de Connell (2009): a simbólica e dos sistemas culturais, que confere interpretações e significados genderizados às práticas sociais de homens e mulheres, revestidos de maior importância social, cultural e simbólica do que meras

características biológicas masculinas e femininas (interligação entre o nível cultural de análise – ordem de género e nível estrutural de análise – regime de género). Expectativas essas relacionadas não só com os ideais sociais e culturais de masculinidade e feminilidade que, por sua vez, dão forma às representações de género de cada pessoa entrevistada, mas também com as expectativas, papéis e representações de género sentidas, vividas e interiorizadas no seu contexto familiar de origem. Também as expectativas sociais e culturais sobre os homens são mais invisíveis, diversas e menos sentidas pela maioria dos entrevistados e as expectativas sobre as mulheres são mais restritas, severas e culpabilizadoras, muito centradas na maternidade, como já se viu no subcapítulo anterior.

Começando pelas mulheres, a pressão mais frequentemente mencionada é a maternidade, especialmente pelas mulheres mais novas (dos 30 aos 50 anos) ainda em idade fértil. Para além da maternidade, há mulheres como a Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir), que referem simultaneamente a conjugalidade: “A sociedade em geral espera que seja mãe e que seja esposa, basicamente acho que é isso (risos)”.

Algumas mulheres mais escolarizadas, independentemente da idade, tal como já tinha sido explorado na definição do que é ser mulher na contemporaneidade, tendem a desenvolver uma perspetiva mais multidimensional e abrangente sobre as expectativas e exigências sociais e culturais ligadas à feminilidade. Já algumas mulheres, em minoria, referem estar conscientes das pressões e expectativas da sociedade, mas não lhes dar importância.

Tal como Miguel Vale de Almeida (1995) concluiu que uma das definições de masculinidade em Pardais era não ser mulher, alguns homens referem que as expectativas que sentem no quotidiano são não terem comportamentos efeminados e desempenharem a sua masculinidade publicamente. Gil, 34 anos, inspetor-adjunto de força policial, licenciatura, explica-o no excerto que se apresenta de seguida: “(Hesitação) Em termos de colegas, se calhar ainda há aquele estigma de mandar bocas a comportamentos que sejam efeminados, mas eu não... acho que, muitas vezes, são coisas de brincadeira. Mas que, no subconsciente, se calhar, ainda mostram um pensamento dominante na sociedade, mas não ligo muito a isso”.

A segunda expectativa, sublinhada pela maioria dos homens, independentemente da idade e escolaridade, é a pressão profissional para terem uma trajetória de sucesso e serem o provedor da família. Vicente, 36 anos, bolseiro de investigação, doutoramento (a frequentar), tal como Nelson, acresce, a essa pressão profissional, a pressão para a paternidade. “Obviamente que, em Portugal, as mulheres trabalham em grande proporção, e

é dos países até em que isso acontece mais, mas é raro haver homens indolentes que ficam em casa e as mulheres estão a trabalhar. Portanto, uma das coisas que se espera é que os homens trabalhem. Depois também se espera que os homens procriem, não é, que tenham filhos. Acho que é uma das coisas que se espera, a função de reprodução da sociedade e tal”.

Rodolfo, 35 anos, técnico de laboratório, frequência universitária (5º ano incompleto) destaca-se de todos os homens entrevistados, tanto pela sua percepção da masculinidade, em que define os homens como idiotas, como pela forma como olha para a ausência de expectativas sociais e culturais sobre os homens, por a sociedade atualmente estar focada no feminino. “[O homem] É o maior idiota que existe à face da Terra. Literalmente. Somos mesmo idiotas. Em tudo. (...) Somos uma cambada de idiotas que andamos aqui. (...) Não sabemos pensar. Não sabemos mesmo (...) A sociedade está-se nas tintas para os homens, atualmente. A sociedade é das mulheres, agora. Nós, pura e simplesmente, servimos para procriação e mesmo assim... Pode ser por inseminação artificial, para dentro do copinho porque elas têm os amigos a pilhas e que são melhores do que os homens”.

As expectativas em relação à feminilidade e masculinidade refletem as tendências verificadas relativamente não só à percepção do que é ser mulher e ser homem, mas também em relação aos próprios ideais e modelos de género. As mulheres veem a sua identidade social ser fundada quase exclusivamente no seu papel de mãe – depois concomitantemente aparecem esporadicamente referências à conjugalidade, beleza, comportamento em sociedade e profissão –, enquanto os homens sofrem pressões mais diversas, difusas e abrangentes, como a ausência de feminilidade, o sucesso profissional e a paternidade.

Retomando o modelo de análise, exposto no capítulo 2.1 página 61, que evidencia a interdependência e inter-relação entre múltiplos níveis que permitem a compreensão da relevância, significado e relações de género, no que diz respeito ao sistema de disposições, percepções e esquemas de ação, considera-se que os ideais e percepções individuais de feminilidade e masculinidade (nível individual de análise) são intensamente influenciados pelo nível cultural e simbólico, com o impacto da ordem de género ocidental, perceptível na filosofia, literatura, cinema e teologia (Connell, 2009), por exemplo, que tendencialmente engrandecem as diferenças de género e reforçam representações de género tradicionais (Rubin, 1984), em que ser homem é mais abrangente e vasto do que ser mulher, centrada na maternidade; pelo nível estrutural de análise, tendo sido notória a importância da escolaridade e da classe social, com os seus respetivos recursos e capitais financeiros, sociais, culturais e simbólicos (Martin, 2003; Risman, 2009 e 2013), mas também do espaço geográfico em que as pessoas nascem, são permanentemente socializadas e vivem

(Williams, 2002); e, por fim, pelo nível interacional, com as interações e relações tidas e mantidas com outras/os que expressam expectativas, verbalizam pressões e levam à interiorização individual de tensões identitárias (West & Zimmerman, 1987 e 2009).

### **3.3 História pessoal ou percurso de vida**

Recapitule-se as tendências verificadas até ao momento. Tem-se, no conjunto das pessoas entrevistadas, um contexto familiar de origem maioritariamente com papéis de género tradicionais, uma fiscalização apertada das mulheres (seu corpo, sua personalidade e suas liberdades) e uma liberdade ou negligência dos homens (com ocasionais cenários de violência), ideais de género e relações com o corpo e a imagem física mais problemáticas e culpabilizadoras no feminino, e percepções e expectativas em relação à feminilidade restritas e focadas na beleza e maternidade enquanto as expectativas e percepções em relação à masculinidade são mais abrangentes, englobando “corpo e alma”. Estas tendências manifestam as influências do nível cultural e simbólico de análise (nomeadamente da ordem de género ocidental, presente na literatura, arte em geral, meios de comunicação, papéis e expectativas) (Connell, 2009), estrutural (através da classe social de origem e adquirida e respetivos recursos e capitais, e de locais geográficos de múltiplas e sucessivas socializações) (Bourdieu, 1979; Giddens, 2000; Martin, 2003; Risman, 2009 e 2013), interacional (com interações e relações tidas e mantidas com os mais variados agentes de socialização) (West & Zimmerman, 1987, 2009) e individual (personificado no conjunto de sistemas de disposições e esquemas de ação e percepção do mundo, de si e dos outros) (Lahire, 2001 e 2005).

Coloca-se agora a questão: com toda esta multiplicidade de níveis de análise e de tendências já discutidas, como se vão articular na vida adulta e na possível gestão de uma diversidade de dimensões da vida, como a conjugalidade, parentalidade, trabalho, política e religião? Mais uma vez, por questões de fechamento do campo analítico, não se pretende, neste bloco, uma análise aprofundada, mas apenas apontar tendências gerais. Comece-se pela conjugalidade.

#### **3.3.1 Conjugalidade: uma fuga em direção à liberdade para as mulheres mais velhas e /ou menos escolarizadas**

As famílias contemporâneas, muito diferentes das famílias do século XIX ou até mesmo do início do século XX, sofreram transformações na intimidade, novas formas de conjugalidade,

processos de recomposição familiar e monoparentalidade, diferentes estratégias reprodutivas, novos significados atribuídos à parentalidade e maior visibilidade de relações homossexuais, entre outros fenómenos, efeitos de processos como a sentimentalização, privatização, secularização e individualização. Ocupando a família, atualmente, “o lugar chave de realização pessoal e de construção identitária, a esfera privada que resguarda os indivíduos do espaço público, formal e impessoal, e lhes dá liberdade de escolha por contraposição aos constrangimentos da comunidade e do coletivo familiar mais amplo, do período pré-industrial” (Guerreiro, Torres & Lobo, 2007, p. 8).

Deste modo, nas últimas décadas, têm-se verificado grandes transformações nas famílias<sup>70</sup>. Nomeadamente, uma redução drástica no número de casamentos entre pessoas de sexo oposto, de 69.457 em 1960 para 32.595 em 2019 e um aumento do número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, de 266 em 2010 para 677 em 2019<sup>71</sup>; uma diminuição dos casamentos religiosos, de 51.963 em 1960 para 10.037 em 2019 e um aumento no número de casamentos civis, de 19.691 em 1960 para 22.404 em 2019<sup>72</sup>; um aumento do número de divórcios, de 749 em 1960 para 20.421 em 2019<sup>73</sup>; um aumento na média de idade ao primeiro casamento, quer nas mulheres, de 24,8 em 1960 para 32,4 em 2019, quer nos homens, de 26,9 em 1960 para 33,9 em 2019<sup>74</sup>; um aumento dos agregados domésticos monoparentais no total, de 203.654 em 1990 para 459.344 em 2019; um maior número dos agregados domésticos monoparentais femininos, 391.568, face a 67.776 agregados domésticos monoparentais masculinos em 2019<sup>75</sup>; e, por fim, uma diminuição da

---

<sup>70</sup> Para efeitos de comparabilidade, utilizam-se dados de 1960 e de 2019 consultados na plataforma Pordata, dado o contexto pandémico em 2020, que terá tido consequências nos fenómenos analisados.

<sup>71</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Casamentos-16>

<sup>72</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Casamentos+entre+peoas+do+sexo+oposto+total+e+por+forma+de+celebra%c3%a7%c3%a3o-1933>

<sup>73</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Div%c3%b3rcios-323>

<sup>74</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%c3%a9dia+ao+primeiro+casamento++por+sexo-421-5200>

<sup>75</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+dom%c3%a9sticos+privados+monoparentais+total+e+por+sexo-20>

dimensão média dos agregados domésticos privados, de 3,3 pessoas em 1983 para 2,5 em 2019<sup>76</sup>.

Estas transformações estão bem patentes no grupo de pessoas entrevistadas, em que a esmagadora maioria das pessoas entre os 30 e os 40 anos vivem em união de facto ou casamentos civis (por opção), enquanto a faixa etária dos 40 aos 50 está casada pelo registo civil, muito impulsionada também por recasamentos. Muitas vezes, o primeiro casamento foi religioso. Como defende Lobo e Conceição (2003, p. 144), “observando a incidência do recasamento nos diversos escalões etários, constata-se que este tende a ter lugar, maioritariamente, entre os trinta e os quarenta anos, principalmente quando se trata de uniões posteriores a divórcios, tanto nos homens como nas mulheres”. Já as pessoas mais velhas, dos 50 aos 60 anos, são casadas pela religião católica, embora tenha de se fazer a ressalva de serem poucas as pessoas entrevistadas nesta geração.

Esta faixa etária oficializou a sua relação conjugal muito mais cedo do que as pessoas mais novas, tendencialmente entre os 20 e os 25 anos em comparação com a idade mais tardia da geração mais nova, entre os 26 e os 30 anos, sem ter passado por uma união de facto, o que é comum a todas as pessoas mais jovens com exceção de Vicente que declara ter casado e só depois vivido em conjugalidade com a mulher, devido às representações de género e convicções religiosas dos pais desta.

Para além do aumento da média de idades do início da vida em conjugalidade, mesmo em união de facto, é interessante perceber que a iniciativa e muitas vezes a pressão para a autonomização da casa dos pais parte das mulheres. Isto é relatado tanto pelas mulheres entrevistadas, como pelos homens. O que pode ser explicado pelas expectativas em relação à conjugalidade de mulheres e homens, como se verá mais à frente.

“Quando terminei a escola e comecei a trabalhar (...) Fiquei um bocadinho insatisfeita com a situação, nunca mais avançávamos para a fase da casa e o viver em conjunto. Então optei eu por comprar uma casa e quando ele estivesse preparado que viesse. E foi mais ou menos isso. (...) passado uns meses o senhor apareceu lá (risos) e lá ficou, foi assim uma coisa... progressiva”. Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir), união de facto

Sabe-se que tendencialmente as mulheres saem da casa dos pais mais cedo do que os homens. Em 2013, 53,3% das mulheres e 66,8% dos homens até aos 29 anos viviam ainda em casa dos pais, o que é explicado por uma maior fluidez nas trajetórias individuais atuais,

---

<sup>76</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Dimens%C3%A3o+m%C3%A9dia+dos+agregados+dom%C3%A9sticos+privados-511>

as denominadas trajetórias ioiô (Pais, 2009) com saídas e regressos sucessivos, devido a uma maior precarização da integração das/os jovens no mercado de trabalho dificultando a autonomização financeira e habitacional. As mulheres saíam, em 2015, em média da casa dos pais aos 28,2 anos e os homens aos 29,7 (Torres et al, 2018). Embora a esmagadora maioria das pessoas entrevistadas saia de casa dos pais para a conjugalidade, algumas mulheres autonomizaram-se sozinhas antes da conjugalidade.

A tendência para uma iniciativa e/ou pressão feminina para a conjugalidade, quando não é possível uma autonomização individual como foi no caso de Luísa e Isabel, reside na percepção e expectativas das mulheres em relação à conjugalidade. Algumas mulheres, principalmente mais velhas e/ou oriundas de famílias de origem pouco escolarizadas, veem a conjugalidade como o atingir finalmente uma liberdade de ser e fazer, como se revela no testemunho de Catarina, 49 anos, empregada de balcão, 12<sup>o</sup> ano, casada no registo civil depois de ter casado pela religião católica na primeira vez: “Eu, do primeiro casamento, tive tudo aquilo que não tive em casa: liberdade, poder fazer tudo sem nunca ninguém me pôr um travão àquilo que eu fazia, quase que me deixaram ser homem naquele tempo, quase que me deixaram ter as mesmas regras que tinham os homens que era poder fazer tudo. (...) Veio-me trazer toda essa liberdade quase que espiritual de poder usufruir das pessoas sem um sentimento de culpa do que é que estão a pensar”.

Esta expectativa de liberdade com a conjugalidade, muito marcada pelo contexto familiar de origem e as restrições e controlos associados (Martin, 2003; Risman, 2009 e 2013), vem associada a uma vontade de conseguir uma relação conjugal diferente da dos pais, marcada pela submissão feminina e por contextos ocasionais de violência física e/ou psicológica, o que evidencia a dimensão afetiva das relações de género (Connell, 2009). Esta posição é mais presente em mulheres de todas as idades, mas oriundas de famílias de poucos recursos económicos, sociais e culturais.

Enquanto algumas mulheres percebem o casamento ou a conjugalidade como uma liberdade, alguns homens, também eles de origem menos privilegiada, veem a conjugalidade como uma perda de liberdades adquiridas. “Sabia que ia ser uma coisa completamente diferente. Sabia que ia deixar de ter a vida de solteiro, de ter as liberdades que tinha a nível de solteiro”. Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura, casado pela religião católica depois de viver em união de facto

A esmagadora maioria de homens e mulheres mais novos/as e escolarizados/as e/ou no segundo casamento referem a ausência de expectativas, mas algumas mulheres e alguns homens de todos os contextos geracionais e quadrante sociais, esperavam que a conjugalidade fosse cumprir o que é socialmente esperado: a parentalidade e habitação



própria. Tal como Carla, 40 anos, técnica de fisioterapia, 11<sup>o</sup> ano, casada pela religião católica que afirma que “a ideia era de ter o meu espaço, ter o nosso espaço e de construirmos uma vida. E a família, não posso negar”.

Apenas Vicente, 36 anos, bolsheiro de investigação, doutoramento (a frequentar), expressa a expectativa concreta de não cumprir a paternidade, para não replicar o abandono parental de que foi alvo. “Eu não tinha intenção de ter filhos. Aliás, eu tinha intenção de não ter filhos. Por causa do meu pai, eu sempre achei ‘eu não vou ter filhos, porque se eu tiver filhos, e um dia fizer o que ele fez, vou-me sentir um pulha’. E não gosto muito disso, não vou, não quero ter”.

A conjugalidade, dimensão afetiva por excelência, parece sem vivida sem grandes expectativas por pessoas mais novas e escolarizadas, potencialmente com vidas com maior liberdade e capacidade de decisão e ação, quer devido aos recursos e capitais detidos (Martins, 2003; Risman, 2009 e 2013), como também pelas transformações sociais e culturais ocorridas na ordem de género contemporânea (Connell, 2009).

No entanto, para as mulheres mais velhas ou com menos recursos financeiros, sociais e culturais, a conjugalidade é tendencialmente fonte de liberdade e de afastamento de um contexto familiar de origem violento, ou, pelo menos, bastante desigual no que ao género diz respeito. Para os homens mais velhos e menos escolarizados, a conjugalidade é percebida como perda de liberdade adquirida com a juventude e a vida adulta. O que parece confirmar os resultados de Anália Torres (2002, p. 258) no que diz respeito à forma institucional de casamento. “Se no caso dos homens o casamento, nesta forma de conjugalidade, está associado à ideia da perda da liberdade, no das mulheres surge mais como aquisição valorizada do estatuto”.

Esta desigualdade de expectativas e significados atribuídos à mesma prática social, a conjugalidade, no mesmo grupo social menos escolarizado e com menores recursos e capitais, para homens e mulheres, reflete não só a dimensão simbólica e cultural das relações de género, mas também a dimensão do poder, em que, numa sociedade patriarcal, existe um controlo direto das mulheres pelos homens, e um favorecimento generalizado dos homens em detrimento das mulheres, mesmo tendo em consideração diferentes formas de privilégio e de desvantagem (Connell, 2009).

### 3.3.2 Parentalidade: potencialmente identitária para as mulheres e uma responsabilidade para os homens

As transformações ocorridas na família contemporânea nas últimas décadas do século XX e início do século XXI estendem-se também à parentalidade. Por exemplo, a acompanhar a idade mais tardia de entrada na conjugalidade, verifica-se também a mesma tendência para a entrada na parentalidade. Em 1960, as mulheres eram mães pela primeira vez, em média, aos 25,0 anos. Em 2019, a idade aumentou para os 30,5 anos<sup>77</sup>. Tendência seguida pela amostra de mulheres entrevistadas, na qual se verifica que, das seis mulheres sem filhas/os, quatro estão na faixa etária entre os 30 e os 40 anos e desejam ser mães. Este avançar da idade pode ser explicado, entre outros fatores, pela dificuldade de autonomização relativamente à residência da família de origem e de entrada na conjugalidade, e por outro conjunto de fatores como a precarização e instabilidade do mercado de trabalho, as baixas remunerações, uma cultura de trabalho intensiva com jornadas longas e horários tardios, o mercado imobiliário e as políticas públicas para a natalidade serem insuficientes. Com efeito, verifica-se uma diminuição do número de casais que têm um primeiro filho, mas a situação agrava-se particularmente no que diz respeito ao segundo filho (Cunha, 2016).

Do total de vinte e três mulheres entrevistadas, seis não foram (ainda ou de todo) mães (quatro dos 30 aos 40 anos e duas dos 41 aos 50 anos) e dos vinte homens entrevistados, oito não foram (ainda ou de todo) pais. Estas mulheres e estes homens tendencialmente irão ainda ser mães e pais, mas algumas/uns irão ser (ou já são definitivamente) agregados familiares sem filhas/os. Realidade que tem vindo a aumentar com a diminuição do número de nascimentos. Se em 1983, a dimensão média dos agregados domésticos privados era de 3,3 indivíduos, em 2019 é de 2,5<sup>78</sup>. No entanto, das dezassete mulheres entrevistadas que são mães e dos onze homens que são pais, muitas/os têm apenas um/a filho/a, mas não são a maioria<sup>79</sup>. Ora vejamos, oito mulheres têm 1 filha/o, seis têm 2 filhas/os, duas têm 3 filhas/os e uma mulher entre os 41 e os 50 anos tem 4 filhas/os de dois casamentos. Relativamente aos homens, quatro têm 1 filha/o, cinco homens têm 2 filhas/os e um dos 51

---

<sup>77</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%c3%a9dia+da+m%c3%a3e+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805>

<sup>78</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Dimens%c3%a3o+m%c3%a9dia+dos+agregados+dom%c3%a9sticos+privados-511>

<sup>79</sup> No entanto, sublinha-se as mulheres e os homens ainda sem filhas/os e que as/os desejam e a idade fértil já algo tardia, o que potencia o nascimento de apenas um/a filho/a.

aos 60 tem 3 filhas/os, todas/os do mesmo casamento. Parece verificar-se, no conjunto de pessoas entrevistadas, uma tendência para os agregados familiares com mais de duas/ois filhas/os significarem agregados familiares mais velhos e recompostos.

Retomando os dados estatísticos oficiais e a diminuição do número de nascimentos, em 1960, nasceram 213.895 crianças, número que baixou para os 86.579 nascimentos em 2019 (o que já demonstra um aumento em relação aos nascimentos ocorridos no período da crise económico-financeira de intervenção do FMI, BCE e CE em Portugal, que corresponde ao período de trabalho de campo). Esta redução do número de nascimentos reflete-se no índice de fecundidade português que em 1960 atingia os 3,20 indivíduos e em 2019 atinge apenas o 1,42<sup>80</sup>. No entanto, em paralelo com a diminuição dos casamentos e o aumento das uniões de facto, aumentaram também os nascimentos fora do casamento, passando de 20.221 em 1960 para 49.140 em 2019<sup>81</sup>.

O que tendencialmente é visto como algo individual e privado, e que pode ser explicado por ideais e preferências individuais e conjugais, é influenciado “por condições sociais a nível macro que os balizam para lá da vontade dos indivíduos e dos efeitos do curso vida” (Cunha, 2019). Para além disso, verifica-se uma tendência para uma crescente insegurança acerca da parentalidade e de como cada pessoa irá saber desempenhá-la, ao contrário do que se passou nas pessoas mais velhas. A esta insegurança acrescenta-se ainda a atual perceção da conjugalidade como algo potencialmente temporário, o que colide com o projeto da parentalidade, visto ainda como um projeto a dois (Cunha, 2007).

Este adiamento da parentalidade é visível no grupo de pessoas entrevistadas, em que apesar de algumas mulheres e homens dos 30 aos 40 anos declararem desejar ter filhos, ainda não avançaram para a parentalidade (especificamente quatro mulheres e quatro homens). Esta situação é mais comum em pessoas escolarizadas, mas é importante realçar a sobre escolarização da amostra, originando um número reduzido de entrevistados sem ensino superior e a total ausência de mulheres sem essa escolaridade neste grupo etário.

No que diz respeito às mulheres entrevistadas, Natália, 43 anos, esteticista, 12<sup>o</sup> ano, é a exceção. Revela que a maternidade nunca fez parte dos seus planos de vida, muito por motivos religiosos. Sendo testemunha de Jeová, tinha como objetivo de vida fazer missões de voluntariado por todo o mundo e a maternidade constituiria um obstáculo.

---

<sup>80</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+%c3%8dndice+sint%c3%a9tico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reprodu%c3%a7%c3%a3o-416>

<sup>81</sup> Dados consultados no Pordata em agosto de 2021 in <https://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+de+m%c3%a3es+residentes+em+Portugal+total+e+f+ora+do+casamento-14-2922>

Tirando o caso de Natália, existem mulheres com muito desejo de serem mães, mas que, por motivos de infertilidade ou abortos, ainda não o conseguiram; e temos casos de mulheres que nunca quiseram ser mães e que acabaram por ter filhos, por algum “acidente” ou por cedência ao desejo do marido. Começando pelas primeiras, temos por exemplo Camila, de 33 anos, bolsista de doutoramento, mestrado, que passou por dois abortos (um espontâneo e um provocado por más formações do feto). “A vontade de ter sempre tive, a tentativa é que foi orgânica. Agora tenho cada vez mais. Agora quero mesmo ver uma criança com a minha cara, se não vamos ter sarilhos. (...) [Os abortos] mudaram-me também no sentido de eu ter-me apercebido, por muito feio que isto vá soar, que a fertilidade é parte da minha autoestima. Não consigo explicá-lo racionalmente, só sei que, quando consegui engravidar, das duas vezes, pensei ‘pelo menos consigo’. E é um pensamento que eu tento reprimir, porque acho que é um bocado feio, mas, ao mesmo tempo, foi isso que eu senti”.

Para Camila, apesar de os dois abortos a terem marcado, mantém ainda o desejo e a esperança da maternidade, o que lhe permite alguma leveza quando pensa no assunto. Algo que ainda não é fácil para Carla, 40 anos, técnica de fisioterapia, 11º ano. Carla nunca conseguiu engravidar, como se viu anteriormente. Esta incapacidade é bastante dolorosa, apenas colmatada pela fé em Deus.

Relativamente às mulheres que nunca quiseram ser mães, ou passar pelo processo físico da gravidez, algo apenas referido por mulheres mais escolarizadas, e que acabaram por ter filhos, existem também vários exemplos. Nomeadamente, Clarisse, de 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar, nunca quis ter filhos biológicos, mas sempre quis adotar. Já casada, adotou a filha mais velha já adolescente em 2005 e teve o seu filho biológico em 2010, muito por vontade do marido.

No que concerne aos homens, os únicos que declaram não desejar a paternidade são filhos que consideram ter sido abandonados pelos pais ou ter tido uma figura paterna apenas intermitente. No subcapítulo anterior, relativo à conjugalidade, já se tinha realçado o impacto da infertilidade no casamento de Vicente, 36 anos, bolsista de investigação, doutoramento (a frequentar). O entrevistado não deseja ser pai com o receio de reproduzir o comportamento do seu e conseqüentemente sentir-se um “pulha”. No entanto, acabou por ceder ao desejo da mulher em ser mãe, mas sem sucesso devido a uma endometriose. As tentativas frustradas colocaram o casamento em crise, levando Vicente a sentir-se um dador de esperma, dado que “a partir de certo ponto, começou a afetar-nos e a afastar-nos, e acho

que temos um problema grave neste momento por causa disso. Porque ela concentrou-se nisso, só. E eu comecei a sentir que não estava muito concentrada em mim”.

Situação semelhante é a de Nelson, 36 anos, técnico administrativo, 12º ano, com igual convicção de que não quer ser pai, devido muito a um pai alcoólico e ausente. No entanto, se Vicente está já a sentir o impacto da não parentalidade na sua conjugalidade, Nelson apenas a teme, por enquanto. “Acho que corro um bocadinho o risco de as coisas não serem ditas, porque pode ou não haver aquela noção, por parte da minha mulher, de que um dia as coisas possam vir a mudar. E eu tenho muito mais a noção de que não vão mudar. Tenho medo que isto, um dia, evolua para outra fase e se torne uma frustração para ela. Porque eu já vi relações acabarem por causa disso”.

Temos apenas o caso de Augusto, 47 anos, restaurador de móveis, 12º ano, que refere problemas de infertilidade, tal como sucedera, no feminino, com Carla. “Infelizmente, não posso ter filhos. Isso é uma coisa que me custa muito...”

A forma como cada indivíduo percebe a parentalidade parece, mais uma vez, ser fortemente influenciada pela interdependência entre os múltiplos níveis de análise que pressionam de forma diferenciada homens e mulheres. O nível cultural ou simbólico, desde os valores ocidentais da ordem de género (Connell, 2009) aos princípios religiosos. O nível estrutural, através de uma conjugação da classe social (de origem e atingida) e seus recursos e capitais (Martin, 2003; Risman, 2009 e 2013), da efetiva maternidade e paternidade (Cunha, 2007), e da forma como o espaço geográfico mais restrito, cosmopolita, urbano ou rural, vê a maternidade e a paternidade. E, por fim, o nível interacional, a partir da forma como as pessoas com quem o indivíduo interage e se relaciona concebem a parentalidade.

Tendencialmente, as mulheres menos escolarizadas e/ou mais velhas, socializadas num contexto social e cultural com representações de género mais inigualitárias e essencialistas, olham para a maternidade como uma abdicação (parcial ou total) de si e um enfoque nas/os filhas/os como prioridade, desempenhando a maternidade um papel identitário fundamental. A maioria das mulheres mais novas e/ou mais escolarizadas olham para a maternidade como um projeto, e para as/os filhas/os como indivíduos com autonomia e identidades próprias.

Porém, existe uma minoria de mulheres escolarizadas que percebe a maternidade também como um papel identitário essencial. Duas do grupo mais jovem, entre os 30 e os 40 anos, devido ao seu património de disposições e sistemas de ação relacionados com a natureza e uma visão essencialista do feminino, e uma com 55 anos provavelmente pelos efeitos de uma socialização em meio rural durante as duas primeiras décadas da vida.

Os homens entrevistados, independentemente da idade e escolaridade, destacam principalmente uma faceta da paternidade: a responsabilidade que acarreta na educação das/os filhas/os, mas também nos seus (dos pais) comportamentos individuais.

A forma como mulheres e homens concebem a parentalidade parece estar intimamente relacionada com a forma como percebem a feminilidade e a masculinidade, ou seja, com o seu sistema de disposições (Lahire, 2001 e 2005). As mulheres que veem a feminilidade essencialmente como o papel de mãe concebem a maternidade como identitária. As mulheres que têm uma visão da feminilidade mais complexa e multidimensional conseguem perceber a maternidade como um projeto e as/os filhas/os como seres autónomos. Aqui percebem-se simultaneamente as dimensões simbólicas, afetivas e de poder das relações de género (Connell, 2009), em que foi visível uma vivência da infertilidade ou de abortos de forma mais penosa no feminino do que no masculino, embora a pressão para a parentalidade se manifeste também nos homens de forma vincada, com impacto na relação conjugal. Os homens pais, maioritariamente ainda imbuídos da representação social e simbólica do homem enquanto o provedor da família, encaram a paternidade como uma responsabilidade acrescida.

### **3.3.3 Trabalho: trajetórias mais instáveis e irregulares nos contextos geracionais mais jovens**

De forma semelhante às transformações ocorridas nas famílias contemporâneas discutidas nos subcapítulos anteriores, também o mercado de trabalho, em progressiva desregulamentação e flexibilização, sofreu alterações nas últimas décadas. Nomeadamente, a expansão do setor dos serviços que absorve parte das mulheres e homens, mas principalmente mulheres, empregadas/os no tecido económico português (Castells, 2000; McDowell, 2009); e uma dupla precarização: nas condições de trabalho e impossibilidade de formação ou de evolução profissional (Casaca, 2012), e na precariedade formal e jurídica associada a modalidades flexíveis ou atípicas de emprego (OIT, 2016) que fragilizam a relação laboral (Alves et al, 2011; Casaca, 2012). Por exemplo, vínculos laborais não permanentes como contratos a termo certo e incerto, prestações de trabalho pontuais com ou sem contrato, trabalho temporário ou situações de falso trabalho independente.

Estas transformações originam um mercado de trabalho, em Portugal e não só, segmentado e desigual, contrapondo, por um lado, homens e mulheres em situações e condições periféricas e fragilizadas, com modalidades precárias e flexíveis de integração no mercado de trabalho, trabalhos a tempo parcial involuntário, salários baixos, reduzidas

oportunidades de progressão na carreira e dificuldade de acesso a benefícios sociais e a proteção social; e, por outro, pessoas que vivem contextos de estabilidade e segurança no trabalho e com reais e efetivas oportunidades de desenvolvimento de carreiras profissionais (Torres et al., 2018). É importante compreender que esta segmentação do mercado de trabalho corresponde tendencialmente também a uma desigualdade entre homens e mulheres, sendo a dimensão da produção, consumo e acumulação uma das quatro dimensões das relações de género na proposta de Connell (2009). As mulheres (e as/os jovens) ocupam a maioria das situações descritas em primeiro lugar e os homens a maioria das situações descritas por último (Casaca, 2005, 2008 e 2012; Kovacs & Casaca, 2008; Kovacs et al, 2005; OIT, 2016).

Esta desigualdade de género no mercado de trabalho foi desde logo teorizada por Joan Acker (1990) na sua proposta sobre a genderização das instituições sociais, e particularmente do mercado de trabalho através de cinco processos, descritos no capítulo 1. Nomeadamente, a produção de divisões de género através da padronização de trabalhos, salários e hierarquias; a construção de símbolos e imagens genderizadas; as interações de dominação e submissão entre indivíduos; o trabalho mental interno do indivíduo; e a própria lógica organizacional, que aparenta uma neutralidade quando é profundamente genderizada. Estes processos produtores de desigualdade originam um funcionamento conservador do mercado de trabalho, reproduzindo desigualdades sistémicas que funcionam como um ciclo vicioso que começa com “uma ideologia de género que contamina o mercado de trabalho e as entidades empregadoras, produzindo um regime de género (Connell, 1987) no mundo do trabalho que continua a basear-se em estereótipos e em práticas discriminatórias penalizadoras das mulheres (Young, 2010; OIT, 2016)” (Torres et al, 2018, p. 83). Este regime de género inigualitário acaba por condicionar as experiências profissionais das mulheres, que se confrontam com posições desfavoráveis, com menor experiência profissional, o que lhes dificulta o acesso a trabalhos de melhor qualidade, mais bem pagos e mais seguros ou a tempo inteiro.

Deste modo, apesar de o mercado de trabalho ter sofrido intensas transformações nos últimos 25 anos, com progressos claros no sentido da igualdade de género, continuam a persistir resistências, estereótipos, expectativas e representações de género inigualitárias que influenciam as situações objetivas e subjetivas de homens e mulheres, mas penalizando efetivamente mais as mulheres, criando contextos de contrastes e paradoxos. Verifica-se a manutenção de um conservadorismo (Casaca, 2012) que se manifesta na “persistência de uma cultura organizacional que estrutura comportamentos e gera expectativas que reproduzem e reforçam as normas de género” (Torres et al, 2018, pp. 66/67). Esses

comportamentos e expectativas fazem parte da dualidade que Martin (2003) evidencia para a perpetuação das dinâmicas institucionais de género: a genderização de práticas e as práticas genderizadas, conceptualizadas no capítulo 1. Esta genderização de práticas e práticas genderizadas consistem num conjunto de ações institucionalizadas das quais os indivíduos têm um conhecimento tácito e que reforçam e reproduzem uma integração desigual no mercado de trabalho.

Esta desigualdade e segmentação de género no mercado de trabalho são visíveis no conjunto de pessoas entrevistadas, com 19 dos 20 homens empregados contra apenas 16 das 23 mulheres. Isto é, no conjunto de mulheres entrevistadas, é notória uma maior dificuldade na entrada no mercado de trabalho, com duas mulheres desempregadas em dez (na faixa etária dos 30 aos 40 anos), mas também à saída, com uma saída mais precoce da vida ativa, algumas vezes para cuidar da família, com duas mulheres reformadas – uma por invalidez com 43 anos e outra com 60 anos – e uma doméstica com 48 anos. Para além destes casos, verificam-se também duas mulheres fora do mercado de trabalho para se dedicarem de forma exclusiva à maternidade.

Começando pelas pessoas mais jovens e pela entrada no mercado de trabalho, tal como defende Alves et al. (2011, p. 37), é no início da carreira que “a relação contratual pode passar por uma sucessão de contratos a prazo de curta duração, por uma situação de ‘falso trabalhador independente’, por uma bolsa de formação, por um estágio de baixa ou nula remuneração ou, em último caso, pela ausência de qualquer mecanismo contratual de ligação entre as partes”. No conjunto de pessoas entrevistadas, homens e mulheres, também é nas/os mais jovens que se encontram percursos de trabalho muito intermitentes, com diversidade de funções, atividades e organismos, algumas de curta duração, mas sem períodos significativos de desemprego. Com exceção de Andreia que estava desempregada há 6 meses no momento da entrevista. “É horrível. Eu nunca tinha estado desempregada. (...) agora estou parada há tipo 5 meses. (...) E depois com isso vem o tu questionares um bocado as tuas decisões para trás. Se foram as mais corretas, se não foram as mais corretas. Depois falas com outras pessoas e comesças a fazer comparações de carreira que é muito mau”. Andreia, 32 anos, desempregada, bolseira de investigação (última profissão), licenciatura.

Trajetórias profissionais lineares e estáveis apenas se verificam em três homens (Mauro, Gil e Raul) e uma mulher (Isabel) deste grupo etário. A esmagadora maioria encontra-se à data da entrevista numa situação de alguma estabilidade profissional, principalmente as pessoas escolarizadas, mas depois de um percurso algo longo de mudanças.



No que diz respeito à importância dada ao trabalho e à satisfação sentida, verifica-se a tendência para uma elevada satisfação junto das mulheres entrevistadas, altamente escolarizadas e em profissões em conformidade. No entanto, Clarisse e Vanessa, apesar de gostarem das suas atividades profissionais, revelam alguma insatisfação por decisões políticas que se refletem no seu quotidiano profissional.

Os homens mais escolarizados dos 30 aos 40 anos seguem a mesma tendência, mas é visível uma grande insatisfação por parte dos homens sem ensino superior completo ou apenas o ensino secundário, com percursos mais instáveis e intermitentes, que referem mudar de trabalho por iniciativa própria, resultado de desentendimentos com as chefias ou com os modos de funcionamento das instituições. Como é o caso de Simão, 33 anos, técnico de sistemas, licenciatura (a frequentar o último ano), “eu acho que nunca fui demitido, não. Eu sempre, sempre, sempre que saí de um sítio foi porque me fartei, pura e simplesmente. Porque não concordava com alguma coisa, e não aceitava, ou não me sentia bem, ou não gostava do que fazia”.

Dada a sobre escolarização das mulheres desta idade, em que todas têm pelo menos a licenciatura, não se consegue perceber se a insatisfação dos homens é algo derivado do leque mais estreito de oportunidades profissionais que uma trajetória escolar menos longa oferece ou um efeito de género. Parece tratar-se da primeira. Porém, levantam-se algumas questões: estarão as mulheres com menos escolaridade igualmente insatisfeitas? Tomarão a iniciativa de mudar de emprego com a mesma frequência que os homens?

No grupo etário seguinte, dos 41 aos 50 anos, a entrada instável e precária no mercado de trabalho mantém-se, principalmente nas pessoas menos escolarizadas, mas percebe-se uma tendência para um início muito mais precoce, principalmente nas mulheres em contextos rurais que começam a trabalhar como assalariadas agrícolas nas suas respetivas aldeias até irem para a cidade e começarem a desempenhar outras funções. Por exemplo, Carla (11º ano) e Florbela (3ª classe) começaram a trabalhar na agricultura com 13 anos. Na faixa etária mais nova isso só se verificou com Marta (licenciatura e duas pós-graduações) que começou o seu percurso no mercado de trabalho na apanha do tomate aos 14 anos, possivelmente explicado por, também, ter crescido numa área rural. Tal como nas pessoas mais novas, não se verificam períodos prolongados de desemprego, quer nos homens quer nas mulheres, embora, mais uma vez, pareça existir uma tendência para os homens tomarem a iniciativa de mudar de trabalho para um que lhes ofereça melhores condições, melhor horário, melhor remuneração ou melhor posição, enquanto as mulheres o fazem quando não têm outra alternativa.

Como se tinha percebido nas idades mais jovens, também nesta, se torna visível uma tendência para uma maior insatisfação por parte das pessoas menos escolarizadas, que também expressam maiores preocupações com o contexto económico-financeiro. As pessoas mais escolarizadas e qualificadas declaram maior satisfação com as funções desempenhadas e acabam por atribuir maior importância à dimensão profissional.

Por fim, nas idades mais velhas, apesar de ter de se sublinhar o reduzido número de pessoas entrevistadas (três mulheres e três homens), é notória uma maior estabilidade e regularidade nas trajetórias profissionais com um menor número de mudanças e de desempregos, mesmo que de pouca duração. Por exemplo, nas mulheres, Aurora (4ª classe) e Margarida (licenciatura) tiveram em toda a sua trajetória profissional dois empregos e Tânia (licenciatura e formações e especializações diversas) trabalha na mesma empresa há 34 anos. Apenas Júlio, no total das seis entrevistas, revela um período longo de desemprego (dois anos). Neste contexto geracional, ao contrário da tendência explanada nas idades mais novas, são as pessoas mais escolarizadas que declaram maior insatisfação profissional, mesmo quando o trabalho adquire grande importância.

“Atualmente sinto-me um bocado triste em relação ao trabalho, porque trabalhamos muito e não nos é permitido darem-nos as compensações que nós merecemos. Pelo contrário, tiram-nos”. Margarida, 55 anos, inspetora tributária, licenciatura

“Uma desilusão. Uma desilusão completa que está inserida naquela história de o meu patrão assinar um contrato comigo e depois alterar aquilo e ‘você não tem nada a ver com isto’. (...) Portanto, é um desencanto completo”. Júlio, 55 anos, técnico superior, licenciatura

As trajetórias profissionais das pessoas entrevistadas revelam, nas faixas etárias mais novas, a precariedade presente nas décadas mais recentes. E esta precariedade é mais sentida à entrada no mercado de trabalho. No entanto, verifica-se, tal como esperado, que a escolaridade se torna um fator protetor do desemprego, principalmente nas mulheres (Torres et al, 2018), e uma acrescida importância conferida ao trabalho e satisfação nas pessoas mais escolarizadas. No grupo etário mais velho, percebem-se percursos mais estáveis e regulares, com menos mudanças e períodos de desempregos, apesar de existir uma maior insatisfação por parte das pessoas mais qualificadas, sobretudo devido ao contexto de crise económico-financeira.

Depois de se ter compreendido os contextos familiares de origem das pessoas entrevistadas, a forma como se percebem e como olham para as masculinidades e as feminilidades e as expectativas sociais e culturais de género, e como gerem e articulam as dimensões conjugais, parentais e profissionais, com as suas pressões, angústias e realizações, é importante, para finalizar este capítulo, compreender a forma como veem o

mundo. A visão individual do mundo vai influenciar a forma como agem e como refletem sobre as suas ações individuais. Para identificar e caracterizar essa visão do mundo, selecionaram-se duas dimensões de entre as muitas possíveis: a política e a religião. Começar-se-á pela política.

### **3.3.4 Política: maior interesse e participação masculina**

A política, e os seus vários quadrantes com os respetivos princípios e ideais, é uma forma de se olhar o mundo, os outros e nós mesmos, fazendo parte do património de disposições e sistemas de ações e perceção (Lahire, 2001 e 2005), que tem implicações na ação individual e na perceção da capacidade agencial de cada indivíduo. Verifica-se uma tendência para um maior interesse pela política nas pessoas entrevistadas mais nova, dos 30 aos 40 anos, e nos homens em geral. Este menor interesse das mulheres pela política pode ser explicado, em parte, pela invisibilidade das mulheres no mundo político durante muitas décadas (Baum e Espírito Santo, 2004; Espada, 2002), mas também pelo facto de a política ter sido considerado, durante séculos, um meio masculino por excelência (Barbosa, 1998; Genovese, 1993), embora se tenha transformado bastante nas últimas décadas, muito com a intervenção da lei da paridade em Portugal (Assembleia da República, 2006).

Mesmo as mulheres mais novas e mais escolarizadas que revelam interesse pela política confessam algum desconhecimento, como acontece com Camila, 33 anos, bolseira de doutoramento, mestrado: “Sem compreender muito, mas sim. Interesse-me de uma maneira muito leiga”.

O interesse masculino pela política, os partidos e os dirigentes, é comum a todas as idades, contextos e escolaridades, embora expresso e refletido de formas diferentes. Por exemplo, Fábio, 37 anos, docente e investigador universitário, doutoramento, refere ter muito interesse pela política, o que o leva a acompanhar os acontecimentos e discussões: “leio e, em geral, sempre gostei muito de tudo o que tem a ver com a política e os seus movimentos e atitudes”.

O interesse ou não por política tem impacto no posicionamento individual no panorama político nacional. Mais uma vez, a acompanhar a tendência para um desinteresse pela política nas mulheres mais velhas, principalmente as menos escolarizadas, está também a ausência de posicionamento. Existe uma tendência para que as mulheres mais velhas e mais religiosas, independentemente do credo e da crença específica, adotem uma postura de incompreensão relativamente à necessidade de partidos e de não conseguirem trabalhar com um mesmo objetivo seguindo um mesmo caminho. Não compreendem a necessidade

de existir uma diversidade de ideologias para se chegar a um mesmo objetivo, de existir uma oposição e de existirem debates em que políticos se insurgem e insultam.

Nas mulheres mais novas e/ou escolarizadas, existe a tendência para um posicionamento mais à esquerda, tal como defendido por Ingleheart e Norris (2003) que definem a inclinação das mulheres à esquerda nas sociedades pós-industriais como o “hiato de género moderno”. Esta inclinação pode explicar-se através das tendências estruturais e culturais originadas por uma secularização da sociedade e uma maior igualdade nos papéis de género, realinhando os valores políticos das mulheres. Uma vez que no séc. XX se verificaram mudanças estruturais, como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho pago, igualdade de oportunidades na educação bem como a transformação das famílias modernas, era esperado que ocorressem também transformações nos valores sociais, atitudes políticas, orientações ideológicas e preferências partidárias, bem como diferentes padrões de participação política, lealdade partidária e prioridades políticas no que diz respeito por exemplo ao childcare, apoio institucional à família, reprodução, estado social e educação.

Contudo, há algumas mulheres mais velhas, também escolarizadas, com inclinação mais à direita, como é o caso de Tânia, 53 anos, gestora de recursos humanos, licenciatura e formações e especializações diversas, e Adelaide, 47 anos, assistente comercial, bacharelato, PSD (excerto que se apresenta de seguida). Esta última declara: “Sou mais para a direita do que para a esquerda, porque acho que, se as pessoas lutam, têm que ter lucros disso, porque a pessoa que luta não pode ter os mesmos direitos do que a pessoa que não faz nada e que se encosta”.

Nos homens entrevistados, alguns dos que revelam interesse pela política e pelos debates ideológicos declaram não ter qualquer posicionamento político, ou, como Simão, 33 anos, técnico de sistemas, licenciatura (a frequentar o último ano), afirma, são “agnósticos políticos”. Para além desta tendência para uma ausência de posicionamento, existem poucas menções a posicionamentos de direita, com alguma hesitação nas pessoas que o manifestam efetivamente, o que pode ser explicado pelo contexto económico-financeiro, mas também político, que se vivia no período de trabalho de campo com a intervenção do FMI, BCE e CE. Vivia-se um contexto de crise económico-financeira mundial, mas também, segundo algumas pessoas e posições, viviam-se consequências de problemas de gestão governamental do PS que originaram uma vitória eleitoral da coligação PSD e CDS/PP em 2011, que, no entanto, já se encontrava bastante desgastada no momento de grande parte das entrevistas masculinas (tendencialmente as últimas a serem conseguidas, já durante o

ano de 2013/14). O posicionamento à esquerda, apesar de menos comum do que nas mulheres, é bastante frequente, principalmente entre o PS e o PCP.

Tal como se viu relativamente ao interesse por política, no que diz respeito à participação efetiva, as mulheres tendem a não participarem, abstendo-se inclusive de votar, principalmente as mulheres mais velhas e menos escolarizadas, como por exemplo Florbela, 43 anos, reformada por invalidez, empregada de balcão, 3ª classe e Judite, 48 anos, cabeleireira por conta própria, 7º ano; ou votar em branco, como é o caso de Aurora, 60 anos, reformada, empregada de limpeza hospitalar, 4ª classe. Esta tendência é também explicada por Inglehart e Norris (2003). As mulheres tendencialmente participam menos do que os homens nas formas convencionais de expressão política, organização e mobilização. Os níveis sociais de ativismo político são influenciados pelo processo de modernização, incluindo os níveis de capital humano, como a literacia e educação, embora esteja também dependente dos contextos institucionais e sistemas políticos, como a existência de direitos democráticos e liberdades civis, a estrutura e organização dos partidos políticos de massas e as oportunidades para a expressão política, organização e mobilização no seio da sociedade. Assim sendo, o ativismo político aumenta nas idades mais novas, resultado do aumento da escolarização das mulheres e da sua participação no mercado de trabalho, uma vez que a educação eleva as capacidades cognitivas, a confiança e o conhecimento prático que ajuda o indivíduo a construir uma sensibilidade política, enquanto o trabalho pago dá acesso a redes sociais e organizacionais no exterior de casa. Deste modo, as mulheres mais novas e mais escolarizadas são também as que revelam maior participação política, embora se circunscreva ao voto, consciente e reflexivo.

O ativismo político é um fenómeno multidimensional, com modos alternativos, com custos e benefícios distintos. A participação de voto exemplifica uma forma tradicional de ativismo político, a mais simples e comum forma de expressão política. Para além de ser de baixo custo, é igualmente de baixo incentivo. Ao analisar uma base de dados de participação política nos EUA na década de 90, Inglehart e Norris (2003) perceberam um menor envolvimento por parte das mulheres em outras formas de ativismo, como contribuições em campanhas eleitorais e afiliação em organizações políticas. A afiliação partidária também pode ser considerada uma forma tradicional de ativismo político, já que é um dos mecanismos centrais que liga a/o cidadã/o ao Estado, sendo que é mais comum a afiliação masculina. Mas não se trata de algo linear, visto que depende fortemente também do tipo de organização e ideologia partidárias, tendo os partidos ecologistas e de esquerda maior número de mulheres nos seus membros.

Alguns dos homens entrevistados afirmaram já terem sido, no passado, militantes políticos, como é o caso de Paulo, 47 anos, técnico de informática, 12º ano, PSD, mas numa clara exceção. No entanto, há referências, principalmente no grupo etário mais novo, a participações em sindicatos, em manifestações, abaixo-assinados, campanhas políticas e candidaturas independentes a Juntas de Freguesia. Estas formas de participação nunca surgiram em qualquer testemunho feminino, o que pode ser explicado pelo maior isolamento destas das redes associativas e sociais (Inglehart & Norris, 2003).

No domínio da política, percebem-se as relações entre as dimensões simbólicas e do poder das relações de género propostas por Connell (2009). A reflexividade sobre o mundo e sobre a intervenção individual e coletiva no mundo, de uma perspectiva política, é um fenómeno mais masculino, reflexo de uma profunda masculinização do mundo da política. Os partidos políticos são instituições sociais que, também eles, são organizados e funcionam segundo os processos de produção de desigualdade desenvolvidos por Acker (1990) que, muitas vezes, dificultam a participação e militância das mulheres, com, por exemplo, reuniões partidárias fora do horário de trabalho, complexificando as responsabilidades familiares, e ainda alguma invisibilização feminina. Deste modo, os homens de todas as idades, contextos e escolaridades revelam maior interesse pelo debate ideológico-político, embora nem sempre se reflita num posicionamento claro, e maior participação efetiva, não se restringindo apenas ao voto, como aconteceu nas mulheres entrevistadas.

### **3.3.5 Religião: sentimento de pertença mais vivido pelas mulheres mais velhas e menos escolarizadas**

A religião constitui outra forma de se olhar e refletir sobre o mundo, os outros e nós mesmos, com potencial influência na ação individual e na sua forma de perceber a sua capacidade agencial. No entanto, ao contrário da política que parece, como se viu, ainda hoje em dia, ser um mundo tendencialmente mais pensado e participado no masculino, a religião parece ser mais sentida, percebida e vivida no feminino, quer no contexto nacional quer mesmo no europeu. Perante a necessidade de hierarquizar sete dimensões da vida (nomeadamente, família, amigos/os, lazer, trabalho, religião, política e voluntariado), as/os europeias/eus classificaram a política e a religião como as menos importantes, mas a

política foi a última a ser escolhida pelas mulheres (média de 4,0 face a 4,5 nos homens numa escala de 1 a 10) e a religião pelos homens (média de 4,3 face a 5,3 nas mulheres)<sup>82</sup>.

Entre os 21 países europeus analisados nos dados do *European Social Survey*, uma maioria, principalmente nos países nórdicos e continentais, declara não ter nenhuma religião, seguindo a tendência da secularização da Europa, visível na redução do sentimento de pertença religiosa, mas também de prática religiosa. No entanto, os países do Sul da Europa, Polónia e Irlanda revelam ainda a importância dessa perceção e reflexão sobre o real. As mulheres desses países revelam em maior número pertencer a uma religião, independentemente da religião específica (67,9% face a 59,3% dos homens). Para além da influência de género na adesão e importância conferida à religião, também a idade e o fator geracional parecem desempenhar um papel importante. Ou seja, o sentimento de pertença e a prática religiosa aumenta com a idade (Torres & Brites, 2006).

As pessoas entrevistadas parecem seguir estas tendências, sendo notória uma maior pertença religiosa nas mulheres, e principalmente nas mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas. Apenas uma minoria de mulheres escolarizadas declara ter uma religião, especificamente a religião católica, e geralmente desenvolve uma reflexão mais crítica do funcionamento institucional da religião e de alguns princípios ideológicos. Esta minoria é composta por Carmo, 43 anos, docente universitária, doutoramento; Tânia, 53 anos, gestora de recursos humanos, licenciatura e formações e especializações diversas e Margarida, 55 anos, inspetora tributária, licenciatura.

No entanto, quer nas mulheres menos escolarizadas quer nas mulheres mais escolarizadas, a participação religiosa é muito reduzida, limitando-se a cerimónias como casamentos e batizados e uma ocasional oração em casa. Apenas Carla e Natália revelam uma participação ativa da religião no seu quotidiano.

A esmagadora maioria das mulheres mais escolarizadas revela um total (ou relativo) afastamento da religião, mesmo quando socializadas num contexto familiar religioso. Adotam inclusive, na sua maioria, uma postura de compreensão, mas também de alguma incredulidade perante a fé das outras pessoas.

“Sempre fui habituada a rezar, fui para a catequese onde fiz a primeira comunhão. A minha família não era muito religiosa, mas por cultura, não sei se de classe se familiar, ou cultura pura e simplesmente social, na altura punha-se os miúdos na catequese. (...) Fui

---

<sup>82</sup> Vale a pena acrescentar também que mulheres e homens, em todos os países europeus em análise, consideraram a família como a dimensão mais importante e deram a mesma importância à dimensão profissional (Torres e Brites, 2006).

crescendo e pensei que é absolutamente ridículo pensar que Deus existe”. Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento, ateia

Nos homens entrevistados, é visível um maior afastamento em relação à religião, com a esmagadora maioria a declarar-se ateu. No entanto, uma minoria menos escolarizada e/ou mais velha revela uma pertença religiosa, tal como também já se tinha verificado nas mulheres. É curioso perceber, no entanto, que, apesar de poucos homens expressarem um sentimento de pertença, os que expressam são tendencialmente mais envolvidos na vida religiosa do que as mulheres, revelando como, mesmo nas instituições religiosas, os homens detêm maior poder efetivo e simbólico.

“Os meus pais vinham de uma tradição católica romana que, no Brasil, tem muito a ver com os rituais. Os meus pais valorizavam o facto de sermos cristãos, batizaram todos os filhos. (...) E aos 17 anos eu decidi que ia me tornar em alguém que ia valorizar a Bíblia. Como na igreja católica não havia esse tipo de valorização, eu acabei por me filiar numa igreja evangélica batista. (...) Então isso me encantou e eu comecei a viver dentro dessa subcultura evangélica onde encontrei realização pessoal e significado para o que sou como indivíduo”. Roberto, 59 anos, pastor da Igreja Evangélica Batista, duas licenciaturas e mestrado

A maioria dos homens entrevistados, para além de afirmarem uma ausência total de fé e de pertença religiosa, tem uma visão bastante crítica da influência da religião na sociedade, mesmo quando socializados em contextos religiosos, rurais e conservadores. Porém, alguns homens, como é o caso de Vicente, 36 anos, bolseiro de investigação, doutoramento (a frequentar), consideram que a fé acaba por ter uma influência tranquilizadora, lamentando um pouco não a sentir. “Acreditar, nunca acreditei em nada. Acho que acreditei no Pai Natal até aos cinco anos, e a sério que nunca tive essa crença. E acho que também é uma das razões pelas quais eu também tenho bastante ansiedade. Porque se eu acreditasse noutra coisa qualquer, era mais seguro, não é, existencialmente. Mas eu nunca acreditei”.

Parece existir uma tendência para uma maior religiosidade no quotidiano e na forma de ver o mundo, os outros e a si nas mulheres do que nos homens, embora no conjunto das pessoas entrevistadas os homens acabem por ter uma presença mais assídua e uma participação mais ativa do que a maioria das mulheres que declaram pertencer a uma religião. Tal como Torres e Brites (2006) concluíram na análise dos dados do European Social Survey, esta tendência é a oposta à verificada no interesse, posicionamento e participação política, tendencialmente um fenómeno mais masculino.

\*



Numa breve síntese das tendências analisadas neste capítulo, compreendeu-se, com o estudo da relação de interdependência entre os vários níveis de análise desta pesquisa, que, na generalidade, as pessoas entrevistadas cresceram e foram socializadas em contextos familiares com papéis, representações e expectativas de género tradicionais, tanto mais vinculados quanto menos escolarizada é a família e rural o espaço geográfico de socialização, confirmando as teorias estruturalistas (Martin, 2003; Risman, 2009 e 2013). Essas representações e expectativas de género transmitidas no processo de socialização contínuo, através de vários meios evidenciados na teoria de Oakley (1981), revelam-se mais penalizadoras e redutoras para as mulheres, o que se reflete nos sistemas de disposições e percepções de género construídas (Lahire, 2001 e 2005). O ideal de feminilidade reduz-se quase exclusivamente à beleza e o ser mulher à maternidade. Apenas as mulheres mais escolarizadas constroem uma visão da feminilidade mais multidimensional. O ideal de masculinidade e no que consiste ser homem parece simultaneamente mais abrangente e mais difícil de conter num raciocínio. No entanto, o que para algumas mulheres parece ser sinónimo de liberdade e poder, é sentido e vivido por alguns homens como fonte de angústia no sentido de tentar corresponder a um ideal de masculinidade hegemónica Connell (2009), percebido como inatingível.

A conjugalidade, lugar por excelência onde se joga a dimensão afetiva das relações de género (Connell, 2009), é tendencialmente concebida como o atingir a liberdade para as mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas e o perder algumas liberdades adquiridas para os homens com os mesmos recursos e capitais, reflexo de representações de género mais diferenciadoras e inigualitárias, tal como sublinhado por Torres (2002). A conjugalidade perde o carácter identitário quase exclusivo nas pessoas mais novas, com vidas tendencialmente mais multidimensionais (Lahire, 2001 e 2005) e com maior liberdade e capacidade de decisão e ação (Martin, 2003; Risman, 2009 e 2013).

A parentalidade é, para as mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas, outro domínio identitário, em que a infertilidade é vivida com angústia e sofrimento, por não se conseguir cumprir o modelo restritivo de feminilidade. As mulheres mais novas e/ou escolarizadas, com conceções mais multidimensionais da feminilidade, consideram a maternidade um projeto de vida e de autonomização das/os filhas/os. Já os homens encaram, na sua maioria, a paternidade como uma responsabilidade acrescida, reflexo do modelo de provedor familiar de uma masculinidade hegemónica (Connell, 2009), originando uma fuga a esse papel principalmente por parte de homens com uma figura paternal ausente ou intermitente.

O trabalho, dimensão da produção, consumo e poder das relações de género (Connell, idem), revela-se uma dimensão quotidiana da vida importante para a esmagadora maioria das pessoas, embora os percursos sejam mais regulares e estáveis nas pessoas mais velhas, homens e mulheres. As pessoas mais novas têm percursos mais instáveis e precários (Casaca, 2012), embora as pessoas mais escolarizadas declarem uma maior satisfação com os papéis, funções e posições alcançadas.

A política e a religião, dimensões simbólicas e de poder das relações de género (Connell, 2009), são campos que influenciam e/ou determinam a forma como as pessoas constroem os seus sistemas de disposições e perceções de si, das/os outras/os e do mundo, sendo que se verifica uma tendência para uma maior politização masculina e religiosidade feminina, tal como a maioria dos estudos aponta (Torres & Brites, 2006).

Tendo em consideração esta análise multidimensional, como influenciará o contexto familiar e geográfico de origem a ação individual? Que impacto terá o ideal de feminilidade mais redutor e de masculinidade mais abrangente na forma de cada pessoa se olhar e refletir, tomar decisões e agir? De que modo a classe social individual, com os seus recursos e papéis, define o leque de ações disponíveis e a capacidade agencial ou a perceção dela? Ir-se-á, de seguida, compreender como cada forma de ação e agência individual se relaciona e interliga com estes níveis de análise, bem como as várias dimensões da vida quotidiana.

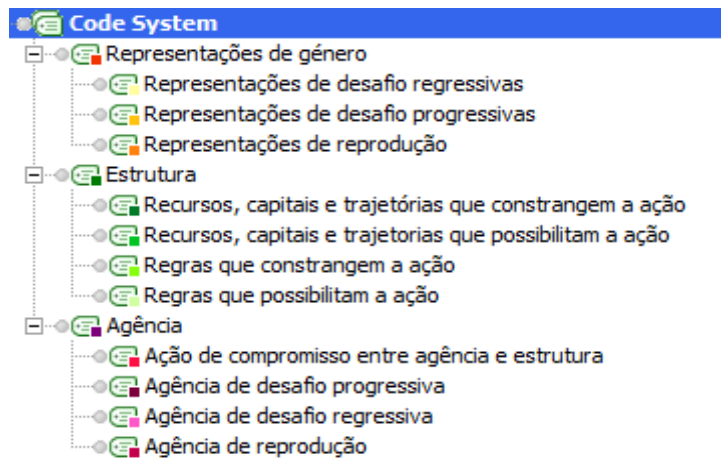
## **4. Agência de desafio de representações, normas e práticas de gênero**

Com o objetivo de compreender como o gênero influencia o percurso de vida individual tanto no que diz respeito às decisões e ações como no que diz respeito às possibilidades, recursos e constrangimentos estruturais que contextualizam essas mesmas ações e decisões no presente e no passado, recorreu-se a uma análise de conteúdo temática (Bardin, 2011) com a construção de categorias analíticas no *software* MaxQDA divididas em três grandes grupos: agência, estrutura e representações sociais.

De realçar mais uma vez que se entende, nesta investigação, agência como a ação levada a cabo pelo indivíduo, de forma racional e consciente, na busca dos seus propósitos, que pode reproduzir ou transformar/desafiar a realidade social (Giddens, 2000); estrutura enquanto recursos, poderes, normas e trajetórias que tanto podem possibilitar como constranger a ação individual (idem, 2000; Bourdieu, 1979) e representações sociais como o sistema de disposições e esquemas de ação, avaliação e percepção de si, dos outros e da realidade social (Lahire, 2001, 2005).

Dentro da categoria analítica “agência” (sinalizada a roxo como ilustra a Figura 4.1), construiu-se quatro subcategorias: agência de reprodução (a rosa), agência de desafio progressiva (a roxo), agência de desafio regressiva (a lilás) e ação de compromisso entre agência e estrutura (a salmão). Dentro da categoria analítica “estrutura” (a verde) construíram-se outras quatro subcategorias: recursos, capitais e trajetórias que constroem a ação (o verde mais escuro), recursos, capitais e trajetórias que possibilitam a ação (o segundo verde mais escuro), regras e normas que constroem a ação (o segundo verde mais claro) e regras e normas que possibilitam a ação (o verde mais claro). Por fim, dentro da categoria analítica “representações sociais de gênero” (a laranja), tem-se três subcategorias: representações de reprodução (laranja), representações de desafio progressivas (amarelo torrado) e representações de desafio regressivas (amarelo claro).

**Figura 4.1. Categorias analíticas**



De modo a conseguir-se compreender o peso dado no discurso dos/as entrevistados/as a cada uma das categorias e subcategorias analíticas construídas, recorreu-se ao retrato de documento (*document portrait*). Com a utilização desta ferramenta, foi possível comparar diferentes entrevistas e analisar o enfoque dado entre elas a cada uma das categorias e subcategorias. Importante sublinhar mais uma vez que o indivíduo é, na contemporaneidade, multissocializado e multideterminado (Lahire, 2001, 2005), pelo que cada entrevistado/a dá conta de várias e diversas combinações de múltiplas agências, contextos estruturais e representações. O indivíduo é muito mais complexo do que apenas um tipo de ação, um tipo de contexto estrutural ou ainda apenas um tipo de representação social. Cada indivíduo reflete, no seu discurso, uma combinação própria de múltiplas categorias analíticas. Alguns indivíduos demonstram um enfoque maior e preponderante de uma das categorias temáticas, mas outros são representados por uma multiplicidade de categorias equitativamente distribuídas.

Todavia, nesta pesquisa, seguir-se-á a linha de raciocínio da forma de ação ou agência. Isto é, analisar-se-á o peso das representações sociais e dos contextos estruturais nos percursos de vida do indivíduo e a sua influência nas suas ações e decisões, mas na organização dos discursos e dos capítulos, seguir-se-á sempre a lógica da categoria analítica “agência”. O que pode implicar que um indivíduo tenha por exemplo o seu discurso marcado pelos contextos estruturais, mas será estruturado em função da sua ação – que está sempre interligada com os seus contextos históricos, geográficos, sociais e económicos.

Este capítulo centrar-se-á na agência de desafio de representações, normas e práticas de gênero, definida como ações individuais conscientes e reflexivas que rompem com ou desafiam normas, papéis sociais, expectativas ou práticas genderizadas características da

ordem de género e/ou do regime de género em que são praticadas. Estas formas de agência constituem formas transgressivas e minoritárias de masculinidade e feminilidade (Connell, 2009) que, muitas vezes, são vividas e sentidas com desconforto ou incompreensão perante expectativas e papéis sociais genderizados. Todas as pessoas incluídas neste tipo de agência expressam, em algum momento do seu discurso, o serem confrontadas pelas/os outras/os com o facto de estarem a agir de forma disruptiva ou, pelo menos, não consonante com o socialmente expectável.

No entanto, as agências transgressivas podem assumir duas vertentes distintas, como já expostas nas categorias analíticas. Uma em que o indivíduo desafia o essencialismo da distinção binária entre pessoas baseada nas categorias sexuais, denominada nesta pesquisa de agência de desafio progressiva. Outra em que o indivíduo reforça o essencialismo das representações, expectativas e práticas baseadas numa visão binária do género existente no seu contexto social e cultural ou no seu regime local de género (Williams, 2002), designada de agência de desafio regressiva.

#### **4.1. Agência de desafio progressiva**

As formas de desconstrução ou reconstrução de género, desafiando representações sociais, práticas, normas e papéis de género essencialistas, ou seja, as formas de agência de desafio progressiva são, tal como definido nas hipóteses de pesquisa, mais frequentes e preponderantes em percursos biográficos de mulheres (11) do que de homens (2) e são mais comuns nas pessoas mais novas (6 dos 30 aos 40 anos, 6 dos 41 aos 50 anos e 1 dos 51 aos 60 anos). Ou seja, grande parte das mulheres dos 30 aos 50 apresentam com bastante preponderância ações conscientes e reflexivas de desafio à ordem ou ao regime de género e isso acontece ainda mais nas mulheres bastante escolarizadas, com licenciatura, mestrado ou doutoramento (8). No entanto, é importante ressaltar que, dada a sobre representação das mulheres com ensino superior no grupo etário dos 30 aos 40 anos, não se consegue compreender até que ponto se trata de efeitos de contexto ou de classe social. Até mesmo porque este tipo de agência também se verifica em percursos biográficos de mulheres menos escolarizadas. Três mulheres dos 40 aos 50 anos com o ensino básico ou secundário têm também percursos biográficos marcados por agências de desafio progressivas.

Tal como propõe West e Zimmerman (1987, 2002, 2009) e Butler (1990, 2004), este tipo de ação é avaliada e categorizada pelos outros, sendo estas mulheres alvo de responsabilização e potencial punição e estigmatização. Mais ainda se se trata de homens

com percursos de vida marcados por esta agência que, tal como também foi avançado nas hipóteses de pesquisa, pode suceder quando têm um desempenho de género mal conseguido, percecionado enquanto feminino. O que se verificou apenas no caso do entrevistado Leonardo. O outro entrevistado com este tipo de agência caracteriza-se por não se sentir confortável com as expectativas tradicionais da masculinidade. Nomeadamente, as responsabilidades profissionais e parentais.

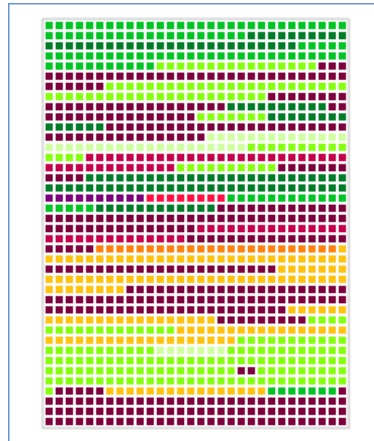
Tanto no caso das mulheres como no caso dos homens, esta agência envolve tendencialmente algum grau de angústia e dor, tal como se verá de seguida. Por fim, é importante sublinhar que, apesar de muitas entrevistadas e os dois entrevistados caracterizados por um percurso maioritariamente agencial no sentido de um atenuar das visões essencialistas de género, iniciarem o seu percurso biográfico com constrangimentos estruturais de ordem familiar ou até mesmo de contexto geográfico que lhes constroem a ação, a escolaridade concluída e a profissão conseguida confere-lhes pelo menos na atualidade um maior poder ou capital cultural, simbólico e social de criatividade, negociação e reinvenção ou transgressão das normas e práticas de género internalizadas, lembrando as teorias de Risman (2004 e 2013), Martin (2003) e Butler (1990, 2004). Por uma questão de constrangimento de espaço, ir-se-á abordar apenas alguns dos testemunhos mais paradigmáticos deste tipo de agência. Começa-se por refletir sobre o percurso biográfico de Clarisse.

#### **4.1.1 Clarisse, 39 anos, “Eu sempre fui muito outsider”**

Clarisse é uma mulher de 39 anos, casada, com dois filhos – uma adotada e um biológico – e com uma licenciatura, uma pós-graduação e uma formação de seis anos em Terapia familiar. Era, no momento da entrevista, terapeuta familiar e formadora do processo RVCC de cidadania. O pai era técnico de aeronáutica com uma licenciatura concluída aos 65 anos. A mãe, com o 6º ano, tinha sido modista em casa, embora já tivesse falecido.

O discurso de Clarisse é muito marcado por regras que lhe constroem ou constroem a ação, representações de género progressivas e uma agência de desafio progressiva (Figura 4.2). Ou seja, o testemunho desta entrevistada realça um contexto familiar, social e cultural com normas, expectativas e papéis de género restritivos e limitadores, o que contrasta com as representações de género e a ação individual reflexiva que desafiam as normas, expectativas e papéis de género tradicionais e essencialistas.

**Figura 4.2. Document portrait de Clarisse**



Enquanto cresceu, a entrevistada viveu num contexto familiar difícil e conflituoso, devido ao “pai ser muito à antiga e ele é que mandava em tudo e havia muitas discussões em minha casa”. Porém, a entrevistada refere ter arranjado, desde cedo, estratégias para contornar a rigidez do pai, exercendo desde muito nova uma agência de desafio: “sempre fui a filha mais fujona. Se me impõem, então aí é que eu não faço. (...) Quanto mais me tentam controlar, mais eu fujo”. O pai esperava que Clarisse fosse muito mais submissa do que ela alguma vez foi, “que ele mandasse e eu acatasse”, tal como os restantes irmãos faziam. Ela era inclusive muitas vezes comparada ao seu irmão mais velho. “Diziam muitas vezes ‘o teu irmão é o homem, e é mais velho e nunca fez o que tu estás a fazer’. Eu sempre fui muito outsider, eu sempre disse tudo o que tinha a dizer, sempre resmunguei. Eles continuam todos muito submissos às coisas que o meu pai diz e eu sou a única que lhe digo o que tenho a dizer”.

Isto porque, para a entrevistada, a liberdade e o poder de decisão são muito valorizados, resultado do que assistiu durante a sua infância e adolescência, onde a sua mãe não tinha poder de decisão e o seu pai decidia sobre si, a mulher e os filhos. Clarisse descreve-se como “sempre muito rebelde. (...) Mas rebelde no sentido de sempre lutar pelos direitos, pelas coisas justas.” A sua mãe, aos 39 anos (idade que a entrevistada tinha à data da entrevista), estava a sair de um regime fascista e vivia numa sociedade “em que as mulheres tinham muito pouco valor e interiorizou isso e eu não. Eu acho que tenho tanto valor quanto o meu marido. A minha mãe não tinha essa noção”. A mãe sabia apenas ler e escrever, enquanto a entrevistada pôde estudar. O seu pai falava de alto para a sua mãe enquanto ela nem permitiria o mesmo comportamento ao seu marido.

Esta vivência da submissão feminina não só do seu quotidiano como também do seu destino à dominação masculina originou, por parte de Clarisse, uma forma de agir para,

reflexiva e intencionalmente, desafiar as concepções tradicionais e patriarcais do seu pai, com o qual não concorda e que ainda hoje não só não perdoa pelo sofrimento que causou à sua mãe como o responsabiliza pela sua morte prematura.

Deste modo, a entrevistada põe em causa a ordem de género simbolicamente hierarquizada, não sentindo ter de desempenhar a feminilidade da forma que é social e culturalmente expectável. “Eu gosto muito de brincar e já, muitas vezes, fui penalizada em grupos de amigos, em pessoas com quem estou, em que brinco... Porque é que eu, por ser mulher, não posso, de repente, contar uma anedota mais picante, só porque sou mulher? E ao lado tenho um amigo meu que diz asneiras a toda a hora e ninguém se preocupa, porque ele é assim. Claro que o objetivo não é dizer asneiras a toda a hora, é poder ter uma postura diferente, poder sentar sem estar preocupada se a perna está mais ou menos assim ou mais ou menos assado.”

No entanto, esse desafio das normas e expectativas não existe sem uma resignificação por parte dos seus pares, que avaliam o seu desempenho de género e lhe demonstram as suas falhas. “Durante muito tempo, era o rapaz do grupo dos amigos. Estes amigos que fiz já em adulta até tinham uma alcunha em brincadeira. Eu era o João (risos). (...) Nós saíamos todos com casais de amigos, e enquanto elas iam falar das colchas e dos paninhos e não sei quê, eu estava no meio deles a discutir coisas... Se falavam da vida e da política, eu gostava de estar, de ouvir e opinar”. Percebe-se pelo seu testemunho a dificuldade em gerir as expectativas e os papéis de género e a sua tentativa de os desafiar. Contudo, esse comportamento é automaticamente regenderizado pelos amigos, como defendido por West e Zimmerman (1987 e 2009), no seio dos quais tem uma alcunha masculina, exatamente por não se encaixar no desempenho do seu género.

Clarisse, devido a todas as limitações que sentiu e ainda sente no seu quotidiano resultado do seu género: “em miúda a toda a hora, em adolescente algumas vezes e em adulta não tanto, porque aprendi a ser mulher e fui-me aguentando”, afirma não gostar de ser mulher “se pudesse escolher, na próxima geração, vinha como homem, sinceramente”, porque, na sua opinião, ser homem “é ser livre, independente, poder fazer muito mais coisas que as mulheres não são socialmente aceites poder fazer”. O que reenvia para as expectativas sociais relativamente ao género feminino, uma vez que a entrevistada realça que a sociedade espera “que eu seja mãe mesmo que eu não quisesse ter sido e fui muitas vezes questionada porque é que eu dizia que não queria ter filhos. Tem que ser mãe, tem que ser uma boa dona de casa, tem de estar a horas para tomar conta dos filhos, tem que ter uns filhos bem-educados porque se não quem falha é a mãe... Tenho que ser bonita. Tenho que ser bem-educada e saber estar...”. No entanto, para Clarisse, o ideal de



feminilidade é “acima de tudo, eu poder decidir as coisas. (...) [em adolescente] pensava sempre ‘eu um dia vou poder, eu um dia vou fazer, eu um dia vou não sei quê’, e pensava que eu, um dia, vou ser uma mulher adulta, hei de mandar na minha vida, hei de me organizar, hei de ter sucesso, hei de fazer coisas úteis”.

A maternidade foi outra dimensão da vida em que Clarisse exerceu uma agência de desafio que, no entanto, lhe causou angústias e alguns problemas nas suas interações sociais. Isto porque nunca teve vontade de ter filhos, o que não era entendido pelas pessoas mais próximas, por não corresponder às expectativas sociais. “Eu nunca quis ter filhos. Desde miúda que eu dizia que não ia ter filhos. E que se tivesse eram adotados. (...) Eu queria um filho que fosse buscar, alguém que já cá estivesse. (...) Isso foi sempre uma coisa muito complicada para muita gente. Os meus amigos depois, entretanto começaram a perceber.” Este desejo de não ser mãe é também, em si, uma forma de desconstruir o género (Risman, 2009), desafiando as representações sociais do que uma mulher deve ser, como sublinhado no capítulo 3 quer no ideal de feminilidade quer na definição de mulher por parte de algumas mulheres (menos intelectualizadas e mais velhas do que Clarisse) e da maioria dos homens. Na eventualidade de ser mãe, coloca sempre em primeiro lugar a adoção à gestação física de uma criança, parte da qual não gosta.

Acabou por ter “dois filhos que eu escolhi. A mais velha escolhi-a mesmo. O segundo eu decidi tê-lo quando quis, porque era para ele nunca ter vindo”. A adoção foi também uma decisão contestada pelas suas relações sociais, bem como a afirmação de não gostar de ter estado grávida. “Avançámos contra muitas vontades de muita gente que não achava bem. Mas nós achámos e avançámos. (...) Ainda queremos ter mais um filho, mas biológico não é de certeza absoluta. Eu detestei estar grávida”.

O embate que a entrevistada sente constantemente entre a pessoa que é, o seu sistema individual de disposições (nível individual de análise) e as representações sociais das pessoas mais próximas: amigas/os e família (nível interacional) e da sociedade em geral (nível cultural) origina um sentimento de constrangimento, de ausência de liberdade que Clarisse faz questão de forçar e desafiar, ensinando inclusive a sua filha a não ser submissa aos homens e à sociedade patriarcal. “Eu, por exemplo, não quero educar a minha filha para ser submissa a nenhum homem. Mas sei que o mundo ainda a vê como ela tendo que respeitar... Não é as decisões dos homens perante ela, mas o mundo ainda a vê a ela como sendo mulher e a eles como sendo homens, e que ela tem de estar preparada para isso. Porque eu acho que, em certas alturas da minha vida, não estive preparada para isso e que me custou”.

Nota-se, em Clarisse, como já sublinhado, o grande peso da necessidade de liberdade e poder de decisão sobre a sua própria vida, levando a mulher a tomar as rédeas do seu percurso, sendo agente da sua história. Neste caso, devido ao peso da história familiar de opressão e abuso emocional da mãe por parte do pai – parte de uma trajetória e de regras que lhe constrangeram a ação (nível estrutural de análise) – mas que, com as representações e sistemas de disposições progressivas individuais juntamente com a escolaridade e a profissão – recursos e capitais que lhe possibilitam a ação, que lhe conferem maior poder de transgressão – conseguiu ao longo do seu percurso exercer uma agência que lhe permitisse tornar os papéis e as normas de género mais flexíveis e ambíguos.

Todavia, Clarisse revela ação de compromisso entre agência e estrutura, ou seja, uma ação não reflexiva, ao decidir casar. “Acabou por chegar uma fase normal da nossa vida em que namorávamos há tantos anos que decidimos casar. É o normal. Gostamos um do outro, vamos casar”. E revela também uma agência que reproduz expectativas e normas sociais na sua sexualidade, ao estar consciente que “se eu disser – que não é verdade – que tive sete ou oito namorados, sou uma vadia maluca, se for um homem sou um granda ganhão”.

É visível no discurso de Clarisse um desafio preponderante ao essencialismo da distinção binária entre pessoas baseada nas categorias sexuais. Nomeadamente, com os seus comportamentos entre amigos, os seus objetivos e planos que não passavam pela maternidade e as suas representações de género que desafiam alguns dos limites da definição social e cultural da feminilidade. Contudo, como Risman (2009) alerta, é importante dar conta das feminilidades (e masculinidades) que existem que, ao desconstruir alguns aspetos das relações e expectativas de género, constroem outros, transformando a feminilidade sem diminuir o privilégio masculino.

Este desafio das relações, normas e expectativas de género acontece, em Clarisse, através de uma relação específica entre os níveis de análise. O nível interacional, não só pela sua história familiar com uma relação entre os pais: abusiva e opressiva por parte do pai e reprimida por parte da mãe; mas também pelo seu círculo de amigas/os, que lhe permite um desempenho de género desgenderizado e pelo seu marido que a incentiva nos seus planos e objetivos. O nível cultural, através das conceções normativas de género vividas intensamente pela entrevistada como uma limitação à sua ação e capacidade de decisão, não que ela não acabe por fazer o que pretende e deseja, mas sofrendo críticas e sendo apontada por não corresponder ao que se espera e deseja que uma mulher seja. O nível individual, em que o seu património individual de disposições e esquemas de ação,

decisão e percepção lhe permitem uma maior agência em função dos seus próprios parâmetros que colidem com o defendido pela ordem e regime de gênero. E o nível estrutural, marcado por exemplo pela sua vivência em extrema pobreza na infância e adolescência e pela conjuntura de crise que não lhe permite fazer profissionalmente o que gosta.

#### **4.1.2 Catarina, 48 anos, “Eu gosto de mim. Como sou. Rebelde, refilona, com mau feitio”**

O tipo de ação individual consciente e reflexiva exercido por Clarisse bem como o seu contexto familiar com reduzidos recursos e capitais financeiros e sociais, com ideais de feminilidade restritivos e culpabilizadores, e um desempenho da feminilidade constantemente controlado e vigiado são muito semelhantes aos relatados por Catarina.

Catarina tinha, à data da entrevista, 48 anos, era casada pela segunda vez, tinha quatro filhos (dois de cada casamento), tinha o 12º ano e era empregada de balcão na área da restauração. Tal como no caso de Clarisse, a mãe de Catarina era também pouco escolarizada (4ª classe), sendo costureira a partir de casa. O pai era carpinteiro também com a 4ª classe. Outro paralelismo entre as duas entrevistadas é a vida familiar, conflituosa e difícil, num contexto de grande pobreza. “O que eu me lembro da infância não são coisas muito positivas, porque havia discussões em casa, a não-aceitação do meu pai que eu nascesse. (...) Porque eu era a sétima filha e ele não queria tantos filhos. Ele queria que a minha mãe tirasse e, como a minha mãe optou por não lhe dizer que estava grávida, houve sempre ali um conflito entre eles. Inclusive que não era filha dele.”

Esta conjuntura familiar de um pai que, apesar de não instituir qualquer regra, marcava o quotidiano – “a educação que o meu pai dava era não fazer barulho, não gritar, não podíamos fazer disparates. A minha mãe era um bocado depois em função disso ‘filha não te portes mal, porque se não vem o pai, vê lá o que fazes’” – fez com que a entrevistada sinta que teve de se tornar adulta mais cedo: “Eu acho que me senti adulta muito nova. Devido ao ambiente que eu tinha em casa... Tive que crescer, quer quisesse quer não. Tive que deixar de ser criança e tornar-me adulta”.

Também, tal como Clarisse, Catarina era a mais nova de um número considerável de filhos, o que possibilitou uma educação com regras mais flexíveis e com maior liberdade de ação. “Eu tive uma educação mais liberal, já, do que a que eles – os irmãos – tiveram. Muito mais liberal. Já podia responder, coisa que se calhar eles não podiam. Podia sair mais do que eles saíam. Tive uma liberdade que eles não tiveram.” Esta educação mais liberal

pode, em ambos os casos, ajudar a explicar uma agência de desafio das normas, papéis e expectativas de gênero. Rapazes e raparigas eram educados de forma distinta, com regras mais limitadoras para as filhas do que para os filhos. No entanto, tanto em Clarisse como em Catarina, por serem as mais novas, conseguiam com mais facilidade contornar ou flexibilizar essas regras. “Até a minha própria mãe que era bastante querida e amiga, mas rapaz podia e rapariga não podia. Havia muito o limite para a rapariga e o rapaz podia quase tudo. (...) Eu nunca aceitei isso, talvez por rebeldia.” Testemunho muito semelhante ao de Clarisse. Inclusive refere “Os meus irmãos dizem que os meus pais não foram os mesmos pais deles.”

Mas essa rebeldia por parte de Catarina fez também com que os seus pais não construíssem uma expectativa específica e genderizada para o seu futuro: “Eu acho que eles nunca puseram expectativa muito alta em relação a mim, porque eu sempre fui muito rebelde, nunca gostei da escola, sempre fui, como eles dizia, rabiada”, o que a distingue do seu irmão mais próximo em idade (22 meses de diferença). “Em relação ao meu irmão, eles depositavam mais expectativas nele, porque ele academicamente era muito melhor, sempre respondeu mais às expectativas dele que eu nunca correspondi. Eu nunca correspondi, mas também nunca senti qual era a expectativa dos meus pais”.

Esta ausência de expectativas pode ser explicada, pelo menos em parte, pelo comportamento disruptivo de Catarina. “(Silêncio) Eu tenho um feitio muito rebelde e às vezes dizia coisas que achava que não devia, a quem não devia. Mas também não perdia muito tempo a pensar nisso. (...) Dizia tudo o que pensava e, às vezes, fartava-me de levar na cabeça por dizer tudo o que pensava. Mas isso também ainda tenho hoje, por isso acho que é uma coisa que ainda não foi conseguida.” Esta forma de estar na vida é também ela semelhante ao relatado por Clarisse. Catarina atribui inclusive o seu divórcio e algumas dificuldades no seu segundo casamento a esta característica desafiante das normas e papéis. “Eu acho que, se pudesse mudar alguma coisa em ambas as relações é o meu feitio. Sou um bocado dominadora, no aspeto de digo tudo o que quero, como quero e sinto que não me entendem. (...) Não é em vão que a minha mãe, dois meses antes de morrer, soube que eu estava com o marido atual, na altura, e disse ‘filha aprende a calar-te’. Acho que está tudo dito!”. Mas apesar de, muitas vezes, sofrer as consequências, as penalizações sociais de um desempenho de gênero considerado desadequado, Catarina não altera o seu comportamento e a sua forma de agir. “Também não me anulo nem para a família nem para os filhos. Também tenho que ser eu e continuar a ser eu e, egoisticamente ou não, também penso que tenho de viver a minha vida, porque só tenho esta.”

Também como acontecia com Clarisse, Catarina sentiu ao longo da sua vida os constrangimentos e as limitações de ser mulher. “Em toda a minha vida, houve certos acontecimentos, em miúda, em que gostava de ter sido rapaz por esse limite de que o rapaz podia e eu não podia. Hoje, devido a toda a vivência que já tive, eu não sinto diferença. Portanto para mim eu funciono igual a ser rapaz ou... Nem sequer me ponho esse problema. Nem sequer penso no que é que a sociedade vai pensar por eu ser mulher. Não me dou a esse trabalho.”

É neste ponto que ambas as entrevistadas se diferenciam. Ambas sentem as limitações do que a sociedade espera das mulheres, mas enquanto Clarisse vivia essas limitações com alguma angústia, Catarina age sem considerar o que os outros podem pensar ou esperar. “Eu nunca dei esse privilégio à sociedade, porque eu faço as coisas a pensar em mim, no meu objetivo de vida, naquilo que eu quero e naquilo que eu penso fazer. Não em relação à sociedade. Para mim, a sociedade faz sentido, porque eu vivo na sociedade, mas eu faço as coisas para mim e não para cumprir uma norma da sociedade”.

Isto pode ajudar a compreender porque, apesar de ambas as entrevistadas terem uma família com uma mãe pouco escolarizada e um pai que dominava o quotidiano de todos e uma perceção de si muito semelhante, em comparação com Clarisse, Catarina tem, como se pode verificar na Figura 4.3, um peso considerável do discurso dedicado à agência, mais do que à estrutura e às representações. Os pesos das três categorias analíticas eram mais equitativos em Clarisse. O discurso de Catarina é notoriamente mais marcado pela agência<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Importante lembrar que a categoria analítica a roxo representa uma agência de desafio progressiva e a rosa uma agência de reprodução. Relativamente às categorias analíticas estruturais, o verde escuro significa recursos, capitais e trajetórias que constroem a ação, o verde intermédio neste retrato de documento regras e normas que constroem a ação e por fim o verde mais claro regras e normas que possibilitam a ação. Por fim, no que diz respeito às representações de género, uma minoria no discurso de Catarina, são progressivas.

**Figura 4.3. Document portrait de Catarina**



Catarina afirma: “Eu, para ser sincera, gosto de mim. Como sou. Rebelde, refilona, com mau feitio, por vezes, mas gosto muito de mim, como sou. (...) Não vou contra a minha maneira de estar na vida.” Será o seu sistema individual de disposições e esquemas de ação a explicar essa forma de lidar com os constrangimentos sociais e culturais de ser mulher? Os constrangimentos e a reflexividade sobre esses constrangimentos estão presentes no discurso de Catarina, tal como estava no de Clarisse. “Se fosse homem, tinha experimentado tudo (risos). Tudo a que tinha direito. Tudo!” Porém, parece perceber-se, no testemunho de Catarina, uma perspetiva menos marcada pela revolta e mais pela aceitação de quem é e do seu papel na sociedade. A aceitação da sua ação transgressiva e das represálias que daí podem advir. Aceita o desafio às normas, práticas e expectativas da sociedade, mas aceita também as eventuais punições e responsabilizações que essas ações acarretam. Curiosamente esta entrevistada detém menores e mais restritos recursos e capitais, e uma trajetória individual que não traduz tanto como a de Clarisse um campo mais vasto de possibilidades de ação.

Neste testemunho verifica-se uma relevância grande do nível individual de análise. A entrevistada refere muitas vezes a sua personalidade forte, rebelde, sem grande preocupação com as convenções. O nível interacional também é vincado, com a importância referida pela própria não só da educação, dos valores e princípios transmitidos pela família que rejeita, mas também das experiências vividas que a moldaram. Sente-se menos a marca do nível estrutural, com os constrangimentos derivados das situações e posições sociais que ocupa, como mãe e mulher divorciada, que a prejudicaram na progressão académica e profissional.

Outra mulher com a mesma agência transgressora e minoritária e aceitação do seu papel e lugar no contexto social, embora com um percurso biográfico, estrutura e relação familiar radicalmente diferente é Valentina.

#### **4.1.3 Valentina, 48 anos, “Era um bocado rebelde. Eles diziam-me ‘não vais!’ e eu dizia ‘vou!’. E ia. Levava a minha avante, tinha que levar.”**

Valentina é uma mulher casada de 48 anos, com três filhas, pouco escolarizada (9º ano), que, no momento da entrevista, era doméstica. “Desde que a minha filha mais pequenina nasceu (...) ela nasceu com uma artéria do coração aberta e ela não podia ir para a creche, porque não podia estar junta com outros meninos até ser operada. Eu fiquei em casa e nunca mais fui trabalhar”. No entanto, antes disso, e segundo as palavras da própria entrevistada, “já fiz tanta coisa. Já trabalhei como [empregada] doméstica. Trabalhei numa pecuária. Trabalhei numa fábrica. Trabalhei num lar de idosos.” Tal como Catarina, ambos os pais de Valentina eram pouco escolarizados, apenas com a 4ª classe, concluída pela mãe já em idade adulta. No entanto, apesar disso, a mãe era cabeleireira e o pai construtor civil e teve uma educação em que “nunca passámos necessidades”.

Este contexto financeiro, possibilitado pela profissão do pai, pode ser explicado pelo facto de ser a única filha do casal e a mais nova dos três filhos do pai. Mais uma vez aqui a questão de ser a filha mais nova, e ainda a única filha mulher, tão desejada pelo pai. “Eu era a menina. O meu pai gostava de ter uma menina. (...) Eu era sempre mais a menina do pai”. Este apoio e incentivo por parte da figura paterna, mas também da figura materna, pode ajudar a compreender a sua perceção de si, confiante e transgressora.

Valentina foi educada para a liberdade. Por exemplo, quando ainda era criança ia ao café com a sua mãe e as suas amigas, o que não era usual no caso das mulheres. “Na altura, as mulheres não iam aos cafés e a minha mãe ia. A minha mãe ia com as amigas”. Essas práticas e comportamentos fora da norma acompanharam-na na adolescência, em que se distinguia das suas amigas até mesmo na sexualidade, porque os seus pais confiavam nela. “Elas [as amigas], na altura, eram mais recatadas, porque ficavam em casa ou porque só iam a determinados sítios. Algumas só iam a determinados sítios porque os pais não deixavam. E eu tive um bocadito mais de liberdade. Sempre fui mais de liberdade.” Essa educação para a liberdade e para a confiança ajudam a compreender a sua capacidade agencial de desafiar normas e regras sociais genderizadas, juntamente com o seu sistema individual de ação e de disposições centrado nos princípios da liberdade de agência e de justiça, “eu sempre fui eu. Eu. Era aquilo que eu pensava, era aquilo que eu

fazia. Eu não ia pela cabeça... Sempre fui eu. Nunca fui pela cabeça dos outros. Ainda hoje. Ainda hoje não vou pela cabeça de ninguém”.

No entanto, a sua trajetória de vida agravou-se substancialmente com a perda do pai aos 18 anos. Nesse período, Valentina revoltou-se e acabou por experimentar e consumir drogas, engravidar precocemente e casar com o pai da sua filha, com quem teve uma segunda filha. Aí começou a sentir, pela primeira vez, dificuldades financeiras e conjugais. Casada com uma pessoa que, quando regressado da tropa, deixou de trabalhar. “Era eu que trabalhava e o meu ex-marido não trabalhava e eu é que tinha que o sustentar a ele e às minhas filhas. (...) ele não queria trabalhar. E depois queria sair e queria dinheiro. Eu não lhe dava, levava”. Este cenário foi ainda agravado pela toxicod dependência do marido “depois ele começou a meter-se na droga, bebia e batia-me. E eu escondia que ele me batia.”

Valentina escondia a situação de violência doméstica, até escalar para abuso sexual de menores. “Ele tentou violar a minha filha. (Silêncio) Aí é que caiu a ficha toda (diz em tom baixo). Eu conto hoje, porque não tenho vergonha, porque quando eu fui, a primeira vez, a tribunal, ia com tanta vergonha que pensava que era só comigo que acontecia. Mas quando eu lá cheguei, nessa altura, já havia muitos casos”. A tentativa de abuso sexual da filha mais velha do casal sucedeu “no dia de São Martinho, eu nunca mais me esqueço: eu cheguei do trabalho, na altura eu trabalhava numa pecuária, às 6 horas, 6 e tal, e fui dar banho primeiro à mais velha e depois estava a dar banho à mais nova, e eu comecei a ouvir a mais velha gritar. E eu pensei que a miúda tivesse caído, ela já estava de pijama. Quando eu cheguei estava ele a despi-la para se pôr em cima dela. E eu não tenho mais nada, atirei-me a ele. Mas atirei-me a ele, mas mesmo a sério. Ele depois bateu-me. Eu estive 15 dias inconsciente no hospital. Ela tinha 5 anos. Eu estava entre os 23 e os 24 anos”. A situação teria sido mais grave se não fosse a filha mais nova ter ido chamar ajuda. “Se não ele tinha-me matado. Ele tinha-me matado. Deixou-me inconsciente. Eu fiquei com a minha cara... Dois meses depois a minha cara estava completamente negra. Não saía o negro de ele me ter batido, de me ter dado pontapés. De danado que estava. (...) A minha filha mais velha, quando ele morreu, disse logo ‘que alívio, mãe. Nunca mais precisamos fugir para sítio nenhum’. Foram sete anos que eu apaguei com uma borracha. Mas passei por eles.”

A partir do momento em que sentiu a vida e a integridade física das suas filhas em risco, arriscou a sua própria vida para as salvar e enfrentou os tribunais, numa altura e numa sociedade em que não era comum uma mulher sozinha ir a tribunal acusar o marido de abuso sexual de menores. Depois da tentativa de abuso sexual da filha mais velha por parte do seu marido, Valentina colocou os papéis para o divórcio, apesar das ameaças. “A partir



daí, eu meti os papéis para o divórcio (...) Mas depois eram as ameaças que ele me fazia, que me matava, que me esfolava e que queria ver a filha. A filha não o queria ver. (...) E foram dois anos de luta em tribunal. Dois anos. Paguei trezentos contos pelo divórcio. Quinze dias depois de estar divorciada, ele morreu. Podia ter sido um bocadinho antes. Ainda ficava com uma pensão”. O divórcio colocou a Valentina outras limitações. “No início, havia aquela coisa de que eu era divorciada. E eu era divorciada e, como não era daqui da zona, as pessoas apontavam-me o dedo. Até as próprias pessoas da família da minha mãe apontavam-me o dedo, como se eu é que tivesse cometido um crime. Na altura, há vinte anos era assim, apontavam-te o dedo. Mas eu sempre pus isso atrás das costas”.

A história de Valentina parece dividida em três atos: a vida vivida com os pais, até aos 18 anos, o primeiro casamento e depois o segundo casamento. Todos os atos terminam de forma brusca e dramática – o primeiro com a morte do pai, o segundo com o divórcio e morte do ex-marido –, mas são sempre pontuados por uma grande capacidade agencial por parte da entrevistada que parece ter conseguido construir, a partir da educação de seus pais, uma segurança ontológica (Giddens, 2000) que lhe permitiu a agência transgressora que sucedeu nos atos seguintes.

Tal como Clarisse, também Valentina admira uma mulher que seja agente do seu percurso de vida, “uma mulher que seja forte e que lute por qualquer coisa, para ter aquilo que quer”. No entanto, também considera que ser mulher é limitador e difícil devido às expectativas e papéis sociais atribuídos. “Eu acho que é uma grande chatice ser mulher. Eu gostava de ser mais homem. Gosto de ser mulher, mas acho que as mulheres passam tanto. Têm que ser mães, têm que dar à luz, têm que sofrer aquelas dores todas, têm que se preocupar com a casa, com os filhos, com tudo”. Por isso, tal como Clarisse e Catarina, preferia ser homem, visto que equivale o ser homem a ser livre. “Eles têm mais liberdade que a gente. Eles, se calhar, conseguem coisas mais facilmente que a gente não consegue.”

Talvez por compreender o peso das expectativas sociais e culturais impostas às mulheres, entre as quais se destaca a maternidade, Valentina nunca quis ser mãe, tal como Clarisse. “Eu gosto muito das minhas filhas e dava a vida por elas, mas nunca foi... Mas já mesmo quando eu era miúda, eu nunca tive aquela coisa de ter filhos. Tive três raparigas, mas nunca tive aquela coisa de ter filhos”. Isto porque, segundo ela, “a vida não está para a gente ter filhos.”

Atualmente, Valentina está casada novamente. Com o segundo marido, teve a terceira filha. Filha que não coloca qualquer pressão ou conflitos ao casal, porque “eu é que mando. Eu é que sou a encarregada de educação. Eu é que decido tudo”. No entanto, a entrevistada diz estar melhor sozinha do que com um marido, até mesmo por não sentir

necessitar de um marido para conseguir o que quer. “Eu sempre me impus. Sempre aquilo que quis, sempre tive. Sempre fiz para ter. (...) Se fosse hoje, não me casava outra vez. Eu acho que estava bem era sozinha. Eu estou bem é sozinha. (...) Não sinto aquela necessidade de ter o apoio do marido. Não tenho essa necessidade, porque eu, se quiser, vou à luta e tenho. Eu consigo sozinha. E consegui!”

Pode-se perceber, na figura 4.4, que Valentina mostra um discurso quase totalmente marcado pela relação dual entre agência de desafio progressiva e recursos, capitais e trajetórias que umas vezes constroem (primeiro casamento) e outras possibilitam (condições materiais de existência, relação e educação dos pais), quase em igual medida, a ação individual. Algum peso, embora menos relevante, de regras que possibilitam a ação e representações de desafio progressivas.

**Figura 4.4. Document portrait de Valentina**



Quando analisada a entrevista de Valentina à luz dos níveis de análise, percebe-se que é notória a preponderância de três níveis (o individual, o estrutural e o interacional) sobre o cultural. Deste modo, verifica-se a primazia, acima de tudo, do nível individual de análise, em que o patrimônio individual de disposições e esquemas de ação, decisão e percepção de si, dos outros e da realidade social permitiu à entrevistada ser agente do seu percurso: “eu sou mais eu”, “eu nunca fui pela cabeça dos outros”, “eu sozinha consigo. Vou à luta e consigo”.

Em segundo grau, percebe-se o peso do nível interacional, dado o papel da educação dos seus pais, e mais uma vez o papel fundamental do seu pai que incentivou a sua liberdade, independência e capacidade de decidir e agir pela sua cabeça, mesmo que às vezes contra o que o seu próprio pai achava melhor. Mas também das suas vivências

conjugais, os sete anos do primeiro casamento e o atual segundo casamento. Não existe qualquer referência a amigos, colegas de trabalho ou outros grupos de interação.

O nível estrutural também se revela presente, uma vez que a vida de Valentina é marcada pelas situações sociais em que se encontra, desde a morte do seu pai aos 18 anos que levou a uma certa rebeldia e a um estilo de vida que originou a sua gravidez adolescente e o casamento precoce. Esta gravidez e este casamento colocaram-na numa situação de vulnerabilidade – violência doméstica e abuso sexual de menores –, que levou ao seu divórcio, originando ostracização e estigmatização da entrevistada no seu meio social envolvente, indo ao encontro da proposta teórica de West e Zimmerman (1987, 2002, 2009), segundo a qual os desempenhos de género podem ser recompensados quando exercidos de forma socialmente desejável ou criticados e punidos quando malsucedidos. Logo, os contextos específicos em que a entrevistada se encontrou (mulher vítima de violência doméstica e mãe, e posteriormente mulher divorciada) marcaram a sua vida, tal como defendido por Risman (2013), mas o que a entrevistada fez dessas mesmas situações foi determinado pelo seu património individual de disposições e esquemas de ação, decisão e perceção (Lahire, 2001 e 2005).

Contudo, importa não esquecer o nível cultural de análise, em que o seu pai lhe incutiu conceções normativas de liberdade no feminino, contrárias à ordem de género vigente na sua infância, juventude e vida adulta, onde mulheres não iam sozinhas ao café, não colocavam os maridos em tribunal por violência doméstica ou abuso sexual de menores, e não se divorciavam.

Outra entrevistada que viveu parte da sua vida antes do 25 de Abril, com representações, papéis e representações de género mais tradicionais e inigualitárias foi Margarida.

#### **4.1.4 Margarida, 55 anos, “Até mesmo no meu percurso todo, eu fui completamente diferente de todos”**

Margarida é uma mulher de 55 anos, casada e com um filho, técnica superior com um bacharelato em Gestão e uma licenciatura em Auditoria. Tal como as entrevistadas analisadas até agora, ambos os pais de Margarida eram pouco escolarizados e tinham profissões pouco qualificadas. O pai tinha a 4ª classe (concluída já em adulto) e havia sido segurança (na portaria) de algumas indústrias. A mãe não chegou a tirar a 4ª classe e era doméstica, embora trabalhasse nos campos numa agricultura de subsistência, já que o dinheiro era pouco.

O início do percurso biográfico de Margarida é muito marcado pelo seu contexto geográfico “até aos meus 14 anos vivi numa aldeiazinha” e pela pobreza. “Os meus pais tinham muitas dificuldades, nunca soube o que era um bife. Mas nunca passei fome. (...) Não tínhamos casa de banho. Era nos alguidares”. Margarida é a filha mais velha do casal, o que a torna uma exceção relativamente aos testemunhos já expostos.

A pobreza e o contexto rural influenciaram profundamente o seu percurso escolar. “Tínhamos que andar alguns cinco quilómetros a pé para entrar [na escola]. Não havia transportes, não havia nada. (...) Detestava a escola, porque como não tínhamos eletricidade fazia-se escuro muito cedo. (...) Eu, antes de fazer os trabalhos da escola, tinha que ajudar a minha mãe. Depois quando ia para fazer, já estava cheinha de sono. Na 4ª classe, todos os dias apanhei. Todos os dias aquela professora me bateu, porque acertava sempre naquilo que eu não tinha feito (risos)”. Essas dificuldades originaram, por parte de Margarida, a vontade de sair da escola tão cedo quanto possível, acabando por reproduzir o percurso da sua mãe e de muitas outras mulheres no seu contexto social. “Fiz a 4ª classe e não quis estudar mais. Estava cansada da escola. E o meu pai disse ‘o teu irmão vai, mas tu és mulher. Se quiseres vais, se não quiseres não vais’, e eu decidi não ir. E eu fui aprender costura. Aprendi costura e bordados...”

Logo na infância de Margarida é notória a influência do nível estrutural de análise, com a pobreza e os constrangimentos impostos pelo contexto rural, mas também do nível cultural, uma vez que se percebe a desigualdade nas normas e representações de género. O irmão iria continuar os estudos, quer quisesse quer não. Margarida podia escolher. Mas essa escolha foi determinada pela sobrecarga de trabalho que tinha logo aos 7 anos, com a gravidez da mãe, que a impossibilitou de continuar com os seus trabalhos domésticos, ficando estes a cargo de Margarida. “A partir dos 7 anos, infelizmente, comecei a ser uma dona de casa. A minha mãe ficou grávida do meu irmão. Infelizmente correu muito mal. (...) A partir daí eu tinha que ajudar, tinha que fazer as coisas. (...) Eu tinha de ir ter com o meu pai à horta, levava o lanchinho dele e eu andava a regar e a buscar baldes de água à ribeira, e depois vinha com uns cestinhos de comida à cabeça. E íamos buscar água à fonte, que também não havia eletricidade nem água, e eu tive de começar a fazer e a aprender, e a limpar a casa e essas coisas”.

Resultado da carga doméstica aos seus ombros, juntamente com as dificuldades na escola derivada das dificuldades em estudar e fazer os trabalhos de casa, levando à constante repreensão da professora, Margarida, quando lhe foi apresentada a oportunidade de deixar de estudar, aceitou com alívio e felicidade. Começou, deste modo, uma agência de reprodução em que correspondeu às expectativas maternas. “A minha mãe só queria que

eu fosse uma boa esposa e uma boa filha e uma boa mãe. (...) A minha mãe nunca esteve empregada. A única alegria da minha mãe eram os filhos e os netos.” A decisão de Margarida acabou por decepcionar o seu pai, que, entretanto, ajustou as suas expectativas, reforçando a sua agência de reprodução de um desempenho de género tradicional. “Eu acho que o meu pai tinha gostado que tivesse logo seguido o estudar. A partir do momento em que eu não quis ir estudar, eu acho que esperava que eu fosse uma doméstica, que seguisse os passos da minha mãe. (...) Arranjar emprego, [as mulheres] nunca conseguiam e o que conseguiam era na costura ou nos bordados ou noutra coisa qualquer assim. Por isso é que eles me puseram logo a aprender a costura, aprender a fazer bordados”.

A mudança de residência para os arredores de Lisboa por parte da sua família abriu novas possibilidades e mundos novos a explorar, levando Margarida a querer prosseguir os estudos, agora contra a vontade dos seus pais. “O meu pai era muito autoritário. Nunca me bateu, mas bastava ele levantar-me os olhos para eu já não saber para onde é que me havia de virar. (...) era aquela mentalidade deles de que o homem é que mandava. E o que ele dizia era feito.” Todavia, mesmo com esse autoritarismo paterno, a determinado momento do seu percurso biográfico, Margarida percebeu que tinha de desafiar as expectativas e vontades familiares. “Chegamos a uma determinada altura em que... Por isso é que eu digo que fui feliz, ele dizia ‘não vás para aí’ e era quando eu ia (risos).” E a partir desse momento, Margarida iniciou um percurso de rutura com as trajetórias familiares “Até mesmo no meu percurso todo, eu fui completamente diferente de todos (risos)”.

A determinado momento, quando já namorava com o que viria a ser seu marido, os pais decidiram regressar à aldeia e Margarida ficou com o seguinte dilema: ou regressava com eles e ficava limitada a uma vida de bordados e costura ou permanecia na cidade, mas teria obrigatoriamente de casar. Para a entrevistada, casar era libertar-se. “Eu não saía de casa, portanto isto para mim foi quase uma liberdade, digamos assim.” E, tal como outras entrevistadas, por ter visto a sua mãe sofrer por uma educação castradora e um marido que, embora a amando, era autoritário, não quis o mesmo para si e o seu casamento. As grandes decisões da sua vida e da vida do seu marido foram tomadas por si.

Já casada, quando se lhe apresentou a hipótese de ingressar no ensino superior, sugerida pelo chefe, Margarida agarrou-a sem hesitação. Nessa altura da sua vida, o seu marido estava desempregado e tinham um filho bastante pequeno, mas isso não a demoveu. “E então cheguei a casa e disse ‘olha eu vou estudar’ e ele ficou assim a olhar ‘vais estudar?’, e disse ‘vou, vou estudar. E tu é assim: se quiseres ir comigo, vais. (...) Faz o que entenderes. Eu vou, está decidido, agora tu, faz o que entenderes.’ Eu estava mesmo decidida.” Concorreu a uma bolsa e pediu um empréstimo bancário.

A sua agência – decisão em ir estudar, sem se importar com um potencial divórcio – teve influência não só no seu percurso de vida, como no do seu marido, e posteriormente no do seu filho, todos em torno de uma busca pelo conhecimento e de melhores condições de vida. Uma mulher, com o condicionamento de ser esposa e mãe de uma criança de três anos, tomou uma decisão consciente que influenciou estruturalmente a sua vida, mas também a de dois homens, o que foi possível também devido ao apoio e ajuda dos sogros, mas especialmente da sogra, outra mulher. O estudar acabou por ser uma libertação para Margarida, “era um escape para mim, eu acho que se não tivesse ido estudar, eu acho que não aguentava a pressão. (...) Eu queria estudar. E ter ganho a bolsa de estudo e saber que ele estava desempregado, não sabia o futuro nem nada disso, eu sentia que tinha que agarrar qualquer coisa para superar isto. Se não ou separávamo-nos ou qualquer coisa”.

A decisão de estudar quando ninguém o esperava, quando o pai já não a incentivava, a mãe nunca o sonhou e o marido duvidou, quando a sua mãe estava doente, já estava casada e era mãe de um filho pequeno acabou por romper o seu “destino social” e o de sua família. “Eu fui a única que estudei e que fiz este percurso, porque nenhuma das minhas primas chegou ao 7º ano. Até à minha geração, para trás, nunca primo nenhum, nem rapaz nem rapariga, fez o que eu fiz. Eu fui a primeira.”

O seu curso permitiu-lhe posteriormente concorrer para técnica superior e o trabalho passou a ser uma dimensão muito importante da sua vida. “Se tivesse que vir para casa agora, já não me sentia assim tão bem. (...) Tenho necessidade de sair, conversar, de ver as pessoas, de tomar aquele banho, de vestirmos, de irmos sair, de irmos andar”.

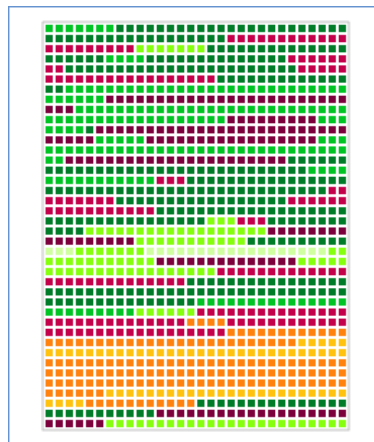
Para quem passou muitos anos sem trabalhar, para quem a entrada no mercado de trabalho foi sempre muito difícil, a conclusão do ensino superior revelou-se essencial para uma trajetória profissional bem-sucedida e para um percurso de vida em que rompeu com papéis e expectativas parentais, que o seu próprio irmão não conseguiu alcançar [este completou apenas o 5º ano] e que os seus pais muitas vezes não compreendem. “Eles não podem conceber, por exemplo, um colega e uma colega irem almoçar juntos. Na cabeça deles, não é isso. (...) A educação deles foi a esposa fala com o marido, quando muito. Nem sequer imaginam no que se pode falar, e pode-se falar em tudo”.

O percurso de Margarida foi então visivelmente caracterizado por uma tensão entre uma agência de reprodução e uma agência de desafio. Uma agência de reprodução nos primeiros anos da sua vida, também devido a pesados constrangimentos estruturais que não lhe permitiram inovação ou criatividade na ação, como proposto por Risman (2004), e uma agência de desafio a partir da idade adulta, quando já detinha recursos e uma trajetória que possibilitava uma maior margem de liberdade para a ação, e ainda de forma mais

marcada no contexto profissional e conjugal. Isto porque Margarida tem uma vivência da maternidade muito semelhante à sua mãe. “Faz-nos sentir que somos alguém e que alguém precisa de nós. Até aí somos uma pessoa, estamos casadas, temos os pais, mas não vemos que há alguém que depende de nós e que somos imprescindíveis. (...) É muito bom a gente sentir que alguém precisa de nós. E que nós precisamos da pessoa”.

O peso da estrutura no discurso e no percurso biográfico de Margarida é visível no seu document portrait (Figura 4.5). O discurso de Margarida é principalmente marcado por categorias analíticas relacionadas com o conceito de estrutura, nomeadamente recursos, capitais e trajetórias que constroem ou possibilitam e regras que constroem como os papéis e expectativas de género; e representações sociais de reprodução (principalmente quando se refere à maternidade) e de desafio progressiva (quando se trata da educação, trabalho e conjugalidade). O discurso focado na ação ou agência é principalmente um discurso que revela uma agência de desafio progressiva, mas também alguma agência de reprodução.

**Figura 4.5. Document portrait de Margarida**



O discurso da entrevistada revela ainda uma série de planos importantes a realçar e a influenciar, na sua conjugação, o seu percurso. Principalmente o plano estrutural (a classe social de origem) e o plano cultural, em que as conceções normativas de género no contexto geográfico, rural e pequeno, mas também no contexto temporal e social, de ditadura pré-25 de Abril, em que a entrevistada nasceu e cresceu, defendiam uma perceção diferenciada e assimétrica do género. Ou seja, o homem deveria ter uma educação formal, a que a família financeiramente pudesse providenciar, e a mulher não era vista como tendo essa necessidade, dado que, considerando a classe social de origem da entrevistada, as

atividades profissionais que lhe eram esperadas não exigiam essa educação formal, para além da escolaridade obrigatória: a 4ª classe.

Outro percurso biográfico marcadamente vincado pelo nível estrutural de análise, tanto pelo contexto geográfico e temporal como pela classe social de origem, embora com contornos radicalmente opostos aos de Margarida, é o de Juliana.

#### **4.1.5 Juliana, 36 anos, “Foi um comboio a arder”**

Juliana era uma mulher de 36 anos à data da entrevista, casada e com dois filhos, licenciada em arquitetura e desempregada. Todo o percurso de Juliana é marcado pelo seu contexto geográfico – grande parte da trajetória de Juliana aconteceu em Macau – e pela sua classe social de origem. Os seus pais pertenciam a uma classe média alta com elevados níveis de capital cultural e social e politicamente ativista, de forma mais vinculada ainda no caso do seu pai. Os papéis de género dela são tradicionalmente geridos entre pai e mãe. Casaram bastante cedo, o pai continuou os estudos, estando a doutorar-se aquando da sua morte; a sua mãe deixou os estudos e engravidou do seu primeiro filho. Apesar de se notar uma diferença de género quer na escolaridade quer na categoria profissional de pai e mãe de Juliana, ambos faziam parte do círculo restrito de poder de Macau. “Os meus pais eram pessoas conhecidas no meio. O meu pai era um advogado conceituado. A minha mãe era de facto uma mulher muito bonita”. Interessante notar nesta declaração de Juliana o realce da profissão do pai e da beleza da mãe. A mudança para Macau aconteceu quando Juliana tinha 7 anos, o que originou que todo o seu percurso escolar decorresse em Macau, com exceção da licenciatura em arquitetura. “A escolaridade foi feita em Macau no ensino público, mas que lá é bastante bom. É o equivalente se calhar aqui a uma escola mais cuidada.” Essa mudança geográfica determinou todo o seu percurso até ao regresso a Portugal aos 18 anos. “Na altura em que Portugal era muito fechado ainda e havia acesso a muito pouca coisa. Eu lembro-me de ir buscar comida, porque na altura tudo estava racionado e depois passei para um registo completamente diferente de oferta, de experiências, de tudo que cá não havia.”

No entanto, é importante sublinhar que a adaptação de Juliana a um contexto geográfico tão diferente não foi fácil. Os seus pais, inicialmente, foram para Macau por dois anos, e, durante esse período, a entrevistada contou os dias e os meses para o regresso a Portugal. “Na altura, quando cheguei a Macau, foi muito marcante porque eu não queria estar lá, eu queria voltar para Portugal. Não consegui encaixar-me logo no estilo de vida dos chineses. Macau, na altura, era muito desorganizado ainda. Andávamos literalmente em cima de lixo e



isso foi uma coisa que me marcou imenso em miúda. (...) Aquilo era tudo muito repressivo e, ainda por cima, os meus pais puseram-me numa escola chinesa, nas férias de Verão, a aprender a desenhar, naquelas atividades de férias. Em que eu entrei numa sala com 100 miúdos todos sentados, organizados em carteiras num silêncio assustador e passávamos a manhã toda – eu era a única loirinha, o que também foi marcante, porque eles agarravam-me o cabelo, porque eles têm o cabelo muito liso e muito escuro. Eles tocavam-me muito, tocavam-me muito no cabelo e na pele, por a pele ser muito branca. Na altura, foi horrível. Eu só me queria vir embora. Os meus pais tinham ido por dois anos e lembro-me de eu, ao fim de dois anos, ainda estar muito atenta e preocupada para saber se eles iam cumprir a promessa de ir embora, mas não”.

Depois do período de adaptação, Juliana percebeu estar num contexto cultural e social vincadamente diferente do português. “Macau é muito seguro, é uma terra muito pequenina.” Este contexto permitiu-lhe uma vivência das relações e da sexualidade de uma forma muito específica. “Eu sempre fui uma rapariga muito namoradeira. Embora maria rapaz, sempre muito namoradeira. Sempre adorei homens. Eu tive o primeiro namorado, assim registadíssimo, na primeira classe. E dávamos beijinhos na boca. (...) Marcante foi quando perdi a virgindade que também foi precoce. Foi a um mês de fazer 15 anos. (...) Quando eu perdi a virgindade não foi porque era o primeiro amor, isto é a coisa mais importante e mais marcante da minha vida. Não. Um dia eu estava no liceu com um grupo de raparigas grande. Invulgar, porque estávamos portuguesas e macaenses e, na altura, não nos misturávamos muito. Estávamos todas juntas em círculo e a falar de experiências e às tantas alguém teve a excelente ideia de perguntar quem era virgem e eu era literalmente a única que era virgem. E pensei “bom, tenho que ir resolver o problema” (risos). Na altura tinha um namorado dois anos mais velho (...) era ali a oportunidade de eu resolver o meu assunto no meio daquele contexto”. Ambos os pais tomaram conhecimento do início da sua vida sexual e a sua mãe levou-a ao ginecologista. Juliana, para demonstrar o contexto em que vivia, explica que os seus pais andavam nus pela casa e sempre tiveram relações muito confortáveis com os seus corpos. “Quando a minha mãe percebeu que eu perdi a virgindade, perguntou-me se eu já tinha tido relações, eu disse-lhe que sim, porque havia esse tipo de à-vontade lá em casa. Nunca iria ter com a minha mãe para lhe contar, a relação não era essa, mas quando nos eram colocadas as perguntas, as respostas eram obtidas, porque havia essa confiança. Não esperava que saísse dali uma mão ou um cinto... Havia episódios desses com amigos meus. Nem nunca tive que saltar da janela para sair à noite ou qualquer coisa assim. Era tudo muito claro”.

Apesar de uma vivência das relações sociais e da sexualidade menos condicionada e vigiada, ou seja, um ideal, mas também um exercício da feminilidade mais livre, existia uma diferença de regras entre Juliana e o seu irmão, marcadamente vincada pelo género. “Embora os meus pais fossem muito liberais e pensava eu não tão preconceituosos, quando chegava o momento eu acho que havia ali uma série de bloqueios. Nomeadamente pelo facto de eu ser rapariga. (...) O meu irmão foi fazendo coisas muito mais cedo”. Esta situação foi impulsionada também pelas experiências e grupos de amigos de Juliana nos anos anteriores que, apesar de percecionados como destrutivos e decadentes, permitiram-lhe uma perceção de si enquanto pessoa autónoma da sua família. “Se tivesse os ditos amigos porreiros não tinha tido as experiências decadentes e autodestrutivas que tive. O que para mim, na altura, também foi importante. Na minha vida e na minha família, era tudo tão bom, tão bonito e tão belo que eu acho que o meu desabrochar na adolescência, depois de o meu irmão ter ido embora [para Portugal estudar na universidade] eu quis ver como eram as coisas do outro lado”.

Pai e mãe eram, segundo palavras de Juliana, muito liberais. Não a iam levar e buscar nas saídas à noite nem seguiam atentamente o seu percurso escolar, mas existiam regras e expectativas. “Não me acompanhavam a nível escolar (...). Não se sentavam comigo a fazer trabalhos de casa. A única preocupação era que nós fôssemos alunos medianos e felizes. Não nos foi inculcida a competição nem o sentido de ter que ser o melhor, mas sim a dar o melhor. Também não era a preguiça de não querer acompanhar, era mais no sentido de ser responsável.” Essa liberdade e ausência de regras rígidas parece ter sido sentida por Juliana como um défice de atenção, o que veio intensificar a sua necessidade de carinho e afeto físico por parte dos pais. “Foi-me muito inculcido o sentido da responsabilidade, da autonomia, embora eu tenha sido muito dependente durante muitos anos, emocionalmente falando. Se calhar porque, como os meus pais eram muito tranquilos, aquilo acabou por funcionar para mim como um défice e foi do género “é pá senta-te ao meu lado, dá-me atenção””.

Tanto o pai como a mãe tinham formas diferentes de se expressar verbal e fisicamente. “A minha mãe se calhar era mais física, mais da palmada (risos) e o meu pai nunca me bateu. O meu pai era muito mais diplomata, era pela via da conversa quando havia conversa. (...) Por outro lado, a minha mãe dizia o contrário “não tenho paciência para conversas, muito menos das longas” e, portanto, era muito mais reativa fisicamente falando. Era mais do grito. Era uma pessoa que era mais irascível. (...) A minha mãe era muito mais emocional. Depois também era a minha mãe que me dava mais mimo do que o meu pai. Nós, para termos mimo do meu pai, tínhamos que ir literalmente roubar e ele ficava todo

derretido, mas tinha muita dificuldade em dar retorno, se bem que eu nunca tenha compreendido muito bem porquê. (...) O nosso feedback era quando conseguíamos um sorriso ou quando ele largava um livro que estava a ler ou uma coisa desse género. Havia contacto físico, o meu pai andou connosco às cavalitas, andou connosco ao colo, mas a parte do mimo, do beijinho, do abracinho, não existia”.

No contexto social e cultural de Macau, a sua agência foi de reprodução, com exceção do grupo de amigos mais velhos que teve na adolescência, com quem teve experiências de desafio às normas e expectativas sociais. Ou seja, na grande maioria das situações e contextos, Juliana agia de forma racional e intencional no sentido de reproduzir as experiências e vivências que via amigos e colegas da sua idade ter. Isso é perceptível na situação da sexualidade, em que Juliana apercebeu-se de ser a única rapariga do grupo ainda virgem e “resolveu o assunto”. A sua agência de desafio progressiva, a sua ação racional e intencional no sentido de desessencializar as representações, expectativas e práticas de género, deu-se de forma mais notória quando Juliana regressou a Portugal.

Esta situação pode ser, pelo menos em parte, explicada pela sua experiência de vida em Macau, mais liberal e sem regras sociais e culturais muito rígidas, o que, na vinda para Portugal, acaba por chocar com as representações, normas e expectativas de género vigentes. Nota-se no testemunho de Juliana o peso dos níveis estrutural – classe social de origem e o meio envolvente que a sua classe social de origem lhe deu acesso; cultural – representações sociais, papéis e expectativas sentidas em Macau e depois em Portugal; e interacional – os seus pais, grupos de amigos e namorados com vivências mais fluidas e livres no que a regras e recursos diz respeito.

Juliana regressa a Portugal para ingressar no ensino superior aos 18 anos. O seu percurso em Portugal é marcado por perdas familiares. Primeiro o irmão, depois o pai e finalmente a mãe. “Perdi o meu irmão com 21 anos, depois perdi o meu pai com 28 anos e depois perdi a minha mãe o ano passado, estava com 35 anos. Foi um crescimento forçado”. Estas perdas influenciam pesadamente a sua trajetória enquanto adulta, mostrando a influência das relações sociais e familiares.

Quando Juliana vem para Portugal estudar, vem com um namorado com quem viria a viver junto. No entanto, nos últimos anos, a relação desgastara-se devido a vontades conflitantes. Juliana queria ser mãe, o namorado considerava não ser um bom momento visto estarem ambos a estudar ainda. Ainda neste contexto, Juliana conhece o que viria a ser o seu marido. Conheceram-se na universidade. Ele era seu professor. “Eu namorava há 8 anos com um rapaz. Já vivia com ele. Foi o meu namorado que veio de Macau. Na altura viemos os dois para cá para a faculdade. O meu atual marido era casado. Acabavam as

aulas e ficávamos horas a falar, telefonemas, saídas à hora de almoço, dávamos por nós “xi temos que ir embora!”. (...) Entretanto eu acabei a minha relação, o meu marido também saiu de casa. (...) A coisa começou a aquecer”.

A relação evoluiu muito rapidamente com a primeira gravidez de Juliana, algo muito desejado pela entrevistada, mas também pelo então namorado. No entanto, a relação não era consensual. O pai de Juliana aceitou a relação de imediato. “[O meu pai] deu-se muito bem logo com o meu marido, que era uma pessoa que era divorciada, que era 12 anos mais velho, tinha 2 filhas. Não esperou nenhum príncipe encantado, portanto gostou muito dele e deu-se muito bem com ele logo.” Porém, a mãe não concordou com a relação exatamente pelas diferenças entre ambos, o que Juliana caracteriza como uma questão de estatuto. “Para a minha mãe havia ali sem dúvida uma questão de estatuto. Penso que a minha mãe também dava muito mais importância ao estatuto do que propriamente à minha realização pessoal.”

Com a primeira gravidez de Juliana, esta decide casar, porque nunca teve intenções de casar se não tivesse filhos antes, até porque “a minha relação com o meu marido não passava única e exclusivamente pela ideia do casamento”. “Eu nunca fui muito de casar. Sempre disse ‘só me caso se tiver filhos para consumir essa relação’. Não acho o casamento uma coisa importante. Embora a minha mãe tivesse casado virgem, de branco, nunca me inculiram isso. E apesar de esse ter sido o meu referencial, nunca quis casar.” Com a morte primeiro do seu pai, depois da sua mãe, Juliana volta a sentir uma necessidade autodestrutiva, como já tinha tido em Macau na adolescência. “Quando a minha mãe adoece foi uma necessidade extrema de rutura com tudo. De destruição mesmo e de autodestruição, se bem que a minha autodestruição é muito saudável. Não entrei em nenhum processo decadente.” Essa rutura extrema sentiu-se na sua relação conjugal quando a entrevistada reencontra um amor antigo. “Esse meu namorado dos 10 anos reencontra-me, envolvemo-nos – ele casado também e pai de uma filha, quase deu cabo da relação – e eu queria dar cabo da minha, porque assumi logo tudo desde o início. Disse que queria separar-me. Não foi uma relação de amantes em que os respetivos não soubessem. Nada disso. Nesse aspeto, foi muito doloroso para o meu marido, porque magoei-o evidentemente. Mas o meu objetivo era de rutura. Acho que foi um acumular de tudo. (...) Mas foi ao ponto de eu ter preterido os meus filhos. Era capaz de sair do trabalho e ir ter com ele. Como eu não ia para casa, tornou-se logo tudo muito evidente na primeira semana. Foi um comboio a arder. Eu disse ao meu marido para sair de casa. Ele bateu o pé e disse que não ‘isto é a minha família, é a minha casa e se tu queres sair saís’ e o que é facto é que eu também nunca saí. Andámos nisto dois anos”.

Esta necessidade de se destruir ao destruir o seu casamento não foi atenuada pela existência dos filhos, mesmo tendo Juliana tanta vontade de ser mãe, “quando me envolvo nesta relação extraconjugal os meus filhos não foram uma prioridade. Hoje em dia seriam com certeza. Mas na altura não foram. Portanto, não foi por eles terem nascido que a minha vida se alterou. Foi uma tomada de consciência mais tarde”. E estendeu-se à dimensão profissional da sua vida com a sua saída do atelier de arquitetura onde trabalhava. “Quase que acabei com o meu casamento, na altura fui eu que saí do atelier que cortei a relação com a profissão, porque precisava de uma sabática para refletir sobre tudo, tudo o que estava para trás sem saber de todo o que estaria para a frente, mas a ter a certeza absoluta de que agora as escolhas eram feitas para mim, por mim e sem esse objetivo de impressionar alguém”. Isto também é possível, porque, do ponto de vista de recursos materiais, Juliana não tem por que se preocupar, o que lhe dá essa liberdade de ação. “Eu estou com a minha vida muito facilitada, porque eu passei a ser única herdeira e tenho disponibilidade financeira para resolver a minha vida sem preocupações”.

No entanto, no momento da entrevista, Juliana pretendia regressar ao trabalho, mas a situação económico-financeira do país não ajudava. “Espero voltar ao ativo, agora não sei quando. Agora se calhar também não é um momento bom em termos profissionais. O país está mal, o meu marido tem o atelier também um bocado parado. O atelier onde eu estava está a falir. E se calhar estou a precisar de descansar um bocado”. Entretanto a sua relação extraconjugal terminou, e Juliana não se arrepende. Depois do fim dessa relação, Juliana colocou a prioridade no seu marido e filhos. “Hoje em dia – eu não sou católica, mas – dou graça a Deus pelo meu marido não se ter ido embora. Se eu tivesse optado pela outra pessoa tinha ficado mal servida, embora o adore. Para além da química, não há entendimento. Se tivesse ficado sozinha, também tinha perdido uma grande coisa, porque eu adoro o meu marido. Continuamos a ter uma paixão assolapada um pelo outro. (...) A minha vida não faz sentido sem estarmos os 4 e os meus filhos não fazem sentido sem aquele pai e acho que a vida dele também não faz sentido sem a minha presença. (...) É quase como se tivesse acordado de um sonho. Volto ao meu marido, volto à minha família, gostamos muito uns dos outros. E estamos bem. Neste momento não há fatores desestabilizadores.”

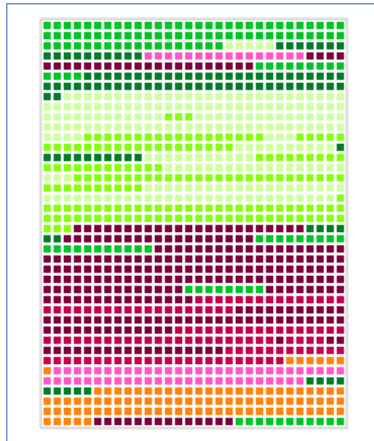
Depois do seu período de rutura com a família e o trabalho, de uma agência desessencializadora das expectativas de género, Juliana sente-se mais forte, autónoma e independente, procurando uma agência que esteja em conformidade com as expectativas e papéis de género presentes na sociedade. E sabe que as suas decisões são a pensar no seu marido e filhos, até mesmo porque “eu não teria que romper com ela [a família] para me

encontrar. Podia partilhar com ele e com os meus filhos. Reorientar os meus targets. Faço para eles e por eles e por mim, claro. (...) Hoje em dia faço escolhas a pensar neles, completamente. Não tenho dúvida nenhuma. (...) Faço escolhas para eles e por eles”.

Esta agência de reprodução posterior é reforçada por representações de género em que ser mulher é equivalente a ser mãe e o homem é um ser protetor, representações profundamente essencialistas. “Eu acho que, apesar de a mulher poder negar a progeneritura, a maternidade faz parte do pacote. Ser mulher é ser mãe. É ser ninho. Ser colo, não necessariamente dos nossos filhos. Os homens, é mais no sentido da defesa, que também passa pela proteção... O homem para mim é como esse biombo, não deixa passar. E a mulher é muito mais uterina. Se calhar tem até a ver um pouco com a parte física. A mulher é de receber a proteção. A proteção é de invólucro. E o homem é mais a proteção de barreira. De não deixar passar”. Embora considere que os direitos entre homens e mulheres devam ser iguais perante essas diferenças. “Não acredito nada que ser mulher é igual a ser homem. Acho que somos mesmo diferentes e não acho que temos de ser iguais. Acho que temos sim que ter os mesmos direitos, mas isso não significa que tenhamos que fazer as mesmas coisas. Há coisas que nitidamente são coisas de homem e há coisas que são coisas de mulher. (...) Agora isso não implica que tenhamos que ser castrados pelo facto de termos nascido do sexo feminino ou do sexo masculino. Acho que se nos apetecer ser mais masculinas ou sermos mais femininos, why not?”

Tal como no testemunho de Margarida, também no de Juliana se encontra uma tensão entre uma agência de reprodução e representações de reprodução com uma agência de desafio progressiva, tal como se percebe na Figura 4.6, aqui vivida de uma forma muito intensa como resposta a um conjunto de perdas familiares. Esta agência de desafio foi vivida no âmbito familiar e profissional, embora em direções opostas à vivida no percurso de Margarida.

**Figura 4.6. Document portrait de Juliana**



Tal como era perceptível no percurso biográfico de Margarida, também no discurso de Juliana se encontra um grande peso do nível estrutural, desta vez através da existência de elevados recursos, capitais e regras que dão mais flexibilidade e liberdade à ação. Este testemunho ilustra o defendido por Risman (2004 e 2013), Martin (2003) e Butler (1990, 2004), em que a liberdade de inovação e transgressão na agência e a intensidade de estigmatização e represálias sociais responsabilizadoras dessa agência é marcada pela classe social e respetivos poderes e recursos que conferem ao indivíduo. Em outros contextos, mais culpabilizadores e restritivos das mulheres, as consequências das ações de Juliana poderiam ter sido radicalmente diferentes, com maiores dificuldades em reverter os danos causados na conjugalidade e, conseqüentemente, potencialmente na maternidade. Outro percurso vincado por recursos, capitais e regras potencializadoras de maior liberdade na agência é o de Idalina.

#### **4.1.6 Idalina, 49 anos, “Eu sou uma mulher diferente neste momento. Sem esforço. Não aceito, não tolero. Não me exalto, não grito, mas assim não”**

Idalina é uma mulher de 49 anos, técnica superior casada e com um filho, licenciada e com diversas especializações. A sua mãe era pouco escolarizada, tinha apenas a 4ª classe, e foi modista a vida inteira. No entanto, o percurso biográfico de Idalina foi muito marcado pela sua ligação com o seu pai que não completou a licenciatura e trabalhou na área da contabilidade. A ligação de Idalina com o seu pai foi sempre “muito forte, de grande cumplicidade, de facto. Era um homem muitíssimo inteligente e sensível, que era capaz de se comover com coisas sem nenhum pudor”.

Este homem, descrito ao longo de toda a entrevista de forma marcadamente positiva, parece ter tido um maior peso na educação e trajetória de Idalina do que a mãe, até porque, pelo relatado, parece ter sido ele a tomar todas as decisões no que diz respeito ao percurso escolar da entrevistada, sempre com grande enfoque na educação cultural, artística e para a cidadania. “O meu pai era uma pessoa bastante atenta à política na altura e tinha uma péssima relação com o governo ditatorial que tínhamos na altura e, de alguma maneira, a escolha dos colégios que eu frequentei obedeceu, penso eu, também a esse critério. (...) a faculdade foi também um espaço muito, muito estimulante. (...) Havia, de facto, uma partilha intensa em termos intelectuais com os professores, que eram pessoas abertas e muito estimulantes e eram figuras mais ou menos públicas que nós admirávamos. Alguns escreviam, outros faziam crítica literária, outros organizavam festivais de cinema”.

Neste percurso escolar é perceptível o peso do nível estrutural de análise com os recursos, poderes e regras da sua classe social de origem que deram acesso a escolhas educativas que possibilitaram a Idalina maior liberdade na ação e no seu sistema de disposições e percepções de si, dos outros e do mundo. O que teve um impacto considerável na adoção de uma postura crítica, mas livre e interveniente na sociedade, o que não era comum na sociedade ditatorial pré 25 de Abril. “Tudo isto era uma maneira de abrir o espírito, numa tentativa de ter uma atitude muito interveniente na sociedade. (...) Creio que é sobretudo em cada um destes momentos que enumerei, os espaços de liberdade e de cidadania que foram acontecendo, que têm se calhar sempre um traço comum, uns porque o contexto político permitiu logo a seguir ao 25 de Abril no liceu e antes disso, porque, um pouco à margem do contexto político, havia a possibilidade de fazer essa decisão e isso contribuiu de forma fundamental para a pessoa que eu hoje sou”.

Esta educação para a liberdade, a cidadania e a intervenção na sociedade era incutido e incentivado no contexto familiar, em que Idalina tinha sempre espaço para dar a sua opinião nas decisões sobre o seu percurso e o seu futuro. Os seus pais não lhe fizeram sentir qualquer pressão ou expectativa sobre a pessoa que deveria vir a ser. “O que eu quisesse ser. Esperavam que eu fosse um ser humano íntegro, acho eu, e nunca me impuseram coisa nenhuma nessa matéria. E ajudaram-me naquilo que eu fui querendo ser.” Esta relação com os seus pais permitia-lhe comportamentos pouco usuais no contexto social e histórico da altura. “Eu comecei a fumar muito cedo, por exemplo, e naturalmente que não escondi isso dos meus pais e o meu pai fazia questão que fumasse à frente dele. E isso era inovador para a época, porque de facto essas coisas não aconteciam”.

Esta liberdade e este espaço para se conhecer e descobrir enquanto indivíduo eram sentidos no contexto familiar, mas também nos contextos interacionais exteriores, como a



escola e o círculo de amigos. Deste modo, Idalina caracteriza a sua juventude como “divertidíssima, porque foi cheia de vivências boas, e eu acho que devo ter sido das poucas pessoas que chumbou logo a seguir ao 25 de abril em 74/75, porque os professores não me conheciam. Toda a gente passou nesse ano, e eu não, porque nem me conheciam. Eu estava mesmo era nas reuniões cá fora. E namorei e tinha um grupo de amigos enormíssimo. Tive a minha participação ativa nas associações que, entretanto, se foram organizando. (...) Pertenci ao grupo de teatro da faculdade, fiz o circuito paralelo de tudo o que tinha a fazer, participei nas tertúlias todas dos professores mais marginais. E aí cresci.” Este crescimento com regras possibilitadoras da ação permitiu também uma relação com o corpo e uma vivência da sexualidade sem grandes constrangimentos. “A minha primeira experiência sexual foi relativamente prematura. Enfim, hoje em dia não é nada prematura, mas na altura foi. Tinha para aí 15 ou 16”.

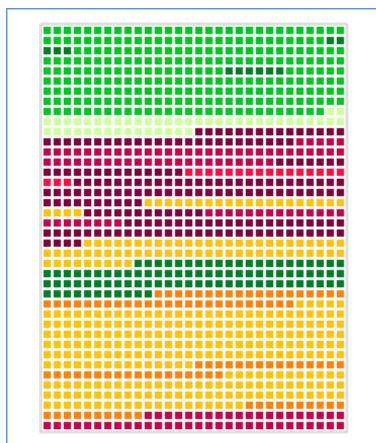
Este percurso familiar, escolar e interacional marcou Idalina ao nível individual, no seu sistema de disposições e perceções de si, dos outros e do mundo, o que se refletiria na vida adulta, mesmo nas fases mais difíceis e complicadas. “Quando se cresce, as coisas tornam-se todas mais complicadas. E digamos que as experiências tornam-se todas mais dolorosas. Eu acabei por me apaixonar por um também colega da faculdade que era de Setúbal e fui viver para Setúbal. Depois casámos.” O seu casamento foi uma relação problemática que durou 20 anos. “Houve episódios na minha relação matrimonial que foram experiências muito duras. Eu acho que, durante 20 anos sensivelmente, me encontrei no trabalho e na escola como espaços de apaziguamento da pressão que tinha no resto”. No entanto, este casamento com “peripécias, algumas difíceis de digerir” terminou por iniciativa da entrevistada “contra a vontade da outra parte”. A decisão de se divorciar contra a vontade do seu marido e de se afastar de uma relação problemática é marcada pela sua educação para a liberdade e para o conhecimento individual. “Creio inclusive que a tomada de decisão de me divorciar está também associada a essa tomada de consciência de que se vive por uma razão qualquer que não é fazer esforço para estar com alguém ou de que não se é capaz de viver intensamente cada dia”.

Esse corte com um casamento e uma relação que lhe impossibilitou inclusive de vir a ter um segundo filho – “Eu queria ter mais filhos, mas devo ter dito a palavra errada num determinado dia que foi ‘os filhos não serviam só para brincar’. Isto porque obviamente, no meio da azáfama do quotidiano, havia dias em que eu estava visivelmente cansada e pouco paciente para outras coisas, para ser tolerante com o que é preciso fazer, que é dar banho, que é preparar as refeições, que é para já chegar tarde a casa, preparar o banho da criança, preparar refeições e ter de ser sempre o mesmo a fazer tudo. E depois de a criança estar

cheirosa e perfumada e da refeição assegurada, podemos contar histórias e brincar. E isso o pai já pode fazer. E isto foi assim o tempo todo. Com discussões pelo meio, naturalmente. Ou com a pressão de ficar em silêncio, só magoada com isto” – permitiu-lhe reforçar e recordar os princípios e os valores transmitidos pelos pais: a liberdade, a descoberta de si, a mudança. “O que é fantástico no meio disso tudo é descobrir que sou capaz de ter energia para fazer coisas novas, para me apaixonar outra vez, mudar o trabalho e o rumo da minha vida do ponto de vista laboral, de deixar de estar amarrada ao meu espaço de conforto”. Depois do divórcio, Idalina conheceu outra pessoa e vivia, no momento da entrevista, conjugalmente com ela uma relação totalmente diferente do seu casamento. “Para já porque eu sou uma mulher diferente neste momento. Sem esforço. Não aceito, não tolero. Não me exalto, não grito, mas assim não. E, portanto, as coisas não podiam mais ser da mesma maneira. Isso era ponto assente”.

O discurso de Idalina é, tal como se pode verificar na Figura 4.7, muito marcado pelas categorias analíticas estruturais, principalmente recursos, capitais e trajetórias que possibilitam a ação; e agenciais, com maior enfoque na agência de desafio progressiva, mas também alguma agência de reprodução. No entanto, o discurso de Idalina é principalmente marcado pelo peso das representações sociais de género que desafiam as concepções essencialistas de género.

**Figura 4.7. Document portrait de Idalina**



Para a entrevistada, ser mulher é gostar de se sentir bem na sua pele, “com a história do meu corpo. (...) Depois ser mulher é, até prova em contrário, também ser mãe. E isso é uma coisa que muda a mulher e muda o indivíduo que é aquele ser do sexo feminino que entretanto pôs uma pessoa no mundo. No resto, ser mulher é igual a ser homem. É ter as mesmas capacidades, intelectuais ou não, quer dizer, se tiver um QI abaixo não posso ter

as mesmas, mas do ponto de vista dos direitos e em tudo aquilo que toca a vida adulta, o ser homem ou o ser mulher é a mesma coisa. Não vejo nenhuma diferença.” Idalina sempre teve como ideal de feminilidade mulheres determinadas, desafiadoras e com causas. “Há mulheres que eu admiro por serem corajosas, por se baterem por causas. (...) Aprecio a energia, a vontade de fazer coisas, de remar contra a maré, contra as adversidades de algumas pessoas”. Mas reconhece que as pressões e as expectativas sociais sobre as mulheres são muitas, pesadas e muitas vezes esmagadoras. “Eu acho que a sociedade até agora tem esperado que elas consigam fazer tudo. E mesmo mães. Porque agora se espera que elas cheguem ao topo das carreiras e às administrações das empresas e aos conselhos administrativos e por aí fora. Acho que se espera que ela continue a fazer os papéis todos: da mãe, da mulher, da esposa e da trabalhadora eficiente, de preferência que não falte, que não use nem abuse das licenças de maternidade, que arranje soluções para deixar a criança quando está doente, que não seja teletrabalho ou outra coisa qualquer”.

Essas pressões e expectativas são criadas e reforçadas desde o nascimento e ao longo da vida de homens e mulheres. “Há uma pressão que vem moldando aquilo que nós vamos sendo ou deixando de ser. E essa pressão vem de muito lado, vem dos corredores dos supermercados que têm corredores para bonecas e que têm corredores para... Não estão organizados tanto por idades, mas para meninos e meninas. Eu acho que ser homem ou ser mulher, depois em adulto, é ser cidadão ou cidadã, pai e mãe. E que ser pai e ser mãe não são coisas tão diferentes assim, porque nós, quando não temos filhos, quando não geramos filhos e adotamos ou criamos alguém por razões diversas, nós falamos de amor, de afetos e de cuidados e somos homens e mulheres tão capazes de cuidar desde que queiramos, desde que seja necessário. Eu não vejo que haja diferenças e, no mundo do trabalho, sei que há diferenças, mas não deviam existir, porque me parece que são pressupostos errados”.

Esta opinião foi sendo sedimentada ao longo do percurso biográfico de Idalina, na interconexão e interdependência entre o níveis estrutural, interacional e individual de análise, ganhando ao longo da sua vida mais consciência “das diferenças gritantes que, de facto, existem no mundo do trabalho para os homens e para as mulheres. E existem diferenças gritantes altamente discriminatórias para ambos os lados. Ou seja, é tão difícil a um homem, ainda hoje, partilhar a licença de parentalidade e querer ser pai a tempo inteiro, por exemplo – porque ele sofre a pressão do mundo do trabalho – como é para uma mulher dividir-se entre o trabalho e a família, ou dizer à família ‘vou chegar atrasada ao jantar, porque tenho uma reunião’, ou dizer no trabalho que se tem que ir embora, porque tem que ir buscar a criança à escola. Os problemas da conciliação são claramente problemas mal

resolvidos na nossa sociedade e são igualmente discriminatórios para os homens e para as mulheres. Aí sim a discriminação parece que é igual. O mesmo não se passa na história das carreiras. Eu acho que genericamente, quer na administração pública quer no setor privado, é difícil ainda para uma mulher chegar ao topo e ser igual. Tem que fazer mais, tem que provar mais, tem que prescindir mais de coisas, tem que ser mais corajosa e, se calhar, deixar outras coisas para trás que os homens deixam naturalmente, porque é isso que se espera”. Outro testemunho muito influenciado pela inter-relação entre os níveis estrutural, interacional e individual, e ainda mais pelos dois últimos, é o de Vanessa.

#### **4.1.7 Vanessa, 38 anos, “Eu tive que fazer por mim”**

Vanessa é uma mulher de 38 anos, com licenciatura, mestrado e estudante de doutoramento. No momento da entrevista estava com licença sabática das funções de técnica superior para a finalização desse grau de ensino. O seu percurso biográfico é muito marcado pela sua estrutura familiar e relação entre pais, pais e filhos e irmãos. A mãe, durante a infância e adolescência de Vanessa, era empregada bancária e o pai tinha o 9º ano e trabalhava na alfândega. Ambos concluíram o ensino superior em adulto. A mãe em literaturas modernas, tendo trabalhado num banco; o pai em direito, tendo sido diretor de uma empresa.

Grande parte do discurso de Vanessa gira em torno da negligência materna e exigência controladora paterna. “A minha infância foi um pouco pautada pela falta de carinho da minha mãe, ocupação dos meus pais a estudarem, porque eu chegava da natação e não tinha o jantar pronto. A minha mãe ainda não tinha chegado. Eram 9 da noite, eu saía da natação às 8 e meia, e tínhamos pilhas de roupa para passar, porque não tínhamos dinheiro e os meus pais estavam já... havia alturas em que eu abria o armário da roupa para passar a ferro e caía-me roupa em cima. Foi muito complicado”. Segundo a entrevistada, parte desta negligência materna deve-se ao facto de ela ser a única dos 3 filhos que não foi desejada. A sua irmã foi a primeira menina e o seu irmão o único menino. Ela, a filha do meio, era a preterida. “O meu irmão aproveitou o facto de ser rapaz, de ser o único rapaz desejado, porque eu fui a única rapariga que era suposto ser rapaz”. E o sentimento de negligência materna estende-se até ao presente, no percurso educacional de Vanessa: “A minha mãe é professora de inglês, nunca leu a minha tese que fiz em Inglaterra. Nem sequer a reviu. Eu precisava de alguém que a revesse. Ninguém ma reviu”, mas também no percurso familiar: “A minha mãe negligencia-nos muito. O meu pai é mais sentimentalista, mais racional. A minha mãe é mais desprendida de emoções. E isso reflete-se nos netos também. A minha

irmã tem dois filhos e a minha mãe às vezes até diz ‘evitem cá vir’. E quando eu estive separada do pai do meu filho, eu estive lá uns meses e a minha mãe disse que eu estava a prejudicar o casamento dela e que queria que eu fosse embora. Nunca pegou no meu filho e aquilo magoava-me tanto, porque eu pensava ‘será que ela nunca sentiu por mim o que eu sinto pelo meu filho?’”.

A presença paterna era sentida nas regras rígidas e comportamento controlador. “O meu pai era um bocado ditador em casa”. Esse controlo e essas regras giravam em torno da obrigatoriedade de Vanessa, e a sua irmã mais velha, dedicarem a maioria do seu tempo à natação. “Treinava 5 horas por dia desde os 10 aos 20 anos. (...) Todos os dias, de segunda a sábado, sendo que sábado só havia treino de manhã. Essa disciplina, imposta pelo meu pai, a mim e à minha irmã – o meu irmão nasceu quando eu tinha 7 anos e, portanto, já não foi sujeito a este rigor – acompanhou-me durante muitos anos, porque eu não tive hipótese de opinar. Eu nunca gostei daquilo. Portanto fui obrigada a fazer. O meu pai dizia ‘olha tu tens que ganhar na natação e, na escola, passas. É esse o mínimo que eu exijo’ e eu... sabes o que é uma pessoa não ter hipótese de... no computador, vamos supor que estás no computador, é uma hipótese que não está disponível e a hipótese que não estava disponível para mim era ‘posso dizer qualquer coisa’, portanto eu não tinha essa hipótese. O mundo era assim e eu aceitava. Portanto até aos 20 anos fiz natação e estudava de hobbie. Era nadadora profissional. (...) Não estabeleci redes sociais na escola, porque se eu tivesse um furo, ia a casa dormir. Demorava 20 minutos a chegar a casa, dormia 20 minutos e demorava 20 minutos a regressar. As minhas colegas iam para o café, eu nunca vou a cafés. Ainda hoje não vou a cafés. Não bebo café, não fumo. E era assim. Esse foi um momento muito importante para mim: a possibilidade de não falar”. Esse quotidiano originou uma adolescência “muito chata” controlada pelo pai e também pela irmã mais velha. “Tinha o controlo da minha irmã, muito intenso, porque era na natação que se estabelecia redes de relacionamentos e ela controlava-me imenso e eu nunca tive um namorado. Não podia ter, porque ela chegava a casa e dizia aos meus pais e era uma vergonha para mim.”

A estrutura familiar e a relação de Vanessa com os seus pais e irmãos determinaram as suas decisões e o seu percurso biográfico pautado por escolhas pouco usuais no seu contexto social e criticada por familiares e conhecidos. Vanessa saiu de casa precocemente e foi para a Força Aérea, sozinha e sem o apoio de ninguém. “Fui para a Força Aérea. O meu pai não quis. Fui a única que apareceu lá sem ninguém. E fui sozinha. (...) Tirei o curso... das especialidades que havia disponíveis: era música, nunca percebi e a outra era

mecânica de material aéreo que é mecânica de aeronaves. E eu sempre gostei muito de mexer e pensei ‘epá eu vou aprender como outros quaisquer’”.

No entanto, Vanessa sempre sentiu grandes limitações impostas às mulheres na Força Aérea. “Nas forças armadas, é uma situação da qual podemos tirar muita vantagem e também sermos muito prejudicadas. Por ser mulher, por exemplo, nas forças armadas, quando estava a trabalhar numa aeronave a fazer inspeção, há uma equipa e depois cada um fica com uma área. Eu ficava sempre com a estrutura e hidráulicos, ou seja, limpava o pó, tirava as cadeirinhas, mudava as tubagens dos hidráulicos. Mas eu queria ir para os motores. E diziam assim ‘ah não, és mulher’ e eu ficava lixada com aquilo. Até que uma vez disse ‘não, eu quero ficar em motores e quero aprender’ e então fui a uma inspeção tão rápida – há as de 50 horas, as de 100 – e eu fiquei com uma tão rápida com um gajo que era especialista naquilo e disse-me ‘olha fazes assim, assim e assim’ e disse ‘ah é assim que me queres ensinar?’ e percebi que havia ali... E não me chateei mais e pensei ‘vou-me marimbar para isto, quero lá saber’. Aí há uma nítida discriminação sexual”.

Esta situação foi-lhe confirmada e explicada pelo seu companheiro, piloto de helicópteros de salvamento. “Ainda hoje falo com o Fábio sobre isso, porque ele é piloto de helicópteros e eu queria ter sido recuperadora-salvadora. Sendo nadadora, junto o útil ao agradável. Não havia abertura na força aérea para as mulheres participarem. Eu lembro-me que fui à esquadra de pessoal e disse que queria concorrer a este concurso de nadadora-salvadora ‘ah mas isto não é para mulheres’ e eu fiquei... Entretanto o Fábio, quando estava em Beja, fazia muito busca e salvamento e trabalhava com esses tipos e ele dizia-me ‘eu não aceitava uma mulher na minha equipa’ e eu digo ‘porquê?’ ‘porque a mulher não tem força e tu não imaginas a força que é necessária para ter um corpo lá em baixo e puxá-lo para um helicóptero. Isso pode pôr em perigo a missão. E eu não vou arriscar.’ ‘Ah pois é, mas se tiveres um gajo que é um palitinho, se calhar arriscas.’ ‘Epá por muito palito que seja, ele tem mais força que a mulher’. E ele pensa assim hoje. Isso nas forças armadas.”

A sua decisão de se alistar na Força Aérea foi, segundo a família, causa e efeito da sua forma de estar na vida. “Às vezes acusam-me, a minha mãe e a minha irmã e a namorada do meu irmão, ‘ai és tão direta’. O que é para se dizer tem que se dizer. Agora foi por eu ser militar que, se calhar, passei a ser assim? Se calhar sim. Tem que se dizer o que é para se dizer. Não tem que se dizer tudo. E pode-se meter assim umas flores pelo meio, mas nunca tive muito jeito para isso.” Essa forma de estar na vida ‘sem flores pelo meio’ determinou também os seus relacionamentos amorosos “não tenho paciência para namorar” e a sua vivência da sexualidade. “Eu não tive um primeiro namoro. Com 20 anos, eu estava apaixonada por uma pessoa e não queria que ele fosse o meu primeiro namorado ou a

primeira pessoa com quem eu tivesse relações. E sabia que havia outro que queria ter relações sexuais comigo. E eu disse ‘olha então vamos fazer o seguinte. Eu combino contigo, vou ter a tua casa, a gente tem relações sexuais e eu venho-me embora’. E foi assim que aconteceu. Estupidamente. Acho que aquilo foi uma patetice. Aquilo não teve sentido nenhum. Foi uma coisa horrível e estava apaixonada por outra pessoa”. As suas relações foram vividas, segundo Vanessa, de forma muito diretiva e autoritária. “Eu tive relações com pessoas, mas de forma muito autoritária. Eu tinha relações muito esporádicas. Não tinha one night stands, porque nunca fui a favor disso, mas tinha relações em que era eu quem mandava. Não tive relacionamentos duradouros. Eram relacionamentos de 2 anos, normalmente. Em que a gente se encontrava, tinha relações sexuais e adeus ‘vai à tua vida que eu vou à minha’, porque eu tenho mais o que fazer, não tenho tempo. Eu estou a estudar, estou no polo aquático e estou a trabalhar. Não tenho tempo para investir numa relação, estar a cozinhar para ti. Eu fiz essa opção. Não vou contigo ao cinema, porque eu combino contigo ir ao cinema, e depois chego ao cinema e não me apetece ir e tenho que ir porque tu estás lá. Eu não faço isso. Não faço fretes. Daí esse autoritarismo”. Isto porque Vanessa gosta de ser independente e poder decidir sozinha o que quer fazer e ser. O que pode ser explicado, pelo menos em parte, pelos primeiros 20 anos da sua vida totalmente geridos e controlados pela sua família. “Gosto de ter a minha independência. Gosto de finalmente poder estabelecer o que quero saber”.

Entretanto conheceu o seu atual companheiro, Fábio, com quem tem tido uma relação com várias crises. Uma no primeiro ano de vida do filho de ambos, período no qual Vanessa se sentiu desprezada pelo companheiro e devastada pelas pressões da maternidade. “Eu não aguentava mais ficar sem trabalhar. Estava a ser muito complicado para mim gerir aquilo tudo. E estar em casa, subia paredes praticamente. E foi horrível. E isso afetou o relacionamento que tinha com ele, porque eu achava que ele tinha um relacionamento comigo que não foi o mais correto. Eu estava em casa e ele achava que eu devia fazer tudo e não me ajudava em nada. Eu estava desesperada para ir ao cinema.” Esta crise levou à separação de ambos, tendo Vanessa voltado para casa dos pais, o que também se revelou bastante difícil, porque a mãe acusava-a de estar a prejudicar o seu casamento com a presença dela e do seu filho. Filho esse que sua mãe nunca pegou ao colo. Esta situação levou a um acentuar da independência. “Depois do que eu passei, que mal me pode acontecer? Pode-me acontecer muita coisa, mas já passei por tantas coisas difíceis. E eu estava sozinha com ele [o filho]. A minha mãe tinha-me dado um xuto.”

A segunda crise na sua relação conjugal foi causada pelo regresso de um dos amores de Vanessa à sua vida. “Entrou em contacto comigo o ano passado (...) e veio abalar muito

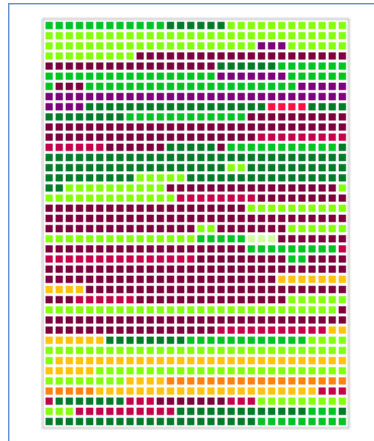
a minha relação. Eu estava disposta a ir ter com ele já. E foi uma estupidez, porque a minha relação com o Filipe... E eu contei ao Filipe, porque não consigo mentir. Às vezes devia". Esta pessoa havia marcado o seu passado por ter desaparecido, segundo Vanessa, porque "eu tinha ganho aquele peso e ele era muito perfeccionista e tinha a ideia de que a mulher com quem ele havia de casar devia ser uma rapariga loira, magra que soubesse dançar. E eu dançar 0. Sei nadar". A crise foi, entretanto, ultrapassada e a entrevistada considera inclusive que Fábio está mais presente e comprometido com a relação.

No entanto, a parentalidade é um domínio no qual não estão de acordo. Ambos querem ter mais filhos, mas não concordam na forma de o concretizar. "Ele quer ter mais filhos, mas isso está fora de questão, porque tinha de ser eu a ter. Já coloquei a questão de ele fazer uma vasectomia, mas 'ai não, não, nem pensar nisso, porque eu quero ter mais filhos. 'Só se for com outra, porque comigo não vais ter'. Detestei a minha gravidez". Vanessa "queria ter filhos e queria adotar crianças. Sempre gostei de ter filhos, mas não queria meus filhos. Isso vinha da consequência dos animais também, porque eu achava que devíamos primeiro adotar os que estão por adotar e depois podíamos então fazer criação. E, portanto, eu achava que enquanto houvesse crianças para adotar, nós não devíamos ter filhos". Porém, Fábio "tem uma educação muito tradicional, de que a mulher tem o papel em casa, é dona de casa e tal, vai trabalhar, mas ele é que é o que providencia. E [filhos] adotados não são do sangue. É uma ideia tão burra e tão retrógrada. E eu sei que ele não tem essa capacidade de amar uma criança que não é dele. Então infelizmente eu não vou poder adotar. Gostava de ter uma mesa cheia de crianças. Adotadas todas."

O discurso e percurso biográfico de Vanessa é caracterizado por decisões e sistemas de disposições e percepções de si, dos outros e da realidade social que desafiam normas, expectativas e práticas genderizadas no sentido de uma diminuição da desigualdade de género, mas também por recursos, capitais e trajetórias que umas vezes constroem outras potenciam a ação individual, como se pode constatar na Figura 4.8.



**Figura 4.8. Document portrait de Vanessa**



Essa relação entre uma agência de desafio progressiva e uma estrutura que constrange e potencia é evidente quando a entrevistada compara a sua trajetória individual com a de sua mãe. “A minha mãe, com 38 anos, estava a estudar, a tirar a licenciatura. Ela tinha 3 filhos, o que eu considero impensável. Ela estava a trabalhar e a estudar. Chegava a casa às 11 da noite. Eu estou muito melhor do que ela. Avancei muito mais na escola. Consegui objetivos que ela nunca conseguiu, mas ela teve um esforço enorme. A sociedade era, na altura, muito mais subdesenvolvida em termos sociais e do papel da mulher. A mulher era muito subvalorizada. E hoje penso que já demos alguns passos significativos. Acho que ela teve um trabalho muito difícil e acho que se refletiu também na relação com o meu pai, um homem tradicional. Pouco ou nada fazia em casa. Quem é que tinha carro? O meu pai. As faculdades eram uma mesma em frente à outra. Ele quando saía vinha-se embora e ela que viesse de autocarro. Ela chegou a perder sapatos. E eu tive que fazer por mim”.

Os testemunhos aqui apresentados de mulheres com percursos de vida vinculados por uma agência de desafio progressiva, mais comuns em mulheres mais novas (nos escalões etários dos 30 aos 50 anos) e mais escolarizadas (ensino superior) evidenciam que, quanto mais agente e protagonista da sua história a mulher quer ser, mais limitada se sente pelo seu género. Isto é, as mulheres que decidem e agem na sua vida em função de patrimónios individuais de disposições e esquemas de ação, reflexão e perceção de si, dos outros e da realidade social que não estão em consonância com a ordem de género patriarcal ou o regime de género local tendencialmente tradicional e rural, movendo-se em direção a conceções desgenderizadas ou desessencializadas, em que o indivíduo, homem ou mulher, deve ter os mesmos direitos e liberdades por ser indivíduo, e não por ser homem ou mulher, sentem-se limitadas nas suas ações pelas expectativas da sociedade em relação a si e aos papéis e funções que devem desempenhar.

Essas limitações atribuídas à vivência no feminino originam, por parte destas mulheres, a associação do género masculino à liberdade, o que parece ser uma tendência para as mulheres que, querendo ser agentes do seu percurso e da sua história, se sentem limitadas na sua pele, enquanto mulheres. O que vai ao encontro da tese de West e Zimmerman (1987, 2009) que defendem que o desempenho de género, mesmo quando transgressivo ou intencionalmente desgenderizado pelo indivíduo, é sempre e permanentemente avaliado e regenderizado pelos/as outros/as, sendo o homem ou a mulher responsabilizado/a pelas suas ações e decisões. O que parece ser ainda reforçado quanto mais limitador for o contexto cultural, estrutural e interacional, que constituem os recursos, poderes e regras de Giddens (2000) ou os capitais e trajetórias de Bourdieu (1979). O que reforça os argumentos de Butler (1990, 1993) e Risman (2004, 2013) que advogam que o poder de criatividade e inovação nos desempenhos de género é tanto maior quanto mais favorecida for a posição e a situação social em que o indivíduo se encontra. A estigmatização e as sanções aos maus desempenhos de género não são os mesmos nem sentidos de igual forma por todos os indivíduos. O que pode ajudar a explicar o porquê de a maioria das entrevistadas com uma agência de desafio progressiva ser bastante escolarizada (ensino superior) e pertencer às profissões intelectuais e científicas.

Todavia, é ainda importante refletir que, uma vez que se está a analisar a agência individual, o impacto da ação na realidade social no seu todo é limitado. Ou seja, apesar de estas ações conscientes e reflexivas desafiarem as normas, práticas e representações de género, isto é, desconstruírem o género segundo a definição de Risman (2009), tendo um potencial transformador, a sua capacidade para diminuir o privilégio masculino é mais discutível.

Os próximos dois testemunhos masculinos mostram o desconforto, a pressão e muitas vezes a incompreensão de alguns homens perante os papéis, as expectativas e as representações de género atribuídos aos homens.

#### **4.1.8 Leonardo, 41 anos, “o homem queria-se, como se diz, feio, porco e mau e eu era um tipo mais delicado no trato, na educação”**

Leonardo é um homem de 41 anos com duas licenciaturas e é arquiteto. Nasceu e cresceu num contexto social rural e tradicional no que se refere a concepções e representações de género. O seu pai, com a 4ª classe, era barbeiro desde os 12 anos de idade e a sua mãe, com a 4ª classe conseguida já em formação para adultos, depois de uns anos a trabalhar numa papelaria, tornou-se doméstica. A sua classe social de origem bem como o contexto

geográfico em que nasceu, cresceu e viveu – nível estrutural de análise – originaram um sistema de disposições e percepções de si, dos outros e do mundo muitas vezes reprodutores de um regime de género tradicional e inigualitário e outras vezes um sistema de representações e ações de desafio regressivo por ainda acentuar as desigualdades e os essencialismos sociais e culturais. No entanto, a sua forma de estar, o seu comportamento e as suas práticas sempre foram no sentido de esbater a dicotomia de género e os papéis tradicionais masculinos. Esta contradição provoca em Leonardo uma pressão para corresponder a expectativas sociais e suas que lhe são inalcançáveis, tornando o seu percurso biográfico individual pleno de angústias, crises identitárias e o sentimento de não pertença. Ora vejamos.

Apesar de, na sua perspetiva, nas interações e relações sociais que desenvolvia com os/as outros/as, agir de forma natural, sempre foi percecionado enquanto diferente no seu desempenho de género, não correspondendo às conceções e normas do regime de género local: “eu era um bocadinho diferente... esta terra, aqui, era uma terra que, por ser um bocadinho rural, na altura, e o homem queria-se, como se diz, feio, porco e mau e eu era um tipo mais delicado no trato, na educação. E então as pessoas, os rapazes, sempre me viam assim um bocado mais delicado. (...) Eu era muito gozado pelo modo como falava... Eu não me sentia diferente pelo modo de falar, porque nós não nos ouvimos a nós próprios. E, pronto, era natural ser como sou. Mas as pessoas, naturalmente, sentiam a diferença. Os miúdos então... Eu era alvo de gozação permanentemente e de chacota (...) E era no autocarro quando vinha da escola e tiravam-me as coisas, e faziam-me malandrices e não sei quê...”.

Até que um dia foi punido de forma mais gravosa pelo seu desempenho de género fracassado, quando comparado com as expectativas culturais. “Eu fui alvo de uma violação. Fui molestado por uns miúdos que eram mais velhos, também da minha rua, e que tinham sempre um ar ameaçador e que um dia, tanto prometeram, tanto prometeram, que aconteceu”. O que levou o entrevistado a viver uma adolescência muito solitária e reflexiva: “Lembro-me que era uma altura de alguma solidão, de medo de não conseguir do ponto de vista académico chegar aos meus sonhos e aos meus objetivos. Era uma altura de incerteza e depois também com aquela pressão de ser permanentemente gozado e isso afetava-me e marcava-me um bocado. Andava sempre numa luta de tentar provar a alguém que tinha competências, que era capaz, que não era aquilo que diziam. Eu vivia às vezes um bocado numa de tentar provar aos outros que era alguma coisa, não queria ser mais nem menos, mas que era alguma coisa, que havia lugar para mim no mundo e sentia-me um bocado, às vezes, à parte. Não tive aquela adolescência de andar em imensas festas de aniversário,

com imensos amigos que convidavam. Não! Eu tinha a escola e tinha a minha casa. Ia e vinha e era isto”.

Estas experiências e interações sociais deram origem a uma adolescência muito marcada por problemas identitários: “eu, também por ser muito gozado pelos moços, a minha autoimagem era o fim do mundo. E depois eu descobri, para aí no 8º ano, que, se não conseguia ser igual, tudo bem, ser diferente. E comecei a vestir umas coisas que o meu pai contestava imenso e depois o meu pai é barbeiro e era ele que me cortava o cabelo e eu dizia ‘quero o cabelo mais comprido daqui’ e ele ‘não’, ‘e dali?’ ‘não’ e depois, à revelia dele eu tentava, e depois ele às vezes também tentava fazer-me a vontade, mas muito contrariado. E então eu vivia com estas coisas todas adversas. O meu pai que não gostava da minha imagem, e era uma coisa importante nós termos o consentimento e o reconhecimento dos pais. Ele não gostava, os outros gozavam. A minha mãe, por ela, tudo bem. (...) E eu comecei a perceber, a descobrir, que eu ficava mais equilibrado, mais satisfeito, equilibrado é mesmo a palavra, já que os outros não me aceitavam muito bem, então que marcasse um bocadinho pela diferença. E nos anos 80 eram calças pretas e umas coisas pretas e uns cabelos assim mais compridos e umas coisas assim mais medonhas que eu, hoje, já olho para as fotografias e...”

Estas questões identitárias, no caso de Leonardo, marcadas pelo abuso sexual, foram também causa da sua vivência, mais especificamente a não vivência, das relações amorosas e da sexualidade. “Eu comecei a refletir sobre muito da minha vida. Comecei a ficar muito em baixo, a pôr em dúvida questões da minha identidade, se eu era homossexual ou não era, o que é que se passava comigo, o que é que não se passava e fiz terapia pela primeira vez durante dois anos com uma psicóloga e as coisas correram muito bem. (...) Uma das coisas muito engraçadas é que eu achava que namorar era uma coisa de muita responsabilidade. E isto era mesmo uma coisa que estava vincadamente em mim. (...) Os meus pais davam muita importância à questão dos valores, mas não prepararam muito bem para a questão da afetividade, porque os meus pais não eram muito de afetos, não eram umas pessoas que se beijassem em casa, não eram pessoas que tivessem um carinho, um afeto. (...) Então tudo isto levou a, do ponto de vista dos afetos, ter algumas dificuldades em relacionar-me. Eu não encarava como natural dar um beijo a uma rapariga. Eu beijava o meu pai, beijava a minha mãe, beijava as pessoas cordialmente, mas um outro tipo de beijo de intimidade, eu achava que era uma coisa que era quase assinar um contrato. Não! Primeiro assinas o contrato, depois é que se dá o beijo. As coisas não eram fluidas. Eu sentia o impulso, mas depois ficava retraído”. Isto porque até iniciar terapia, “a questão da

sexualidade estava mal resolvida, aquela coisa estava lá escondida na gaveta e eu, de vez em quando, pensava ‘será que foi daquilo que fiquei diferente?’”

Estas vivências em torno de um desempenho de género percecionado e avaliado pelos outros como malsucedido e as suas consequências levaram o Leonardo, durante anos, a lidar mal com o seu género e o que ele implicava: “Na adolescência era uma coisa que pensava mais, mais presente, pensada até com algum sofrimento [o ser homem]. Com dúvidas, às vezes. (...) eu era muito gozado por ser o mariquinhas... Isto era uma coisa tortuosa para mim. Daí a questão da minha sexualidade e como tinha tido aquela experiência era um recalçamento tremendo, porque na altura em que eu me queria afirmar como rapaz, era sempre posto para baixo.” Para além da angústia e do sofrimento que sentia em torno do pensamento de ser homem, Leonardo apresentava também alguma confusão entre a identidade de género e a orientação sexual. Ou seja, o facto de pensar que podia ser homossexual levava-o a pensar o seu género (o ser homem) com sofrimento, equivalendo o ser homem com o ser heterossexual. O que pode explicar o seu fechamento às relações sentimentais, tendo o seu primeiro namoro apenas com 27 anos.

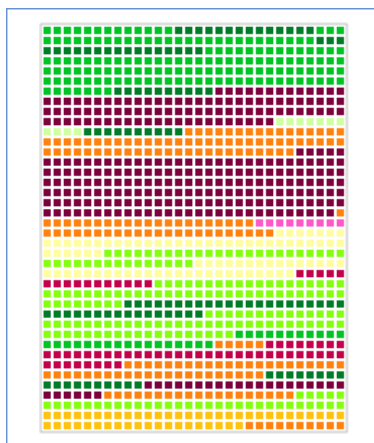
É importante também referir que os seus pais, muitas vezes, estabeleciam comparações muito negativas e críticas entre o entrevistado e o seu irmão, que constituía a personificação da masculinidade hegemónica: 10 anos mais velho, profissional e político de sucesso, percecionado como dinâmico e ativo. “Muitas vezes os meus pais comparavam-me muito ao meu irmão. Ele, de facto, foi o meu modelo, mas calhou desenvolver sentimentos positivos pelo meu irmão, porque podia ter desenvolvido sentimentos negativos, porque as comparações que eles faziam eram um bocado cruéis às vezes.” Quando o entrevistado contou aos seus pais as suas dúvidas relativamente à sua sexualidade, estes reagiram com alguma hesitação e choque, tendo a sua mãe ficado preocupada com o que os outros iriam pensar e que repercussões teria na carreira política do seu irmão. “Eu disse: eu tenho estes problemas, eu tenho estas dúvidas e os meus pais ficaram um bocadinho perturbados na altura, mas disseram ‘não, vamos procurar ajuda’. Quando as dúvidas me assolavam, eu dizia-lhes e a minha mãe, às vezes, um bocado chocada, dizia ‘mas o que é que as pessoas vão dizer?, mas o que é que o teu irmão vai dizer?, ele tem o estatuto que tem político, e como é que as pessoas...’ e eu, às vezes, ficava muito chocado com ela e dizia ‘estás preocupada com isso e comigo não’”.

Atualmente, o entrevistado continua a agir como sempre o fez, nas suas interações e relações sociais, com a mesma delicadeza no trato e a mesma educação, a mesma colocação de voz, tudo o que lhe era apontado na adolescência. Contudo, com as transformações sociais e culturais ocorridas, entretanto, ele já não se vê a ser apontado ou

criticado, punido socialmente, pelo seu desempenho de género. Até mesmo porque, apesar de, na interação com os outros, desafiar as concepções de género, atualmente, na sua vida, acaba por corresponder às expectativas sociais: vive uma relação heterossexual, sente-se realizado na sua carreira profissional e é um participante ativo em movimentos associativos e na vida política local. O que o leva a questionar as representações sociais do que significa ser homem e ser mulher. “essas questões, para mim, do ser homem ou ser mulher sempre me pareceram questões um bocado parvas de serem colocadas. O homem tem que ter voz grossa e a mulher tem que ter delicadeza. Quer dizer, isto era tudo um bocado idiota, porque nós olhamos para o mundo inteiro e as pessoas não deixam de ser homens ou de ser mulheres por serem mais assim ou mais assado. Não é o trato, não é a educação que a pessoa tem que faz a pessoa ser mais homem ou mais mulher. E, portanto, isso também foi uma coisa com que me debati e quando ficou resolvido... Eu acho que é mesmo só o género que faz o homem e a mulher serem diferentes, porque, de resto, podem ser iguais ou podem ser diferentes.”

Esta relação entre uma agência de desafio progressiva com um contexto estrutural que, no passado, constrangeu, mas no presente possibilita a ação, e representações sociais de reprodução, mas também de desafio (progressivas e regressivas) é bem patente na Figura 4.9.

**Figura 4.9. *Document portrait* de Leonardo**



Para finalizar os testemunhos de agência de desafio progressiva, apresenta-se o percurso biográfico de Vicente.

#### **4.1.9 Vicente, 37 anos, “A minha mãe é muito respeitadora da autoridade e das convenções. Eu nunca fui assim”**

Vicente é um homem de 37 anos, sociólogo e estudante de doutoramento. A sua mãe havia sido empregada de escritório e o seu pai diretor de logística num supermercado. O seu percurso biográfico é muito marcado, na infância e juventude, pelo trabalho profissional dos seus pais e consequente ausência em casa – “Os meus pais saíam tarde, nós [o entrevistado e o irmão mais novo] passávamos muito tempo com a minha avó e sozinhos” –; e a emigração do pai e posterior divórcio. “Quando a separação aconteceu aos 17 anos foi um momento bastante marcante, porque eu, desde essa época para cá, nunca mais tive contato regular com o meu pai. (...) Foi um momento bastante traumático, porque nós não sabíamos que os meus pais estavam sequer com problemas. Um dia acordei, estava a casa meio revirada, o meu pai tinha-se ido embora. (...) Isso afetou-me um bocado. Hoje em dia consigo separar as duas coisas, mas na altura para mim era quase inseparável que o meu pai se tivesse divorciado da minha mãe e nos abandonado a nós, porque foi o que aconteceu, de facto”.

No entanto, apesar desse abandono paterno, Vicente relata o acompanhamento que o pai dava ao percurso escolar dos filhos na infância e adolescência. “O meu pai ajudava-nos a fazer os trabalhos de casa. O meu pai sempre foi uma pessoa, tem um percurso pessoal, curioso, apesar depois das patifarias que fez. Ele começou a trabalhar muito cedo, mas depois estudou, e fez o curso industrial e sempre foi uma pessoa muito ativa politicamente, e havia muitos livros em casa. Digo sempre, lá em casa estava sempre o Capital e a Bíblia ao lado um do outro”. Esse acompanhamento e essa procura pelo saber aproximam-no do pai. “A minha mãe, isto tem muito a ver com o meio social, a minha mãe é muito mais deferente. O meu pai, como tinha um passado de atividade política, esquerdista, nunca aceitou essas coisas muito facilmente, e, portanto, o meu pai valorizava mais que fossemos autónomos, independentes e por aí fora. A minha mãe era mais o conformismo, havia uma tensão entre os dois, que eu, hoje em dia, consigo perceber”. Vicente acaba por expressar um distanciamento relativamente à forma da sua mãe estar na vida. “A minha mãe é uma pessoa bastante conformista e eu sou bastante ao contrário dela. A minha mãe é muito respeitadora da autoridade e das convenções, também porque cresceu e viveu sempre num mundo rural. Eu nunca fui assim”.

Contudo, no geral, os seus pais eram, segundo Vicente, “bastante progressivos para a altura” tanto nas tarefas domésticas como no incentivo à educação. Incentivo esse que passava por discutirem e debaterem as decisões em conjunto com os filhos. Vicente foi

assim incentivado a tirar um curso superior e foi “a primeira pessoa da família a tirar um curso. Portanto, não eram só os pais, eram os avós e até se calhar os tios”.

Esse incentivo poderá ter sido fundamental no percurso escolar do entrevistado, visto que o próprio considera que certas características masculinas incentivadas no processo de socialização prejudica os rapazes na prossecução dos estudos. “A forma como os homens são formados, escolar e socialmente é uma das razões pelas quais as mulheres têm mais sucesso na escola hoje em dia. Porque aquela pressão para a competitividade e para alguma agressividade masculina não é propriamente benéfica para o tipo de avaliação que existe na escola. Eu acho. Eu não estou a dizer que as mulheres são beneficiadas, (...) mas essa é uma área em que os homens, pelo menos nas áreas sociais, acho que um dos problemas que tem, não é propriamente que não tenham apetência, é uma área em que o tipo de ensino é mais favorável para a forma para as quais as mulheres são socializadas do que os homens”.

Vicente afirma não pensar muito no seu género, que considera estar incorporado de forma inconsciente. “Eu não me defino em relação do género, acho eu. Quer dizer, obviamente defino, mas não digo ‘Faço isto, porque sou homem’, faço isto porque sou o Vicente. Acho que é um homem, mas não são coisas especificamente masculinas, quer dizer, visto-me como os homens da nossa sociedade se vestem, calças e tal. Mas não é algo que eu afirme explicitamente. Nós sabemos que estas coisas são incorporadas, não é, independente de eu achar que o faço ou não faço”. Esta ausência de reflexividade sobre a sua masculinidade pode ser explicada pela invisibilidade do masculino como norma e da ilusão de neutralidade da masculinidade (Kimmel, 2000), mas também pela ausência de limitações ou constrangimentos estruturais sentidos que sejam derivados do seu género. Quando questionado sobre limitações, declara apenas “não posso vestir saias”.

Todavia, quando se analisa o discurso de Vicente percebe-se duas pressões inerentemente masculinas, que o constroem, limitam e desagradam. Uma, a necessidade imperiosa de trabalhar e de assumir responsabilidades, outra a obrigatoriedade da paternidade, da reprodução. A primeira origina uma rejeição por parte de Vicente, em parte, devido à precocidade com que teve de assumir responsabilidades familiares junto da sua mãe e do seu irmão com a emigração e posterior abandono do seu pai. Enquanto homem, sentiu-se pressionado a assumir o papel de homem da família e isso fez com que temesse as responsabilidades laborais, levando inclusive a desenvolver ataques de pânico no último ano da licenciatura, tendo terminado um ano depois. “Houve uma altura em que achava que podia ser dono de casa, e acho que isso é qualquer coisa que, em Portugal, provavelmente, não acontece. Não acontece praticamente em lado nenhum, talvez, não é”. A segunda



limitação – a pressão da paternidade – é algo que também não agrada a Vicente e é sentida de forma bastante sofrida, colocando pressão inclusive no seu casamento. “Eu não tinha intenção de ter filhos, aliás, eu tinha intenção de não ter filhos. Porque, e a Sofia sabia disso, por causa do meu pai, eu sempre achei ‘Eu não vou ter filhos, porque se eu tiver filhos, e se um dia fizer o que ele fez, vou-me sentir um pulha. E não gosto muito disso, não vou, não quero ter. Além disso eu não gosto muito de crianças”. Apesar de, no início da relação conjugal, a sua mulher saber da sua opinião e isso não ter colocado problemas, “a partir de certa altura ela começou a falar nisso, e eu fui sempre dando para trás, e a partir de certa altura fui começando a pensar que sim. E agora há já quatro, cinco anos que andamos a tentar ter e não vamos conseguir ter filhos, porque há problemas biológicos, e isso não vai acontecer, acho eu. Nunca”.

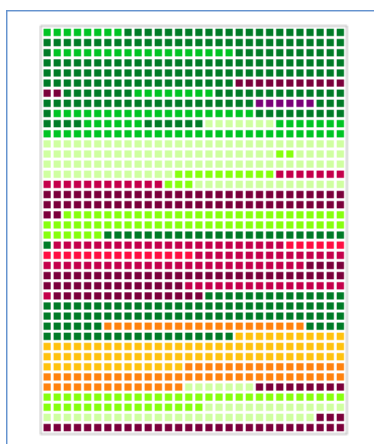
Essa impossibilidade biológica tem sido fonte de tensões e angústias mútuas. “Não tem sido fácil e não estamos a passar um momento fácil por causa disso. Porque começou a apertar a pressão do lado dela para aí há cinco anos atrás. (...) Porque a Sofia começou a querer ter filhos, porque disse que tinha que ter, e era mais forte que ela e por aí fora. (...) Sempre houve aqui uma diferença entre os dois: porque ela quer isso muito e eu quero porque ela quer, não quero porque sim, é diferente. (...) Isso ao princípio da procura, da busca disto, acho que nos aproximou. E depois, a partir de certo ponto, acho que nos começou a afetar e a afastar, e acho que temos um problema grave neste momento, por causa disso. Porque a Sofia concentrou-se nisso, só. E eu comecei sentir que não estava muito concentrada em mim, isso não está a ser muito bom. Isso é uma coisa que estamos a viver agora”.

Esse centramento por parte das mulheres na maternidade é visto por Vicente mesmo em colegas de trabalho e amigas. “Nas mulheres que conheço, as que têm filhos, em geral, são muito centradas nos filhos. É uma coisa que me irrita um bocado no meu local de trabalho, as minhas colegas que têm filhos não falam de outra coisa. Isso é uma coisa que me confunde, porque há mais coisas na vida e acho que elas também se estão a limitar”. É uma dimensão da sua vida que está a ser vivida de forma tão intensa que adquire estatuto identitário com o entrevistado a sentir que assume no casamento o papel exclusivo de dador de esperma. “Como eu disse, isto está num momento um bocado complicado. Eu tinha apagado os últimos cinco anos. Porque não foram bons e não contribuíram para um bom momento atual e isso está a criar-me ansiedade em relação ao futuro, porque eu não sou insensível ao que acontece com os outros, mas também é difícil que ela aceite que não pode ter aquilo que queria ter. Por isso tenho que a apoiar nisso, mas este tempo causou mochas em mim que eu não esperava ter”.

Ambas estas situações e pressões – a das responsabilidades profissionais e a das responsabilidades reprodutoras – são perceptíveis quando Vicente se questiona sobre as expectativas que a sociedade pode ter relativamente ao ser homem. “Eu espero que não esperem nada. Porque se tiverem à espera, podem esperar sentados. Mas acho que esperam... (Pausa) Por exemplo, esperam que um homem trabalhe. Depois também se espera que os homens procriem, não é, que tenham filhos, acho que é uma das coisas que se espera, a função de reprodução da sociedade e tal”.

O discurso de Vicente, como mostra a Figura 4.10, ilustra a relação entre uma agência de desafio progressiva com representações de género progressivas e um grande relevo estrutural de recursos, capitais e trajetórias que ora constroem ora possibilitam.

**Figura 4.10. Document portrait de Vicente**



Para finalizar a análise dos testemunhos caracterizados essencialmente por uma agência que desafia os papéis, expectativas e práticas de género num sentido de uma maior igualdade e desessencialização de género, é relevante sublinhar que, para além do peso existente e relevante da ação nos testemunhos, nas suas múltiplas combinações, existe tendencialmente um maior enfoque nos discursos analisados das categorias analíticas estruturais do que nas de representações sociais de género, como por exemplo sucede nos discursos de Leonardo e Idalina.

Essas categorias analíticas estruturais são tendencialmente recursos e capitais financeiros, sociais, culturais e simbólicos; trajetórias de mobilidade e/ou reprodução educacional e social; mas também regras, papéis sociais e normas que possibilitam a ação, com exceção de Valentina e Vanessa. Porém, por vezes, podem ser esses mesmos contextos estruturais que constroem o indivíduo a forçar uma ação que rompe com as normas e papéis. As representações sociais destas/es entrevistadas/os (sistemas de disposições e perceções de si, das/os outras/os e do mundo) são esmagadoramente

progressivas em quase todos os casos, com exceção de Juliana (representações de reprodução) e Leonardo (um conflito entre representações progressivas e regressivas, o que explica muito do seu percurso).

## **4.2. Agência de desafio regressiva**

As ações individuais reflexivas e conscientes que reconstróem o gênero ao reforçar o essencialismo e a desigualdade de gênero nas representações, expectativas e práticas baseadas numa visão binária do gênero, isto é, a agência de desafio regressiva, são mais comuns e marcantes em percursos biográficos de homens (7) do que de mulheres (2) e é mais frequente nas pessoas com idades entre os 30 e os 40 anos (6). Nos homens, é interessante verificar que este tipo de agência é mais notório nos homens menos escolarizados, até ao 12º ano (5), com exceção de Gil, licenciado, mas com uma profissão masculinizada, visto fazer parte das forças policiais; e Roberto, com licenciatura e mestrado, mas fortemente marcado por representações e práticas religiosas, tendo um curso em teologia e sendo ministro de confissão religiosa na Igreja Evangélica Batista. Nas mulheres, é pertinente sublinhar que este tipo de agência pertence a mulheres altamente escolarizadas, Carina com a frequência de Mestrado e Carolina com o primeiro ano de doutoramento, que integram movimentos essencialistas e naturalistas ligados ao parto natural, amamentação prolongada, permacultura, quintas biológicas, vegetarianismo, entre outros. É notória em homens e mulheres a importância dos sistemas de ação e de disposições e percepção de si, dos outros/as e da realidade social (Lahire, 2001, 2005), ou seja, a importância do nível individual de análise, que nuns casos se reflete na preponderância da religião nas suas ações e decisões, noutros da profissão do próprio ou da figura paterna (profissões militarizadas e/ou masculinizadas) e nas mulheres dos movimentos essencialistas e de religião à terra e à natureza. Ao contrário do que sucedia na agência de desafio progressiva, estes testemunhos têm um maior enfoque em representações de gênero regressivas, essencialistas, naturalistas, desiguais e binárias do que em ações efetivas. A maioria das suas ações são regressivas, mas o peso das representações é esmagadoramente superior ao da agência. Isto não era tão visível na agência de desafio progressiva. Esta supremacia das representações está relacionada com o pouco peso dado aos fatores estruturais e, quando existe, é tendencialmente mais no sentido possibilitador da ação, quer ao nível dos recursos, capitais e trajetórias quer ao nível das regras. Claramente um cenário masculino e não tão marcado nos discursos femininos.

Um dos discursos que exemplifica bem esta supremacia das representações sobre as ações racionais e estratégicas e os constrangimentos estruturais é o de Simão.

#### **4.2.1 Simão, 34 anos, “Eu nem sou extremamente machista, nem sou muito machista, mas adoro machismo”**

Simão é um homem de 34 anos, técnico de sistemas, com o 12º ano e finalista de uma licenciatura em gestão de engenharia industrial. A mãe chegou a fazer o liceu e foi doméstica toda a sua vida. O pai era oficial de marinha e tinha o curso superior de marinha. Aos 9 anos, o entrevistado perde a mãe. Mudaram-se para o Porto e algum tempo mais tarde o pai voltou a casar-se. A sua relação com o pai foi sempre difícil e conflituosa, tendo a sua educação ficado marcada por uma educação rígida, típica de filhos de militares. “O meu pai como teve uma educação militar. Acho que todos os filhos de militares sofrem bem isso na pele. É sempre uma educação rígida, em termos de princípios, em termos de valores, em termos de postura, em termos de educação... Nunca tive birras, mas também não sei se quando era mais novo, se fazia birras e se não tinha hipótese. Mas era muito firme, ao ponto de ser uma questão de uma relação mais de autoridade do que aquela relação de respeito”.

Essa rigidez e controlo na sua educação levou a alguma rebeldia e irreverência, embora sempre ela também balizada dentro de certos limites. “O faltar às aulas para jogar à bola, fatal como o destino. Nunca foram assim essas grandes asneiras. Foi mais se calhar em relação ao curso, baldar-me. Tirando isso, obviamente dei alguns problemas, é o normal. Não roubei, não andava em brigas, não me andava a embebedar. Não nesse tipo de asneiras, mas aquelas coisas do começar a fumar. Aquelas asneiras de adolescente, normais”. Quando questionado se essas ‘asneiras’ poderiam ter sido originadas pela morte da sua mãe, Simão esclarece que estiveram sempre relacionadas com as regras rígidas e o controlo por parte do pai. “Não, acho que a parte de rebeldia que acabei por ter na adolescência foi mais impulsionada por aquela educação militar, aquela rigidez, do que outra coisa. Foi sempre ligado a isso”.

As regras e os limites rígidos e a responsabilização paterna provocaram em Simão uma incapacidade de assumir responsabilidades, cumprir prazos e corresponder a expectativas. “Não acabei o curso, não há hipótese. Foi o facto de tendo eu uma educação militar tão militar e rígida, a nível de horários, disto e daquilo, e de pressão. De repente, apanhar-me num ambiente escolar em que não tenho faltas, não tenho toques de entrada, vou se me apetecer, aquilo de início deslumbra... E uma pessoa habitua-se. Estudo na véspera e são só seis meses de matéria de cada vez, por isso é menos coisas para estudar... E não é.

Tanto que uma pessoa começa a afastar-se, afastar-se e pronto”. Essa incapacidade de assumir responsabilidades, equivalentes para Simão à idade adulta, origina uma rejeição da autonomização e do ser adulto, preferindo continuar a sentir-se e a ver-se enquanto um adolescente. “Nunca larguei a adolescência. Continuo bem-disposto, continuo com os mesmos gostos, consigo manter o mesmo estilo de vida e não me ter tornado, como nós vimos antigamente ‘ei aquele tem trinta e dois anos... Ei aquele gajo é uma ganda seca’. Tipo vai trabalhar, tem o seu carro, tem a sua casa, pensar em ter filhos... Não... Essa fase, para mim, ainda está muito distante mesmo (risos)”.

Esta tendência fica expressa no seu ideal de masculinidade, muito diferente de alguns ideais de feminilidade já evidenciados no subcapítulo anterior em que mulheres realçavam a garra, a coragem e a luta por causas. “Gostava de ter a lata daquele, ou gostava de saber jogar à bola como aquele, ou gostava de ter o estilo daquele”. Para Simão, ser homem é ainda hoje, e apesar de todas as transformações sociais, ser o chefe de família, o cabeça de casal, apesar de estar longe de querer ser pai e não se importar se a mulher tem um salário superior ao dele. “Há sempre aquele conceito e sempre haverá de ser o chefe de família, o cabeça de casal. Será sempre, independentemente e sei que há famílias assim, em que ele é reprimido desse conceito do cabeça de casal ou chefe de família, porque a mulher ganha mais do que ele. Logo isso dá direito a entrar, ou quem ganha mais é quem manda, é quem decide as contas e tudo mais, e eu, para mim, acho que é indiferente, acho que será sempre o homem o chefe de família, pronto, mas isso é porque fui educado assim e sempre fui educado assim, apesar de não fazermos propriamente isso”. Isto porque Simão é acérrimo defensor de estereótipos. “Se há algo em que eu acredito é em estereótipos, e digo isto não é por acreditar que eles existem ou que um estereotipo está correto ou que está errado. Eu acho que o próprio conceito de estereotipo indica que, se determinada pessoa tem aquela atitude ou aquela ação, e se é classificada como sendo uma pessoa de tal forma, é porque muitas pessoas daquela maneira de ser tomam aquela ação”.

Esta posição e este sistema de ações e de perceções de si, dos outros e da realidade social é explicada pela sua declaração em relação ao machismo. Para Simão, o machismo, que adora, é o reverso da medalha do feminismo. “Eu nem sou extremamente machista, nem sou muito machista, mas adoro machismo. (...) Obviamente que, muitas vezes, eu tenho que ser politicamente correto, por uma questão profissional ou por uma questão social, mas mais no sentido de uma pessoa que não conheço de lado nenhum que é amigo de um amigo, que está a dizer uma coisa que é uma barbaridade, eu não vou começar uma discussão sociológica ou filosófica com ele por causa disso. Nem pensar nisso. Agora relativamente a essa questão do machismo e do feminismo, hoje em dia as mulheres de

forma geral, desde os anos setenta, andaram a lutar e continuam a lutar pelo maior reconhecimento, o serem consideradas iguais a um homem. Concordo totalmente, não há hipótese. A questão é que ao mesmo tempo vê-se em muitas situações que eu acho que as mulheres são mais feministas do que os homens machistas. (...) E voltando ao feminismo e ao machismo, dá-me imenso gozo hoje em dia, virar-me para uma mulher que me apercebo automaticamente que é feminista e começar a instigar essa raiva, não digo reprimida, mas é um bocado, a puxar tudo ao de cima. Aquela história, do “não sou machista, sou realista.”, esse tipo de piada mais antiga e mais fácil. Só que, ao mesmo tempo, há uma coisa que adoro dizer, que é o meu ponto e é o que me leva a ser muito mais a puxar para o machista do que de igualdade. É que eu acho que nunca, não há, nem nunca haverá igualdade entre homem e mulher. Porque não o são pura e simplesmente. Não é só uma questão genética, não é só uma questão física, obviamente que é psicológica e as diferenças são muito, muito grandes”.

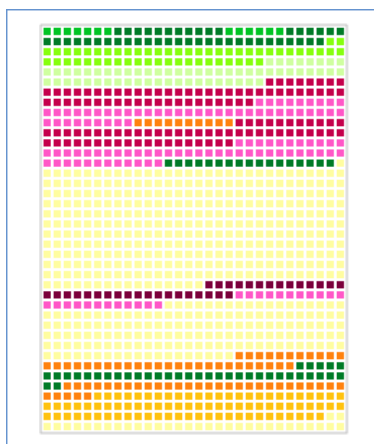
A sua defesa do machismo parece, por vezes, ser um mecanismo para fazer face à luta das mulheres pela igualdade, que, apesar de nunca o irem ser, segundo Simão, também não são totalmente reprimidas. “Apesar de estarmos a falar de feminismo, mesmo a imagem da mulher na sociedade é diferente e não há uma igualdade nisso. E acho que, nesse aspeto, as mulheres não são reprimidas, que não o são, individualmente, mas numa forma geral a sociedade, hoje em dia, continua a reprimi-las e há sempre aquela costelazinha que fica e aquela sensação que existe. Eu acho que, cada vez mais, vejo as mulheres com aquela vontade de ser independente, com vontade de mostrar que são capazes, com mais força, não física, mas com mais personalidade. Não há aquela imagem da mulher, entre aspas, submissa, que fica na cozinha, ou que, quando o homem fala, quando está com os amigos, tem que estar calada. Acho que há, cada vez mais, uma aproximação do que é que é o homem no dia-a-dia, o que é um homem hoje em dia do que é uma mulher. Apesar de achar que nunca vai haver um nivelamento. É mais de imagem do que outra coisa. Mas acho que cada vez mais estão mais próximas”. E a imagem é importante para Simão, porque, apesar de a sua mulher tratar da esmagadora maioria das tarefas domésticas e tratar do pagamento das contas, quando se trata de alguma atividade para o exterior, para a imagem, é ele que assume a liderança. “Quem toma conta das contas é ela. Eu não tenho pachorra nenhuma, ela adora estar a ver isto e aquilo, e fazer as contas e ela faz à vontade. Ir às compras que é o trabalho da mulher, não, eu adoro ir às compras e vou. Ela adora arrumar a casa, não, não adora. Nesse aspeto eu podia ajudar mais, mas também temos encaixado nas funções. Obviamente que, sei lá, tocam à campainha... um vendedor da

MEO, estamos os dois em casa, sou eu que vou falar com ele, pronto. Às vezes se calhar é mais por uma questão de imagem”.

Simão justifica as suas percepções e representações sociais pela educação que teve, pelos princípios e valores que lhe foram transmitidos ao longo do seu processo de socialização. “O que nós víamos completamente, vindo de uma completa lavagem cerebral, desde miúdos, desde bebés, era a mulher na cozinha, a mulher a dona de casa, a mulher mãe de filhos. O pai a trabalhar, a sustentar a família, o chefe de família. Foi durante anos esse o conceito. Nós conseguimos ver isso nos brinquedos. As mulheres tinham os fornos e os fogões e as máquinas de plástico, de lavar, de brincar e as bonecas, que seriam todas assim, ou era a quinta que tinha os animaizinhos. Enquanto os rapazes tinham os Playmobils que era sempre o polícia, era o piloto de helicópteros, eram os índios e os cobóis. Parece que não, mas, para mim, isso foi uma lavagem cerebral, hoje em dia vejo assim. Na altura, eu adorava playmobils e legos”.

Tal como referido anteriormente, é perfeitamente visível na Figura 4.11 o peso das representações de género regressivas sobre a agência individual efetivamente regressiva. Também é notória a pouca relevância dada às categorias analíticas estruturais.

**Figura 4.11. Document portrait de Simão**



Um discurso semelhante ao de Simão, embora com maior peso estrutural, principalmente de poucos recursos e capitais económicos e sociais, e trajetórias e regras que constroem a ação, é o de Raul, também ele com o 12º ano e com idade muito aproximada.

#### **4.2.2 Raul, 37 anos, “Sou dos que acham que as mulheres, neste momento, não merecem a igualdade”**

Raul é um homem de 37 anos com o 12<sup>a</sup> ano e comerciante de automóveis. O pai e a mãe têm a 4<sup>a</sup> classe. O pai é o proprietário do negócio de automóveis em que Raul trabalha. A mãe é costureira. Apesar de a infância e a educação de Raul ser muito diferente da de Simão – “dentro dos condicionalismos todos de alguém que os pais não tinham muitas posses, mas que sempre fizeram tudo para que eu e a minha irmã tivéssemos as nossas coisas. (...) Foi uma infância sem grandes restrições, com alguma disciplina” – também Raul não correspondia na escola e tinha de ser vigiado de perto pelo pai. “Eu, às vezes, tinham que andar um bocadinho em cima de mim, tinha que ser imposto. Era a realidade”. Porém, Raul vê o pai de forma bastante diferente de Simão. O pai é, para Raul, uma referência. “O meu pai também sempre o vi como um pai na verdadeira aceção da palavra. Uma pessoa sempre muito trabalhadora, fazia tudo pelos seus filhos. Trabalhava muito extra, fazia a hora extra, trabalhava ao máximo para nos dar a nós o que ele não teve”. Essa referência paterna parece ter facilitado em Raul a capacidade para assumir responsabilidades e começar a sua trajetória profissional logo desde muito novo, o que foi incentivado pelo pai. “No meu caso, a adolescência não foi muito grande. 12, 13 anos, ok. Brincava com os meus amigos. 15, 16 anos já acompanhava o meu pai no trabalho. Nunca fui escravo. O meu pai nunca me impôs que eu fosse trabalhar, mas sempre disse ‘hoje vais ajudar-me, hoje vais comigo’ e eu comecei a criar aquele bichinho. Chegou ao ponto em que já não era imposto”. O que originou uma perceção de si enquanto uma pessoa mais capaz do que os seus colegas e amigos de escola. “Aos 16, 17, 18 anos, comecei a trabalhar, comecei a ter os meus dinheirinhos, comecei a poder fazer coisas que se calhar alguns faziam aos 18, 19, 20”.

Esta entrada no mercado de trabalho, mesmo que no negócio de família, acelerou todo o processo de adultez do entrevistado. Cedo começou a sair à noite e cedo começou a ter breves relacionamentos com raparigas que nunca chamou de namoradas. “Não me lembro de chamar namorada a ninguém. Não me lembro de ter tido uma namorada. Eu tive as minhas namoradas. Não gostava era de lhes chamar namoradas. Acho que isso é geral a todos os homens. Nunca me quis muito agarrar, a verdade é esta. Sempre fui independente nesse sentido. Depois tive o meu castigo mais tarde”. O castigo a que se refere foi uma gravidez não planeada e indesejada da pessoa que viria a ser sua mulher. Isto aconteceu aos 23 anos. “Nós andámos e ela engravidou. E foi o cabo dos trabalhos. Eu que não me via numa relação mais séria, que não me via tão cedo a assentar, eu via-me na altura um



passarinho a voar e a voar de que maneira. E isto fez-me passar momentos sozinho, fez-me olhar para dentro”. Contudo, depois de alguns dias de reflexão, decidi fazer o que a sua educação, os valores e princípios que lhe foram transmitidos, lhe ensinou. Assumiu a gravidez e foi viver com a, então já reconhecida como tal, namorada. Posteriormente viriam a casar “como deve ser. Como ela queria”.

Nessa vivência em conjugalidade, as tarefas domésticas são divididas de forma muito tradicional. A mulher arruma, Raul não desarruma. “Aos poucos tenho ido. Tenho feito as minhas coisinhas ao nível do lar. Não estou como o outro ‘eu como, tu lavas’. Não sou assim. A nível do lar, não tenho muito tempo para estar em casa e, quando estou, não estou a limpar a casa. Gosto de aspirar. Limpo o pó quando tenho que limpar. Gosto das coisas muito arrumadas. Eu não arrumo, mas eu tenho uma faculdade: eu não desarrumo. Chego a casa, o que é para lavar, vai para lavar, o que não é para lavar, vai para o cabide. O que é para ir para a sapateira, vai para a sapateira. Tudo arrumado. (...) Não me metam a lavar pratos. ‘Eu comprei-te... Nós comprámos a máquina de lavar loiça’. Ela agora tem trabalhado 12 horas diárias. Ela é muito trabalhadora. E então chega a casa mais tarde. É óbvio que eu tenho de fazer as minhas coisas, lavar os meus pratos, mas dentro de casa, tudo o que for para além do aspirar e do arrumar as coisinhas...”

Esta divisão tradicional do trabalho doméstico estende-se também aos cuidados e educação com a filha. Quando esta era bebé, a esmagadora maioria das funções eram desempenhadas pela mãe. “Eu sempre limpei a minha filha, mudei as fraldas – 90% era a minha mulher, mas 10% era eu. A nível de lida de casa, tenho alguma dificuldade. Admito: tenho alguma dificuldade”. Mas a educação da filha considera como um papel seu, até porque tem maior escolaridade do que a sua mulher, o que algumas vezes faz valer no contexto familiar, defendendo inclusive uma imagem paterna edificada. “O mais correto é juntar os dois pontos de vista. Mas às vezes puxo um bocadinho os galões. Mas nunca à frente dela. A minha mãe é que me dava a educação, mas, muitas vezes, quando eu ia começar a esticar-me um bocado era o meu pai. Porque às vezes a pessoa que ralha mais, a criança depois já não ouve e tem de vir outra pessoa. E essa pessoa tem de vir edificada – é a palavra certa. ‘olha que o teu pai anda a trabalhar para te dar melhores condições. Olha que eu vou contar ao teu pai’. A minha mãe sempre disse isso. Aos olhos da minha mãe, o meu pai era o herói. Era alguém que, quando era preciso ele aparecer, ele aparecia. Eu olhava para o meu pai com um respeito, na minha opinião – e os tempos são outros – demasiado. Eu quero ter uma relação mais próxima com a minha filha do que eu tive com o meu pai”. E se necessário for, com o exercício de violência física. “Bati? Bati, umas palmadas na cara, no rabinho, na boca quando ela me respondeu alguma coisa que eu não

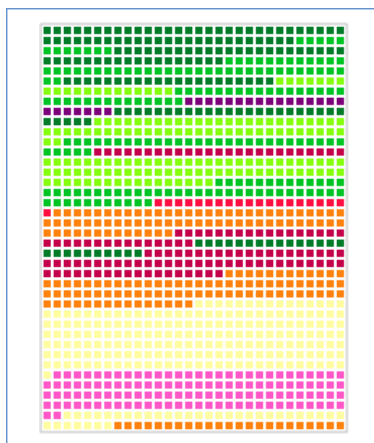
gostei. Fiz como me fizeram a mim e eu acho que lhe fizeram muito bem. Agora já não que ela tem aparelho e ainda lhe rasgo a boca. Mas tiro-lhe a internet”.

Esta sua postura na vida, profissional e familiar, advém das suas representações de género, binárias, desiguais e simbolicamente assimétricas, influenciadas também pela sua educação tradicional. “Eu adoro ser homem. Eu sou masculino. Não é machista, é masculino. Aprendi a ver o meu pai a trabalhar e a minha mãe a ser doméstica. Isso é um dos pontos que eu penso que sou um bocadinho fruto disso também. Fizeram com que criasse estes pensamentos. O ser homem tem de ser a parte forte do casal. Tem de ser o pilar. Nem sempre é, mas na minha maneira de ver deve ser, para as coisas más, para as coisas... Mais para as coisas más. Quando alguma coisa acontece, quando alguma coisa está mal, acho que devemos ser nós a intervir. Somos nós que devemos dar a cara, porque somos homens. Isto é um bocadinho a parte animal também a falar. Embora reconheça que, cada vez mais, a mulher tem um papel ativo na sociedade. A mulher já trabalha. A minha mulher tem dois trabalhos, que é o tratar da filha e tratar de casa. Ou seja, a mulher tem o trabalho e depois quando chega a casa ainda tem de ir tratar da casa e dos filhos se houver crianças. E o homem normalmente só tem um”. Mas, apesar da maior presença materna nos cuidados à filha, nota-se, tal como em Simão, a necessidade de assumir a liderança em público e nas tarefas consideradas como superiores. No caso de Raul, isso verifica-se nas reuniões de pais na escola da filha. Considera importante a mãe nunca ir sozinha. “Sempre estive presente. Sempre acompanhei, ao nível escolar sempre fui eu que tomei as rédeas, sou o encarregado de educação. Sou eu que vou às reuniões. Quando não posso ir, vai a mãe, mas eu acho que nunca deve ir só a mãe. Essa é uma parte que eu acho que devo ter essa responsabilidade. Sou dos que acham que as mulheres, neste momento, não merecem a igualdade. Quer dizer, a igualdade merecem, merecemos todos a igualdade. O que eu acho é que já há, a um nível global, uma superioridade da mulher”. E ser homem e ser mulher deve ser, na opinião de Raul, complementar, sendo clara a sua visão de género heteronormativa, e sobretudo a importância da complementaridade reside na não superioridade feminina. “Mas ser homem é ser uma parte e ser mulher é ser outra parte. Acho que a vida faz muito mais sentido uma parte junto com a outra parte, mas tem que ser uma parte que se complementa”.

No percurso biográfico de Raul compreende-se a inter-relação entre os níveis estrutural, quer ao nível dos recursos, capitais e trajetórias – a classe social de origem que permitiu uma educação sem dificuldades, mas com controlo e restrições – quer aos níveis das regras – com representações de género tradicionais e inigualitárias; e interacional – aqui, importante ressaltar as relações de Raul com o pai, tido como referente, e depois as

mulheres da sua vida – mulher e filha. O peso do nível estrutural de análise é visível nas categorias analíticas do document portrait (Figura 4.12), em que se percebe o peso dos recursos e capitais, que simultaneamente constroem e possibilitam, mas também das regras que constroem.

**Figura 4.12. Document portrait de Raul**



Para além do peso das categorias analíticas estruturais, o discurso de Raul é muito marcado por representações de género regressivas e por vezes de reprodução, muito mais do que ações racionais e conscientes que reforçam a desigualdade de género, se bem que existam. O discurso de Roberto, testemunho que vamos ver de seguida, é também ele impregnado de representações sociais de género bastante tradicionais e essencialistas.

#### **4.2.3 Roberto, 59 anos, “Submissão é estar debaixo da mesma missão. Tarefa da mulher...”**

Roberto é um homem de 59 anos, ministro de confissão religiosa de uma igreja evangélica batista com licenciatura e mestrado. Nasceu, cresceu e viveu grande parte da sua vida no Brasil, tendo-se mudado para Portugal poucos anos antes da entrevista. O seu pai tinha licenciatura e foi professor toda a sua vida. A mãe tinha 5º ano da primária e sempre foi dona de casa, cuidando de quatro filhos. O número de filhos, a profissão do pai e a permanência da mãe fora do mercado de trabalho fez com que o pai trabalhasse muitas horas e os recursos materiais não fossem abundantes. “Meu pai sendo professor, o salário de professor nem sempre era o mais adequado. Somos quatro filhos, o trabalho remunerado era só o do meu pai. A minha mãe tinha muito trabalho, mas só como dona de casa. Então durante a minha infância eu tive pouco contato com o meu pai, ao longo da semana. Ele

saía cedo de casa, a gente estava dormindo, e quando ele voltava a gente já estava dormindo”.

No entanto, durante todo o discurso de Roberto é claro que o pai é, mais uma vez, tal como sucedia com Raul, o referente absoluto, sendo definido muitas vezes como sábio, prudente e vigilante na educação dos quatro filhos. “O meu pai foi muito sábio nesse momento e ajudou-nos a atravessar esse período de busca de identidade. ‘Você não precisa ser o melhor aluno da sala, mas também não precisa ser o pior. Faça o suficiente pelo menos para você passar de ano na média dos alunos da sala’”. Outro momento em que o pai é elogiado foi na decisão de a sua única irmã seguir para a universidade e os três filhos irem para cursos profissionalizantes. “O meu pai foi muito...prudente. Ele tinha quatro filhos, só tinha uma filha, não tinha condições de bancar a educação até ao final da universidade para todos os quatro. Então ele disse logo ‘Olha eu vou bancar a universidade para a sua irmã, é a única menina, os três rapazes vão para o liceu”.

Essa vigilância e orientação paterna foi sentida também na escolha da pessoa certa com quem casar. O seu primeiro namoro foi com uma rapariga que o pai não aprovou por diferenças de classe social. “Foi por altura dos 20 anos e durou pouco tempo, foi só uns 6 meses. Conhecemo-nos na igreja, começámos a namorar e o meu pai viu que a gente não dava. Nós tínhamos uma diferença muito grande de dinheiro. O que era normal para ela, era um grande esforço para mim. O meu pai disse ‘filho, essa menina é muito boa para você, é muito bonita, boa formação, boa família, mas você precisa pensar que o namoro e depois o casamento precisa ter um certo equilíbrio. Como é que você mantém o que para ela é tão normal, mas para você não é? Você precisa considerar isso. Casamento não é só paixão. Há outras coisas que vão persistir no casamento’. (...) Então a gente acabou desmanchando o namoro. Mas um tempo depois quando eu fui frequentar o meu curso de teologia eu conheci a minha esposa. Ela também fez teologia. E aí nós tínhamos um nível socioeconómico muito mais próximo e ela era uma mulher acostumada a batalhar a vida mesmo. Tinha 10 irmãos. E o meu pai falou assim ‘essa aí sim. É uma boa moça, bonita, e vocês têm valores que vão construir juntos’. O meu pai era muito observador nessas coisas. Ele não pressionava, mas eu acredito que ele teve a prudência de conduzir a cabeça dos filhos para as escolhas permanentes”.

Roberto casou então com uma pessoa que conheceu na Escola de Teologia, com os mesmos valores e princípios e as mesmas missões na vida. “Quando você toma a decisão de estudar teologia, de viver uma vida religiosa, você já tomou uma decisão de longo prazo na sua vida. Ela já tinha tomado essa decisão e ela procurava um companheiro que pudesse partilhar com ela o mesmo desejo ou a mesma missão que era para ela se poder

submeter. Nós nos encontramos, conversamos, mostramos o que queríamos da vida e tudo mais”. Nesta última declaração, há que ressaltar a palavra submeter. A pessoa que viria a ser a sua mulher já tinha decidido seguir a vida religiosa e procurava um marido com a mesma missão para se poder submeter. Esta é a base das representações de gênero de Roberto. Isto porque, para o entrevistado, ser homem é ter uma missão, é liderar uma missão. A mulher deve ajudar o homem a realizar a sua missão submetendo-se à sua visão.

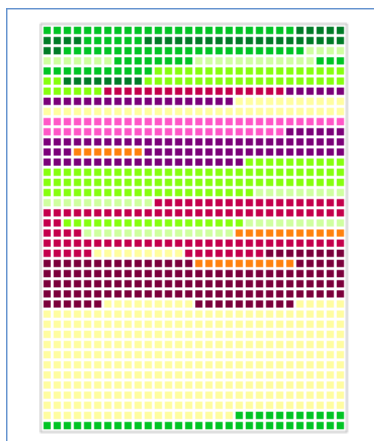
“A Bíblia nos ensina que tanto homem como mulher foram criados com um propósito. (...) Existe um termo hoje em dia que é muito malvisto porque é mal interpretado: submissão. Submissão é confundido com subserviência e não é a mesma coisa. Submissão é estar debaixo da mesma missão. Tarefa da mulher... Deus criou o homem e criou uma tarefa específica para ele ‘você cuida de tudo aqui, você cuida dos animais, você cuida da vegetação, você cuida disso tudo para mim’ e aí começou a cuidar. E Deus viu que ele estava só, não tinha ninguém com quem ele fosse compatível. Em vez de tirar da terra e criar um novo ser, Deus tirou do próprio homem uma parte e fez daquela parte a mulher. E disse que ela era do homem, portanto ela seria uma ajudadora. Essa palavra ajudadora é alguém que tem as mesmas competências. A mulher tem as mesmas competências do homem, não é burra, não é incapaz e nem é fisicamente mais fraca. (...) A mulher tem a sua missão, o propósito dela. Para mim, hoje ser mulher, ela acabou assumindo tarefas que não lhe eram próprias, como ser provedora. Ela era ajudadora. (...) Nós vivemos hoje um paradigma que é uma distorção de funções por causa de acidentes de percurso. Para mim, o ser mulher hoje é muito stressante, porque ela precisa ser provedora e cuidadora”.

Quando questionado sobre como lida com o seu gênero, como lida com o ser homem, Roberto associou a masculinidade à sexualidade e ao impulso animal que cabe ao homem controlar, gerir e liderar. “A minha forma de lidar com a sexualidade, ou com o ser homem, passa por ser de uma outra época onde ser homem era ser a cabeça de uma casa, ser o provedor, o responsável, a âncora.” E é associada à sexualidade que surge no discurso de Raul a ideia da partilha de tarefas domésticas. “Se os dois trabalham e saem para trabalhar, quando os dois voltam, têm tarefas dos dois. Limpar a casa, cozinhar e coisas assim sempre foi uma tarefa nossa e não dela. (...) Se você quer ela cheirosinha, bonitinha e disposta na cama, porque é que você não faz as outras tarefas que são responsabilidade do casal?”

Para finalizar, e mais uma vez, tal como nas entrevistas de Simão e Raul, o espaço público e o exercício da masculinidade no espaço público, também aparece no discurso de Roberto. “Enquanto líder comunitário, eu também dependo dos meus resultados na minha própria vida”. O discurso de Roberto é, tal como os analisados anteriormente, muito marcado por representações de gênero tradicionais e essencialistas, e posteriormente por

uma agência de desafio regressiva e uma agência de reprodução, mas também por recursos, capitais, trajetórias e regras que constroem, mas também possibilitam a ação (Figura 4.13).

**Figura 4.13. Document portrait de Roberto**



O último testemunho masculino que se destaca neste subcapítulo é o de José, com um percurso biográfico muito semelhante ao de Roberto. Também ele marcado por representações de gênero tradicionais e essencialistas baseadas na sua fé religiosa, pela emigração para Portugal e pela decisão da escolha de companheira baseada em princípios e projetos religiosos futuros.

#### **4.2.4 José, 43 anos, “Ser homem é ser quem dirige a família com o apoio familiar. É tomar iniciativas. É concretizar”**

José é um homem de 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração com o 10º ano de escolaridade. O seu pai era operador de turbinas e a sua mãe era doméstica. Ambos tinham a 4ª classe. Ao contrário do que sucedeu com Roberto que emigrou do Brasil para Portugal já depois dos 50 anos, José emigrou de Cabo Verde para Portugal aos 12. Essa mudança foi muito marcante, porque com essa idade “já dava para ter noção do que ficava para trás” e José sentiu muitas saudades da família que deixou em Cabo Verde. Em Portugal, a transição foi lenta e o choque de culturas fez-se sentir. “A mudança foi reiniciar tudo. Quando chegámos cá não tínhamos casa, a casa ainda estava a ser feita. Era um prédio que ainda não tinha sido acabado e nós tivemos que morar numa garagem junto com uma outra família e depois então quando aquilo ficou pronto é que nós passámos para lá. (...) Aquilo que me marcou mais na mudança foi a parte religiosa. Para mim foi. Quando nós

viemos para cá a minha mãe dizia ‘vocês têm que procurar a igreja, o sino toca, e temos que ir à igreja’”. O pai de José era uma figura muito ausente no quotidiano. “No pouco que o meu pai lidava connosco, ele desejava que nós estudássemos, fazer os deveres da escola, as contas. Sobretudo, contas. Contas, contas, contas”. No entanto, dados alguns constrangimentos financeiros, José apenas estudou “até os meus pais poderem e depois foi optar por algo que fosse profissional e que tivesse efeitos práticos. Um curso prático. Optei por cozinha, porque gostava e a saída era fácil também. Chamaram-me depressa e segui esse percurso”.

Para além da expectativa paterna, havia regras fixas, transparentes e rigorosas em casa. “Não tínhamos liberdade para andar e chegar quando quiséssemos. Não sair da mesa sem pedir licença. Cumprimentar os avós e respeitá-los. Os vizinhos. E depois também gostavam muito que nós fôssemos à igreja”. A religião tem um peso preponderante no percurso biográfico de José. Grande parte das suas ações e decisões são influenciadas pela religião. No seu caso, a religião Testemunhas de Jeová. Tal como com Roberto, a religião foi fator determinante na escolha de parceira. “Eu tinha alvos e defini prazos sobre quando queria realizar esses alvos. Se é que eu os iria alcançar. Quando chegou aos 25 anos, eu disse ‘bem, eu não preciso de continuar solteiro, posso casar, porque já alcancei o que eu queria enquanto solteiro, portanto posso casar’. E a Nicole morava relativamente perto da minha casa e as Congregações, às vezes, ou se reuniam juntas ou havia alguns encontros esporádicos. O suficiente para saber, por parte de tantas pessoas, que a Nicole tinha boas qualidades, e depois alguns começaram a achar que seria a pessoa ideal para mim. Aquela história. (...) O que nos uniu foram os alvos. Os alvos eram: ser missionário, servir como voluntário aqui e ali. Como a Nicole sempre quis, tinha esse desejo, era o mesmo desejo, achámos que seríamos ideal um para o outro”.

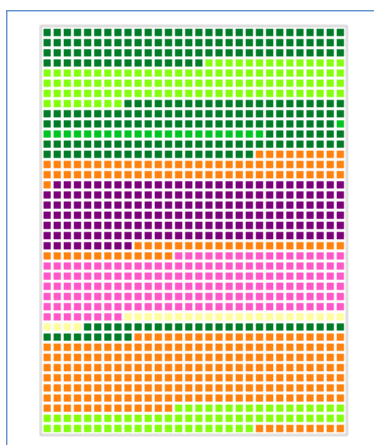
Contudo, apesar do cuidado e da preocupação na escolha de companheira, o percurso conjugal de José não agradou às famílias de ambos, fazendo-os sentir que seguirem a vida religiosa não lhes permitia corresponder às expectativas familiares. “Os nossos pais criam expectativas em relação aos filhos e nós nunca cumprimos as expectativas que eles tinham em relação a nós, porque nós casámos e pouco tempo depois fomos para o serviço voluntário longe da família. E isso, para os nossos pais, sempre foi estranho, mas eles tiveram que aceitar, porque era um alvo comum que nós tínhamos. (...) E também nunca deixámos que a família impusesse o que fosse”.

José sente que, muitas vezes, as famílias não os compreendem, mas tanto ele como Nicole estão de acordo com o que pretendem e estão a corresponder às expectativas que têm. Isto porque, para o entrevistado, ser homem é “ser quem dirige a família com o apoio

familiar. (...) É ser amigo, é ser pai, é ser um bom marido, por exemplo. Um bom companheiro. É tomar iniciativas. É concretizar”. E ser mulher é “ser companheira, é ser amiga, ser mãe, ser ajuda. Ser cooperadora e ter iniciativa”. A visão do homem enquanto alguém que lidera a família e que concretiza projetos e a mulher enquanto ajuda e cooperadora são percepções muito semelhantes às de Roberto. Todavia, é pertinente realçar que embora José considere que ser homem é também ser pai, biológico ou adotivo, e alimenta esse desejo – “Eu sempre gostei, sempre achei que isso era algo bonito, mas sempre tive medo disso” e que ser mulher é igualmente ser mãe – Nicole não tem o mesmo projeto parental para o futuro e nota-se o desalento na voz e no discurso de José. “A Nicole tem uma posição mais definida nesse aspeto e eu respeito a decisão dela (...) De início era um plano conjunto. Mas depois quando as circunstâncias se alteraram passou a ser uma decisão. Uma questão de respeitar o desejo do outro”.

No percurso biográfico de José, é visível, tal como no de Roberto, a relação entre o nível cultural de análise – influência religiosa e das suas representações, papéis, normas e expectativas de género; e o nível estrutural – influência do nascimento em Cabo Verde, da emigração para Portugal e da classe social de origem. O seu discurso é pautado pela preponderância das categorias analíticas estruturais, principalmente recursos, capitais, trajetórias e regras que constroem a ação; agência de desafio regressiva e representações de género de reprodução do regime de género em que se move (Figura 4.14).

**Figura 4.14. Document portrait de José**



Os relatos analisados de homens com percursos biográficos marcados por uma agência de desafio regressiva, mais comuns em homens mais novos (no escalão etário dos 30 aos 40 anos – realçar o facto de a faixa etária mais velha estar em minoria, o que pode explicar



a sua reduzida relevância aqui) e menos escolarizados (sem ensino superior), evidenciam que é muito presente no discurso a figura paterna. No caso de Simão de forma bastante negativa com uma educação militar, rígida e controladora. Nos casos de Raul e Roberto de um modo extremamente positivo, sendo o referencial segundo o qual se regem. Para além disso, em todos os testemunhos a figura materna é quase omissa, sendo muito pouco caracterizada e refletida. Em todos estes homens, é notória a presença de um ideal parsonniano de família, em que o homem é o provedor e o líder familiar e a mulher é mãe e doméstica, seguindo o exemplo das próprias mães. Esse ideal de família é importante no contexto doméstico, mas não só. O exercício da masculinidade e especificamente de uma masculinidade hegemónica (Connell, 2009) é imperioso ser feito em público, exibido e desempenhado perante a sociedade. O que reenvia para a aprendizagem de uma masculinidade performativa em Pardais, onde os homens demonstravam em cada ação e em cada momento comportamentos socialmente esperados, comprovando o sucesso da aprendizagem do que é ser homem (Almeida, 1995).

Por fim, considera-se ainda pertinente destacar dois últimos pontos. Primeiro, neste tipo de agência, revela-se esmagador o peso ora das profissões frequente e tradicionalmente masculinas no caso de Simão (no pai militar), de Raul (no pai e no próprio, ambos comerciantes de automóveis) e de Gil (no próprio, forças policiais, embora não aprofundado neste capítulo), ora da religião em Roberto, André (também ausente aqui) e José. O impacto da religião nunca foi sentido em qualquer um dos testemunhos, de homens e mulheres, de agência de desafio progressiva, sendo aliás comentado por algumas mulheres e de um dos homens a incompreensão relativamente ao papel da religião na vida das pessoas, como é explicado por Clarisse. “Para mim, a religião é um bocadinho, como já dizia Marx, o ópio do povo. Aliena-nos de uma quantidade de coisas e enquanto achamos que Deus é que vai providenciar, não fazemos por nós. Aborrece-me muito as pessoas que são ‘Deus isto, Deus aquilo’. Não é Deus, pensa por ti, porque a vida está cá, faz, mexe-te”. Segundo, nenhum dos indivíduos com este tipo de ação racional e consciente referiu qualquer sentimento de constrangimento ou limitação no seu percurso individual devido ao seu género e à sua masculinidade. Isto porque vêm de uma posição social de privilégio, a posição masculina. Uma posição de poder, dominação e simbolicamente superior (Amâncio, 1993, 1994). E o privilégio é invisibilizado socialmente (Kimmel, 2000).

Para finalizar o presente capítulo vamos analisar os dois percursos biográficos de mulheres vincadamente agenciais no sentido de um reforço do essencialismo de género, com recurso a movimentos sociais ligados à natureza no geral. O primeiro é o de Carolina.

#### **4.2.5 Carolina, 34 anos, “Aquela sabedoria inata das mulheres e aquele sexto sentido vem dessa reconciliação com o ciclo feminino”**

Carolina é uma mulher de 34 anos que, apesar de ter sido socióloga e concluído o ano curricular de doutoramento, tendo abandonado depois, no momento da entrevista estava sem atividade profissional por opção. O seu pai era fotógrafo, tendo uma licenciatura (incompleta) e a sua mãe era enfermeira, com licenciatura e uma pós-graduação.

Como os seus pais eram muito pobres durante a infância e adolescência de Carolina, toda a vivência familiar durante esse período foi em torno do trabalho profissional e da importância desta dimensão da vida. A entrevistada passava dias sozinha, sem sequer ver os seus pais, referindo lembrar-se de muito pouco da sua infância, o que, segundo Carolina, reflete falta de vinculação materna. Tendo em conta o que lê sobre o assunto, Carolina parece fazer uma relação entre a falta de memórias da sua infância e o facto de raramente estar com a sua mãe, por esta estar sempre a trabalhar. “O que faz com que a criança se esqueça como forma de sobrevivência, para não ter de se lembrar. É uma estratégia de coping, no fundo”. Refere que quanto mais lê e estuda sobre o assunto e faz “a paz com este percurso que foi o meu”, mais se lembra do seu passado e da sua infância.

A sua mãe trabalhava 4 e 5 dias seguidos, sem que a entrevistada a visse. O que também sucedia com o seu pai, porque “tinha de ser, eram muito pobres”. O pai ia de bicicleta para o trabalho, quando não ia a pé. E o seu trabalho localizava-se em outro concelho. Na altura, o pai trabalhava numa fábrica têxtil. E Carolina ficava ao cuidado de vizinhos. Quando os pais conseguiram algum dinheiro, retiraram-na do cuidado dos vizinhos e colocaram-na num Colégio de Freiras (aos dois anos), onde dormia muitas vezes.

Carolina desculpabiliza os pais, considerando que não funcionou, não porque eles fossem maus, mas porque eles eram verdadeiramente pobres, “pobres de passar fome, pobres de terem tido os primeiros sapatos aos dez anos”. No que diz respeito a decisões a tomar em relação à sua vida, as decisões nem eram impostas, nem negociadas. Como ambos os pais estavam muito ausentes, muitas decisões tinham de ser tomadas por Carolina, sozinha. Ela ficava em casa sozinha e decidia, visto os pais trabalharem dia e noite. A entrevistada dá o exemplo de, aos 13 ou 14 anos, se à noite quisesse ir para o café e ficar lá até às 4, 5 horas da manhã ia; e, aos fins de semana, se quisesse ir para a discoteca à tarde ou à noite com amigos mais velhos que a levassem, também ia. Ninguém lhe dizia que não. Ambos os pais sabiam que ia e ninguém lhe dizia que não podia. O que acontecia era que informava o que ia fazer e nunca, nesses momentos, alguém lhe disse

que não. Os não e os problemas eram por outras coisas que fazia, como o beber e o consumo de drogas.

Contudo, Carolina caracteriza todo o seu percurso, a partir dos dez anos como “sempre em rutura constante, sempre, sempre, sempre em rutura com a família, principalmente com a minha mãe”. Tendo em conta que as expectativas de seus pais em relação a si “eram que tirasse um curso, tivesse um bom emprego, que só engravidasse depois de casar e que tivesse uma família”, Carolina rompeu com grande parte desse plano. Entrou para a faculdade, mas raramente ia às aulas. Terminou o curso, mas sempre com um percurso muito pouco comprometido e implicado. Vivia com o seu namorado numa residencial para alunos, onde dormiam juntos de vez em quando, mas não se assumiam enquanto namorados porque o companheiro não o queria, revelando sempre indecisão relativamente aos seus sentimentos pela entrevistada – “não sabia se gostava de mim o suficiente ou não”. Começou a trabalhar como professora universitária e assistente de investigação, a ser responsável e a cumprir horários, mas um dia chegou a casa cansada do trabalho e suas responsabilidades e decidiu despedir-se. Sem ter-se apercebido, vê-se a levar a vida que os seus pais consideravam desejável, com um trabalho regular e uma casa comprada com empréstimo bancário, e decide acabar com tudo. Despede-se do emprego e decide vender a casa, o que acaba por não fazer por descobrir quatro dias depois que está grávida de uma pessoa com quem mantém uma relação complicada.

Depois destas mudanças no seu percurso profissional, viriam mais mudanças na sua forma de olhar o género e de gerir a sua vida na relação entre família e trabalho. Carolina afirma que, durante os anos que trabalhou na área da igualdade de género, considerava que ser mulher “era ser homem. Que as mulheres iriam ser felizes e plenamente integradas, na nossa sociedade, quando fossem homens”. Diz inclusive que, durante quatro anos, não menstruou, não só por excesso de stress e de adrenalina, mas também “por negação da feminilidade”. Com a maternidade, a feminilidade, segundo Carolina, atingiu o seu ponto máximo, visto que atualmente tem dificuldade em definir-se enquanto indivíduo sem ser “enquanto mãe”, dado que a maternidade se sobrepõe a todas as outras formas identitárias. A gravidez permitiu inclusive pacificar-se com o ser mulher e com o seu corpo, pacificação que só permanecerá se continuar o seu percurso de ligação com a natureza. “Eu depois de ele nascer finalmente fiz a paz, finalmente eu reconciliei-me com o ciclo feminino, e com a menstruação e com o meu ciclo. Mas não me reconciliei por ter tido um filho, como as pessoas dizem (...) Não! Fisiologicamente, o corpo passa a responder melhor [depois de se ter um filho], passamos a ter menstruações menos irregulares e com menos dores, porque a gravidez nos leva a alguma reconciliação com o corpo, enquanto mulheres... com o

feminino, encontramos-nos. Mas, se, por acaso, eu tenho o bebé, e volto a tomar a pilula e trabalho doze horas por dia e chego a casa e tenho de limpar e dar de comer à criança e pô-la a dormir e entro nesse ciclo, provavelmente vou continuar a ter a mesma relação com os ciclos femininos que tinham antes de o bebé nascer. Não há ali reset nenhum do sistema. Porque nós, para sermos mulheres, precisamos de oxitocina e aquela sabedoria inata das mulheres e aquele sexto sentido vem dessa paz e dessa reconciliação com o ciclo feminino. E eu fico muito feliz por ter encontrado”.

O seu filho transformou totalmente quer a sua vida enquanto mulher, quer a sua vida enquanto casal, porque “aquilo que nós procurávamos sem sabermos muito bem era isto que o Salvador veio permitir. Uma relação em casal onde os papéis são mais diferenciados traz-nos mais paz. Portanto nós procurávamos uma vida em casal, sem o sabermos, mas encontrávamos mais paz nesses momentos e o Salvador veio existir, porque eu enquanto mãe que amamenta, tenho mesmo que estar em casa com ele. Veio-nos ajudar a encontrar uma harmonia na vida em casal e nesta diferenciação dos papéis, de homem e de mulher, do masculino e do feminino, mais fluida, mais ao encontro daquilo que era a vida no tempo das nossas avós, se calhar, e que eu compreendo que a maior parte das mulheres da minha geração negue e não queira viver assim e que ache que eu faço parte do retrocesso ideológico, que eu represento um retrocesso ideológico para as feministas do mundo e que sou uma vergonha, eu sei!”

Carolina não considera que “aquela dança entre papel expressivo e instrumental que se faz na nossa sociedade traga paz às famílias. Eu não penso sequer que as estratégias de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar sejam respeitadas para as famílias. O que eu penso é que esta dança entre o instrumental e o expressivo o que faz é com que a mulher esteja liberta para o mercado. O que nós fazemos é que nós temos um mercado que necessita que as pessoas trabalhem e nós temos um modo de vida, totalmente, 100% baseado no consumo, para a maior parte das pessoas. Portanto nós estamos dependentes do mercado. (...) Então, eu procurava ser mulher nessa lógica da igualdade de género, que era: ser homem. Que era as mulheres vão ser felizes e plenamente integradas, na nossa sociedade, quando forem homens. Era muito assim que eu via as coisas. (...) só a palavra igualdade me faz confusão. Não é possível! Não é possível existir igualdade. Não é possível porque nós não somos iguais e nem sequer ambiciono essa igualdade. Aquilo que eu quero, neste momento, é ser respeitada enquanto mulher e ser respeitada na diferença e não sinto que as medidas na igualdade de género tenham levado a isso. Não sinto o mesmo depois de ser mãe, porque eu enquanto mulher e enquanto mãe, – e eu já tenho muita dificuldade em me definir já sem ser enquanto mãe, porque é o que eu sou – eu quero poder estar com

o meu filho 24 horas por dia e, neste momento, vivo num país e num contexto em que não posso. Só posso com muito sofrimento. Não dá! Ninguém aceita, as pessoas à minha volta não aceitam, os meus pais não aceitam, os meus colegas de faculdade não aceitam, os meus colegas de trabalho não aceitam, nem sequer o meu governo aceita. Ninguém me dá essa possibilidade. Toda a gente pensa que eu estou a fazer mal a mim, quando ponho em cheque a minha carreira, e toda a gente pensa que estou a fazer mal ao meu filho, porque todas as crianças precisam de socializar na creche. Mas estes dois princípios de que a minha carreira é importante e de que o meu filho precisa de socializar são dois princípios que se baseiam no mercado, que respondem às necessidades do mercado”.

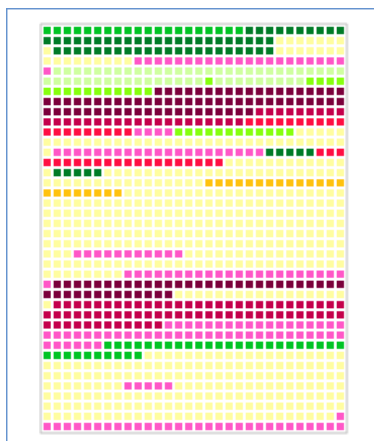
E Carolina defende a abolição do mercado de trabalho, o que a afasta de todo o panorama político, porque a política está intrinsecamente ligada ao trabalho. “Da direita à esquerda, o espectro todo se baseia num princípio básico que é: as pessoas trabalham, trabalham de forma remunerada e contribuem para o mercado de trabalho. E eu faço parte daquele movimento que é pela abolição do trabalho, que é utópico, eu sei, mas, para mim, a vida só faz sentido se for comunitária. (...) Eu gostava de uma vida comunitária, quase tribal, em que as pessoas podem participar ativamente na construção do seu dia-a-dia e do seu bem-estar, sem estarem excessivamente especializadas. Trabalham naquilo que é preciso e faz falta. Há algum sistema de trocas que se consiga implementar.” O que a leva a estar muito envolvida e integrada num conjunto de movimentos internacionais nesse sentido, como a permacultura, o parto natural, a amamentação prolongada, a criação de escolas livres e de currículos alternativos. Nem Carolina nem o companheiro pretendem colocar o filho na escola regular, nem pretendem um ensino doméstico. Querem que o filho aprenda com a vida, em contexto, e para tal precisam de encontrar uma forma de vida comunitária, para o que são necessárias mais pessoas, mais crianças, o que não é possível em Lisboa, uma cidade cosmopolita.

Esta descobertas por parte de Carolina, segundo a própria, acabaram por libertar o companheiro, porque “faz com que eu não exija. Eu não exijo do Marco que ele participe no trabalho doméstico. Eu não exijo do Marco que ele seja a mãe do Salvador, porque a mãe sou eu. Eu não exijo do Marco que ele seja mais feminino, no fundo. Mas eu exijo do Marco que ele cuide de nós. Isso exijo. Exijo do Marco que ele trabalhe e que traga o dinheiro que nos permita viver. Porque se eu estou com o Salvador a tempo inteiro, e estar com um miúdo a tempo inteiro... Eu nunca pensei! (...) Eu exijo dele quando chega a casa, à noite, que brinque ativamente com o filho, que o canse o suficiente para a criança depois querer dormir e eu poder ter umas horas de descanso. Não exijo que ele lave a loiça. Eu não exijo que ele limpe, se eu não conseguir limpar, não faz mal. Mas, por acaso, exijo que ele ganhe

o suficiente para arranjar uma empregada, porque se a ideia é eu cuidar do puto o dia todo e dar-lhe atenção, não posso ser empregada também. Mas não ganha, paciência. Não dá. (...) Só que eu não estou em casa, porque me subjugo à maternidade. Não sei o que aconteceu, eu estou em casa porque me dá prazer. Porque é a única forma que eu acredito que a vida pode ser vivida”. E não só Carolina não acredita que a vida possa ser vivida de outra forma, como também não vê a sua “identidade construída fora deste casal e fora da maternidade. Eu não me vejo sem ele... Mas não é sem ele porque eu o amo desesperadamente e se ele for embora o meu coração sofre. Não! É porque o nosso modo de vida e a forma como eu quero viver a minha vida passa por uma relação em casal e o meu companheiro é ele e não é outro qualquer”. Contudo, dada a quase completa inexistência e desconhecimento destes movimentos em Portugal, Carolina revela ter muito cuidado junto de quem procura referências, porque, como ainda não está completamente segura do seu percurso, como ainda não tem certezas de como agir e de como viver, se procura referências junto de pessoas com diretrizes totalmente opostas, acaba por hesitar ou decidir segundo um modelo no qual não acredita.

No percurso biográfico de Carolina é notória a relação entre dois principais níveis de análise: o interacional, devido à sua relação com os seus pais, mas principalmente à sua relação com a sua mãe, ou ausência dela que marca toda a sua trajetória; e o individual, porque Carolina encontra-se muito isolada nas suas representações e práticas sociais, o que pode dever-se em parte à sua história familiar, mas que parece também ter muito de si própria, do seu sistema de disposições e esquema de ação e reflexão de si, dos outros e da realidade. Apesar de os pais trabalharem imenso enquanto crescia para lhe poderem dar melhores condições materiais de existência e de isso lhe ter retirado a possibilidade de ter pais presentes, o nível estrutural não parece muito visível no seu discurso. Mesmo apesar de referir no contexto atual constrangimentos financeiros, não parecem constituir um enfoque em torno do qual a sua vida gire. Como aliás se pode ver na Figura 4.15. Grande parte do discurso de Carolina é vincado por representações de desafio regressivas. E em menor proporção, verificam-se também categorias analíticas estruturais e agenciais.

**Figura 4.15. Document portrait de Carolina**



As angústias e indecisões de Carolina face ao modo de agir e de decidir o futuro pode dever-se a ela sentir que não só tem uma forma de agência de desafio em relação ao seu regime de género, mas também relativamente à ordem de género. Porque, apesar de esta ser caracterizada pela heteronormatividade, assimetria simbólica e patriarcado, as transformações sociais e culturais conseguidas com o 25 de Abril de 1974 e os esforços dos movimentos feministas culminaram numa passagem da mulher-natureza para a mulher-indivíduo (Torres, 2001), não só nas práticas, como também ao nível das representações e expectativas de género. O que leva a que esta entrevistada se sinta isolada na realidade portuguesa e receie falar sobre as suas opiniões e decisões quer com a sua família de origem quer com os seus pares. Porque, de facto, a agência, neste caso, vai no sentido de uma conceção e práticas de regresso à essencialização da mulher.

O último testemunho, de Carina, é muito semelhante ao nível das representações e papéis de género defendidos.

#### **4.2.6 Carina, 35 anos, “Ser mulher é um ser humano que nasceu com o dispositivo de parir”**

Carina é uma mulher de 35 anos, licenciada, mestranda em Comunicação “e mãe a tempo inteiro”. A sua profissão anterior era consultora na área dos recursos humanos. O seu pai tem o 5º ano e “trabalha num grupo de lojas a nível nacional. Ele faz de tudo um pouco”. A mãe tem a 4ª classe e havia sido empregada de balcão, embora já estivesse reformada por invalidez aquando da entrevista. A educação dada a Carina foi sempre pautada por regras que possibilitavam e incentivavam a ação, a experiência e a independência. “Os meus pais sempre me deram muita liberdade, especialmente o meu pai, sempre me deu muita

liberdade. ‘Se tiveres que bater com a cabeça bate’, ‘se te baterem dá outro estalo’, portanto sempre foi uma coisa ‘para a frente, filha’”. Essa liberdade e incentivo à independência e autonomia era mais incentivada pelo pai. A mãe era mais rígida, mais disciplinadora e controladora. “Se calhar, da parte da minha mãe, uma rigidez oposta do meu pai, de disciplina, de grande autoritarismo, mais da parte da minha mãe. Controlo, manipulação, etc. Manipulação positiva, atenção. E o meu pai sempre deixa andar, altruísta, pacífico”.

Tal como foi evidente no testemunho de Carolina, também Carina tem um percurso de alguma ausência parental, mais vincada ainda no que diz respeito à mãe, assumindo o pai, no caso de Carina, o referente e modelo educacional, influenciando a construção de um património individual de ação e de disposições associado à liberdade e à agência. Carina sempre viveu e experimentou tudo intensamente sem precisar esconder ou ocultar da sua família, principalmente do seu pai. “Eu gostava de experimentar as coisas, e depois não escondia. Eu era como era e pronto, olha eu sou assim. O meu pai não dizia à minha mãe, cobria-me sempre. Fazia as coisas e o meu pai nunca me julgou, nunca senti que me estivesse a julgar. Claro que depois havia o respeito”. Essa vida com regras possibilitadoras e incentivadoras da ação e da agência foi possível com a aprovação paterna que sempre lhe deu a máxima liberdade. “Eu sempre tive muita liberdade e acho que sempre fiz aquilo que queria. (...) O meu pai confiava em mim. Apesar de todos estes esquemas, não me atirava nada à cara, nunca me disse nada, é verdade”.

A ausência emocional, mas também física, da mãe enquanto referência parental é sentida a dois níveis. Um relacionado com a sua saúde física e mental desta e outro ligado com o divórcio dos pais. “O facto de a minha mãe ter sempre problemas de saúde, sempre o teve, ainda hoje, coitada, e os meus pais serem separados. E na altura, eu vivi pouco tempo com a minha mãe, mas, entretanto, fui viver com o meu pai”. A decisão de Carina ficar a viver com o pai, até porque a relação com a mãe era bastante difícil – “eu e a minha mãe chocámos bastante, também se calhar pela minha idade e também pelo desequilíbrio da minha mãe em termos de depressão” –, permitiu-lhe um percurso mais livre e autónomo, até porque o seu pai estava muitas vezes ausente de casa por motivos profissionais. “Na altura com 19 anos, com muitas revoltas também interiores, muitas mesmo, de menina mimada, sem dúvida, tive que desembrulhar a vida e trabalhar”. Contudo, são essas revoltas, reflexo das dificuldades vividas com o processo de divórcio dos pais, que lhe permitiram crescer. “Com o divórcio dos meus pais, acho que aí a minha vida começou, porque acho que até aí vivia no mundo do sonho e aquilo foi um cortar de pernas, de ‘acorda’”. O que fez com que passasse a valorizar o que anteriormente considerava direitos adquiridos. “Nessa altura,



comecei a dar valor à vida e a trabalhar para comprar um carro, para comprar a roupa, as pequenas coisas”.

Todavia, também como o que aconteceu com Carolina, quando Carina conseguiu estabilidade profissional e algum sucesso no mercado de trabalho, começou a sentir a pressão e as expectativas sociais. “Estava efetiva, tinha um bom trabalho, ganhava bem, mas eu senti que também estava a ser explorada, muitas vezes trabalhava e ao fim não era paga por isso, trabalhava até às 8, 9 da noite se fosse necessário, comia em meia hora”. Isto acentuado pelo facto de não saber o que realmente queria ser e fazer. “Eu nunca soube aquilo que queria na vida, eu sempre procurei, ou seja, eu sempre experimentei o a, o b, o c, o d, o amarelo, o preto, o branco, o cor-de-rosa às bolinhas”.

As certezas surgiram e solidificaram-se com a maternidade, tal como sucedeu no percurso de Carolina. Mais do que com a relação conjugal. A construção da sua perceção de si, a sua identidade, começou com a maternidade. E essa construção identitária passou por um regresso às origens, à natureza, à terra. “Eu só sinto que fiquei adulta quando comecei a olhar mais interiormente para mim própria, que é quando fui mãe. Para mim, foi uma grande mudança. Passei a ser vegetariana, macrobiótica, pronto, a alimentação, fazer meditação budista, a questionar coisas sobre educação. Eu cresci com o meu filho e sinto-me muito mais responsável e com os pés mais assentes na terra. (...) Hoje em dia, eu primeiro sou, e depois faço. Primeiro aprendo a ser para depois fazer. E é isso que eu sinto hoje em dia. É o eu conhecer-me a mim própria, é o voltar às origens. Por exemplo, o parto do meu filho também foi natural, não teve químicos, não teve nada, teve o acompanhamento de uma doula. Portanto, todas estas questões, de voltar ao instinto e aos sentimentos que temos cá dentro e não nos deixar influenciar pelas regras da sociedade e as pressões e a crise, eu não quero saber disso para nada, eu não vejo televisão, eu quero é o meu canto, eu quero-me é a mim própria, de dentro e tricotar, e fazer a lã de ovelha e estar com as mães, que eu faço parte de um grupo de mães também com estes mesmos ideais, e da natureza e do ensino doméstico e do ensino individual”. As certezas do que é e do que quer saber e fazer fizeram-na abandonar o mercado de trabalho, o que explicou ao seu companheiro: “Eu disse-lhe a ele ‘não, quero estar com o meu filho, que é mais importante’. (...) E porque é que não fui procurar trabalho? Não sei, acho que não queria, e o Jorge também nunca me disse para eu ir”.

A decisão de abandonar o mercado de trabalho tem vários níveis de reflexão. Primeiro, o regresso à natureza e à espiritualidade. “As questões intuitivas ou espirituais, não estou a falar de religião, estou a falar espirituais em termos de ciência, passaram a ter outro valor. Para mim, Deus é a natureza”. Segundo, as dificuldades e os desafios inerentes à

maternidade. “Não fazia a mínima ideia do que era ser mãe e do desgaste que era estar a ouvir uma criança o dia inteiro a chorar e senti-me muito angustiada, muito frustrada, muito sozinha, muito isolada e a vida familiar instável, mesmo com o meu marido, ‘não me ajudas’, aquelas coisas que todas nós passamos, mas muito difíceis”. Terceiro, o projeto de missão que estava a iniciar: uma quinta pedagógica. “Hoje em dia, eu sei aquilo que eu quero. Eu nunca tive tanta certeza na minha vida sobre aquilo que eu quero, que é o projeto da quinta eco-pedagógica, que está a englobar lá tudo: a hortinha, a organização de eventos, o jardim-de-infância com o atelier para crianças, os excedentes, a comunidade inserida. Isto é um projeto para a comunidade, portanto está ali tudo”.

Este projeto é fundado nas suas representações sobre como a sociedade deve funcionar e o seu sistema de disposições sobre o que é ser homem e ser mulher. Ser mulher é “um ser humano que nasceu com dispositivos, ou que tem o dispositivo de parir. Ser mulher é dar largas à educação, educação não só dos filhos, educação com todos os seres vivos. Não sei se podes educar uma flor, mas pode-se fazer crescer uma flor, com água que a gente dá. Mas ser mulher para mim é isso, é o poder maternal. [As mulheres que não têm filhos] têm que descobrir, de alguma forma, umas de uma forma outras doutra, de poder educar, de transformar o mundo.” Por sua vez, ser homem é “muito importante, porque sem eles a gente não somos nada também (risos). Tem que se dizer isto, é verdade, porque são eles que fortalecem a casa. Podemos nós educar e orientar e planear e organizar, mas sem uma força à volta, que... Eles são a base para a casa estar em pé. Ser homem é a força, não digo de criar, porque acho que a mulher é mais de criar, mas se calhar de manter essa criação”.

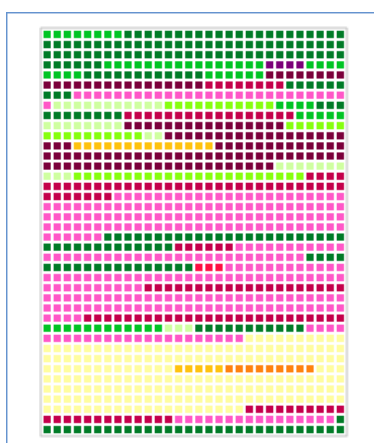
São visíveis o tradicionalismo e a desigualdade nas representações, papéis e expectativas de género. “Achar que eles são o sexo forte, sim, pensei isso muitas vezes. E acho que, até por um lado, nós somos o sexo forte, mas depende da área. (...) se calhar era muito feminista e achava que não era preciso deles para nada, ou que os usava para pregar um prego ou para mudar um pneu, quando se calhar eu também o fazia, mas não me apetecia fazer, porque eles é que tinham que fazer essas coisas. É que isto é muito contraditório, estou aqui a ver que, se era feminista então também achava que podia pregar um prego, igualdade de direitos. Mas não, eu achava que isso era com eles, nunca quis muito dessas coisas. E achava que eu é que mandava neles... erradamente. Agora vejo o homem como um ser de família e não um ser que podia ser futuramente sexual. Depois de ter sido mãe achava que fazia isto tudo sozinha, e tive de dar o braço a torcer e tive de dizer ‘eu preciso de ajuda, eu preciso de ti’ e eu tive de dizer isso. (...) Como muitas amigas que eu tive, e tenho algumas, que são mães solteiras. E eu achava que também posso ser mãe

solteira, mas ignorantemente. Isso não se faz, porque realmente não se faz à criança, não se faz a nós próprios e isso não é uma boa forma de se criar um filho, de ter uma família”.

A maternidade é tão central no discurso de Carina que o filho, no momento da entrevista, era o vértice de todo o seu quotidiano e de toda a construção identitária. “Se calhar ponho o papel de mãe acima de mulher, se calhar ainda estou a aprender. Acho que ainda estou a caminhar, lá está, o meu filho tem 20 meses, e durante um ano o ser mulher, isso não interessava para nada, não é. Ele entrou para o infantário com um ano, e só a partir daí comecei a ter tempo para mim, para as minhas coisas. Aí sim, comecei se calhar a sentir-me um bocadinho mulher, mas depois parece que já tinha perdido algumas coisas. Mas acho que estou ainda muito perdida no que é isso de ser mulher, acho eu”.

Esse sistema de ações, disposições e perceções de si, dos outros e da sociedade, bastante contrastantes com a ordem cultural de género, no sentido de uma maior desigualdade e essencialismo, mostra a relação entre o nível individual e o nível cultural de análise. Mas no percurso de Carina, foi também importante o nível estrutural de análise, com o divórcio dos pais e todas as transformações estruturais que isso implicou; e o nível interacional, com destaque para o papel do pai que sempre incentivou a liberdade agencial e a independência e autonomia. Essa liberdade agencial é notória na Figura 4.16. O discurso de Carina é predominantemente centrado em torno de uma agência de desafio regressiva. Essa agência é baseada em representações de género também elas regressivas e é contextualizada por recursos, capitais, regras e trajetórias que, umas vezes, constroem, outras possibilitam a ação individual.

**Figura 4.16. Document portrait de Carina**



São evidentes as similitudes e os paralelismos entre os percursos biográficos de Carolina e de Carina. Ambas descrevem uma grande ausência da figura materna, e mesmo

alguma culpabilização por essa ausência, e a quase total ausência de regras. Carolina cresceu sozinha devido ao trabalho excessivo dos pais, Carina devido ao divórcio parental. Isto provocou uma grande liberdade de ação e de experimentação. Ação e experimentação que não era escondida das figuras parentais. O afastamento ou ausência da figura materna parece ter desenvolvido em ambas a necessidade de compensação na forma individual de como vivem a sua maternidade, balizada por concepções tradicionalistas e desiguais dos papéis e práticas masculinas e femininas que consideram ser de “naturezas diferentes”. Concepções fundadas marcadamente pela ligação à terra, à natureza e à comunidade. Essas concepções originaram a saída do mercado de trabalho, mesmo depois de alcançarem o sucesso e a estabilidade profissional. No entanto, Carolina tem a intenção de fortalecer a sua formação enquanto doula e Carina quer construir uma quinta pedagógica.

## **5. Agência de reprodução de representações, normas e práticas de gênero**

Neste capítulo, focar-nos-emos na agência de reprodução de representações, normas e práticas de gênero, definida como ações individuais racionais e reflexivas em que o indivíduo decide agir em conformidade com as normas e as expectativas sociais e culturais do regime de gênero em que se insere. Estas formas de agência constituem formas maioritárias de masculinidade e feminilidade que, seguindo a teoria de Connell (1985, 2009), se denominam de masculinidade hegemónica e feminilidade enfatizada. Contudo, é importante sublinhar que apesar de o indivíduo, homem ou mulher, reproduzir representações e práticas sociais e culturais, essa reprodução é, neste caso, uma reprodução reflexiva e não automática e inconsciente; e pode envolver algum grau de desconforto ou angústia perante a tentativa de corresponder a versões idealizadas de masculinidade e feminilidade, nunca conseguida de forma total ou completa.

A agência de reprodução, ao contrário do que foi avançado nas hipóteses de pesquisa, parece ser menos frequente (11) do que as formas de agência de desafio no seu conjunto (23), com menor peso do que as agências de desafio progressiva (13), mas maior peso do que as agências de desafio regressiva (9). Parece ser mais comum em homens (7) do que em mulheres (4) e mais frequente nas faixas etárias mais novas (seis no escalão dos 30 aos 40 anos e cinco no dos 40 aos 50 anos). No entanto, é pertinente alertar para o reduzido número de entrevistadas e entrevistados no grupo etário mais velho.

Os homens com um percurso biográfico mais marcado por uma agência de reprodução têm, na sua maioria, o ensino secundário (4), mas três têm ensino superior – doutoramento (2) e uma licenciatura, um MBA e duas pós-graduações (1). Enquanto ambos os homens com uma agência de desafio progressiva eram especialistas das profissões intelectuais e científicas (um sociólogo e um arquiteto), e os homens com uma agência de desafio regressiva eram na maioria técnicos e profissionais de nível intermédio (quatro dos seis homens – um técnico de sistemas, um técnico de laboratório, um consultor de qualidade e um inspetor da polícia), os homens com agência predominantemente de reprodução são bastante diversos no que diz respeito às categorias profissionais. Três são especialistas das profissões intelectuais e científicas (dois docentes universitários e um business manager), dois são técnicos e profissionais de nível Intermédio (um técnico de informática e um fotógrafo e produtor audiovisual), um é pessoal administrativo e outro é operário (eletricista).

No que diz respeito às mulheres com agência de reprodução, tal como acontecera na agência de desafio progressiva, nota-se uma preponderância das mulheres mais

escolarizadas, com licenciatura, mestrado e doutoramento (3), embora em muito menor número do que se tinha verificado na agência de desafio progressiva (8). Mais uma vez, é importante lembrar a sobre representação das mulheres com ensino superior na amostra. Contudo, é interessante perceber que, apesar da elevada escolaridade de algumas mulheres (3 no total de 4), apenas uma desempenha funções de especialista das profissões intelectuais e científicas (docente universitária). Uma fazia parte do pessoal administrativo (secretária) quando trabalhava – no momento da entrevista estava a estudar. Uma era trabalhadora dos serviços pessoais, de proteção e segurança, e vendedoras (assistente comercial) e outra é técnica e profissional de nível intermédio (assistente editorial). O que contrasta claramente com o grupo de mulheres muito escolarizadas que têm um percurso biográfico caracterizado por uma agência de desafio progressiva. Todas as oito mulheres com licenciatura, mestrado ou doutoramento com este tipo de ação racional e consciente têm profissões intelectuais e científicas. E contrasta também com as mulheres com uma agência de desafio regressiva que tinham abandonado o mercado de trabalho depois da maternidade.

Comecemos por analisar o percurso biográfico de Pompeu.

### **5.1 Pompeu, 45 anos, “Para mim, ser homem é ter ao meu lado uma mulher”**

Pompeu é um homem de 45 anos, eletricitista com o 12º ano. O seu pai e a sua mãe tinham ambos a 4ª classe. O pai era serralheiro mecânico e a mãe doméstica. O percurso biográfico de Pompeu foi vincadamente marcado por uma infância e juventude vivida num contexto pequeno, rural, católico e bastante pobre. Pobreza que lhe limitou as expectativas e a sua trajetória escolar e, posteriormente, profissional. “Naquela altura, Portugal era um país muito pobre também. Tínhamos que inventar brincadeiras. Na escola, era bom aluno. Pelo facto de não haver dinheiro na família, eu gostava de ter seguido também mais à frente, só que que tive de fazer o corte para deixar os estudos”.

A pobreza que viveu na sua infância e início da juventude foi agravada quando foram descobertas dívidas que o seu pai havia contraído. Essa situação familiar mudou o seu percurso que, como homem, teve de ajudar a resolver. “Acabei o 9º ano. Comecei a trabalhar, porque o meu pai ficou com dívidas, foi trabalhar para fora para pagar as dívidas. Entretanto não havia dinheiro, precisávamos de sobreviver e eu fui trabalhar. Fui trabalhar com 17 anos. Foi começar a tornar-me assim mais adulto se calhar. Cresci um bocadinho mais, mais depressa do que era esperado”. Para além das dívidas do seu pai, houve

também processos em tribunal. “Apareceu alguém a bater à porta, alguns três ou quatro homens de gravatinha, a dizer que iam penhorar os bens da casa. Entraram pela casa dentro, foi quando eu fiquei a saber que há coisas que não se penhoram a ninguém: a máquina de costura e o fogão nunca são bens penhoráveis, porque podem ser para a sobrevivência das pessoas. Podem ser uma maneira de ganhar dinheiro para pagar as ditas dívidas. E é engraçado que, quando entraram lá dentro, a primeira reação que tive, para além da surpresa e o choque que apanhámos por não sabermos de nada disto, foi ‘o meu pai tem dívidas, tem que se resolver’. Tinha algum já meu, na altura, também. Pezinho de meia, vejo o dinheiro que tenho e ponho. A minha irmã teve uma reação completamente oposta. ‘Ele devia era de ir preso’. Foi a reação da minha irmã”. Nesta situação é evidente as diferenças de papéis e expectativas sociais em relação a si e à sua irmã, no entanto, é neste contexto que Pompeu continua dizendo que “é por isso que eu acho que não há as diferenças entre o homem e a mulher. Acho que são mais físicas do que outra coisa. Embora haja coisas que, a nível psicológico, sejam mais da mulher: são mais sensíveis, choram com mais facilidade”.

Pompeu teve de deixar de estudar para começar a trabalhar e ajudar financeiramente a sua família enquanto o mesmo não era esperado da sua irmã. Até porque esta, para além de ser mulher, era a primeira filha, e foi, segundo o entrevistado, a preferida e a protegida, levando-o a sentir-se alineado. “A educação em si foi semelhante, mas eu notei, até mais tarde, já na fase adulta, sempre mais uma inclinação para aquele lado. Talvez por ser a primeira filha, não sei. Senti-me um bocadinho... Não é bem alienado, mas um bocadinho que a tendência era mais aquela. Se havia uma única opção para os dois, a opção calhava-lhe sempre a ela, mais as coisas”. No entanto, esta necessidade de deixar os estudos e começar a trabalhar para ajudar a situação económica da sua família devido às dívidas contraídas pelo seu pai, e mesmo alguma ausência paterna de casa e da sua educação, não o afastaram da figura paterna no quotidiano tanto quanto possível “O meu pai, durante uns anos, foi um bocadinho ausente. Mas quando ele estava, eu acompanhava muito o meu pai. Lembra-me ele sempre foi uma pessoa muito ativa na comunidade”. E, para além desse quotidiano tão partilhado quanto possível, o pai era e é durante todo o seu percurso o seu ideal de masculinidade e o referencial a reproduzir. Tal como o seu pai, Pompeu profissionalmente é operário e casou pela religião católica assim que chegou o momento certo “Eu comecei a namorar com a Carla com 23 e casei com 28. Namorámos cinco anos, mas assim que comecei a namorar com ela comecei a ver que a coisa começou a ser séria. A coisa foi andando, mas acho que esse momento foi o momento que me fez sentir homem e ver a vida, mesmo como homem, como todos os homens fazem, acho que foi a partir da

altura que comecei a namorar com ela. Acho que foi a partir dessa altura que eu comecei a ver: agora pensar em casa, agora pensar em comprar isto, agora é começar a fazer obras na casa, agora é assim, é assado”.

A relação e o casamento com Carla fizeram-no sentir um homem “como deve ser” e, para isso, foi importante casar “como deve ser”, pela Igreja Católica. Isto porque a religião desempenha um papel importante na vida de Pompeu. Quando decidiram casar, o padre que oficializou a cerimónia incentivou-o inclusive a uma presença mais efetiva no quotidiano da paróquia. “Lançou logo lá, no dia, se eu não queria, porque ele sabia que eu tocava guitarra, ir ajudar o rapaz que toca ali na Igreja, porque ele estava sozinho. E eu ‘é assim, posso ir’ e fui. E comecei a tocar e comecei a entrar na Igreja também. Já fui catequista com ela. Toco, desde que casámos, na Igreja. Ainda hoje, sempre que posso, faço questão de lá ir dar uma ajudinha”. No entanto, essa importância da religião na relação com Carla e no quotidiano não influenciaram a vida sexual do casal. “Nisso a Igreja diz que devemos evitar, mas não diz que é proibido. Essa é uma das coisas que eu discordo um bocadinho, porque quando escolhemos uma pessoa e gostamos de uma pessoa e queremos viver com ela é para o resto da vida, e então devemos saber se realmente gostamos de tudo na pessoa. É claro que não é só ‘olha agora não gostei de ter relações contigo, agora vou-me desfazer de ti’. Não é por aí. Mas eu acho que é uma maneira de nos conhecermos também melhor”.

O desejo de reproduzir o percurso paterno levou-o a querer ser pai. Contudo, a dimensão parental da sua vida seria um desafio para si e para Carla que não foi possível ser ultrapassado. “Andámos na Maternidade Alfredo da Costa, praticamente um ano, e eu depois tive de ter uma conversa com ela, porque ela entrou para lá com uma perspetiva e uma esperança de uma coisa, depois chegámos lá, depois de inúmeros e inúmeros testes, chegaram à conclusão de que não somos compatíveis. Está tudo bem comigo, está tudo bem com ela. Disseram-nos ‘vão para casa, tentem. Ficam aqui em lista de espera’, mas se houver alguém que tenha problemas, eles chamam sempre primeiro. Até hoje não. (...) E depois avançámos para outra fase, que foi a fase da adoção, que também foi um bocadinho traumatizante. (...) Viemos para casa, ela chorou, chorou, chorou e acabámos por desistir. Agora é se Deus quiser. Que seja o que Deus quiser. Já passámos essa fase, ela já passou bem essa fase, é claro que a marca continua lá, mas é uma coisa que me marca por ela. Por ela. Por ver que ela não tem, não é o porque ela fisicamente não consiga. Porque se calhar se ela tivesse outro homem, se calhar conseguia. Eu se calhar se tivesse outra mulher também conseguia. Porque é mesmo o não sermos compatíveis”. Essa vivência da incapacidade de serem pais foi vivida de forma dolorosa, ainda mais acentuada em Carla, mas que foi resolvida com o recurso à fé.



Todavia, tal como Pompeu via o casamento religioso como o casamento “como deve ser”, também vê a parentalidade apenas se for para ser a dois, juntos, sem divórcio. “Eu acho que ser pai é viver para os filhos, mas os dois unidos, como equipa a viver para os filhos. Sinceramente, se conseguia ser bom pai não sei, mas acho que ser pai é olhar pelos filhos e fazer tudo por eles da melhor forma, indicando-lhes o que é bom e o que é mau”.

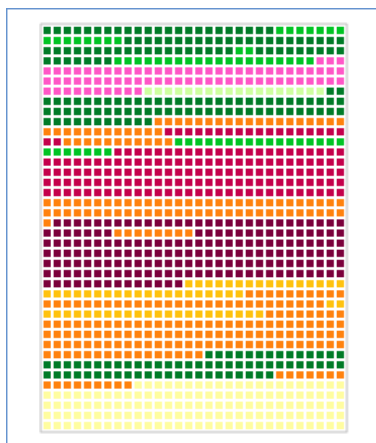
É perceptível em Pompeu um sistema de disposições e perceções de si, dos outros e da realidade social tradicional, em que ser homem é ter ao lado uma mulher. “(Hesitação) Para mim, ser homem é ter ao meu lado uma mulher... Que me ama por aquilo que eu sou. (...) É eu saber que sou homem, que tenho uma mulher que me ama e que me faz sentir homem. É que eu ajo com tanta naturalidade, é por isto que para mim é difícil responder o que é ser homem, com as mulheres e acho-me tão igual a elas que essa pergunta do que é ser homem, se calhar é saber que gosto de mulheres. Se calhar a resposta mais óbvia, para mim, é essa (risos). É a única diferença que eu vejo entre o ser homem e o não ser... ser mulher”. Esta conceção heteronormativa de género pode ser explicado pela união de três vetores: o meio social pequeno e rural em que vive, caracterizado por uma ordem de género mais tradicional do que a vigente em grandes metrópoles como Lisboa; uma profissão masculinizada exercida juntamente com outros homens, sem o convívio direto e quotidiano com mulheres; e uma pertença quotidiana e muito próxima à religião católica, tendo chegado a ser catequista, e pertencendo ao coro da Igreja.

Pompeu considera que houve muitas transformações sociais relativamente aos papéis, práticas e expectativas de género associadas a homens e mulheres – “Antes o ser homem era ser macho. Agora acho que não é por estender a roupa ou apanhar a roupa ou limpar a casa que passo a ser maricas (risos)” –, mas também considera que essas transformações se deveram mais a cedências masculinas do que femininas, tendo o homem “descido ao nível da mulher”. “Eu acho que o homem cedeu muito, ou melhor, não é só o facto de ter cedido, como a visão do que anda à volta do homem mudou e fez com que o homem descesse, salvo seja, um bocadinho ao nível da consciência da mulher, de maneira que possa partilhar as mesmas coisas, sem deixar de ser homem e sem que ela deixe de ser mulher. Cederam mais do que as mulheres, no sentido em que ficaram mais doces, os homens. Porque o homem, pelo facto de mostrar que era o homem, não fazia determinadas coisas, porque podia não parecer bem e podia deixar de ser homem. (...) A sensibilidade da mulher é maior, o que é natural. E é nesse aspeto que eu também estava a dizer que o homem conseguiu modelar-se de maneira a ficar um bocadinho, vamos lá, mais feminino, que não é o facto de ser mais feminino, mas tornar-se mais sensível para as coisas”.

Estas transformações sociais são notórias quando Pompeu se compara com o percurso biográfico do seu pai: “Isto tem também um bocadinho a ver com a tal mudança da nossa sociedade. Dantes as mulheres não iam ao café e havia coisas que era só para homens: havia a taberna, havia o café. (...) E acho que só esse facto de a coisa ter mudado e as mulheres também entrarem mais no café fez com que nós, homens, fôssemos mais, com as nossas mulheres, ao café. E esquecêsemos aquelas tertúlias e aqueles encontros que a taberna e o café faziam que eram os encontros de conversas de homens. Porque agora todos falamos todos do mesmo. Dantes havia as conversas de homens e as conversas de mulheres. Para já antes as mulheres não falavam de política, bola também não. Hoje vê-se mais mulheres no futebol do que homens, às vezes”.

O discurso de Pompeu mostra um peso bastante considerável do nível individual de análise com representações de género tradicionais e por vezes de desafio regressivas (Figura 5.1). Todavia, é também notória a importância do nível interacional de análise, onde Pompeu desempenha uma agência de conformidade com as expectativas e papéis de género vigentes no regime de género local onde movimenta (nível cultural). E, por fim, é importante realçar o nível estrutural de análise, onde se percebe a influência da pobreza, das dificuldades de recursos e capitais mobilizados bem como uma trajetória familiar limitadora.

**Figura 5.1. Document portrait de Pompeu**



Outro testemunho onde o nível estrutural de análise, com uma trajetória familiar sentida como limitadora e um contexto social sentido como castrador é o de Nelson.

## **5.2 Nelson, 36 anos, “É muito mais difícil ser homem do que ser mulher, porque ser tímida, mas ser um recetáculo passivo, é uma coisa, ser tímido e ter de ser ativo é um pesadelo”**

Nelson é um homem de 35 anos, administrativo com o 12º ano de escolaridade. O seu pai, com o 9º ano, foi eletricitista de automóveis e a mãe, com o 12º ano, esteve sempre ligada a atividades profissionais relacionadas com o Marketing. Nelson cresceu num meio familiar, segundo as suas próprias palavras, “conflituoso” e “disfuncional”. O seu pai era uma figura paterna muito intermitente, com graves problemas de alcoolismo, e a sua mãe era muito ausente devido ao trabalho, e com grandes problemas emocionais e psicológicos. A relação “com a minha mãe, logo com altos e baixos. Com o meu pai, sendo uma figura paterna intermitente, foi contínua até determinada idade, mas muito tenra. Depois então foi muito intermitente, também ligado a alguns problemas de alcoolismo. Relativamente à presença da minha mãe foi contínua, foi importante enquanto criança, obviamente, embora trabalhasse até muito tarde. (...) Era apenas do domínio do simbólico”. A sua relação com o pai e a mãe era agravada pela relação entre ambos. “Os pressupostos que deram origem à relação [entre os pais] sempre foram complicados de gerir, visto talvez por de uma das partes haver alguma instabilidade emocional e psicológica e da outra parte esse problema do alcoolismo. E tinha os dias contados, era apenas uma questão de tempo. (...) sempre me apercebi de problemas gravíssimos. O que verdadeiramente teve impacto foram discussões, agressões verbais. Sim, isso teve mais impacto do que a separação em si. E se calhar a separação em si trouxe alguma calma a todo o processo”.

Essa estrutura familiar, ou falta dela, - “no caso do meu pai, nunca foi muito rígido e sempre houve... Eu creio que parte tem a ver mais talvez com a negligência do que propriamente com a forma mais flexível de criar alguém. Houve aquela expectativa que tudo corresse bem e pelo melhor, mas sem uma participação ativa, como seria expectável de resto” – agravada por profundas dificuldades financeiras principalmente depois da separação dos seus pais aos 11 anos, teve impacto no seu sistema de ações e de perceções de si, dos outros e da realidade social, levando-o a sentir uma permanente insegurança ontológica, impedindo-o de ser mais empreendedor e de arriscar mais na sua vida adulta. “Trouxe por exemplo aquele receio de arriscar para o quer que seja, o tal apoio nos bastidores que deve ser dado pela família, mesmo que tu nunca venhas a precisar dele. (...) Desde tenra idade, visto que sou filho de pais divorciados, sente-se que há alguma rutura e que não há aquele apoio. Quando nós tomamos uma decisão, e ainda que os pais não possam intervir de forma direta na decisão tomada, nós sabemos que, caso corra mal,

há ali um apoio. Ainda que seja só hipotético e que nunca seja concretizado. (...) É um bocadinho “O admirável mundo novo” de Aldous Huxley, acreditar que todos nascemos já com um destino pré-definido pela sociedade. Mas acredito um pouco nisso”.

Este cenário levou-o a sentir-se, desde cedo, estigmatizado e restringido pela família em que nasceu, não podendo contornar o destino que lhe foi “traçado”. Especialmente porque os pais, na sua perspectiva, nunca lhe deram o apoio incondicional e o acompanhamento que o tornasse uma pessoa mais confiante e capaz de arriscar. Nelson justifica a sua incapacidade de ingressar na universidade e concluir um curso superior para, posteriormente, alcançar um percurso profissional mais desafiante exatamente com a sua ausência de recursos e capitais. “A nível profissional, não concretizando aquelas expectativas e começando a ter a noção de que dificilmente acontecerá. (...) Portanto em termos profissionais é um bocadinho angustiante. E começar a ter noção de que com o passar do tempo, aí sim, começar-se a perder aquela noção que tu tens quando és mais novo de que tudo pode acontecer. E começas a chegar à conclusão de que, em Portugal, se calhar nada acontece. E começas a ficar um pouco angustiado.” Porque, sem a estrutura familiar, sem o apoio emocional e financeiro, o destino fica limitado e encurtado: “Se não se sentir isso, provavelmente tolda-nos para o resto da vida e torna-nos muito mais receosos, com mais receio de arriscar”. Seria esse apoio que lhe permitiria equilibrar os constrangimentos que a sociedade, percebida como cínica, limitadora e castradora, impõe.

Nelson sente não conseguir corresponder a 100% à conceção de masculinidade hegemónica vigente, não só na sua trajetória escolar e profissional, mas também ao nível interacional, sendo prejudicado pelos papéis e expectativas genderizadas: “Claramente prejudicado por ter de adotar essa postura que é o espectável, essa postura ativa. E sendo tímido, isso não me acontecia e sendo que a outra pessoa era a passiva também não acontecia. Portanto foi um autêntico pesadelo. Não só em relação a namoros ou relações homem-mulher, mas simples amizades, seja com mulheres seja com homens. Temos de ser sempre ativos, é muito desgastante, é muito cansativo”. Contudo, mantém uma consciência reflexiva sobre essa expectativa e representações sociais, tentando alcançá-las e reproduzi-las, nunca sequer pensando em questioná-las ou desafiá-las, até por não ter a segurança para o fazer. Quando se sente desadequado perante as expectativas e representações de género, responsabiliza o seu historial familiar e a sociedade castradora que não lhe permite desafiar o seu destino. “Mais de 50% do sucesso do indivíduo acho que se deve ao historial e não ao próprio, desmistificando a tanga da subida a pulso, que é muito advogada pelos empresários portugueses. Acho que é uma mentira vil”.

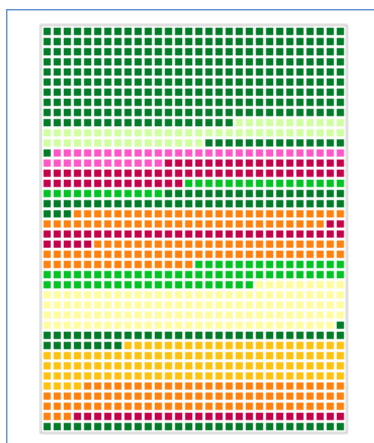
Porém, todo o percurso biográfico de Nelson, mesmo quando não consegue corresponder ao modelo da masculinidade hegemónica, é influenciado por representações de género que reproduzem uma visão tradicional de género e da sociedade. Para Nelson, apesar de não querer ser pai devido a sentir que foi abandonado pelo seu, tal como havia sido relatado também por Vicente, sente que o casamento é uma instituição necessária, opondo-se ao “facilitismo” das relações atuais. “Acho importante o casamento, porque de alguma forma compromete as pessoas e acho que é importante demonstrar ao outro que se está ali de forma séria e assumir um compromisso. As pessoas dizem ‘ah é só um papel’. É um facto, é algo do domínio do simbólico, mas quando estamos apenas juntos é muito fácil separar. (...) Não gosto do facilitismo associado à separação quando não se está casado. É uma coisa que não me agrada muito, porque parece tudo circunstancial: hoje estamos juntos, depois amanhã já não estamos. Isto é tudo muito fácil. Não! Convém assumir o compromisso e complicar as coisas. É importante”. Até porque Nelson busca na sua companheira a segurança, a estabilidade e a estrutura que não teve e não tem com a sua família.

Para Nelson, o desempenho da masculinidade reveste-se de dificuldades e angústias colmatadas em grande parte pela conjugalidade. Isto porque “relativamente às diferenças íntimas, há diferenças e acho que elas continuam a manter-se, a iniciar uma relação, por exemplo, a mulher adota sempre... Agora já nem tanto, mais uma vez as coisas estão a passar, mas a mulher adota muito mais aquela postura passiva e o homem a postura ativa. E isso expõe-nos muito mais sentimentalmente. Para quem é tímido, de ambos os sexos, creio eu que é muito mais difícil ser homem do que ser mulher, porque ser tímida, mas ser um recetáculo passivo é uma coisa, ser tímido e ter de ser ativo é um pesadelo. É um absoluto pesadelo. E isso eu senti muito”. E Nelson perspetiva que o desempenho da masculinidade será ainda mais difícil num futuro próximo, onde as mulheres estão mais ativas e com percursos mais estruturados no mercado de trabalho. “Acho que temos algumas vantagens relativamente ao género e às diferenças de género que ainda se mantêm. Mas que vejo as coisas a mudarem muito rapidamente. É uma questão de tempo. As mulheres, neste momento, formam-se mais, há mais quantidade de mulheres formadas, as universidades, as estatísticas dizem-nos isso mesmo. O mercado de trabalho ainda não reflete isso, porque há uma certa inércia e a maior parte dos cargos verdadeiramente importantes ainda são ocupados por homens. Mas creio que é uma questão de tempo até o mercado de trabalho começar a refletir aquilo que se passa nas universidades. Portanto, enquanto homem, neste momento, sinto-me bem. Acho que, no futuro, será mais difícil ser

homem, sim. Dentro de 50 anos, a realidade será pior para nós. Por culpa própria, em parte”.

O percurso biográfico de Nelson é sentido e vivido de forma contrastante com o defendido por algumas mulheres com agência de desafio progressiva que defendiam que ser homem é ser livre. Nelson sente o desempenho da masculinidade hegemónica como uma pressão castradora e limitadora. O que pode ser explicado, pelo menos em parte, pela relação visível no discurso de Nelson (Figura 5.2) entre os constrangimentos estruturais que constroem a ação, nomeadamente a estrutura e contexto familiar com recursos e capitais limitados e restritos, e as representações de reprodução das práticas e expectativas de género.

**Figura 5.2. Document portrait de Nelson**



Outro percurso biográfico bastante marcado pelo nível estrutural de análise – embora não de forma tão opressiva, pelo menos na infância e juventude, é o de Mauro.

### **5.3 Mauro, 37 anos, “Era o único rapaz em casa, portanto havia alguma pressão para me chegar à frente em certas coisas”**

Mauro é um homem de 37 anos, fotógrafo e produtor audiovisual, com o ensino secundário embora tivesse frequentado o 1º ano da licenciatura em arquitetura. O seu pai também tem o 12º ano e é realizador e produtor de televisão, embora também faça algum cinema. A mãe, já reformada, tem um curso universitário e trabalhou sempre na área da cultura. Embora a infância de Mauro tenha sido mais fácil a nível de recursos e capitais do que os testemunhos anteriores, os pais divorciaram-se quando tinha 5 ou 6 anos de idade, tendo ficado a viver com a sua mãe. Esta, devido à sua educação rígida e controladora, deu aos

filhos maior liberdade e regras que possibilitassem a ação. “A minha mãe teve uma educação muito rígida, depois os pais também eram mais velhos, então eu tive sempre a sensação de que comigo as coisas foram muito mais... Depois eu também tive mais influência em termos de educação da minha mãe do que do meu pai, para além depois da separação não viver com ele, ele teve muitos anos fora. Muitos anos fora, o que tornou a relação um bocadinho distante (...) Eu tive sempre autonomia nas minhas escolhas”. Contudo, era sentida a diferença de género na educação de Mauro e das suas irmãs. Era esperado de Mauro práticas e comportamentos estereotipadamente masculinos. “Era o único rapaz em casa, portanto havia alguma pressão às vezes para me chegar à frente em certas coisas. Essa parte nem sempre gostei. (...) Tinha que ser homenzinho e eu queria ser miúdo. Queria fazer disparates. Coisas em que tinha que se fazer mais força, trabalhos braçais, quando era preciso arranjar qualquer coisa elétrica. Assim que tirei a carta, fui eu que comecei a conduzir também. E, na altura, realmente foi um bocado ambíguo, porque eu sentia-me bem por poder ajudar, mas houve alturas em que senti também que era um peso. Eu sou o mais velho de todos. E até o cão era uma cadela (risos). Eu sempre disse isto na brincadeira, porque era verdade”.

Estas expectativas e pressões de desempenho de uma masculinidade tradicional e hegemónica na juventude contrasta um pouco com o desempenho de uma masculinidade um pouco menos tradicional na vida adulta. Isto porque Mauro começa a namorar muito jovem, no ano de faculdade que frequentou, com a pessoa com quem viria a casar, mas casou apenas quando ela engravidou devido a não concordarem na forma de contrair matrimónio. Mauro queria casar pela religião católica. A sua mulher não concordou por ser atea. “Casámos. Casamento civil. Nós temos uma discordância enorme, enorme, mas vivida de uma forma minimamente tolerante, acho eu, que é o facto de eu ser católico e ela ser o mais ateu que deve existir à face da Terra. Por isso nunca concordámos acerca da forma como nos queríamos casar. Eu pedi-a em casamento, fiz aquela coisa toda, ofereci-lhe um anel de noivado, um anel bonito, fui levá-la a jantar, fiz aquele número todo de circo. Foi uma noite fantástica, giríssima, que ainda hoje nos lembramos, mas depois como é que casamos, como é que não casamos e a família e tudo. Nunca chegámos à conclusão. Ela casou já grávida, por uma questão prática “epá temos que casar, porque depois é uma chatice. Quero registar a criança, tens que ir comigo e apontar para mim e dizer ‘este é o pai’. Epá casamos e é mais fácil. Está tudo logo estipulado. Portanto fomos sozinhos, os dois, foi numa altura em que legalmente deixou de ser necessária a presença de testemunhas num casamento civil e nós marcámos e fomos. Fomos sozinhos. (...) Eu queria oficializar. Para mim, era importante casar, mas para mim era importante casar numa igreja,

queria ter a minha relação oficializada na casa de Deus, aquelas coisas que, para mim, eram importantes. E também sabia que, na minha família, as pessoas iam gostar que isso acontecesse assim”.

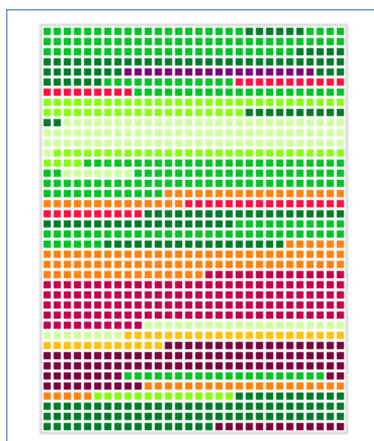
Para além de casarem pelo civil apenas depois de a sua mulher ter engravidado, também no quotidiano familiar, Mauro, por constrangimentos profissionais, não consegue corresponder às expectativas de uma masculinidade hegemónica em que seria o principal provedor. “Ainda se espera que seja eu a providenciar mais pelo meu agregado familiar quando é exatamente o oposto do que se passa em minha casa. (...) Na divisão das despesas da casa, de quem é que paga o quê, eu suporto muito menos. Não é muito menos, mas menos. E tenho que fazer sacrifícios, o dinheiro tem que esticar. (...) Nós temos a coisa dividida de maneira que a minha mulher fique a pagar as despesas fixas mais elevadas. E depois tipicamente quando nos queremos deslocar ou fazer coisas... Não tenho subsídios de férias... O que nos permitia ir de férias a algum lado era a minha mulher suportar isso. Mas é normal”. No entanto, é essencial sublinhar que essa masculinidade menos tradicional sucede por constrangimentos estruturais e não propriamente por uma decisão estratégica nesse sentido. Isto porque, com a profissão instável e precária de Mauro, não é possível ser ele o principal provedor da sua família. O que Mauro ressent. “Os últimos anos mais complicados. A minha principal queixa da minha vida adulta, e aquilo que eu sinto cada vez mais, é que eu queria programar em termos profissionais a minha vida de uma forma mais regrada e mais pensada. E não estou a conseguir. Em termos profissionais, eu estou a trabalhar numa área que é complicada. É ser saltimbanco, ser artista de circo. (...) O que me leva às vezes a equacionar se eu tenho que experimentar outra área profissional, outra coisa qualquer que me dê outro tipo de segurança. (...) Eu tenho 37 anos e não sei como é que eu me vou reformar”.

Apesar de não conseguir, tal como Nelson, corresponder na totalidade à visão idealizada de masculinidade hegemónica, embora o quisesse, o seu ideal de masculinidade é o seu pai “la sempre escolher o meu pai como modelo em termos de princípios. O meu pai é uma pessoa correta, é incapaz de mentir e isso eu admiro muito. E tem também mecanismos intelectuais, na maneira de pensar, e isso é muito interessante”. Tal como Nelson, também sente a pressão de um desempenho de uma masculinidade proactiva, o que devido à sua timidez, é difícil e angustiante. “Esta minha timidez ou insegurança por vezes levou-me a que, em termos das relações com mulheres, eu tenho a sensação que elas tiveram sempre tanta ou mais influência do que eu nas decisões do que aconteceu e de como as coisas se passaram”.



Tal como se tinha sublinhado no discurso de Nelson, também o discurso de Mauro reflete uma predominância das categorias analíticas estruturais, embora não tão limitadoras (Figura 5.3), sendo que contrariamente ao testemunho de Nelson é em Mauro mais visível o peso das categorias agenciais do que das categorias de representações sociais.

**Figura 5.3. Document portrait de Mauro**



O último testemunho de homens com uma agência de reprodução também ele vincadamente marcado pelo nível estrutural de análise e pelas categorias analíticas estruturais, principalmente recursos, capitais e trajetórias que constroem a ação, é o de Policarpo.

#### **5.4 Policarpo, 48 anos, “Cinquenta e um por cento da minha vida decorre de decisões minhas e não de outras coisas”**

Policarpo é um homem de 48 anos, com licenciatura, um MBA e uma pós-graduação. O pai trabalhava a partir de casa devido a problemas de saúde. Fazia traduções, contabilidade e dava aulas de inglês, francês e alemão. A mãe com o 5º ano era doméstica. Tanto o pai como a mãe faleceram antes de Policarpo completar os 25 anos. O meu faleceu aos 11 e a mãe aos 23. O percurso biográfico de Policarpo, principalmente a infância e juventude, é muito marcado pela trajetória individual do seu pai que, por sua vez, foi profundamente marcada pelo avô de Policarpo. O avô foi Alves dos Reis. “O Alves Reis é pai do meu pai. É meu avô. Portanto, o meu pai teve, enfim, uma infância em que tinha tudo e de repente ficou sem nada. E quando eles ficaram sem nada, o meu avô esteve preso vinte anos, e a família ficou na miséria, mesmo na completa miséria. Quando rebentou o caso, eles viviam em Lisboa, e os bens foram todos confiscados, as contas bancárias, aquilo tudo. Eles eram três

irmãos, o meu avô foi preso, a minha avó inicialmente foi presa, mas depois libertaram-na. Ela e os três filhos foram para casa da mãe dela. (...) Eles [o pai e os irmãos], com o regime que existia na altura, não eram aceites nos liceus. Portanto quem lhes dava as aulas era o meu avô, eles iam ter as aulas à penitenciária e depois só se candidataram a exames, aos exames nacionais, para passar. E, portanto, o meu pai, além de ser uma pessoa simples, em termos das coisas que tínhamos, ele não queria ostentar. Portanto nós não tínhamos televisão, não tínhamos telefone, não tínhamos nada dessas coisas. Nunca tivemos carro, andávamos de transportes públicos, fazíamos a vida perto de casa, (...) fazíamos uma vida de gente simples”.

A essa vivência do quotidiano de forma austera e discreta, acrescia o problema de saúde de seu pai. “O meu pai não articulava a coluna, não articulava a bacia, não articulava os fêmures, e ele estava sempre todo direito, andava com duas bengalas, sentava-se todo direito, e trabalhava em casa num estirador alto”. Daí que o seu pai, até falecer, era uma presença constante em casa, desempenhando o papel disciplinador. “Ele quando estava lá a trabalhar e a dar aulas e não sei quê, não gostava que a gente estivesse a fazer barulho e então, quando a gente se portava mal, ele chamava-nos. E depois o corretivo era, mandava-nos ir buscar os chinelos, a gente ia buscar o chinelo, e levávamos umas reguadas com o chinelo, que às vezes eu e o meu irmão no quarto experimentávamos qual é que era o chinelo que doía menos”.

No entanto, o pai morreu ainda Policarpo era muito novo. E aí muito mudou no seu quotidiano, uma vez que a sua mãe não trabalhava. Deste modo, alugaram um quarto e a mãe, para conseguir educar três filhos “fazia trabalhos de costura para as boutiques lá ao pé que vendiam roupa, fazia arranjos e aquelas coisas. Enfim, as dificuldades eram bastantes, portanto, nós da igreja recebíamos habitualmente ajuda em termos de alimentação, vestuário”. Para além do agravamento dos recursos e capitais financeiros detidos pela família, a educação dada a Policarpo e aos irmãos também mudou. “Os primeiros anos, o meu pai era uma pessoa muito, muito disciplinada e muito disciplinadora, enfim, a imagem que eu tenho dele é de uma pessoa reta, justa”. A mãe era mais permissiva e com regras que possibilitavam maior liberdade na ação.

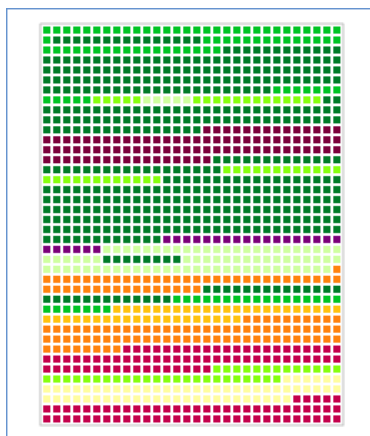
Com a morte de ambos os seus pais, Policarpo ficou sem nada. “A minha mãe não me deixou nada, nem os meus pais, pronto, não me deixaram qualquer bem, nem casas, nem conta no banco, nem herança”. O que origina em Policarpo o mesmo tipo de insegurança ontológica sentida por Nelson. Ou seja, “os meus pais não me deixaram nada, e já não tinha pais que me pudessem dar qualquer apoio, e o que acontece é que a sensação de insegurança que nós temos”. No entanto, a resposta de Policarpo foi diferente, por não sentir

e perceber a sociedade como limitadora e castradora, e por considerar que a maioria da sua vida é decidida por ele. “Cinquenta e um por cento da minha vida decorre de decisões minhas e não de outras coisas. E eu digo cinquenta e um e até podia ser noventa e nove. Mas digo cinquenta e um no sentido de dizer que o meu destino não está escrito, sou eu que o escrevo, tudo o que me aconteceu de bom e mau”. Essa perspectiva agencial e essa sobrevalorização da sua capacidade agencial permitiu-lhe ingressar no ensino superior e ser na atualidade business manager.

Porém, apesar de o seu presente parecer muito diferente do percurso de seu pai – é casado sem filhos, com um trabalho exigente com viagens constantes, enquanto o pai trabalhava a partir de casa, era casado e tinha três filhos –, o ideal de masculinidade de Policarpo é o seu pai: “Se calhar o meu ídolo seria o meu pai. A imagem que eu tinha de uma pessoa justa, reta, tranquila, apoiante, sempre foi. E diria que a ter um ídolo seria o meu pai, não estou a ver outro”. Para além disso, tal como Mauro, Nelson e Pompeu, considera que homens e mulheres têm direitos iguais, mas são seres completamente diferentes. “Para mim ser homem e ser uma mulher é igual. Isto no sentido de lhe dizer que eu tenho a profunda convicção de que é exatamente igual. Acho que não tem qualquer direito diferente, nem qualquer obrigação diferente. No entanto, acho que são seres profundamente diferentes em tudo, diferentes na maneira de pensar, na maneira de sentir, de ver as coisas, em tudo. São completamente diferentes, mas acho que têm exatamente os mesmos direitos e obrigações”.

O discurso de Policarpo, como é visível na Figura 5.4, é esmagadoramente marcado por categorias analíticas estruturais, e principalmente por recursos, capitais e trajetórias que constroem a ação. Agência (de reprodução) e representações (também de reprodução) são categorias analíticas minoritárias.

**Figura 5.4. Document portrait de Policarpo**



No conjunto dos homens com percursos biográficos permeados por uma agência de reprodução, revelam-se na sua maioria relações difíceis a nível interacional, quer entre pais e filhos quer entre pais e mães, e/ou recursos, capitais e trajetórias que constroem e limitam a ação e a capacidade agencial. Para além disso, o contexto familiar, estrutural e relacional provocam em alguns entrevistados o sentimento de ausência de uma rede e suporte ou um apoio incondicional que, em muitos, se reflete numa insegurança ontológica. Essa ausência de segurança e vontade de arriscar fá-los sentir o desempenho da masculinidade como uma pressão, muitas vezes avassaladora e impossível de ser correspondida, mesmo que em dimensões diferentes da vida.

Todos os entrevistados aqui evidenciados percebem homens e mulheres com os mesmos direitos, mas enquanto entidades que são, na sua essência, profundamente diferentes. E para o exercício da masculinidade, idealizam e pretendem reproduzir – com exceção de Nelson –, o desempenho de género da figura paterna. Com a exceção de Policarpo, manifestam estar a viver muitas dificuldades profissionais no presente e a maioria deles não está a fazer profissionalmente o que gostaria ou, pelo menos, nas condições que gostaria.

Vejamos agora três dos testemunhos femininos de agência de reprodução, começando por Marta.

### **5.5 Marta, 31 anos, “Acho que fui uma menina bem-comportada. Fazia tudo aquilo que eles [os pais] mandavam. Acho que não tinham razões para ralar”**

Marta é uma mulher de 31 anos, assistente editorial com uma licenciatura e duas pós-graduações. O pai e a mãe são proprietários de um restaurante, em que o pai é empregado de balcão e a mãe cozinheira. O percurso biográfico de Marta é muito marcado pelo restaurante que os pais têm. Essa marca é mais sentida até ao casamento de Marta, e principalmente na infância e juventude. “Sempre os meus pais a terem o restaurante, portanto a minha vida era sempre o restaurante. Marcou-me bastante até já ser adulta o facto de os meus amigos terminarem as aulas e irem para casa. E eu terminar as aulas e ir para o café. Só às 3<sup>as</sup> feiras é que ia para casa. Portanto o meu fim de semana era à 3<sup>a</sup> feira. Mas tinha sempre aulas até às 6 e meia. Portanto era horrível (risos).” A ausência de um quotidiano vivido em casa com os pais e o irmão foi algo sentido de forma dolorosa. “Acho que tive o que podia ser o melhor, à exceção daquela parte mais caseira por causa dos meus pais terem o restaurante. Sentia muita falta de à noite estar no sofá com o meu

pai, a minha mãe e o meu irmão no quentinho da casa. Íamos cedo para casa, às 22 horas, mas faltava... só tinha à terça-feira. Andava sempre à espera da terça-feira seguinte”.

No entanto, apesar de os pais estarem muito ausentes, a educação e o crescimento de Marta sempre foram controlados de perto de forma restritiva e controladora. “Era o querer sair e não me deixarem (risos). E as minhas amigas e os meus amigos saírem todos e eu não poder sair. À noite e mesmo à tarde. Os meus pais sempre foram muito conservadores e eu sair sozinha e ir de autocarro para a terra mais próxima... E lembro-me que as minhas amigas iam à tarde ao cinema e eu dizia sempre que não podia. (...) Até uma certa idade, os meus pais não me deixavam sair. Depois começaram a deixar sair e eu saía, mas eu sabia que eles não gostavam que eu saísse. Então eu apetecia-me sair, mas não saía para não... então eu tinha os meus amigos todos à porta, “mas não vens porquê?” Essas regras que constrangeram a ação de Marta eram especificamente por ser mulher. As regras nunca foram tão limitadoras e rígidas para o seu irmão. “Acho que sofri um bocadinho pelo facto de ser menina. Com as saídas, controlavam mais as horas. Eu também não era tão rebelde. O meu irmão sempre foi rebelde, portanto eles diziam “estás em casa à meia-noite” e ele chegava às 3 da manhã e estava-se a marimbar. Na semana a seguir fazia o mesmo. E eu não, diziam-me “estás em casa à meia-noite” e eu estava à meia-noite. Um dia cheguei à uma e levei um sermão. Sempre cumpro e acho que sempre foram mais exigentes comigo”. As regras e o controlo foram também tão incorporados por Marta que agora, mesmo casada e a viver com o marido na sua casa, continua a sentir a necessidade de informar os pais sempre que vai sair. “Sinto que eles estão mais tolerantes com saídas... Por exemplo, eu agora tenho a preocupação de dizer “olha mãe hoje vou sair, vou ali”, falamos todos os dias e ela antes “ah, mas nunca estás cá, tens de estar em casa cedo” e agora não. Sinto a necessidade de lhes dar justificações e eles estão muito mais...”

Marta, desde muito nova, incorporou as regras e as expectativas que os seus pais tinham dela e sempre procurou corresponder ao ideal de menina bem-comportada, boa aluna e cumpridora dos compromissos. “Acho que nunca tive aquela tendência para desviar do percurso que os meus pais queriam que eu fizesse. Como sempre concordei com o percurso que eles queriam que eu fizesse, acabei por me encaixar nesse percurso. E era o percurso que eu também queria para mim, não sei se por eles me incutirem isso desde pequenina...” A incorporação das regras e o corresponder às expectativas originou um sentimento por parte de Marta de que a sua educação havia sido democrática. “Acho que sempre foram muito democráticos, também acho que fui uma menina bem-comportada (risos), não tinham razões. Tudo aquilo que eles me diziam, eu fazia. Na escola também

sempre fui boa aluna. Fazia tudo aquilo que eles mandavam. Acho que não tinham razões para ralar (risos)”.

Esta educação controladora e rígida, mas perfeccionada enquanto democrática por Marta devido à incorporação das práticas, papéis e expectativas parentais para si, originou um comportamento na entrevistada de fragilidade e procura de proteção e decisões nos outros. Quando se separou do que viria depois a ser seu marido, teve de aprender a viver, agir e decidir por si, o que não tinha conseguido até então. “Estivemos separados, ele esteve com outra pessoa e eu tive que aprender a gostar de mim. Estava sozinha, não o tinha ali comigo para ir a qualquer lado e ser ele a pedir e ser ele a tratar e ser ele a ligar, e eu tive que me safar sozinha. E cresci. E aprendi a só dizer que sim a alguma coisa quando quero. Só quando se sente que se quer é que se deve”.

Esta aprendizagem culminou numa recusa ao pedido de casamento que o seu futuro marido fez e posterior pedido de casamento de Marta ao marido. “Nós quando estivemos separados, o Simão quando percebeu que queria voltar pediu-me em casamento. Foi ter comigo, levou um anel e pediu-me em casamento ao meu pai. Pediu desculpa ao meu pai por me ter feito sofrer e por aí fora e eu disse que não. E ainda foram bastantes meses até... Nem disse que não. Ele chegou lá, pediu desculpa ao meu pai por tudo o que tinha feito e que queria casar comigo e eu virei costas e fui-me embora. (...) Depois de já estarmos a morar juntos, eu para aí em outubro, um dia à noite lembrei-me e então pedi-o em casamento (risos). Pedi eu. Eu tive que insistir um bocadinho até que ele disse que sim e foi quando decidimos casar. Aí fui eu que tomei a iniciativa, e depois mais tarde recebi um anel e essas coisas todas”.

O casamento sempre esteve nos seus planos e principalmente o casamento pela religião católica. “A nível pessoal foi casar, sempre tive esse ideal. Nem toda a gente tem, mas eu sempre tive o ideal de casar e um dia que possa ter filhos. (...) Para mim se calhar tem a ver com aquele ideal que eu sempre tive. Porque eu desde pequenina que sempre sonhei casar. Não sei explicar porquê. A minha mãe casou, a minha avó casou. As fotografias. Ia a casamentos em pequenina e pensava ‘um dia também vou casar’. Tal como a nível profissional era ter um curso, o casar para mim sempre foi uma meta. Era para ter o nosso dia, sempre sonhei ter o nosso dia e também porque sou católica”.

A vontade e a necessidade de imitar e reproduzir o percurso da sua mãe reflete o seu ideal de feminilidade desde a infância. “É uma supermulher. O meu modelo de mulher é a minha mãe. Gosta muito da profissão dela. Independentemente da profissão, eu acho que o modelo ideal de mulher é ter uma profissão que gosta (...) Para mim, é ter uma família, ter filhos e conseguir conciliar isso tudo. Mas não tem que ser. Há quem não queira ter filhos,

quem não queira casar, quem se queira dedicar só à vida profissional, mas para mim o ideal é conseguir conciliar todas essas áreas. (...) Mesmo na adolescência, sempre tive a presença da minha mãe muito vincada, de ser como ela, de fazer as coisas que ela fazia, de aprender a cozinhar, essas coisas. A nível profissional não, porque sempre quis outro percurso, mas a maneira de ser sim da minha mãe”. Apesar de querer outro percurso, ao desejar estudar e terminar a licenciatura, Marta anseia no futuro em ter o seu próprio restaurante tal como os pais. “Para além deste trabalho, não sei se por os meus pais terem um restaurante e eu ter lá estado desde pequenina, gostava de um dia ter o meu próprio restaurante. Que não tem nada a ver com isto, mas que gostava de conciliar as duas coisas”.

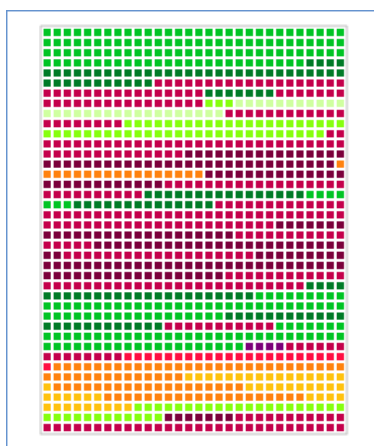
A reprodução por parte de Marta do percurso biográfico da sua mãe é tão marcante que revê na sua relação conjugal o casamento dos seus pais. “Acaba por ser muito parecido eu e a minha mãe ou a minha relação com o Simão com a do meu pai com a minha mãe. Toda a nossa vivência acaba por ser muito semelhante, tanto na relação em si, na forma de estar em casa. O meu pai também faz algumas tarefas, o Simão também faz algumas. Acho que acaba por ser muito semelhante. Os meus pais trabalham os dois juntos 24 sobre 24 horas. Eu e o Simão não trabalhamos juntos, mas vimos todos os dias juntos e vamos todos os dias juntos. Estamos sempre juntos. É muito parecido”. Para a reprodução integral do percurso biográfico de sua mãe, falta-lhe abrir o seu próprio restaurante e ser mãe. A maternidade é um desejo seu, mas por motivos de saúde não foi ainda possível. Mas a pressão que sente por parte da família e amigos é intensa. “Os meus pais, se calhar, esperam de mim um comportamento que corresponda mais à vivência que eles têm, à vida que eles têm levado. Por exemplo, a casa. O meu pai ajuda a minha mãe, mas... Também faz comida se for preciso, mas não limpa a casa, não passa a ferro. Se calhar eles de mim também esperam isso e não esperam que o Simão faça isso. Ser mãe, sim. Sim, isso sim, muito. Toda a gente. É uma pressão enorme. Perguntam diretamente “então quando é que vem? Já estás casada, tens trabalho. Do que é que estás à espera? Só falta isso.”

No entanto, apesar da pressão e das expectativas de género, Marta não as sente tanto quanto sentiria se não as tivesse incorporado também como suas. “Não me sinto limitada por ser mulher, mas sinto às vezes o peso de ser mulher. Se calhar tem a ver com a educação. Por exemplo, em casa, tarefas domésticas eu sinto que ele, como é homem, nunca aprendeu, nunca fez, não sabe fazer. (...) A sociedade tem tantos valores, tantos estigmas do que é que deve ser mulher e do que é que deve ser homem. Eu própria com a minha sobrinha ‘ah só usas roupa de rapaz’. Já lhe estou a dizer que não pode usar aquela roupa inconscientemente”.

Tal como se verificou nos homens com uma agência de reprodução, também Marta considera que homens e mulheres são iguais em direitos, mas diferentes na sua essência. “Acho que [homens e mulheres] são diferentes e acho que as pessoas dão demasiada importância a essas diferenças. As pessoas complicam demasiado essas diferenças. Quando me perguntou se eu sentia na pele o ser mulher, eu nunca pensei nisso, porque nunca me senti discriminada. Há muitas pessoas fazem isso e não havia necessidade. É uma coisa natural. São diferentes fisicamente, se calhar há diferenças ao nível do sentir... não sei se há. Isso também é um bocadinho social, tem a ver com a educação deles. Mas acho que as pessoas fazem com que sejam ainda mais diferentes quando são diferentes fisicamente, mas tudo o resto podem seguir o mesmo percurso. Cada um faz o seu percurso”.

O percurso de Marta não é tão marcado por categorias analíticas estruturais como havia acontecido com os entrevistados homens com este tipo de ação individual racional e consciente. No seu discurso são mais preponderantes a agência de reprodução e ação de compromisso entre agência e estrutura (Figura 5.5).

**Figura 5.5. Document portrait de Marta**



Outro percurso biográfico de uma mulher que reproduz quase fielmente, com a exceção da maternidade, a trajetória de vida da sua mãe é o de Carla.

### **5.6 Carla, 40 anos, “Eu sinto-me muito mulher, não deixo de ser mulher por não ser mãe. Eu não posso ser mãe, não consigo, Deus não quer”**

Carla é uma mulher de 40 anos, com 11<sup>o</sup> ano, e técnica de fisioterapia. Vem de uma família unida e carinhosa, em que o pai, com a 4<sup>a</sup> classe, era mecânico de automóveis e a mãe, também com a 4<sup>a</sup> classe, era auxiliar de ação médica. Dadas as dificuldades económicas –



“Embora os pais passassem algumas dificuldades, nós fomos tendo tudo o que é necessário, mas não tínhamos o que hoje os miúdos têm” –, os seus pais trabalhavam muito, restando pouco tempo para educar, pelo que o principal foi transmitido pelo exemplo. “Porque os meus pais eram de uma classe muito trabalhadora, também não tinham tempo de educar, mas também não eram daqueles que diziam que a educação é para os professores”. Essa ausência relativa de casa por parte dos pais levou a que houvesse muita liberdade para a ação sem autoritarismos: “Eu convencia a minha mãe de tudo e o meu pai, era só eu querer, dava-lhes cá a volta com uma pinta. (...) Nunca apanhei, nunca apanhei do meu pai e da minha mãe se apanhei uma estalada foi daquelas sem se saber porque é que se dá”.

Tal como Marta que começou a trabalhar com 14 anos na apanha do tomate, Carla começou a trabalhar aos 13 anos para ajudar os pais. “Eu, aos 13 anos, comecei a trabalhar aos sábados e nas férias da escola, porque sabia que os meus pais tinham algumas dificuldades. (...) Eu trabalhava às vezes doze horas, treze, ao sábado”. Esse início precoce no mercado de trabalho coincide com o percurso biográfico de sua mãe que tem bastantes paralelismos com o seu. “Ela começou a trabalhar bem mais nova do que eu. Portanto eu comecei a trabalhar por opção, porque quis, ela não, foi porque foi obrigada. A professora primária até queria que ela estudasse mais, o pai como tinha mais sete filhos disse ‘não dou aos sete, não dou a nenhum’. E foi obrigada a começar muito cedo a trabalhar. (...) Depois casou e nem sempre a vida foi fácil, porque também teve alguns problemas com o meu pai. A vida nem sempre é um mar de rosas. Hoje felizmente está tudo bem, mas nem sempre foi. O meu pai é uma pessoa que também esteve na guerra e parecendo que não isso mexe muito com as pessoas”. Apesar de a sua mãe ter começado a trabalhar mais cedo do que Carla, e de não lhe ter sido possível estudar mais do que a 4ª classe, seguindo a entrevistada a tendência nacional de uma mobilidade social ascendente a nível escolar, quando se analisa a atividade profissional, as duas têm empregos similares. São profissões de prestação de cuidados, ligadas à saúde. Ambas saíram de casa dos pais para casar pela Igreja Católica. E em ambas a religião católica desempenha um papel preponderante, sendo Carla catequista.

Tal como a sua mãe, também Carla começou a namorar com o seu futuro marido cedo. Aos 17 anos. Curiosamente, apesar de viver num meio rural, católico e tradicional, ao contrário do que aconteceu com Marta em que o futuro marido pediu a sua mão em casamento ao pai, Carla nunca gostou dessa prática por se considerar responsável por si e pelo seu percurso. “Eu costumo dizer que só fui pedida em namoro há uns anos, quando já estava casada. Eu nunca gostei daquelas coisas de irem pedir aos meus pais. Eu era

responsável por mim, tanto que quando nós começamos a namorar eu tinha 17, mas passados 12 dias fiz os 18, portanto eu era responsável. Ele não tinha que ir pedir nada a ninguém”. O namoro seguiu o percurso expectável pela família e amigos de evoluir para o casamento religioso. “Naturalmente começámos à procura de casa, isto nós namorámos cinco anos e pouco. Portanto ao fim de uns 4 anos de namoro começámos a pensar nisso. Ao fim de 3 anos talvez fizemos a conta já em conjunto para ir fazendo um mealheirozinho. E depois começámos à procura de casa (...) E depois marcámos uma data para o casamento. Foi uma progressão natural. A ideia era de ter o nosso espaço e de construirmos uma vida. E a família, não posso negar. Portanto a nossa família, os filhos ou o filho. Faz parte dos planos de um casal. Claro que de alguns não faz, mas do nosso fazia. É um espaço que é saudável para nós, não fantasiava muito”.

Todavia, apesar de Carla reproduzir as práticas e os papéis de género próprios do regime local de género, rural, tradicional, religioso e conservador, bem como reproduzir o percurso biográfico da sua mãe, existe um ponto na sua trajetória em que Carla não correspondeu às expectativas e representações de feminilidade vigentes no contexto geográfico, social e cultural em que nasceu, cresceu e vive: a maternidade. No entanto, isto não se deveu a uma ação social consciente e reflexiva nesse sentido, não se deveu a uma forma de agência de desafio ou rutura para com a conceção de género, mas sim resultado de uma incapacidade. Carla está casada há mais de quinze anos e, desde então, ela e o marido têm tentado, sem nunca conseguir. Esta situação levou a anos de angústia e tristeza, esporadicamente agravados por comentários de vizinhas/os e conhecidas/os, e a uma grande reflexão sobre o seu papel de mulher.

Esta situação, gerida e ultrapassada devido à fé e ao papel que a religião desempenha na sua vida, deu origem a uma conceção do género feminino um pouco mais abrangente do que a do regime de género que equivale o ser mulher a ser mãe, apesar de lhe poder reconhecer outros papéis e outras dimensões. “Eu sinto-me muito mulher, não deixo de ser mulher por não ser mãe. Eu não posso ser mãe, não consigo, Deus não quer. Tenho tudo bem comigo no meu corpo, com o meu marido está tudo bem, mas não somos. Ponto. E eu vejo muitas pessoas, na televisão, em filmes, ‘para eu me sentir completa ou para eu me realizar como mulher, tenho de ser mãe’. (...) Não! Eu adorava e acho mesmo que o meu sonho de vida era ser mãe e tenho sofrido bastante por não o conseguir, mas não me sinto menos mulher por isso. Portanto, não está igual mãe, mulher. Não está! (...) Se [um filho] vem para me realizar como mulher, se calhar também será grave, porque, para mim, o ser mulher é realizar-me profissionalmente, enquanto pessoa e enquanto mulher mesmo do meu marido, sexualmente, estar em pleno”.

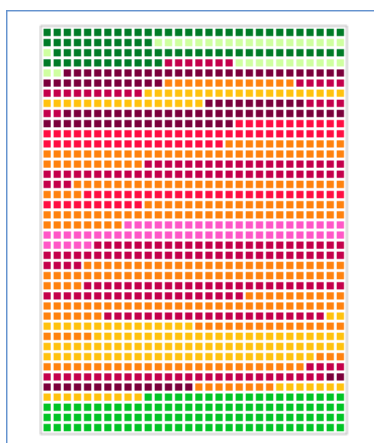
Ser mãe era o sonho de Carla – “É uma nova vida, é continuarmos a missão de Deus e depois ter um fruto deste amor que acho que é muito bonito. Aí é que faz sentido. Mas podemos dar frutos sem ser assim, e é isso que eu tento compensar” – e não o conseguir ser gerou muito sofrimento individual e em casal, agravado muitas vezes pela pressão social. Carla sofreu muitas vezes com a expectativa dos outros, colegas, vizinhas/os e conhecidas/os. “Eu tenho uma profissão em que todos os dias, alguém me pergunta ‘então e os filhos?’. E eu tenho vários afilhados e chego a ir com eles às consultas, aqui ou acolá, ou tê-los e levá-los ao parque a brincar, e dizerem-me ‘ah assim é muito fácil, já feitiños e não sei o quê’. Às vezes as pessoas gostam mesmo de ser cruéis, gostam mesmo de deitar os outros abaixo. (...) Já tínhamos visto essa senhora na praça e depois fomos ao café tomar o pequeno-almoço e a senhora voltou a entrar e disse assim ‘então, mas anda-nos a perseguir?’, qualquer coisa do género. Ou a minha mãe disse, já não sei quem é que disse. E ela responde-me ‘então e tu que não prestas para nada nem para dar um neto à tua mãe?’ Bom, eu desabei. Naquele café, eu desatei a chorar, assim uma coisa... E a minha mãe nunca me tinha visto assim, porque ela vê-me sempre a reagir bem. (...) Eu tenho conseguido gerir, mas tenho alturas em que essa cicatriz está cá. É uma dor que eu tenho”.

A vivência da incapacidade de ser mãe é vivida dia a dia, com oscilações constantes. “Tenho momentos em que me vou abaixo e que acho que, se calhar, não mereço ser mulher nesse ponto. Mas depois tenho outros momentos em que não, em que isso não me prejudica nada, que estou bem, com aqui os pirolitos todos bem arrumadinhos no sítio, e isso está tudo muito bem.” Ao mesmo tempo que se refugia na religião para ultrapassar a dor de não conseguir ser mãe, também é a religião que a leva, muitas vezes, a considerar a sua incapacidade de gerir vida como um castigo de Deus, pelo qual é prejudicada constantemente. “Por não ser mãe já me senti algumas vezes prejudicada, porque já muitas vezes me atiraram à cara, as pessoas gostam muito de provocar, gostam muito de magoar às vezes os outros e eu não tenho a culpa de não ser. É o que eu digo: a vida já me castigou, entre aspas, por não ser, portanto não tenho que ser mais castigada por isso. E já vi que algumas colegas, às vezes, querem passar à frente ou querem mostrar que têm mais importância porque têm uma filha. Não! Aí eu não deixo, aí eu luto pelos meus direitos”. Tenta colmatar essa lacuna, esse espaço vazio, com a fertilidade noutras dimensões da vida, ao ser compassiva e partilhar a sua sabedoria. “Não sendo fértil para ter um filho, sou muito fértil, porque levo o meu amor, levo alguma da minha sabedoria a muitas pessoas e tento confortar algumas que estão em sofrimento. Portanto, tento ser fértil. Posso ser fértil sem ser mãe. Portanto sou! Tenho a certeza de que sou mulher sem ser mãe”.

Contudo, apesar de Carla ter desenvolvido representações de género mais abrangentes e multifacetadas do que a vigente no seu regime de género, que equivale o ser mulher ao ser mãe, a sua agência e o seu percurso de vida reproduz, sempre que possível, o advogado e esperado de uma mulher no seu regime de género. Tem uma profissão tendencialmente feminina, é profundamente religiosa, é casada pela Igreja Católica e dedica a sua vida a cuidar e ajudar os outros. Existe, no entanto, uma ação e decisão na sua vida em que a entrevistada claramente desafiou as expectativas e normas de género do regime local. Apesar de católica praticante e catequista, não só iniciou a sua vida sexual aos 18 anos, já com o seu atual marido, mas ainda em namoro, como defende a prática sexual antes do casamento: “defendo que as pessoas têm de se conhecer antes do matrimónio e eu sou catequista e a Igreja defende a virgindade e isso tudo, mas eu não posso defender. Também não vou falar disto com os meus jovens assim, mas eu acho que se deve. Deve conhecer, deve haver mesmo experiência, porque a pessoa pode não se dar bem nessa parte e isso é importantíssimo depois numa relação”.

Este ponto é importante realçar, porque evidencia, mais uma vez, que, apesar de um percurso de vida individual poder ser marcado maioritariamente por um tipo de agência, isso não implica que o mesmo indivíduo aja da mesma forma em todos os domínios da sua vida e em todas as fases do seu ciclo de vida. Essa multiplicidade de formas de agência, acompanhada também de uma multiplicidade de representações de género – de reprodução e de desafio progressiva – é visível no seu discurso (Figura 5.6).

**Figura 5.6. Document portrait de Carla**



Para finalizar este capítulo, reflete-se agora sobre o percurso biográfico de Luísa que, tal como Policarpo, é mais escolarizada.

### **5.7 Luísa, 39 anos, “Se eu não tivesse filhos, faltava-me essa parte. Achava que estava coxa”**

Luísa é uma mulher de 39 anos, socióloga e docente universitária, com doutoramento. Ambos os pais também são bastante escolarizados e com profissões qualificadas. O pai (já falecido) era licenciado em Economia e empresário de pequena/média dimensão. A mãe é responsável pelo sector de vendas de uma multinacional com uma licenciatura em Marketing. Ao contrário de todos os outros entrevistados e entrevistadas com uma agência de reprodução, Luísa nasceu e cresceu num ambiente privilegiado em recursos e capitais financeiros, sociais, culturais e simbólicos, e regras que possibilitam a ação. Viveu, na sua infância, numa casa com três andares, com jardim e com empregadas internas. O jardim é considerado por Luísa como um espaço de vivência da liberdade. “Eu nasci no meio de uma família privilegiada. Portanto era uma família de classe na altura alta. (...) Tive uma infância no Porto bastante feliz no sentido de que materialmente não me faltava nada. Nós vivemos numa casa muito grande, com jardim, tudo, e com empregadas internas. (...) Tínhamos uma casa muito grande, com 3 andares e com um jardim enorme a toda a volta que estava cheio de pequenos mistérios... então eu lembro-me de fazer a minha vida no jardim. (...) Acho que nós sempre tivemos liberdade. E eu acho que a liberdade física, o facto de ter jardim que era um privilégio naquela altura, e ainda um pátio, dava-te uma perspetiva...”.

Esse exercício da liberdade num espaço físico juntamente com a família escolarizada e escolarizada, embora conservadora e politicamente de direita, permitiu-lhe o desenvolvimento de um sistema de ação e de disposições e perceções de si, dos outros e da realidade assentes no privilégio e na capacidade agencial. “Eu sinto que sou uma pessoa que fiz as escolhas que fiz e consegui levá-las adiante. Eu tenho a sorte... De pensar ou de sentir que a minha vida foi por onde eu quis que fosse. Ajudada, condicionada, estruturada por, até um certo ponto, uma situação familiar que, sem ser de luxo, me permitia ir onde eu queria. (...) Podia estar melhor, podia estar pior, mas a vida que eu tenho foi fruto das escolhas que eu fiz. Isso eu acho”.

No entanto, Luísa também considera que na vida adulta começa a aperceber-se que essas decisões e essas liberdades são também condicionadas e limitadas. “Quando tu estás na faculdade tu pensas que tu vais comer o mundo, podes ser absolutamente tudo o que tu quiseres, não tens a mínima restrição. Com os anos comesças a perceber que não tens tanta liberdade de escolha como tinhas antes. E eu acho que não é só a liberdade de escolha, é a ingenuidade de pensar que, de facto, podes fazer tudo. É a ingenuidade! E depois mais tarde pensas que não podes fazer tudo, mas quase tudo. Também não é quase, mas que

podes fazer muita coisa. E podes! Mas aí já não pesas tu, pesa a relação, pesam os filhos, e sobretudo neste momento acho que pesa tu estares onde tens trabalho e no país, na cidade ou no sítio onde te garante condições para tu viveres”.

Mesmo sendo mais escolarizada do que a maioria dos indivíduos com uma agência de reprodução, de ter um percurso biográfico vincadamente privilegiado, e com uma agência de desafio progressiva em algumas dimensões, nomeadamente a sexualidade – “Houve sempre uma naturalização desse assunto com a minha mãe. (...) A mulher acho que se impõe mais normas, mais entraves, mais travões do que o homem. Deve haver sempre um complexo subtil da malcomportada. Acho que também deve pesar um bocadinho. Ou seja, quanto mais experiências sexuais tiveste, mais devassa és” – Luísa vive o seu percurso biográfico correspondendo aos papéis e às expectativas de género da ordem de género ocidental contemporânea. Casou cedo com o desejo de ser mãe e teve dois filhos. “Eu também lhe disse logo ‘olha tu daqui a uns meses vens viver comigo porque não estou aqui para perder tempo’. Foi um bocado assim, porque acho que chegas a uma altura. Eu tinha 27. Achava que já era muito adulta, ou seja, que já era muito velha com 27 anos. E ele na altura tinha 25. Isto parece um miúdo. Um miúdo autêntico. E eu achava que as relações tinham que ir para algum lado, se não andavas ali a perder tempo. Então mandei-lhe a boca e ele ficou assim um bocado... (...) Sempre soubemos que queríamos ter filhos. Eu chateava muito para ter um filho enquanto estava a fazer o doutoramento, porque aquilo era tão intenso que eu precisava de um lado emocional para equilibrar, e ele dizia que não, que só quando estivesse absolutamente feito e foi bom assim”. Se Luísa considera que o primeiro filho nasceu um pouco por imaturidade, o segundo foi uma decisão racional. “O primeiro filho é sempre por amor, por imaturidade... Não é por imaturidade, mas tens que ter filhos, porque adoras filhos e porque adoras aquela pessoa realmente. É parte do teu projeto. Acho que o segundo filho é mais racional. É também emocional evidentemente, mas também é mais racional. Pesas uma série de coisas”. A maternidade implica, segundo Luísa, uma limitação do exercício da liberdade e da capacidade agencial. “É giro quando não tens filhos e tens possibilidades de fazer noitadas com os amigos, mas com filhos já começas a aburguesar-te de outra maneira”.

A conjugalidade e a maternidade sempre foram um objetivo de Luísa, apesar de, no seu contexto familiar e social, ter sido incentivada muito mais a ser profissional do que a ser mãe. “Uma coisa na nossa casa é uma mulher que não trabalha é uma vergonha. Nem pensar! Tem que trabalhar como um homem. Sempre houve esta mensagem subtil e explícita de que vocês vão ter que trabalhar, vocês vão fazer o vosso curso, vocês vão ser isto, aquilo, aquilo. Houve sempre uma aposta muito clara na nossa capacidade de trabalho

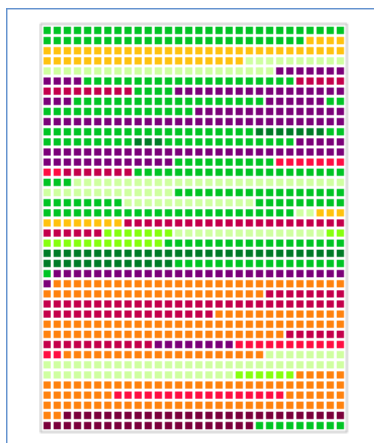
e na nossa participação ativa na sociedade. Muito mais do que tens de casar para ser mãe. Nunca na vida ouvi isso, mas sempre ouvi ‘tens que tirar um curso superior’. É evidente, era dado como adquirido”. No entanto, a conjugação destas várias dimensões: a conjugal, parental e profissional, gera uma sobrecarga na vivência do quotidiano do género feminino, levando à exaustão. “As mulheres portuguesas, porque noutros sítios poderá ser melhor, são umas lutadoras, porque há uma série de dimensões, na minha idade, que precisas de conjugar que chegas exausta ao final do dia. Uma mulher na minha idade e nas minhas condições, pode ser muito gratificante quando tens uma série de dimensões conjugadas, mas é muito cansativo. Eu acho que claramente nesta fase da minha vida não és mulher para ti própria, és mulher para os outros. Ou seja, és mulher para os filhos, para a casa, para a relação também, para o trabalho que é teu. (...) Mas nesta altura esqueces-te um bocado do que é ser mulher para ti própria. Estou numa fase realmente cansativa. (...) Neste momento cansa-me ser mulher. (...) Se eu não tivesse filhos, faltava-me essa parte. Achava que estava coxa e que não...”

A conjugação e o equilíbrio de várias dimensões da vida: conjugalidade, maternidade e trabalho correspondem ao ideal de feminilidade de Luísa. “A mulher bem-sucedida é a mulher que é feliz. É a mulher que consegue equilibrar várias áreas da vida dela e não sentir remorsos por não poder deixar de fazer o que fez ou o que quis. (...) É uma mulher que se sente realizada na profissão. É uma mulher que evidentemente tem uma relação afetiva ou não. Pode haver mulheres que não... (...) Portanto que tenha uma relação boa, feliz, e depois filhos se quiser tê-los. Que consiga os vários papéis, profissional, de mulher, de mãe e para ela própria, que consiga equilibrar tudo isso e que consiga levar com uma certa harmonia”. Luísa sente estar próxima desse ideal de feminilidade, reproduzindo práticas, papéis e expectativas de género, mas com dificuldade e muito cansaço. “Eu sinto que sou uma privilegiada em poder ter isso tudo. O que eu sinto, que eu acho que 99% das mulheres deve sentir, é que não fazes bem nenhuma dessas coisas. Ou seja, não és a mãe perfeita, não és a mulher perfeita, não és a profissional perfeita, porque não tens tempo para ser todas elas bem. Fazes o melhor que podes e vais andando. Vais-te desenrascando. Mas não há esse equilíbrio. Esse equilíbrio é uma chatice. Às tantas tenho um ideal sem saber que tenho um ideal. Às tantas tenho um equilíbrio embora tenha que ser desequilibrado esse equilíbrio”.

O percurso biográfico de Luísa parece ser profundamente marcado pelo nível estrutural de análise – com recursos, capitais, trajetórias e regras que possibilitam a ação; e pelo nível individual – com representações e sistemas de ações e de perceções de si, dos outros e da realidade social que reproduzem papéis, práticas e expectativas de género da ordem de

gênero ocidental e contemporânea. Essa relação entre a estrutura e as representações fica evidente na Figura 5.7.

**Figura 5.7. Document portrait de Luísa**



No conjunto das mulheres com percursos biográficos marcados por uma agência de reprodução, notam-se relações familiares tranquilas e de compreensão, apoio e suporte emocional ao contrário do que se tinha verificado nos homens. O que também se deve a uma incorporação das expectativas e papéis de género que é exteriorizada em comportamentos padronizados. Os contextos familiares, com exceção de Luísa, constituem recursos, capitais e regras que constroem a ação, mas que não são vividos, na sua maioria, com sofrimento ou angústia. Antes com pragmatismo. A figura materna, tal como a figura paterna nos homens, constitui o ideal de feminilidade, originando nas entrevistadas a vontade de reproduzir esse exemplo e ideal. Tal como nos homens, nem sempre conseguem corresponder na totalidade a essa reprodução, o que, nas mulheres, sucede frequentemente na maternidade. Dimensão da vida na qual sentem maior pressão e, por vezes, mesmo estigmatização. A religião desempenha um papel orientador na maioria das mulheres com agência de reprodução, com exceção de Luísa. O que não se tinha verificado nos homens, com exceção de Pompeu. As mulheres revelam representações de género mais complexas e abrangentes. No entanto, consideram, tal como os homens, que homens e mulheres têm as mesmas capacidades e os mesmos direitos, mas são seres e entidades, na sua essência, profundamente diferentes.



## 6. Ação de compromisso entre agência e estrutura

Neste capítulo debruçar-nos-emos sobre o último tipo de ação. A ação e prática social ritualizada e pragmática, nem sempre consciente e nunca reflexiva que reproduz práticas, normas e concepções de gênero, mas não constitui agência, por ser uma ação resultante da interiorização dos padrões de comportamento, normas e expectativas, que são exteriorizados de forma rotineira e automatizada. Este tipo de ação vem confirmar a proposta teórica de Lahire (2001, 2005) segundo a qual existem diversas formas de reflexividade que dão corpo a diferentes tipos de ação. A ação de compromisso entre agência e estrutura (10) é mais frequente do que a agência de desafio regressiva (9), mas menos comum que a agência de reprodução (11) e a agência de desafio progressiva (13). É um pouco mais comum em mulheres (6) – todas com mais de 40 anos – do que em homens (4) – dois com menos de 40 anos – e é mais visível em pessoas mais velhas (duas pessoas dos 30 aos 40 anos, cinco dos 40 aos 50 anos e três com mais de 50 anos). Metade dos indivíduos entrevistados com percursos biográficos vinculados por uma ação ritualizada e não estratégica têm o ensino básico (3) ou secundário (2), mas a outra metade tem o ensino superior (5). No entanto, é importante realçar que a maioria dos indivíduos muito escolarizados com uma ação de compromisso entre ação e estrutura são homens (3) mais novos (2). Ambas as mulheres com ensino superior com um discurso e um percurso predominantemente pouco reflexivo são mais velhas, com idades superiores aos 45 anos.

Começamos por refletir sobre o discurso e a biografia de Aurora.

### **6.1 Aurora, 60 anos, “Sempre fizemos os planos de casar depois de ele vir do Ultramar. Porque era uma coisa que nós gostávamos e na altura era tudo assim”**

Aurora é uma mulher de 60 anos, empregada de limpeza, reformada há 3 meses. Ambos os pais eram pouco escolarizados. O pai tinha a 4ª classe e havia sido pedreiro. A mãe tinha a 2ª classe e sempre fora empregada de limpeza. Devido às dificuldades financeiras dos seus pais e ao facto de viver numa pequena aldeia longe da sede de concelho, não foi possível Aurora continuar a estudar para além da 4ª classe, apesar de ter potencial. “Na altura a minha professora gostava... Foi pedir aos meus pais para eu continuar a estudar, porque eu era muito inteligente, mas derivada às possibilidades e não haver a escola preparatória na terra, os meus pais também não tinham possibilidades para eu o fazer”.

A infância de Aurora foi marcada pelo alcoolismo do pai e a violência doméstica. “A minha infância não foi boa, mas era o que havia na altura, porque foi na província e os meus pais viviam com dificuldades. Na província também há muito o vício do álcool, o meu pai metia-se no álcool e depois havia distúrbios. E fui muito marcada com isso. Faltas de comer e assim, podia não haver abundância, mas nunca tivemos falta de comer. Para isso nunca faltou. Mas era a parte psicológica... O meu pai embriagava-se e havia muita barafunda em casa. (...) Devido ao álcool, a relação [entre o pai e a mãe] era péssima. Desentendiam-se muito, brigavam. Mas era tudo por causa do álcool. Eram desentendimentos verbais e físicos. (...) À gente nunca batia. A gente só apanhava porque íamos defender a mãe”. Para além do álcool e da violência física e verbal entre o pai e a mãe, a infância de Aurora foi passada com os irmãos sozinhos em casa. “A minha mãe e o meu pai iam trabalhar e nós ficávamos sozinhos e depois éramos muitos, brigávamos uns com os outros. Eu era a penúltima”.

Aos 11 anos, saiu da aldeia e foi enviada pelos pais para Lisboa para tomar conta de uma idosa e da sua casa. “Mal saí da escola, vim para Lisboa para a casa de uma senhora para fazer-lhe companhia. Uma senhora lá da terra. Fazer-lhe companhia e fazer-lhe a lida da casa. Com 11 anos, mal saí da escola. Fiquei lá até aos 14. Aos 14 fui trabalhar para a fábrica. E foi sempre assim a vida a trabalhar. Saía do trabalho, ia para casa. A minha vida era isso, não saía”. Dos 11 aos 14 anos, Aurora ficou sem ver os pais e os irmãos. Só aos 14 anos, voltou a viver com eles que, entretanto, também tinham saído da aldeia. No entanto, a vida não ficou mais fácil. Não era permitido a Aurora ter amigos ou mesmo ver televisão ou ler revistas. “A minha mãe era muito... Só nos queria ver era a trabalhar. Vínhamos do trabalho à noite e não tínhamos ordem de ler uma revista nem de ver televisão. Ela queria que a gente estivesse sempre a fazer crochet ou a fazer malha. Diz que lermos revistas, estávamos a aprender coisas que não devíamos. Era outra mentalidade. (...) Quando saía do trabalho, em solteira, ajudava a minha mãe. Aliás, até ao fim de semana, ao sábado, também ia ajudá-la”.

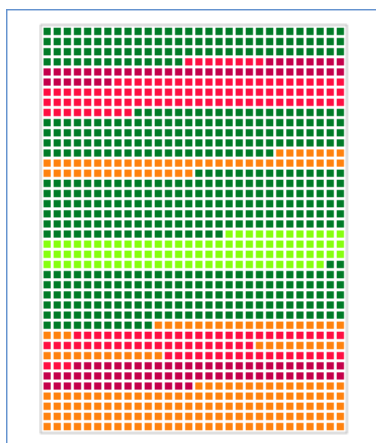
Apesar de toda esta vivência, no início da entrevista, quando lhe foi pedido um pequeno resumo da sua vida, o relato começou com a conjugalidade, parecendo não existir uma vida ou uma identidade sem o marido e as filhas. “Casei. Tive duas filhas. A nível da minha vida, tem sido razoável. Tenho um marido, tenho duas filhas muito amigas. Tenho tido uma vida mais ou menos estável. Nunca houve contratempos, sempre segui uma vida normal”. Quando conheceu o seu marido, o primeiro e único namorado, o plano era casar e ter filhos. “Sempre fizemos os planos de casar depois de ele vir do Ultramar. Nesse ano tratámos das coisas para casar. Arranjámos casa e casámos. Porque era uma coisa que nós gostávamos

e na altura era tudo assim. Casámos pela igreja, porque gostávamos”. Apesar de ser notória a vontade de Aurora de casar e ser mãe, mas relativamente à decisão de quando casar, do número de filhos e da diferença de idades ideal entre filhos, Aurora parece ter apenas seguido sempre o que o marido considerava ser o melhor. Durante um período particularmente difícil do seu casamento, quando questionada se pensou no divórcio, Aurora pareceu ficar surpreendida com a pergunta. “Isso nunca pensei, nunca fomos por esse lado. O ter as filhas acho que também não havia motivo para isso. Ele depois também deixou”.

Outra grande mudança no seu percurso biográfico também não foi decisão sua. Quando a empresa em que trabalhava como monitora de infância fechou, teve de procurar emprego e foi obrigada a mudar de profissão. Processo de adaptação que foi difícil para Aurora. “Na altura em que fui trabalhar para o hospital custou-me muito a adaptar, porque era um trabalho diferente. No infantário, eu trabalhava como monitora de infância e ali fui para a limpeza porque não tinha estudos para conseguir fazer o que estava a fazer. Antes o que contava era a prática e quando eu fiquei desempregada era a teoria. (...) E então foi o que me apareceu, porque eu precisava de continuar a trabalhar. O que me apareceu foi ir para a limpeza. E custou-me um bocado a adaptação, mas depois habituei-me e até gostei”. Apesar de todas as dificuldades que teve na sua vida, Aurora considera que o mais importante foi a família que construiu e ter tido uma vida sem nada que os outros lhe possam apontar: “O ser mãe, o ter constituído uma família. E chegar até a esta idade e sem ter nada de negativo que me apontem”.

Como é visível na Figura 6.1, todo o discurso de Aurora é marcado pelo nível estrutural de análise, principalmente recursos e capitais financeiros, sociais e simbólicos, e trajetórias que constroem a ação; e o nível interacional, com uma ação não reflexiva que reproduz papéis, expectativas e práticas de género.

**Figura 6.1. Document portrait de Aurora**



Outro testemunho marcado por uma reduzida capacidade reflexiva e por um resumo biográfico iniciado com o casamento é o de Adelaide.

## **6.2 Adelaide, 46 anos, “Eu pertenço ao grupo das pessoas que nasceram para cuidar dos outros”**

Adelaide é uma mulher de 46 anos, assistente comercial, com um bacharelato em Marketing e Publicidade. O pai era médico e a mãe sempre fora doméstica com o curso comercial. Tiveram três filhos. “Éramos muitos em casa, portanto éramos cinco pessoas, o meu pai sempre muito ausente, a minha mãe sempre muito presente. Nunca me faltou nada. Uma infância feliz”. Uma infância feliz em que os pais decidiam e os filhos acatavam. “Eles decidiam e nós fazíamos (...) nós acatávamos”.

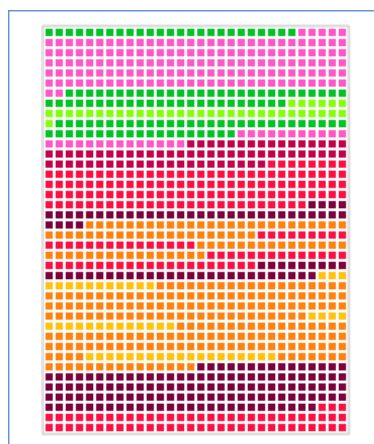
Tal como Aurora, quando lhe foi pedido um resumo do seu percurso biográfico, Adelaide começou o seu com o casamento aos 17 anos. “Eu casei muito nova, casei com 17 anos, tive a minha filha aos 18. Portanto o mais marcante acho que foi isso. Foi deixar de ter a adolescência habitual, a normal, e passar a viver um bocadinho... Também é adolescência, só que foi de uma maneira diferente, porque foi com marido e com uma filha. Isso as pessoas normalmente dizem que foi mau. Eu não achei mau, achei que era diferente”. Adelaide começou a namorar com o primeiro marido aos 16, casou grávida aos 18 segundo a religião católica, “porque engravidei. Engravidei e marcámos o casamento e ficámos casados doze anos e depois divorciámo-nos” aos 30 anos, por terem seguido “caminhos diferentes. Nós gostávamos muito um do outro, só que depois os caminhos foram diferentes. Ele começou a ficar muito mais voltado para evolução de carreira e eu fiquei muito mais voltada para a evolução da família”. O primeiro marido ainda colocou a hipótese de terem mais filhos, mas Adelaide não concordou. “Ele colocou, mas eu achei que não era boa ideia, porque o casamento já estava muito tremido e, em vez de um, ia ficar com dois. Eu pensei nisso quando ele quis ter o segundo filho. Eu pensei que ia ficar com os dois e não quis”. Atualmente vive em união de facto com o segundo companheiro, o que aconteceu passados dois anos, porque “ele foi ficando, ele foi ficando, até ficar (risos)”. Continuam a viver em união de facto, embora “ele queria casar, mas eu acho que não vale a pena. Acho que só valia a pena se nós quiséssemos ter filhos”.

Embora Adelaide sinta que o seu trabalho é a sua missão – “O meu trabalho realiza-me a nível que eu chego ao final do dia e sei que produzi (...) Quando acordo, a minha missão é essa” – considera que nasceu para cuidar dos outros. “Eu pertenço ao grupo das pessoas que nasceram para cuidar dos outros. (...) Pelo menos as pessoas ao meu redor tento

protegê-las um bocado, tento que a vida delas seja mais fácil e preocupo-me e pergunto e quero que elas sintam que eu, pelo menos, estou atenta se precisam de alguma coisa, se estão bem, se não estão”. O grupo de pessoas que nascem para cuidar dos outros são, na perspectiva de Adelaide, as mulheres. “Ser mulher é ser a fonte da vida, é ser a cuidadora, é ser protetora...” Enquanto ser homem é, para a entrevistada, ser “um bocadinho o pilar da família. Eu acho que o homem está para a família como os logotipos estão para as empresas. Marcam um bocadinho... É uma marca. (...) E o homem na família é capaz de transformar a família, ou seja, levar a família a viver um tipo de vida diferente. O homem, na família, posiciona a família na sociedade”. É notória em Adelaide uma perspectiva essencialista da mulher e uma perspectiva funcionalista dos papéis de género em que a mulher é a mãe e a cuidadora, fonte de funções expressivas, necessariamente complementadas com os papéis masculinos, fonte de funções instrumentais, tal como defendido por Parsons (1968).

O discurso de Adelaide é visivelmente mais reflexivo do que Aurora, o que pode ser explicado, pelo menos em parte com a teoria de Caetano (2011), segundo a qual tendencialmente indivíduos mais escolarizados com mais recursos económicos e maior capital cultural e social conseguem elaborar com maior clareza uma perceção de si, dos outros e da realidade social e um sistema de ação e de disposições. Essa capacidade reflexiva – sempre de reprodução – é observável na Figura 6.2, mas essencialmente quando questionada sobre papéis, expectativas e práticas de género. Não propriamente em decisões e ações no seu percurso biográfico individual.

**Figura 6.2. Document portrait de Adelaide**



Também Augusto tem um percurso biográfico marcado por alguma reflexividade, mas mais uma vez apenas no que diz respeito a interrogações relacionadas com o género e não

no que concerne a decisões e ações. Desta vez, uma reflexividade que reforça o essencialismo de gênero vigente na ordem de gênero ocidental contemporânea (representações de gênero de desafio regressivas).

### **6.3 Augusto, 47 anos, “Sempre fui ‘vamos vendo, vamos vendo’. Nunca além”**

Augusto é um homem de 47 anos que faz restauros de móveis, com o 12º ano e vários cursos sobre restauro. É uma profissão precária, o que cria em Augusto alguma insatisfação e instabilidade que gostava de poder atenuar. “Desejar uma profissão que me dê mais estabilidade financeira. Mas eu acho que o dinheiro também não é tudo”. Essa estabilidade poderia ser alcançada se tivesse conseguido ingressar na universidade e concluir um curso superior. “Gostaria de ter feito um curso obviamente. A universidade gostaria, acho que seria uma pessoa mais instruída”. Isso permitir-lhe-ia reproduzir o percurso de sucesso escolar do seu pai, engenheiro químico com licenciatura. A mãe tinha o 12º e era chefe de compras numa empresa de laboratórios.

A infância de Augusto foi uma infância com uma educação tradicional, em que os pais estabeleciam as ordens e faziam-nas cumprir: “Tradicional. Ordem, de muito miúdo, sim, sempre. Embora também houvesse, não estávamos castrados. Mas se eu fazia alguma coisa mal, já sabia...(risos). Não levei porrada, não, nada. Era tradicional e certinho”. Mesmo as decisões educativas eram tomadas apenas pelos pais, e sobretudo pelo pai que definiu os colégios e as mudanças entre colégios. No entanto, Augusto define a sua infância como boa e com acesso a tudo o que precisava. “Foi boa. Não posso criticar nada. O meu pai era uma pessoa muito chegada, com brinquedos, com tudo, dava-me, isso talvez me tenha ajudado na vida, brinquedos instrutivos, ou seja, de construções, de trabalhar com as mãos, por isso tenho algum jeito, se calhar”. Esse gosto e jeito para trabalhar com as mãos definiram a sua entrada precoce no mercado de trabalho, o que o demoveu de prosseguir uma educação a nível superior “Eu comecei a trabalhar salvo erro com 18 no que eu queria seguir. Porque estava a estudar e queria seguir isso: a área de desenho. Propôs-se-me esse trabalho e comecei a trabalhar. ‘Para que é que eu quero estudar se já cá estou’, não é. Burrice (risos). Mas tudo bem”.

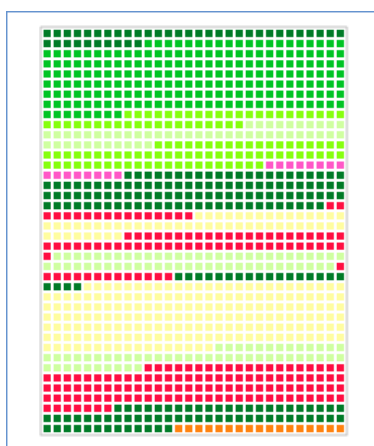
Todo o percurso biográfico de Augusto é marcado pelo seu património de disposições e sistema de ações marcado pela espontaneidade e ausência de reflexividade: “Sempre fui ‘Vamos vendo, vamos vendo’. Nunca além. Nunca além”, o que se reflete também nos seus planos e projetos para o futuro. “Viver o dia a dia (risos). Não consigo ter projetos. Mas é

viver o dia-a-dia”. Esta postura na vida, de se deixar levar pela vida sem agir nela, sem refletir, estende-se também à sua conjugalidade. Augusto casou-se uma primeira vez e deixou a sua vida ser decidida por sua mulher. “O meu casamento foi bom. Casei-me. Mas... cingi-me depois muito à mulher, ao trabalho e... acho que me castrei, ou deixei-me castrar, involuntariamente. E depois do divórcio, voltei a ser o que era”. No seu segundo casamento, também os grandes passos surgiram sem grande reflexividade, deixando-se seguir pela segunda mulher. “Veio viver para aqui, sem casar, aí até foi ela um bocadinho que propôs o casamento e eu estava um bocadinho escaldado, não é. Fiquei assim um bocadinho ‘sei lá, tenho medo, não sei, não sei o que é que hei de fazer, não sei’ e ‘estás a ser parvo...’, casei-me”.

Apesar de, em ambas as suas relações conjugais, as decisões serem sempre tomadas pelas suas mulheres, o que não seria tradicionalmente expectável, Augusto considera que homens e mulheres devem ser visto de uma perspetiva natural, em que os homens têm mais força e gostos masculinos e as mulheres têm as suas conversas e outros interesses. “O homem ter mais força que a mulher é natural. Eu vejo as coisas muito pela natureza. Cada um tem a sua função. É natural. Tudo o que seja natural. Obviamente que as mulheres têm as suas conversas, que é natural, os interesses são diferentes da mulher para o homem, não é. Acho que isso é natural...os homens gostam das coisas mais masculinas, a bola, eu não gosto por acaso, mas pronto, é por aí. As mulheres têm outros interesses. Mas não vejo diferenças”.

Essas representações de género que reforçam o essencialismo binário da ordem de género ocidental e contemporânea é visível na Figura 6.3, onde se percebe também o peso do nível estrutural de análise, com recursos, capitais e trajetórias que possibilitam a ação e representações de género regressivas e essencialistas.

**Figura 6.3. Document portrait de Augusto**



Outro percurso biográfico marcado pela relação entre o nível estrutural de análise – recursos, capitais e trajetórias que constroem a ação – e o nível individual – representações de género, mais do que o nível interacional ou cultural, é o de Pedro.

#### **6.4 Pedro, 37 anos, “As pessoas diziam para eu fazer isto, mesmo que fosse uma coisa má, eu ia atrás”**

Pedro é um homem de 37 anos, técnico de informática com licenciatura em engenharia informática. O seu pai tinha o 12º ano e era Sargento-chefe. A mãe tinha também o ensino secundário e era técnica administrativa. O percurso biográfico de Pedro foi marcado pelo nascimento e crescimento no norte do país, num meio rural, religioso e pequeno com representações tradicionais de género, o que lhe permitiu alguma liberdade. “Eu considero que foi com uma certa liberdade, não digo que tenha sido ‘posso ir para todo o lado’. Mas foi com uma certa liberdade, podíamos ir para qualquer lado, toda a gente se conhecia”. No entanto, a mudança para Lisboa quando entrou para a universidade veio restringir essa liberdade. “Cá achei que não tínhamos essa liberdade, embora cá em Lisboa, quando voltámos, os meus pais compraram o terreno e construíram uma casa, e ali como era um bairro pequeno, toda a gente também se conhecia, a gente também andava mais ou menos à vontade”.

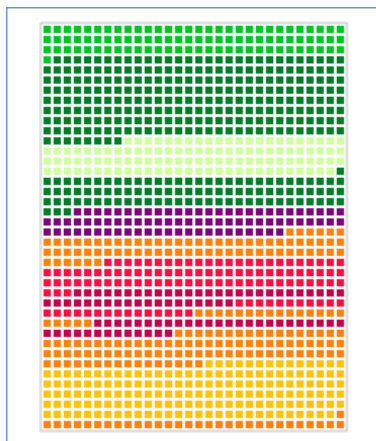
A única restrição à liberdade, enquanto cresceu, foi a certeza de que tinha de estudar o suficiente para ingressar no ensino superior. Pressão mais sentida por parte da mãe do que propriamente por parte do pai, no sentido de desempenhar uma masculinidade hegemónica. “O meu pai nem tanto, mas a minha mãe sempre disse que gostava que a gente tivesse uma licenciatura, fosse assim alguém importante. Não é que isso faça uma pessoa mais feliz ou menos feliz, mas ela tinha aquela ânsia. Tanto mais que eu e o meu irmão fomos mais para uma licenciatura. No início, um bocado obrigados. É sempre aquela ‘temos que seguir, se não cai o Carmo e Trindade’, mas depois uma pessoa entra e se entra para a vertente que gosta, faz aquilo”. Pedro considera que sempre fez o que os outros esperavam dele e o pressionavam para fazer: “as pessoas diziam para eu fazer isto, mesmo que fosse uma coisa má, eu ia atrás”. Isto acontecia na pressão materna para estudar, mas também nas atividades que fazia com os seus amigos na infância e juventude: “com os da escola, era jogar à bola ou jogar pingue-pongue. Muito! Andar aos apalhões às raparigas. Agora uma pessoa olha para trás e tanta porcaria que uma pessoa fez”.



O desempenho da masculinidade hegemónica na infância e juventude revestia-se em comportamentos desportivos, como o futebol, a bicicleta e o pingue-pongue; de risco, como o subir às árvores; ou mesmo transgressivos, como os apalpões às raparigas. Na idade adulta, o desempenho da sua masculinidade reveste-se no desempenho de uma profissão masculinizada, engenharia informática; a conjugalidade que esperava ser o que tinha assistido em casa com os seus pais – “acho que tinha expectativa de ser uma coisa parecida com aquela que tens em casa, com os teus pais, mais ou menos” – e a parentalidade, ainda por concretizar.

O seu discurso, tal como o de Nelson, é marcado pela relação entre as categorias analíticas estruturais (recursos, capitais e trajetórias que constroem, mas que, por vezes, também possibilitam a ação), agência e representações de reprodução dos papéis, expectativas e práticas de género, mas também ação de compromisso, rotineira e ritualizada (Figura 6.4). No entanto, é notória uma maior liberdade de ação no percurso de Pedro do que no de Nelson, o que é visível no peso das regras que possibilitam.

**Figura 6.4. Document portrait de Pedro**



Todos os indivíduos, homens e mulheres, com percursos biográficos marcados por uma ação ritualizada e rotineira que estabelece uma ponte entre a agência e a estrutura revelam sistemas de disposições e de ações focados na espontaneidade e/ou no conformismo relativamente a regras, normas, papéis e expectativas. Os testemunhos femininos são primeiramente marcados pelo nível estrutural de análise, com recursos, capitais e trajetórias que constroem a ação. Adelaide é a exceção. Os testemunhos masculinos são maioritariamente vinculados pelo nível individual de análise, com representações de género que ora reproduzem a ordem de género ora reforçam a essencialização e o binarismo. Quando o nível estrutural se manifesta, na maioria das vezes, manifesta-se com recursos, capitais e trajetórias que possibilitam a ação.



## Conclusão

A presente pesquisa, a partir de um enquadramento teórico e de uma estratégia metodológica que incluiu entrevistas biográficas a homens e mulheres dos 30 aos 60 anos, de contextos geracionais, geográficos, recursos e capitais económicos, sociais, culturais e simbólicos diferenciados, pretendeu compreender a influência do género na construção do percurso de vida individual. No decurso da investigação tornou-se muito clara a multidimensionalidade desta influência na trajetória individual.

Partindo de diferentes autoras/es, adotou-se uma definição de género como uma estrutura que serve de base à estratificação social (Risman, 2004, 2013), relacionada com a distribuição de recursos e poder(es) que está presente e atravessa as diferentes instituições (Acker, 1990; Martin, 2003), mas também como um processo contínuo de construção, reconstrução e/ou desconstrução na e através da interação quotidiana com os outros (West & Zimmerman, 1987, 2002, 2009). Do ponto de vista analítico, esta forma de entender o género permite também identificar, seguindo Connell, quatro dimensões: a do poder; a da produção, consumo e acumulação; a das relações afetivas e a dimensão simbólica (Connell, 2009). É na inter-relação entre estas quatro dimensões interdependentes, concomitantes e de igual importância e preponderância, que se compreende a multidimensionalidade, a transversalidade e a onnipresença do género. É devido a essa onnipresença, transversalidade e multidimensionalidade que, inspirada na proposta teórica de Messner (2000), se desenvolveu um modelo de análise com quatro níveis interdependentes: o cultural, que se refere às representações de género transmitidas ao e adquiridas pelo indivíduo ao longo do seu percurso de vida; o estrutural, que diz respeito aos recursos, oportunidades e/ou constrangimentos impostos pelas situações sociais em que o indivíduo se encontra e pelas posições sociais que ocupa; o interacional, que identifica as interações e relações tidas e mantidas com os/as outros/as; e o individual, seguindo a perspectiva de Lahire (2001, 2005), que dá relevo ao património individual de disposições e esquemas de ação, avaliação e perceção de si, dos outros e da realidade social.

Identificando agora as principais conclusões da pesquisa, e considerando a relação entre género e o posicionamento individual na estrutura de classes sociais, concluiu-se que a influência onnipresente e multidimensional daquele começa, desde logo, no contexto familiar de origem. Com efeito, quanto menos recursos e capitais a família detiver, mais inigualitárias são as representações e expectativas de género e mais restritiva e controladora é a socialização primária das mulheres e mais livre e até, por vezes, negligente a dos homens. Tendo em consideração que a maioria das famílias de origem tinha baixos

níveis de escolaridade à data da infância e juventude das pessoas entrevistadas, essa desigualdade de gênero na transmissão de papéis, comportamentos e expectativas esteve muito presente. Em contrapartida, quando os recursos e capitais são consideráveis, existe maior igualdade e negociação na educação e socialização de mulheres e homens.

Considerando novamente as mesmas famílias de origem mais desfavorecidas, se, no início, se avançou a hipótese de uma menor flexibilidade e maior constrangimento na agência individual feminina e maior liberdade e flexibilidade no exercício da agência individual masculina, devido ao masculino ser simbolicamente mais valorizado do que o feminino (Amâncio, 1994), não se esperava que essa diferença se colocasse tão cedo nas trajetórias individuais e de forma tão pungente.

As mulheres entrevistadas, oriundas de famílias com menos recursos e capitais, referiram uma vigilância apertada das suas ações e interações com os outros, mas também um controlo da sua personalidade e da forma de pensar-se a si, aos outros e ao mundo. Os homens, por sua vez, realçaram uma liberdade no processo de crescimento, embora essa liberdade assumisse muitas vezes uma negligência em que não lhes eram transmitidas orientações e expectativas de percursos de vida, comportamentos ou formas de estar. Em casos extremos, estes homens, de todas as idades, foram inclusive alvo de violência parental, mas mais ainda de violência paterna. O que se revelou um resultado inesperado, mas convergente com resultados de algumas pesquisas sobre masculinidades (Kaufman, 1995). Essa negligência e/ou violência paterna influenciou a forma como alguns destes homens percebem a paternidade e a recusa em ter filhos com receio de reproduzir padrões.

Mas estas diferenças de papéis, expectativas, comportamentos e até personalidades e percursos transmitidos logo na infância parecem influenciar não só a forma como homens e mulheres se veem, mas também nas ações e decisões que tomam. Comece-se pela influência desta socialização desenvolvida no contexto familiar, utilizando os processos propostos por Oakley (1981), na forma como homens e mulheres refletem sobre si e se analisam.

As mulheres desenvolvem modelos de feminilidade na juventude que consideram, na sua grande maioria, estarem muito distantes de si, tendo uma relação difícil e culpabilizadora com o seu corpo, mais ainda do que com a sua forma de ser e estar. Essa relação com o corpo [refletida por Cunha (2008)] mantém-se difícil na idade adulta, embora já vivida de forma mais leve e com ideais de feminilidade mais multidimensionais. Esses ideais de feminilidade estão relacionados com a definição de ser mulher que, nas mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas, se reduz ao papel da maternidade e, por vezes, da

conjugalidade. Só no caso das mulheres mais novas e/ou escolarizadas adquire uma forma mais multidimensional, englobando outras dimensões da vida, como o trabalho, o lazer, a vida pessoal e o mundo interior. No caso dos homens, a ausência muitas vezes de expectativas, balizas e normas influencia uma definição da masculinidade mais abrangente e vaga, reenviando para as conclusões de Almeida (1995). Com efeito, para os homens de Pardais ser homem era essencialmente não ser mulher. Neves (2007) realça ainda que ser homem é, para a literatura, a filosofia e a arte em geral, ter corpo e alma enquanto ser mulher é ser apenas um corpo, daí o reduto da maternidade vivido com muito sofrimento pelas mulheres inférteis entrevistadas.

Seguindo agora para a influência destas expectativas e destes papéis, redutores em relação às mulheres e vagos e abrangentes em relação aos homens, nas ações e decisões individuais, percebeu-se uma diversidade de ações profundamente influenciadas pelo género, o posicionamento do indivíduo na estratificação social e a idade. Essa relação entre género, classe social e idade traz consigo papéis, expectativas e padrões de comportamento transmitidos pela família de origem, pares, meios de comunicação e sociedade em geral diferenciados. Esta diversidade de ações e decisões manifesta-se na vivência de e reflexão sobre múltiplas dimensões da vida, como a família (conjugalidade e parentalidade), a trajetória profissional, o posicionamento e participação política, e as representações e práticas religiosas.

A conjugalidade é considerada pelas mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas como o atingir a liberdade para finalmente viver e, para os homens com os mesmos recursos e capitais o perder de algumas liberdades adquiridas, reflexo de representações de género mais diferenciadoras e inigualitárias. A conjugalidade perde o carácter identitário nas pessoas mais novas e/ou mais escolarizadas, com vidas tendencialmente mais multidimensionais, com mais contextos e grupos de socialização e interação (Lahire, 2001 e 2005) e com maior liberdade e capacidade de decisão e ação (Martin, 2003; Risman, 2009 e 2013).

A parentalidade é outro domínio identitário, para além da conjugalidade, para as mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas, em que a infertilidade é sentida e vivida com sofrimento (Cunha, 2007), por não se conseguir cumprir o ideal restritivo de feminilidade. As mulheres mais novas e/ou escolarizadas, com conceções mais multidimensionais da feminilidade, consideram a maternidade como um projeto de vida, entre outros, que prevê a autonomização das/os filhas/os. Já os homens encaram, na sua maioria, a paternidade como uma responsabilidade acrescida, quer no que diz respeito às/aos filhas/os quer no que diz respeito a si, embora também com grande cariz identitário.

O trabalho, reduto da dimensão da produção, consumo e acumulação (Connell, 2009), é uma dimensão importante para todas as pessoas entrevistadas, embora as pessoas mais novas revelem trajetórias profissionais mais irregulares e instáveis do que as mais velhas, o que reflete a recente e progressiva desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho (Casaca, 2012), que ainda assim penaliza mais as mulheres o que os homens. Vale a pena ainda acrescentar que tendencialmente as pessoas mais escolarizadas, homens e mulheres, declaram uma maior satisfação com os papéis, funções e posições alcançadas, o que demonstra o poder protetor da escolaridade nas mulheres face ao desemprego (Torres et al., 2018).

Por fim, a política e a religião, dimensões da vida que influenciam e/ou determinam a forma como as pessoas constroem os seus esquemas de disposições e percepções de si, das/os outras/os e do mundo e conseqüentemente os seus sistemas de ação, verificaram-se diferenciadores. Foi notória uma tendência para uma maior politização masculina e religiosidade feminina, tal como a maioria dos estudos aponta (Torres & Brites, 2006). A primeira resulta de processos de produção de desigualdade refletidos e problematizados por Acker (1990) relativamente às organizações e instituições. Efetivamente, os partidos políticos são estruturas pesadas que ainda dificultam e por vezes invisibilizam a participação e o papel das mulheres. A segunda manifesta-se num maior sentimento de pertença religiosa nas mulheres entrevistadas, principalmente as mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas, embora também se tenha percebido uma tendência para um papel mais preponderante dos homens na vida organizacional e institucional das religiões.

Para além de se ter procurado compreender a influência do género na construção do percurso de vida, também se pretendeu perceber, em que medida, o género permite a agência individual. Sendo que se seguiu uma problematização da relação entre agência e estrutura baseada na proposta de Giddens (1979, 2000). Ou seja, entendeu-se agência como qualquer ação consciente e reflexiva capaz de produzir efeitos na realidade social, seja no sentido da sua reprodução ou transformação. Para o sociólogo britânico, a agência individual é exercida num contexto estrutural de continuidade com o passado que compõem uma matriz de recursos e regras de comportamento que simultaneamente constriem e possibilita a agência. Não se deve, no entanto, deixar de ter em consideração que, ao tentar analisar a agência individual, ao invés da agência coletiva, a capacidade transformadora do real será sempre reduzida e circunscrita.

A análise das entrevistas realizadas permitiu o mapeamento de diferentes tipos de ação. Ações individuais conscientes e reflexivas que rompem com ou desafiam normas, papéis sociais, expectativas ou práticas genderizadas, características da ordem de género e/ou do

regime de género em que são praticadas, designadas de agência de desafio de representações, normas e práticas de género; e ações individuais conscientes e reflexivas (ou pragmáticas e mecanizadas) em que o indivíduo decide agir em conformidade com as normas e as expectativas de género, denominada nesta pesquisa, quando exercida de forma reflexiva e estratégica, de agência de reprodução e de ação de compromisso entre agência e estrutura quando exercida de forma rotineira e não reflexiva.

A agência de desafio de representações, normas e práticas de género constitui formas transgressivas e minoritárias de masculinidade e feminilidade (Connell, 2009) que, muitas vezes, são vividas e sentidas por mulheres e homens com desconforto ou incompreensão perante expectativas e papéis sociais genderizados. Podem assumir duas materializações distintas. Por um lado, o indivíduo pode desafiar o essencialismo da distinção binária entre pessoas baseada nas categorias sexuais, denominada nesta pesquisa de agência de desafio progressiva, correspondendo a uma desconstrução de género, seguindo a conceptualização de Risman (2009). Por outro lado, o indivíduo pode reforçar o essencialismo das representações, expectativas e práticas baseadas numa visão binária do género existente no seu contexto social e cultural, ou no seu regime local de género (Williams, 2002), designada de agência de desafio regressiva.

A agência de desafio progressiva é uma ação estratégica e reflexiva predominantemente feminina, como aliás foi avançado nas hipóteses de pesquisa. Efetivamente, defendeu-se que as mulheres, por viverem numa ordem de género que as constrange, mais provavelmente desafiarão as normas e expectativas. Por serem restritivas e limitadoras e por se oporem. Quanto mais agente e protagonista da sua história a mulher quer ser, mais limitada se sente pelo seu género, pelas expectativas da sociedade em relação a si e pelos papéis e funções que deve desempenhar. Essas limitações atribuídas à vivência no feminino originam, por parte destas mulheres, a associação do masculino à liberdade.

Tanto as mulheres como os homens com uma agência de desafio progressiva são tendencialmente mais novas/os, bastante escolarizadas/os e em profissões intelectuais e científicas. Têm discursos mais focados na sua ação individual e nos constrangimentos, recursos, oportunidades e regras estruturais e menos nas representações de género e sistemas de disposições. É uma ação, no entanto, avaliada e categorizada pelos outros como desempenho de género malsucedido ou incompleto, sendo alvo de responsabilização e potencial punição e estigmatização, o que confirma a proposta teórica de West e Zimmerman (1987, 2009). O que explica a angústia e dor psicológica expressa por muitas/os das/os entrevistadas/os analisadas/os. A maioria das mulheres e dos homens são

ateias/us, acreditando que são elas/es que controlam as suas vidas e ações, daí também o destaque dado nos seus discursos à ação individual. Os constrangimentos estruturais de ordem familiar ou até mesmo de contexto geográfico que lhes constroem a ação são minorados pela escolaridade concluída e pela profissão atingida que lhes confere, pelo menos na atualidade, maior poder ou capital financeiro, cultural, social e simbólico de criatividade, negociação e reinvenção ou transgressão das normas e práticas de gênero internalizadas, ligando à abordagem teórica de Butler (1990, 1994) que defende que a inovação na ação não é igual para todas/os, bem como à proposta de Risman (2003, 2014), que realça o impacto do posicionamento do indivíduo na estrutura social na criatividade da ação individual. No entanto, é pertinente sublinhar que, apesar de existir, um desafio ao essencialismo binário, em pouco (ou nada) se reduz o privilégio masculino, tal como Risman (2009) alertou.

A agência que desafia os papéis, expectativas e práticas de gênero num sentido de uma maior desigualdade e essencialização de gênero é predominantemente uma agência masculina, como seria espectável. Neste caso, os homens são tendencialmente menos escolarizados do que aqueles com agência progressiva e são muito influenciados pela religião (Igreja Católica, Igreja Evangélica ou Testemunhas de Jeová) ou por profissões tradicionalmente masculinas (militares, operários e um vendedor de automóveis). Nos discursos masculinos, estão muito presentes uma figura paterna idealizada e uma figura materna quase omissa, muito pouco caracterizada e refletida. Estes homens expressam um ideal parsoniano de família, em que o homem é o provedor e o líder familiar e a mulher é mãe e doméstica, seguindo o exemplo familiar. Esse ideal de família é importante no contexto doméstico, mas não só. O exercício da masculinidade e especificamente de uma masculinidade hegemónica (Connell, 2009) é feito em público, exibido e desempenhado perante a sociedade. Existe, nestes testemunhos, uma total ausência de sentimento de constrangimento ou limitação no seu percurso individual, devido a uma posição masculina de poder, dominação e superioridade simbólica celebrada por todos.

No caso das mulheres, em clara minoria, elas são bastante escolarizadas, saíram do mercado de trabalho quando foram mães e tornaram-se muito ativas nos movimentos sociais ligados à natureza, partos naturais, amamentação prolongada, entre outros. Embora não se possa traçar grandes conclusões a partir apenas de duas entrevistadas, tal como nos homens com um discurso marcado por uma agência de desafio regressiva, as mulheres revelam uma ausência (física e/ou emocional) da figura materna, sendo as mães inclusive culpabilizadas por essa ausência. Sendo que ambas as mulheres tiveram figuras paternas



igualmente ausentes, mas idealizadas por, na perspectiva dessas mulheres, estarem a cumprir o seu papel de provedor da família.

Tanto mulheres como homens têm discursos focados nas representações sociais de gênero, sendo notória a importância dos esquemas de ação e sistemas de disposições e percepção de si, dos outros/as e da realidade social, ou seja, a importância do nível individual de análise. Nuns casos reflete-se na preponderância da religião nas suas ações e decisões, noutros na profissão do próprio ou da figura paterna (profissões militarizadas e/ou masculinizadas) e nas mulheres os movimentos essencialistas e de religião à terra e à natureza. Existe um maior enfoque nas representações de gênero essencialistas, desiguais e binárias do que em ações efetivas. A maioria das suas ações são regressivas, mas o discurso é visivelmente marcado pelas representações de gênero. Para além do pouco peso dado à ação, também os fatores estruturais parecem pouco relevantes e, quando são referidos, é tendencialmente mais no sentido possibilitador da ação, quer ao nível dos recursos, capitais e trajetórias quer ao nível das regras.

As ações ora reflexivas ora ritualizadas de reprodução de normas, práticas e expectativas de gênero constituem a maioria (21) quando relacionadas com a agência de desafio progressiva (13) ou a agência de desafio regressiva (9) individualmente. A maioria das mulheres e dos homens reproduzem, de forma reflexiva ou não, os práticas, representações e expectativas de gênero, confirmando a necessidade de segurança ontológica de Giddens (2000) ou o peso das normas e valores geradores de culpa de Parsons (1965). Esta reprodução confirma a hipótese avançada sobre a agência individual masculina, mas não a feminina. Comece-se pela ação individual consciente e reflexiva onde o indivíduo decide agir estrategicamente em conformidade com as normas e as expectativas de gênero, denominada nesta pesquisa de agência de reprodução.

Este tipo de agência consiste em formas maioritárias de masculinidade e feminilidade: a masculinidade hegemónica e a feminilidade enfatizada (Connell, 1987). É mais comum em homens do que em mulheres, mas, em ambos, pode envolver algum grau de desconforto ou angústia perante a tentativa de corresponder a versões idealizadas de masculinidade e feminilidade, nunca conseguida de forma total ou completa. Esta tentativa de correspondência com os modelos ideais de masculinidade e feminilidade beneficiam a expressão cultural da subordinação feminina que é sustentada por estes homens e estas mulheres, através da manutenção de práticas que institucionalizam a dominação das mulheres por parte dos homens. São pessoas tendencialmente menos escolarizadas e mais velhas do que as pessoas com discursos marcados por uma agência de desafio.

Os homens que agem de forma pensada e estratégica no sentido de reproduzir os padrões, expectativas e papéis de gênero, revelam relações difíceis no contexto da família de origem e recursos, capitais e trajetórias que constroem e limitam a ação. Essas relações familiares difíceis, com reduzidos recursos e capitais, reenviam para os contextos de negligência e por vezes violência parental referidos anteriormente, provocando um sentimento de ausência de uma rede de suporte que, em muitos dos entrevistados, se reflete num sentimento de insegurança ontológica. Essa ausência de segurança e vontade de arriscar fá-los sentir o desempenho da masculinidade com uma pressão acrescida, muitas vezes, avassaladora e impossível de ser correspondida, mesmo que em dimensões diferentes da vida.

As mulheres com um discurso marcado por uma agência de reprodução, ao contrário dos testemunhos masculinos, revelam relações familiares tranquilas e de compreensão e suporte emocional. No entanto, isto deve-se a uma incorporação feminina, desde muito cedo, das expectativas e papéis de gênero que é exteriorizada em comportamentos padronizados. Essa incorporação pode ser explicada pela promoção e transmissão ideológica e cultural do padrão da feminilidade enfatizada que é realizada de forma pública e organizada e supervisionada pelos homens, que ultrapassa em muito a publicitação de qualquer tipo de masculinidade (Connell, 1987). Os contextos familiares destas mulheres com uma agência de reprodução constituem recursos, capitais e regras que constroem a ação, mas que são vividos, na sua maioria, sem sofrimento ou angústia. Antes com pragmatismo. A figura materna constitui o ideal de feminilidade, originando comportamentos que reproduzem sempre que possível as suas expectativas e práticas. Tal como nos homens, nem sempre conseguem corresponder na totalidade a essa reprodução, o que, nas mulheres, sucede frequentemente na maternidade. Dimensão da vida na qual sentem maior pressão identitária e, por vezes, mesmo culpabilização. As mulheres revelam representações de gênero mais complexas e abrangentes do que os homens. No entanto, tal como os homens, consideram que homens e mulheres têm as mesmas capacidades e os mesmos direitos, mas são seres, na sua essência, profundamente diferentes.

Por fim, a ação ritual e mecanizada, pragmática e nem sempre consciente, denominada de ação de compromisso entre agência e estrutura, é constituída por sistemas de ação e esquemas de disposições focados na espontaneidade e/ou no conformismo relativamente a regras, normas, papéis e expectativas e não se verificaram diferenças de gênero. São tendencialmente mulheres e homens mais velhas/os e/ou as/os menos escolarizadas/os da amostra – socializados com representações inigualitárias – que se adaptam e não questionam a ordem de gênero patriarcal e as concepções normativas de gênero. As

mulheres não se sentem limitadas ou discriminadas no seu percurso, porque nunca tentaram romper ou simplesmente desafiar o já estabelecido e os homens nunca refletiram sobre a posição de privilégio na sociedade, reafirmando a invisibilidade do masculino (Kimmel, 2000). Os discursos femininos são marcados pelo nível estrutural com recursos, capitais e trajetórias que constroem a ação (como os recursos e capitais detidos, mas também como as regras e normas do seu contexto social) enquanto os discursos masculinos são mais vinculados pelo nível individual com representações de gênero que ora reproduzem a ordem de gênero ora reforçam a essencialização e o binarismo. Quando o nível estrutural se manifesta no contexto masculino, na maioria das vezes, manifesta-se com recursos, capitais e trajetórias, mas também regras e normas que possibilitam a ação.

Em síntese, verificaram-se diferentes formas de ação individual, marcadas por uma lente de gênero, mas também pela interferência com o posicionamento do indivíduo na estratificação social e o seu contexto geográfico e social. A maioria das pessoas entrevistadas reproduz práticas, expectativas e normas genderizadas, mas quando se analisa a agência de desafio, as mulheres rompem claramente num sentido de desconstruir representações e práticas tradicionais de gênero e os homens rompem com padrões de comportamento e normas no sentido de uma maior essencialização de homens e mulheres. O que confirma a hipótese levantada no início da pesquisa no que diz respeito à agência de desafio progressiva, mas que traz também resultados inovadores e surpreendentes por não se ter previsto que pessoas – principalmente os homens – possam ter uma agência que reforce o essencialismo de gênero, mais do que a ordem e os regimes de gênero o fazem na sociedade contemporânea. Para além da confirmação da hipótese de uma agência feminina que desafiasse a ordem e regimes de gênero, confirmam-se também as propostas teóricas de Risman (2004 e 2013) e Butler (1990 e 1994), segundo as quais, o posicionamento individual na sociedade, na estrutura social, determina o grau de criatividade e inovação passível de ser mobilizado na ação. Ou seja, as ações de desafio sucedem tendencialmente nas pessoas entrevistadas mais escolarizadas, porque são estas que tendencialmente serão menos punidas social e culturalmente. E, mesmo assim, a maioria das pessoas, principalmente das pessoas que descrevem uma agência de desafio progressiva, relataram circunstâncias de sanções leves ou até punições gravosas devido a avaliações de desempenhos de gênero malsucedidos. Nas pessoas com agência de desafio regressiva, a sensação de angústia e desconforto por uma certa estigmatização social foi apenas referida por uma mulher, realçando aqui mais uma vez a importância transversal e onnipresente do gênero.

É importante ainda realçar que, apesar de cada uma das pessoas entrevistadas, revelar nos seus discursos uma forma de ação maioritária, cada mulher e homem exercem a sua agência de uma forma ora transgressora ora conservadora, podendo a agência, tal como Messner (2002) problematiza, ser simultaneamente reprodutora e resistente num contexto estrutural que simultaneamente constrange e possibilita. A ação ou agência é exercida de forma diferente em função do contexto ou fase da vida também porque a situação conjuntural mobiliza determinado esquema ou disposição internalizada, desencadeando uma ação específica, dando corpo a uma comunhão entre a pessoa multissocializada e multideterminada e a atualização das múltiplas disposições e experiências, produtos da incorporação, no momento presente em função do contexto (Lahire, 2005)

Como em qualquer investigação, apesar de se ter respondido às questões de partida e cumprido os objetivos gerais e específicos de pesquisa, muitas questões ficaram ainda por responder. Conseguiu-se compreender a relação entre agência, género, classe social e contexto geracional, e o modo como, assentes em condições sociais, económicas e políticas de suporte, se hierarquizam os privilégios ou, pelo contrário, as opressões e constrangimentos sentidos e vividos pelas pessoas em função destas categorias sociais estratificadoras (Collins, 1990). Seria interessante, no entanto, compreender, numa linha de investigação futura, como a agência e o género se relacionam também com a orientação sexual e a etnia.

## Referências bibliográficas

- ABOIM, Sofia (2008). Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo. *Análise Social*, 43(187), 273-295.
- ABOIM, Sofia & VASCONCELOS, Pedro (2014). The dynamics of displacement: diasporic masculinities and otherness in postcolonial modernity. In Sofia ABOIM & Pedro VASCONCELOS (eds.), *Gender, sexuality and the body: Critical perspectives*. Lisboa: ICS Estudos e Relatórios 3.
- ACKER, Joan (1990). Hierarchies, jobs, bodies: A theory of gendered organizations. *Gender and Society*, 4(2), 139-158.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1986). Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina. *Análise Social*, 22(92-93), 493-520.
- ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da & MACHADO, Fernando Luís (1988). Famílias, estudantes e universidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da & MACHADO, Fernando Luís (1994). Recomposição socioprofissional e novos protagonismos. In António Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (1995). *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Etnográfica Press.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (1996). Género, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, 161-190.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2004). A Teoria Queer e a Contestação da Categoria "Género. In António Fernando CASCAIS (org.), *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gay, Lésbicos e Queer, s.l.*, (pp. 91-98). Fenda.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2014). Do feminismo a Judith Butler. In UNIPPOP (org.), *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70, 144-151.
- ALSOP, Rachel, FITZSIMONS, Annette & LENNON, Kathleen (2002). *Theorizing gender*. Cambridge: Polity Press.
- ALVES, Nuno Almeida, CANTANTE, Frederico, BAPTISTA, Inês & CARMO, Renato Miguel do (2011). *Jovens em transições precárias: Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.
- AMÂNCIO, Lígia (1993). Género: Representações e identidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, 127-140.
- AMÂNCIO, Lígia (1994). *Masculino e feminino – A construção da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- AMÂNCIO, Lígia (2003a). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 38 (168), 687-714.
- AMÂNCIO, Lígia (2003b). Género e assimetria simbólica. O lugar da História na psicologia social. In *Temas e debates em Psicologia Social – Identidade, conflito e processos sociais: A Psicologia Social na prática*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- ANDERSEN, Margaret (2005). Thinking about women. A quarter century's view. *Gender and Society*, 19(4), 437-455.
- ANDREWS, Molly, SCLATER, Shelley Day, RUSTIN, Michael, SQUIRE, Corinne & TREACHER, Amal (2004). Introduction. In Molly ANDREWS, Shelley Day SCLATER, Michael RUSTIN, Corinne SQUIRE & Amal TREACHER (eds.), *The Uses of Narrative: Explorations in Sociology, Psychology, and Cultural Studies* (pp. 1-10). Transaction Publishers.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2006). *Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político*, Lisboa. Consultado em agosto de 2021. Disponível em [https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao\\_Anotada/LeiParidade\\_Simples.pdf](https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/LeiParidade_Simples.pdf)

BARBOSA, Madalena (1998). Invisibilidade e tectos de vidro – Representações do género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal 'Público'. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros.

BARDIN, Laurence (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

BARNES, Barry (2000). Understanding agency: Social theory and responsible action. Londres: Sage Knowledge.

BAUM, Michael & ESPÍRITO-SANTO, Ana (2004). Desigualdades de Género em Portugal: a participação política das mulheres. In André FREIRE, Marina COSTA LOBO & Pedro MAGALHÃES (eds), Portugal a votos – As eleições legislativas de 2002, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

BEASLEY, Chris (2005). Gender & Sexuality: Critical theories, Critical thinkers, Londres: Sage Publications.

BELEZA, Teresa Pizarro (2015). Gender issues, equality and human rights. Some thoughts and cautionary notes. In Anália TORRES, Helena SANT'ANA & Diana MACIEL (orgs.), Estudos de Género Numa Perspetiva Interdisciplinar (pp. 63-70). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

BLANCHET, Alain et al. (1987). Les techniques d'enquête en sciences sociales. Paris: Dunot.

BOTTON, Andressa, CUNICO, Sabrina Daiana, BARCINSKI, Mariana & STREY, Marlene Neves (2015). Os Papéis Parentais nas Famílias: Analisando Aspectos Transgeracionais e de Género. Pensando Famílias, 19 (2), 43-56.

BOURDIEU, Pierre (1979). La distinction. Paris: Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre et al. (1993). La misère du monde. Paris: Éditions du Seuil.

BOURRICAUD, François (1977). L'individualisme Institutionnel – Essai sur la Sociologie de Talcott Parsons. Presses Universitaires de France.

BRAGA DA CRUZ, Manuel (2001). Teorias Sociológicas: os Fundadores e os Clássicos (Antologia de textos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BUTLER, Judith (1990). Gender trouble. Nova Iorque: Routledge.

BUTLER, Judith (1993). Bodies that matter. Nova Iorque: Routledge.

BUTLER, Judith (2004). Undoing gender. Nova Iorque: Routledge.

CAETANO, Ana (2011). Para uma análise sociológica da reflexividade individual. In Sociologia: Problemas e Práticas, 66, 157-174.

CAMPBELL, Colin (2009). Distinguishing the power of agency from agentic power: A note on Weber and the 'black box' of personal agency. Sociological Theory, 27, 407-418.

CASACA, Sara Falcão (2005). Flexibilidade, emprego e relações de género: a situação de Portugal no contexto da União Europeia. In Ilona KOVÁCS (Coord.), Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades (pp. 55-89). Lisboa: Celta Editora.

CASACA, Sara Falcão (2008). Flexibilidade de emprego em Portugal e na União Europeia: colocando a dimensão de género no centro do debate. In Fernanda HENRIQUES (ed.), Género, Diversidade e Cidadania (pp. 131-154). Lisboa: Editora Colibri.

CASACA, Sara Falcão (2010). As desigualdades de género em tempos de crise: Um contributo para a reflexão sobre as implicações da vulnerabilidade laboral, Sociedade e Trabalho, 41, 183-204.

CASACA, Sara Falcão (2012). Mercado de trabalho, flexibilidade e relações de género: tendências recentes. In Sara Falcão CASACA (Coord.), Mudanças laborais e relações de género: novos vectores de (des)igualdade. Coimbra: Almedina.

CASTELLS, Manuel (2000). The rise of the Network Society. Oxford: Blackwell.

CHAMBERLAYNE, Prue, BORNAT, Joanna & WENGRAF, Tom (2000). Introduction. The biographical turn. In, Prue CHAMBERLAYNE, Joanna BORNAT & Tom WENGRAF. The Turn to Biographical Methods in Social Science: Comparative Issues and Examples (pp. 1-30). Nova Iorque: Routledge

- COLLINS, Patricia Hill (1990). *Black Feminist Thought in the Matrix of Domination*. In Patricia Hill COLLINS, *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (pp. 221–238). Boston: Unwin Hyman.
- CONDE, Idalina (1993a). Problemas e virtudes na defesa da biografia. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 13, 39-57.
- CONDE, Idalina (1993b). Falar da vida (I). *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, 199-222.
- CONDE, Idalina (1994). Falar da vida (II). *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, 41-74.
- CONNELL, Robert (1987). *Gender and power: society, the person, and sexual politics*. Stanford: Stanford University Press.
- CONNELL, Raewyn (2009a). *Gender: Short introductions*. Cambridge: Polity Press.
- CONNELL, Raewyn (2009b). Accountable conduct. 'Doing gender' in transsexual and political retrospect. *Gender and Society*, 23(1), 104-111.
- CONNELL, Catherine (2010). Doing, undoing, or redoing gender? Learning from the workplace experiences of transpeople. *Gender and Society*, 24(1), 31-55.
- COSTA, António Firmino (2008). *Sociedade de Bairro*. Lisboa: Celta.
- CUNHA, Maria João (2008). *Mass media e imagem corporal: representações e impactos da publicidade da imprensa feminina na imagem corporal das adolescentes*. (Tese de doutoramento), Universidade Aberta. Lisboa. 606pp.
- CUNHA, Vanessa (2007). *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CUNHA, Vanessa (2016). O adiamento do segundo filho. As intenções reprodutivas tardias e a fecundidade da coorte nascida em 1970-1975. In Vanessa CUNHA, Duarte VILAR, Karin WALL, João LAVINHA & Paulo Trigo PEREIRA (orgs.), *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal. Uma questão social, económica e política* (pp. 125-142). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CUNHA, Vanessa (2019, outubro 24). Procriação e Parentalidade em contexto de baixa fecundidade, mudança familiar e crise económica. [Life Research Group Blog]. Disponível em <https://liferesearchgroup.wordpress.com/2019/10/24>
- DELGADO, Juan Miguel & GUTIÉRREZ, Juan (coords) (1995). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Síntesis.
- DENZIN, Norman (2004). Foreword. Narrative's moment. In Molly ANDREWS, Shelley Day SCLATER, Michael RUSTIN, Corinne SQUIRE & Amal TREACHER, *The Uses of Narrative: Explorations in Sociology, Psychology, and Cultural Studies*, (pp. xi-xii). Transaction Publishers.
- DEUTSCH, Francine (2007). Undoing gender. *Gender and Society*, 21, 106-127.
- ESPADA, Isabel (dir.) (2002). *Género e comportamento eleitoral – O eleitorado português e a actividade política das mulheres*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- FERRAROTI, Franco (1983). *Histoire et histories de vie*. Paris: Librairie des Meridiens.
- FOUCAULT, Michel (1990). *The History of Sexuality: An Introduction*. Nova Iorque: Vintage Books.
- FRANCIS, Becky (2008). Engendering debate: how to formulate a political account of the divide between genetic bodies and discursive gender?. *Journal of Gender Studies*, 17(3), 211-223.
- GENOVESE, Michael (1993). Women as national leaders – What do we know? In Michael GENOVESE (ed.), *Women as national leaders* (pp. 211-218). Londres: Sage Publications.
- GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin (1996). *O inquérito – teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- GIDDENS, Anthony (1979). Introduction. In *Central problems in social theory. Action, structure and contradiction in social analysis* (pp. 1-8). Londres: Macmillan.
- GIDDENS, Anthony (2000). *A dualidade da estrutura*. Oeiras: Celta Editora.

- GOFFMAN, Erving (1983). The interaction order. *American Sociological Review*, 48(1), 1-17.
- GOFFMAN, Erving (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio de Água.
- GRILLER, Robin (1996). The return of the subject? The methodology of Pierre Bourdieu. *Critical Sociology*, 22, 3-28.
- GUERREIRO, Maria das Dores, TORRES Anália & LOBO, Cristina (2007). Famílias em mudança: Configurações, valores e processos de recomposição. In Maria das Dores GUERREIRO, Anália TORRES & Luís CAPUCHA (orgs), *Quotidiano e Qualidade de Vida - Portugal no contexto europeu*, Vol. III. Lisboa: Celta.
- HALPERN, Hillary Paul & PERRY-JENKINS, Maureen (2016). Parents Gender Ideology and Gendered Behavior as Predictors of Children's Gender-Role Attitudes: A Longitudinal Exploration. *Sex Roles*, 74(11), 527–542.
- HITLIN, Steven & ELDER JR., Glen (2007). Time, Self, and the curiously abstract concept of agency. *Sociological Theory*, 25, 170-191.
- HOLMES, Mary (2007). *What is gender? Sociological approaches*. Londres: Sage.
- INE (2011). *Classificação portuguesa das profissões*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- JACKSON, Stevi & SCOTT, Sue (eds.) (2002). *Gender: A sociological reader*. Nova Iorque: Routledge.
- KAUFMAN, Michael (1995). The construction of masculinity and the triad of men's violence. In Michael KIMMEL & Michael MESSNER, *Men's lives*, 13-25. Allyn and Bacon
- KIMMEL, Michael (2000). *The gendered society*. Oxford: Oxford University Press.
- KITZINGER, Celia (2009). Doing gender. A conversation analytic perspective. *Gender and Society*, 23(1), 94-98.
- KOVÁCS, Ilona & CASACA, Sara Falcão (2008). Labour segmentation and employment diversity in the ICT service sector in Portugal. *European Societies*, 10(3), 429-451.
- KOVÁCS, Ilona (Org.) (2005). *Flexibilidade de emprego - riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.
- LAHIRE, Bernard (2001). *O Homem Plural: As Molas da Acção*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LAHIRE, Bernard (2005). Patrimónios Individuais de Disposições: Para uma Sociologia à Escala Individual. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 49, 11-42.
- LLOYD, Moya (2005). *Agency and resistance. Beyond identity politics: Feminism, power & politics*. Londres: Sage Knowledge.
- LOBO, Cristina & CONCEIÇÃO, Cristina Palma (2003). O recasamento em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, 141-159
- LORBER, Judith (2005). *Gender inequality. Feminist theories and politics*. Los Angeles: Roxbury Publishing Company.
- LOURO, Guacira Lopes (2013). Uma sequência de atos. *Cult*. 185. Consultado em 19 de novembro de 2013. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/11/uma-sequencia-de-atos/>
- LUCAL, Betsy (1999). What it means to be gendered me. Life on the boundaries of a dichotomous gender system. *Gender and Society*, 13, 781-797.
- MARTIN, Patricia Yancey (2003). "Said and done" versus "Saying and doing". Degendering practices, practicing gender at work. *Gender and Society*, 17 342-366.
- MARX, Karl (1851). *The Eighteenth Brumaire of Louis Napoleon*. Die Revolution.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1985). *Obras escolhidas em três tomos*. In Manuel Braga da CRUZ, *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Antologia de textos (pp. 11-130). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- McDOWELL, Linda (2009). New masculinities and femininities: gender divisions in the new economy. In Andy FURLONG (Coord.), *Handbook of Youth and Young Adulthood: New perspectives and agendas* (pp. 58-65). Londres: Routledge.



- MCNAY, Lois (2008). The trouble with recognition: Subjectivity, suffering, and agency. *Sociological Theory*, 26, 271-296.
- MESSNER, Michael (2000). Barbie girls versus sea monsters. Children constructing gender. *Gender and Society*, 14, 765-784.
- MOON, Michelle & HOFFMAN, Charles (2008). 'Mothers' and fathers' differential expectancies and behaviors: parent x child gender effects. *J Genet Psychol*, 169 (3): 261-79.
- NEVES, Helena (2007). O corpo das mulheres na história – corpo desapropriado. In Lúcia AMÂNCIO, Manuela TAVARES, Teresa JOAQUIM & Teresa Sousa de ALMEIDA (orgs.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote.
- NEVES, Sofia (2015). Pode o género não ser feminista? In Anália TORRES, Helena SANT'ANA & Diana MACIEL (orgs.), *Estudos de Género Numa Perspetiva Interdisciplinar* (pp. 63-70). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- NOGUEIRA, Conceição (2001a). Feminismo e Discurso do Género na psicologia Social. In *Psicologia & Sociedade: revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, 13(1), 107-128.
- NOGUEIRA, Conceição (2001b). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do género. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-153.
- NOGUEIRA, Conceição (2008). “Ter” ou “fazer” o género: O dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. In Neuza GUARESHI (org.), *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Centro Edelstein.
- NUSSBAUM, Martha (1999). The professor of parody. *The new republic*. Disponível em <https://newrepublic.com/article/150687/professor-parody>.
- OAKLEY, Ann (1972). *Sex, Gender and Society*. Londres: Temple Smith.
- OAKLEY, Ann (1981). *Subject Women*. Oxford: Martin Robertson.
- OAKLEY, Ann (1984). *Taking it Like a Woman*. Londres: Jonathan Cape.
- OAKLEY, Ann (2002). *Gender on Planet Earth*. Cambridge: Polity Press.
- OIT (2016). *World Employment Social Outlook Trends for Youth*. Geneva: International Labour Office.
- OLIVEIRA, Emanuel & NEVES, Ana Sofia (2012). Performatividades de Género: Discursos e Representações de um Grupo de Irmãs Religiosas Católicas. In *Quaderns de Psicologia*, 14 (2), 7-13.
- OLIVEIRA, João Manuel de & AMÂNCIO, Lúcia (2002). Liberdades condicionadas. O conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 40, 45-61.
- OLIVEIRA, João Manuel & NOGUEIRA Conceição (2009). Introdução. Um lugar feminista queer e o prazer da confusão de fronteiras. *Ex æquo*, 20, 9-12.
- OLIVEIRA, João Manuel, PINTO, Pedro, PENA, Cristiana & COSTA, Carlos Gonçalves (2009). Feminismos queer: Disjunções, articulações e ressignificações. *Ex æquo*, 20, 13-27.
- PAIS, José Machado (2009). A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 371-381.
- PARSONS, Talcott (1968). *The Structure of Social Action*. Nova Iorque: The Free Press.
- PEREIRA, Maria do Mar (2009). Fazendo género na escola: Uma análise performativa da negociação do género entre jovens. *Ex æquo*, 20, 113-127.
- PEREIRA, Maria do Mar (2012). Fazendo género no recreio. A negociação do género em espaço escolar 21(2), 727-74. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PIRES, Rui Pena (1988). A teoria de estruturação de Anthony Giddens. Apresentação e bibliografia. In *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, 232 – 233.
- PIRES, Rui Pena (2009). *Teorias Sociológicas Contemporâneas: Grandes Obras (Materiais das aulas de 1º ano de Doutoramento em Sociologia)*. Departamento de Sociologia, ISCTE.
- POIRIER, Jean, CLAPIER-VALLADON, Simone & RAYBAUT, Paul (1999). *Histórias de vida. Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

RIDGEWAY, Cecilia & CORRELL, Shelley (2004). Unpacking the gender system. A theoretical perspective on gender beliefs and social relations. *Gender and Society*, 18(4), 510-531.

RIDGEWAY, Cecilia (2009). Framed before we know it. How gender shapes social relations. *Gender and Society*, 23(2), 145-160.

RISMAN, Barbara (2004). Gender as a social structure: Theory wrestling with activism. *Gender and Society*, 18(4), 429-450.

RISMAN, Barbara (2009). From doing to undoing: Gender as we know it. *Gender and Society*, 23(1), 81-84.

RISMAN, Barbara & DAVIS, Georgiann (2013). From sex roles to gender structure. *Current Sociology Review*, 61(5-6), 733-755.

RUBIN, Gayle (1984). *Thinking sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality*. Nova Iorque: Duke University Press.

SANTOS, Ana Cristina (2009). Molduras públicas de performatividade queer e representação mediática em Portugal. *Ex æquo*, 20, 97-112.

SCHILT, Kristen & WESTBROOK, Laurel (2009). Doing gender, doing heteronormativity. 'Gender normals'. Transgender people, and the social maintenance of heterosexuality. *Gender and Society*, 23(4), 440-464.

SCOTT, John (1995). 'Symbolic Interaction and Social Constructs'. In John Scott, *Sociological Theory: Contemporary Debates* (pp. 99-117) Chetelnham: Edward Elgar.

SCOTT, John (2005). *Social Theory: Central issues in Sociology*. Sage Knowledge.

SETTON, Maria da Graça Jacintho (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60-70.

SIBEON, Roger (2004). Agency-structure and micro-macro. In *Rethinking social theory* (pp. 34-59). Sage Knowledge.

SILVA, Augusto Santos & PINTO, José Madureira (orgs) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

SIMÕES, Joaquim & AMÂNCIO, Lígia (2004). Género e enfermagem. Um estudo sobre a minoria masculina. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 44, 71-81.

STANLEY, Liz (2002). Should 'sex' really be 'gender' – or 'gender' really be 'sex'? In Stevi JACKSON & Sue SCOTT (eds.). *Gender: A sociological reader*. Nova Iorque: Routledge.

TORRES, Anália (2001). *Sociologia do casamento: a família e a questão feminina*. Oeiras: Celta.

TORRES, Anália (2002). *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora

TORRES, Anália & BRITES, Rui (2006). European attitudes and values: The perspective of gender in a transverse analysis. In *Portuguese Journal of Social Science*, 5(3), 179-214.

TORRES, Anália, SANT'ANA, Helena & MACIEL Diana (2015). Introdução. In Anália TORRES, Helena SANT'ANA & Diana MACIEL (orgs.), *Estudos de género numa perspetiva interdisciplinar*. Lisboa: Mundos Sociais.

TORRES, Anália (Coord.), PINTO, Paula, COSTA, Dália, COELHO, Bernardo, MACIEL, Diana, THEODORO, Ellen & REIGADINHA, Tânia (2018). *Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu*. Lisboa: CIEG/ISCSP-ULisboa, ISBN 978-989-8863-98-0, disponível em <http://cieg.iscsp.ulisboa.pt/publicações>.

VIDAL-ORTIZ, Salvador (2009). The figure of the transwoman of color through the lens of 'doing gender'. *Gender and Society*, 23(1), 99-103.

WACQUANT, Loïc (2007). Notas para Esclarecer a Noção de Habitus. In *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 6(16), 5-11.

WEBB, Jen, SCHIRATO, Tony & DANAHER, Geoff (2012). Cultural field and the habitus. In *Understanding Bourdieu* (pp. 21-44). Sage Knowledge.

WEST, Candace & ZIMMERMAN, Don (1987). Doing gender. *Gender and Society*, 2: 125-151.

WEST, Candace & ZIMMERMAN, Don (2002). Doing gender. In Stevi JACKSON & Sue SCOTT (eds.), *Gender: A sociological reader*, Nova Iorque, Routledge.

WEST, Candace & ZIMMERMAN, Don (2009). Accounting for doing gender. *Gender and Society*, 23(1), 112-122.

WILLIAMS, Susan (2002). Trying on gender, gender regimes, and the process of becoming women. *Gender and Society*, 16(1), 29-52.

WOODWARD, Kath (2000). Questions of identity. In *Questioning identity: Gender, class, ethnicity*. Londres: Routledge.

YOUNG, Marisa (2010). Gender Differences in Precarious Work Settings. In *Relations industrielles/Industrial Relations*, 65(1), 74-97.



## **Anexos**



## A. Grelha de pessoas entrevistadas

	Idade	Escolaridade	Profissão	Condição perante o trabalho	Classe social	Conjugalidade	Parentalidade	Posicionamento político	Religião
<b>Mulheres</b>									
<b>31 aos 40 anos</b>									
Andreia	32 anos	Licenciatura	Bolseira de Investigação	Desempregada	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Não	PCP ou BE	Ateia
Camila	33 anos	Mestrado	Bolseira de Doutoramento	Bolsa	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Não	PCP ou BE	Agnóstica
Carina	35 anos	Licenciatura	Consultora na Área de RH	Estudante (mestrado)	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento registo civil	Um filho	PS ou PAN	Ligação à natureza
Carolina	3 anos	Licenciatura	Socióloga	Fora do mercado de trabalho por opção	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Um filho	Tendencialmente de esquerda	Ligação à natureza
Clarisse	39 anos	Licenciatura e pós-graduação	Terapeuta Familiar e Formadora	Trabalhadora por conta própria	Empresários/as, Dirigentes e Profissões Liberais	Casamento registo civil	Dois filhos	PS	Agnóstica
Isabel	32 anos	Licenciatura e mestrado (a concluir)	Enfermeira Pediátrica	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Não	PCP ou BE	Agnóstica
Juliana	3 anos	Licenciatura	Arquiteta	Desempregada	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento registo civil	Dois filhos	De esquerda, por herança familiar	Ateia
Lúisa	39 anos	Doutoramento	Docente Universitária e Investigadora	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento registo civil	Dois filhos	PS	Ateia
Marta	31 anos	Licenciatura e 2 pós-graduação	Assistente Editorial	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Não	De esquerda	Religião católica
Vanessa	39 anos	Mestrado e doutoramento (a concluir)	Técnica Superior	Trabalhadora por conta de outrem (em licença sem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Um filho	BE	Ateia

				vencimento)					
<b>41 aos 50 anos</b>									
Adelaide	47 anos	Bacharelato	Assistente Comercial	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Uma filha	Direita	Religião católica
Carla	40 anos	11º ano	Técnica de Fisioterapia	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Não	Não tem	Religião católica
Carmo	43 anos	Doutoramento	Docente Universitária	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Um filho	Centro à direita	Religião católica
Catarina	49 anos	12º ano	Empregada de Balcão	Trabalhadora por conta de outrem	Empregados/as Executantes	2º casamento registo civil	Quatro filhos de dois casamentos	PS	Religião católica
Florbela	43 anos	3ª classe	Empregada de Balcão	Reformada por Invalidez	Empregados/as Executantes	Casamento religião católica	Um filho	Não tem	Religião católica
Idalina	49 anos	Licenciatura, formações e especializações	Técnica Superior	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Um filho	Esquerda	Agnóstica
Inês	48 anos	4ª classe	Empregada de Balcão	Trabalhadora por conta de outrem	Empregados/as Executantes	Casamento religião católica	Dois filhos	Não tem	Religião católica
Judite	48 anos	7º ano	Cabeleireira	Trabalhadora por conta própria	Trabalhadores/as Independentes	Casamento religião católica	Dois filhos	Não tem	Religião católica
Natália	43 anos	12º ano e curso de estética	Esteticista	Trabalhadora por conta própria	Trabalhadores/as Independentes	Casamento Testemunhas de Jeová	Não	Não tem	Testemunha de Jeová
Valentina	48 anos	9º ano	Trabalhadora Não Qualificada	Desempregada	Empregados/as Executantes	União de facto	Três filhas de dois casamentos	Não tem	Ateia
<b>51 aos 60 anos</b>									
Aurora	60 anos	4ª classe	Empregada de Limpeza	Reformada	Empregados/as Executantes	Casamento religião católica	Duas filhas	Não tem	Religião católica
Margarida	55 anos	Licenciatura	Técnica Superior	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Um filho	Não tem	Religião católica
Tânia	53 anos	Licenciatura, formações e especializações	Gestora de Recursos Humanos	Trabalhadora por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Três filhos	Direita	Religião católica
<b>Homens</b>									



30 aos 40 anos									
Fábio	37 anos	Doutoramento	Docente Universitário e investigador	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento registo civil	Dois filhos	PS	Ateu
Gil	34 anos	Licenciatura	inspetor-adjunto de força policial	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Não	Esquerda	Agnóstico
Jaime	32 anos	Licenciatura	Gestor de Sinistros	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Não	Não tem	Ateu
Mauro	38 anos	12º ano	Fotógrafo	Trabalhador por conta própria	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Dois filhos	Direita moderada	Religião católica
Nelson	36 anos	12º ano	Administrativo	Trabalhador por conta de outrem	Empregados/as Executantes	União de facto	Não	PCP	Ateu
Pedro	36 anos	Licenciatura	Técnico de Informática	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Não	PS	Religião católica
Raul	37 anos	12º ano	Comerciante de Automóveis	Trabalhador por conta de outrem	Empregados/as Executantes	Casamento religião católica	Uma filha	PS (mas pouco)	Religião católica
Rodolfo	35 anos	12º ano (5º ano incompleto de licenciatura)	Técnico de Laboratório	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Dois filhos	PS	Ateu
Simão	33 anos	12º ano (frequência 5º ano licenciatura)	Técnico de Sistemas	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Não	Não tem	Ateu
Vicente	36 anos	Licenciatura	Bolseiro de Doutoramento	Bolsa	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica com separação de credos	Não	BE ou PCP	Ateu
41 aos 50 anos									
Augusto	47 anos	12º ano	Restauro de Móveis	Trabalhador por conta própria	Trabalhadores/as Independentes	Casamento registo civil	Não	Não tem	Ateu
Diogo	43 anos	Doutoramento	Docente Universitário	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Um filho	Não tem	Ateu
José	43 anos	10º ano	Consultor de Qualidade	Trabalhador por conta de outrem	Empregados/as Executantes	Casamento Testemunhas de Jeová	Não	Não tem	Testemunha de Jeová

Leonardo	41 anos	Duas licenciaturas	Arquiteto	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Não	PCP	Religião católica
Paulo	47 anos	12º ano	Técnico de Informática	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Duas filhas (uma faleceu)	PSD	Religião católica
Policarpo	48 anos	Licenciatura, MBA e pós-graduação	Gestor	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	União de facto	Não	PCP	Agnóstico
Pompeu	45 anos	12º ano	Eletricista	Trabalhador por conta própria	Trabalhadores/as Independentes	Casamento religião católica	Não	PSD	Religião católica
<b>51 aos 60 anos</b>									
André	56 anos	11º ano	Militar	Reformado	Militar	Casamento religião evangélica	Três filhos	Não tem	Religião evangélica batista
Júlio	55 anos	Licenciatura	Técnico Superior	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião católica	Um filho	Não tem	Religião católica
Roberto	59 anos	Duas licenciaturas e mestrado	Ministro de Confissão Religiosa	Trabalhador por conta de outrem	Profissionais e Técnicos de Enquadramento	Casamento religião evangélica	Dois filhos	Tendência para a esquerda (PS)	Religião evangélica batista

## B. Grelha das famílias de origem das pessoas entrevistadas

	Pai		Mãe	
	Escolaridade	Profissão	Escolaridade	Profissão
<b>Mulheres</b>				
<b>31 aos 40 anos</b>				
Andreia	Licenciatura e mestrado	Professor	Antigo 6º ano	Empregada de balcão
Camila	4ª classe	Supervisor de electricidade	Bacharelato	Professora primária
Carina	5º ano	Distribuidor para uma cadeia de lojas	4ª classe	Empregada de balcão
Carolina	Licenciatura (incompleta)	Fotógrafo	Licenciatura e pós-graduação	Enfermeira
Clarisse	Licenciatura (já em idade adulta)	Técnico de aeronáutica	6º ano	Modista
Isabel	12º ano	Administrativo	Licenciatura	Técnica de análises de laboratório
Juliana	Doutoramento (Faleceu antes de defender a tese)	Advogado	12º ano	Secretária de Governador
Luísa	Empresário de pequena/média dimensão	Licenciatura	Licenciatura	Responsável do sector de vendas multinacional
Marta	4ª classe	Empregado de balcão (Proprietários de um restaurante)	6º ano	Cozinheira (Proprietários de um restaurante)
Vanessa	licenciatura em Direito	Diretor de uma empresa	Licenciatura	Técnica Superior
<b>41 aos 50 anos</b>				
Adelaide	Licenciatura	Médico	Curso comercial	Doméstica
Carla	4ª classe	Mecânico de automóveis	4ª classe	Auxiliar de Ação Médica
Carmo	Doutoramento	Professor universitário	Licenciatura	Professora liceal
Catarina	4ª classe	Carpinteiro	4ª classe	Doméstica
Florbela	4ª classe	Agricultor por conta própria	Agricultora por conta própria	4ª classe
Idalina	Licenciatura incompleta	Contabilista	4ª classe	Modista
Inês	4ª classe	Carpinteiro	4ª classe	Doméstica
Judite	4ª classe	Operário industrial	4ª classe	Empregada doméstica
Natália	Licenciatura	Solicitador	5º ano	Administrativa
Valentina	4ª classe	Construtor civil	4ª classe (já em adulta)	Cabeleireira
<b>51 aos 60 anos</b>				
Aurora	4ª classe	Pedreiro	2ª classe	Doméstica
Margarida	4ª classe (já em adulto)	Segurança (na portaria)	3ª classe	Doméstica

Tânia	Licenciatura	Técnico superior	Licenciatura	Técnica superior
<b>Homens</b>				
<b>30 aos 40 anos</b>				
Fábio	7º ano	Contabilista em bomba de gasolina	Licenciatura (já em adulta)	Doméstica
Gil	12º ano	Diretor administrativo	9º ano	Administrativa
Jaime	12º ano	Contabilista	4ª classe.	Empregada de balcão
Mauro	Realizador e produtor de televisão	12º ano	Licenciatura	Técnica Superior
Nelson	9º ano	Eletricista de automóveis	12º ano	Marketing e publicidade
Pedro	12º ano	Sargento-chefe GNR	12º ano	Administrativa
Raul	4ª classe	Comerciante de automóveis por conta própria	4ª classe	Costureira
Rodolfo	7º ano	Bancário	12º ano	Técnica superior
Simão	Licenciatura	Oficial de Marinha	Liceu (morreu quando Simão tinha 9 anos)	Doméstica
Vicente	12º ano	Diretor de logística de um supermercado	9º ano	Técnica de apoio à gestão ( <i>BackOffice</i> )
<b>41 aos 50 anos</b>				
Augusto	Licenciatura	Engenheiro químico	12º ano	Chefe de compras
Diogo	licenciatura	Economista	11º ano	Administrativa
José	4º classe	Operador de turbinas	4º classe (já em adulta)	Doméstica
Leonardo	4ª classe	Barbeiro	Proprietária de uma papelaria	4ª classe (concluída no ensino para adultos)
Paulo	Licenciatura	Oficial superior da força aérea	Curso médio	Educadora de infância
Policarpo	Liceu	Tradutor e contabilista	5º ano	Doméstica
Pompeu	4ª classe	Serralheiro	4ª classe	Doméstica
<b>51 aos 60 anos</b>				
André	4ª classe	Agricultor	Agricultora	4ª classe
Júlio	4ª classe	Operário fabril	4ª classe	Doméstica
Roberto	Licenciatura	Professor	5º ano	Doméstica

## C. Excertos de entrevistas do capítulo 3

### 3.1 Famílias de origem

#### 3.1.1 Papéis tradicionais de género generalizados

##### Papéis de género tradicionais

*“O meu pai era o disciplinador e a minha mãe era a pessoa mais afetiva, não estou a dizer que o meu pai não fosse, mas era a pessoa que mais demonstrava afeto, a que mais me compreendia, achava eu, e acho que ainda é assim. E o meu pai era aquela pessoa que tinha aquele objetivo específico de me educar de uma determinada forma, que eu na altura também não entendia isto, e então para que isso acontecesse repreendia mais, se calhar tinha menos paciência, portanto sim, houve diferenças”.* Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir) com pai empregado de escritório, 12º ano, e mãe técnica de análises de laboratório, licenciatura

*“A minha mãe não me batia, mas ralhava comigo à hora das refeições. Mas depois eu tinha liberdade para brincar com os miúdos e tudo. E depois tinha o meu pai que eu nem sei como hei de explicar. Rígido, mas, ao mesmo tempo, não rígido. Não era rígido, porque não batia, mas achava que um miúdo devia olhar para o pai com aquela distância. Então eu costumo dizer que o meu pai praticamente não falava comigo. Quer dizer falava, mas... só começou a conversar comigo quando fui para a tropa. Nunca me bateu, também”.* Júlio, 55 anos, técnico superior, licenciatura com pai operário fabril, 4ª classe e mãe doméstica, 4ª classe

*“Eu lembro-me de ele [o pai] ir ao café da aldeia. As mulheres ficavam em casa a lavar a loiça e etc – naquela época era assim – e eu depois também ia até lá e era engraçado que depois vínhamos do café aqueles 800 metros, 1 km, na calma conversando, à beira da estrada. A minha mãe, claro, sofrida do tempo da guerra. Ela era mais queixosa. É natural, é mulher. (...) lembro-me uma vez de o meu pai me dar com o cabo de uma enxada. A minha mãe... lá está, uma mulher que ia para a fila da farinha às 6 da manhã”.* André, 56 anos, militar, 11º ano com pai agricultor, 4ª classe, e mãe agricultora, 4ª classe

*“Embora a minha mãe fosse mais permissiva, não muito diferente. Obviamente que o pai é a figura marcante. Mais força e naquela altura era assim (risos)”.* Augusto, 47 anos, restauro de móveis, 12º ano com pai engenheiro químico, licenciatura e mãe chefe de compras com 12º ano

*“O meu pai nunca nos ouviu, ainda hoje não ouve. Ele tem 75 anos, eu tenho 38 e, ainda hoje em dia, se ele pudesse, ainda era ele que mandava na minha vida. (...) Foi sempre como o meu pai quis. É óbvio que eu cheguei, para aí aos 12, 13 anos, e arranjei as minhas próprias estratégias. Mentir, por exemplo, era uma coisa que eu fazia imenso ao meu pai. À minha mãe, não era capaz, contava-lhe tudo, mas ao meu pai mentia até para dizer que ia despejar o lixo inventava uma história qualquer para poder fazer o que eu queria fazer”.* Clarisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar com pai técnico de aeronáutica com licenciatura (em adulto) e mãe modista com 6º ano

#### Ausência paterna

*“O pai era muito ausente, porque tinha sempre, não só pelos turnos, porque trabalhava mesmo por turnos, e depois ao fim de semana tinha sempre a pesca com os amigos e etc. A minha mãe é que cuidava de nós. Como era doméstica, não tinha uma profissão especial, e então nós ficávamos em casa e era a mãe que cuidava basicamente de nós”.* José, 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, 10º ano com pai operador de turbinas com 4ª classe e mãe doméstica, também com 4ª classe (já em adulta)

*“A minha mãe mais presente. Que o meu pai tinha que se deslocar todos os dias, para o quartel, era um bocadinho fora, portanto só vinha ao fim do dia. Teve algumas ausências de ter que ir pontualmente para fora, uma semana, uns tempos. Quer dizer, não estava tanto tempo... claro que as mães são sempre um bocadinho mais flexíveis, falam, falam, falam, mas não, coiso. Os pais eram mais, o meu pai era como os outros, mais rígido, mais como eu talvez seja também”.* Paulo, 47 anos, técnico de informática, 12º ano com pai oficial superior da força aérea, licenciatura e mãe educadora de infância, licenciatura

*“A minha mãe se calhar era mais física, mais da palmada (risos) e o meu pai nunca me bateu. O meu pai era muito mais diplomata, era pela via da conversa quando havia conversa. (...) A minha mãe era muito mais emocional. Depois também era a minha mãe que me dava mais mimo do que o meu pai. Nós, para termos mimo do meu pai, tínhamos que ir literalmente roubar e ele ficava todo derretido, mas tinha muita dificuldade em dar retorno”.* Juliana, 37 anos, desempregada, arquiteta, licenciatura com pai advogado, doutoramento e mãe secretária de governador, licenciatura

### Clima de medo e/ou violência

*“O meu pai nunca me bateu, mas bastava ele levantar-me os olhos para eu já não saber para onde é que me havia de virar. A minha mãe, eu agora acho, que tinha um bocado receio dele. Não que ele lhe batesse, nem nada que se pareça, (...) mas era aquela mentalidade deles de que o homem é que mandava. E o que ele dizia era feito. O meu pai era um bocado autoritário. O que ele dizia tinha de ser feito”.* Margarida, 55 anos, inspetora tributária, licenciatura com pai segurança (na portaria) com 4ª classe (já em adulto) e mãe doméstica com a 3ª classe

*“A educação que o meu pai dava era não fazer barulho, não gritar, não podíamos fazer disparates. A minha mãe era um bocado depois em função disso ‘filha não te portes mal, porque se não vem o pai, vê lá o que fazes’. Era sempre muito mais... muito doce, muito meiga. Muito compensadora da outra parte, da ausência da outra parte. Eu nunca me lembro de o meu pai instituir uma regra. Eu acho que a única regra que o meu pai tinha e que eu sabia que se me esquecesse que se calhar apanhava era ele chegar a casa e não o cumprimentarmos. Por esquecimento, porque era criança”. Catarina, 49 anos, empregada de balcão, 12º ano com pai carpinteiro com a 4ª classe e mãe doméstica, também com a 4ª classe*

### **3.1.2 Regras e liberdades individuais variam em função de capitais e recursos económicos, sociais, culturais e simbólicos**

#### Liberdade de pensamento, mas não de comportamento para as mulheres

*“Havia coisas que não eram questionadas, eles decidiam que eram assim e eu tinha que aceitar, mas ao mesmo tempo sempre me deram a liberdade para eu fazer as minhas próprias opções. Em relação a amigos nunca me impuseram ‘ah, não podes brincar com aquele menino’, como vejo alguns pais fazerem; em relação a hobbies; em relação à escolaridade, a escolher aquela determinada área ou outra, escolher aquela determinada escola, sempre me deram um leque de opções, sendo que o grosso era determinado por eles. Mas nunca foi problemático para mim também, não sei, talvez concordasse, ou talvez me acomodasse, não sei”.* Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir), com pai empregado de escritório, 12º ano, e mãe técnica de análises de laboratório, licenciatura

*“A única coisa, de facto, que eles diziam e que massacravam, entre aspas, um bocadinho era ‘têm que estudar, para se conseguir alguma coisa tem que se estudar, têm que trabalhar, têm que ser honestas’. Eram mais os valores e obrigar ali a determinadas regras dentro de casa e até a nível de comportamento. Aí sim. Agora*

nas decisões, não, acho que não. Aí eles sempre foram muito abertos. Nós podíamos decidir aquilo que quiséssemos”. Tânia, 53 anos, gestora de recursos humanos, licenciatura e formações e especializações diversas, com pai técnico superior, licenciatura em engenharia civil e mãe técnica superior, licenciatura em artes

#### Maior liberdade e autonomia feminina nas famílias mais escolarizadas

“Eram uns pais liberais. (...) Não havia tabus. Não me acompanhavam a nível escolar. Não se sentavam comigo a fazer trabalhos de casa. A única preocupação era que nós fôssemos alunos medianos e felizes. Não nos foi inculcida a competição nem o sentido de ter que ser o melhor, mas sim a dar o melhor. Também não era a preguiça de não querer acompanhar, era mais no sentido de ser responsável. (...) Foi-me muito inculcido o sentido da responsabilidade, da autonomia, embora eu tenha sido muito dependente durante muitos anos, emocionalmente falando. Se calhar porque, como os meus pais eram muito tranquilos, aquilo acabou por funcionar para mim como um défice e foi do género ‘é pá senta-te ao meu lado, dá-me atenção’. Tinha muito mimo, muitas outras coisas, mas aquela atenção como os meus amigos não tinha. Penso que persegui muito os meus pais nesse sentido”. Juliana, 37 anos, desempregada, arquiteta, licenciatura com o pai advogado com doutoramento e mãe secretária de governador com licenciatura

“Na minha adolescência sempre me foi dada muita liberdade. Muita liberdade sempre com o sentido de responsabilidade. Saí muito cedo, consegui a liberdade muito cedo para o que se quer fazer na adolescência e nunca tive que lutar por sair à noite, por ter que ir a uma discoteca, nada”. Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento, com pai empresário de pequena/média dimensão, licenciatura em economia e mãe responsável do sector de vendas numa empresa multinacional, licenciatura em marketing

“Era absolutamente negociado. Houve sempre sinais de que tudo o que me envolvesse, eu tinha uma palavra a dizer sobre o assunto. Eu comecei a fumar muito cedo, por exemplo, e naturalmente que não escondi isso dos meus pais e o meu pai fazia questão que fumasse à frente dele. E isso era inovador para a época, porque de facto essas coisas não aconteciam”. Idalina, 49 anos, técnica superior, licenciatura, formações e especializações diversas, com pai contabilista, licenciatura (incompleta) e mãe modista, 4ª classe



### Bom comportamento feminino por interiorização das regras nas famílias menos escolarizadas

*“Acho que sempre foram muito democráticos, também acho que fui uma menina bem-comportada (risos), não tinham razões. Tudo aquilo que eles me diziam, eu fazia. Na escola também sempre fui boa aluna. Fazia tudo aquilo que eles mandavam. Acho que não tinham razões para ralhar (risos)”*. Marta, 31 anos, assistente editorial, licenciatura e duas pós-graduações com pai empregado de balcão, 4ª classe e mãe cozinheira, 6º ano

*“Éramos umas meninas boazinhas. Não era preciso autoritarismo, portávamo-nos bem. Nunca apanhei, nunca apanhei do meu pai e da minha mãe, se apanhei uma estalada, foi daquelas sem se saber porque é que se dá”*. Carla, 40 anos, técnica de fisioterapia, 11º ano com pai mecânico de automóveis, 4ª classe e mãe auxiliar de ação médica, 4ª classe

### Contexto de autoritarismo nas famílias dos homens entrevistados, principalmente em famílias pouco escolarizadas

*“Sempre foram muito autoritários. Até os meus 13, 14 anos, sempre foram muito autoritários, sempre tentaram impor as coisas. Isso, para mim, foi um bocado difícil”*. Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura, com pai contabilista, 12º ano e mãe empregada de balcão, 4ª classe.

*“(Suspiro) Bem autoritário. Não do meu pai, o meu pai foi sempre muito condescendente comigo, mas a minha mãe foi bastante rígida”*. Rodolfo, 35 anos, técnico de laboratório, frequência universitária (5º ano incompleto) com pai bancário, 7º ano e mãe técnica superior, 12º ano

*“Havia aquela coisa de um bocado de autoritarismo. Apesar de não ser oprimido, não, nada disso, tínhamos liberdade. Mas mais quando havia falhas da nossa parte. Aquelas falhas de adolescência e de criança. A punição era sempre com umas palmadas, ou fosse o que fosse, coisa que eu nunca fiz à minha filha. Acho que não é por aí”*. Paulo, 47 anos, técnico de informática, 12º ano com pai licenciado, oficial superior da força aérea, licenciatura e mãe educadora de infância, licenciatura

### Ausência paterna

*“Eu tive mais influência em termos de educação da minha mãe do que do meu pai, para além de depois da separação não viver com ele, ele teve muitos anos fora. Muitos anos fora, o que tornou a relação um bocadinho distante”*. Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano, com pai realizador e produtor de televisão, 12º ano e mãe técnica superior, licenciatura em Germânicas

*“No caso do meu pai, nunca foi muito rígido e sempre houve... Eu creio que parte tem a ver mais talvez com a negligência do que propriamente com a forma mais flexível de criar alguém”.* Nelson, 36 anos, técnico administrativo, 12º ano com pai eletricitista de automóveis, 9º ano e mãe ligada ao marketing e publicidade, 12º ano

*“O meu pai, durante uns anos, foi um bocadinho ausente, porque ele trabalhava aqui numa empresa que havia, na altura, que era uma empresa grande a nível nacional que fazia trabalhos por todo o país e ele praticamente estava sempre fora, porque ele era chefe de uma equipa de montagens”.* Pompeu, 45 anos, eletricitista, 12º ano com pai serralheiro, 4ª classe e mãe doméstica, 4ª classe

*“Somos quatro filhos, o trabalho remunerado era só o do meu pai. A minha mãe tinha muito trabalho, mas só como dona de casa. Então durante a minha infância eu tive pouco contato com o meu pai, ao longo da semana. Ele saía cedo de casa, a gente estava dormindo, e quando ele voltava a gente já tava dormindo”.* Roberto, 59 anos, pastor da Igreja Evangélica Batista, duas licenciaturas e mestrado com pai professor, licenciatura e mãe doméstica, 5º ano

### **3.1.3 Expectativas parentais genderizadas: maior fiscalização no feminino e liberdade no masculino**

#### Importância da escolaridade

*“Acho que eles esperavam que eu me esforçasse e me dedicasse aos estudos. Para eles foi uma grande dificuldade estudar. A minha mãe nem estudou. A minha mãe entrou na universidade e depois desistiu, porque casou e teve os filhos. Aquela coisa bué típica. E o meu pai estudou, mas estudou já com filhos, a tirar o curso à noite. Iam comer às cantinas para poupar o dinheiro. Ou seja, aquilo foi tudo muito difícil. Então eles viam o estudar, o ter um curso superior como uma oportunidade”.* Andreia, 32 anos, desempregada, bolsista de investigação (última profissão), licenciatura com pai professor com licenciatura em economia e mestrado e mãe empregada de balcão, 6º ano

*“Acho que as expectativas que eles tinham eu consegui (risos). Eles sempre depositaram em mim muita expectativa que eu fosse para a universidade. Ninguém na família tinha ido para a universidade, o meu irmão nunca ligou muito à escola. Como sempre fui mais aplicada, então sempre tive esse peso de saber que eles queriam que eu fosse para a universidade”.* Marta, 31 anos, assistente editorial, licenciatura e duas pós-graduações com pai empregado de balcão, 4ª classe e mãe cozinheira, 6º ano

*“(Risos) Eu acho que os meus pais esperavam que eu fosse para a faculdade, tirasse um curso superior, mas depois tiveram que chegar à conclusão que não era aquilo que eu queria. Foi difícil para eles aceitar, mas acho que hoje, olhando para trás, eles sabem que eu estou bem”.* Natália, 43 anos, esteticista, 12º ano e curso de Estética com pai solicitador com licenciatura e mãe administrativa com 5º ano

*“O meu pai nem tanto, mas a minha mãe sempre disse que gostava que a gente tivesse uma licenciatura, fosse assim alguém importante. Não é que isso faça uma pessoa mais feliz ou menos feliz, mas ela tinha aquela ânsia. Tanto mais que eu e o meu irmão fomos para uma licenciatura, no início, um bocado obrigados”.* Pedro, 36 anos, técnico de informática, licenciatura com pai sargento-chefe GNR, 12º ano e mãe administrativa com 12º ano

*“Os meus pais esperavam que eu tirasse um curso. Fui a primeira pessoa da família a tirar um curso. Portanto, não eram só os pais, eram os avós e até se calhar os tios. (...) Acho que é a expectativa dos pais da minha geração, que os filhos vão para a universidade”.* Vicente, 36 anos, bolseiro de investigação, doutoramento (a frequentar) com pai diretor de logística de um supermercado com 12º ano e mãe administrativa com 9º ano

*“Estudar. Estudar. No pouco que o meu pai lidava connosco, ele desejava que nós estudássemos, fazer os deveres da escola, as contas. Sobretudo, contas. Essa era uma expectativa: que nós estudássemos. Porque o meu pai é branco e a minha mãe é negra. E o meu pai tinha muitos amigos portugueses em Moçambique e essa questão de estudar fazia parte desse ciclo de amigos que ele tinha”.* José, 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, 10º ano com pai operador de turbinas com 4ª classe e mãe doméstica, também com 4ª classe (já em adulta)

#### Fiscalização da feminilidade

*“A minha mãe, acho, esperava mais ou menos aquilo que eu sou hoje. (...) Que fosse uma mulher trabalhadora, que estivesse bem casada e estou. Que tivesse filhos que eu lhes desse apoio, que fosse presente, que respeitasse as outras pessoas, que tivesse um grupo de amigos com quem me desse. O meu pai, acho, esperava que eu fosse muito mais submissa do que sou. Que fosse médica em vez de ser assistente social, que ele nunca concordou que eu fosse assistente social. Achava que era uma profissão que só os pobres é que tinham. Dizia que ia andar rodeada de pobres e que era uma chatice muito grande, ia apanhar muitas doenças”.* Clárisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em

terapia familiar com pai técnico de aeronáutica com licenciatura (em adulto) e mãe modista com 6º ano

*“Talvez esperassem que eu tivesse casado, mais cedo, tivesse constituído família, não tivesse tido um filho sem ser casada. Mas como também já tinha quarenta anos, e eles pensavam que eu se calhar já não ia assentar, não fizeram assim grandes ondas (risos)”. Carmo, 43 anos, docente universitária, doutoramento com pai professor universitário com doutoramento e mãe professora liceal com licenciatura*

#### Maior liberdade masculina para ser, decidir e agir

*“Eu nunca me senti alvo, da parte deles, daquele estereotipo de ‘ele tem que ser médico ou...’. Eles nunca tiveram preocupados com isso, desde que eu fizesse uma coisa que gostasse e que me aplicasse. Para eles era mais importante e acho que eles queriam também era ter uma educação e uma perspetiva de vida mais abrangente. Experimentar mais coisas, experimentar mais áreas”. Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano (concluído), frequência de licenciatura (1º ano) com pai realizador e produtor de televisão, 12º ano e mãe técnica superior, licenciatura em Germânicas*

*“Eles sempre disseram que o objetivo deles era fornecer-nos condições para nós sermos o que quiséssemos ser. E a segunda coisa é que eles ficariam sempre muito contentes e felizes quando nós saíssemos de casa para viver a nossa vida de forma independente e autónoma”. Fábio, 37 anos, docente e investigador universitário, doutoramento com pai contabilista em bomba de gasolina com 7º ano e mãe doméstica com licenciatura em filologia (já em adulta)*

*“Eventualmente sucesso, mas um sucesso de forma algo etérea e não muito concretizado. A ideia não era concretizada. Nunca ganhou um corpo. Não houve aquele grande cliché. Houve flexibilidade suficiente, o que também pode funcionar mal. Porque depende para onde é que vai. Mas nunca houve uma expectativa concreta e corporizada”. Nelson, 36 anos, técnico administrativo, 12º ano com pai eletricitista de automóveis, 9º ano e mãe ligada ao marketing e publicidade, 12º ano*

## 3.2 Patrimónios de disposições e esquemas de ação, avaliação e percepção

### 3.2.1 Ideal de feminilidade e masculinidade menos culpabilizante na adultez

Ideal de feminilidade: beleza, a forma de vestir e apresentar, a capacidade de atração de pretendentes e o número de amigos

*“Eu acho que tinha um bocado de inveja e admiração por essa minha melhor amiga, porque ela era ao contrário, era muito esclarecida, era muito gira, era muito feminina e vestia-se muito bem e começou a ter namorados mais cedo do que as outras. Claro que eu, esquece. Super envergonhada. Então eu acho que essa relação acabava por ser boa e má”.* Andreia, 32 anos, desempregada, bolsista de investigação (última profissão), licenciatura

*“Era possivelmente alguém que eu via na escola e que fosse popular pelas razões que eu queria ser popular, que era os rapazes gostarem de mim. (...) Era a menina que se vestia bem e que tinha as roupas bonitas e que tinha o nariz perfeito. O nariz! Era o nariz. Porque me tinham partido o nariz e eu tinha o stress do nariz. Era a rapariga fisicamente bonita, que havia várias na minha escola, vários exemplos.”* Camila, 33 anos, bolsista de doutoramento, licenciatura e mestrado

*“Se calhar olhava para as raparigas que se arranjavam e pensava ‘também gostava de me arranjar, mas não tenho jeito, não me apetece’. Olhava para algumas delas e roía-me de inveja (risos). Havia uma rapariga na altura (...) que dava aulas também na escola secundária e ela arranjava-se muito bem, era professora, passava de carro. Era tudo perfeito. Tinha uma vida perfeita. E eu olhava para ela muito gira, muito bem arranjada, sempre muito bem-disposta, muito simpática com toda a gente”.* Marta, 31 anos, assistente editorial, licenciatura e duas pós-graduações

#### Ausência de ideal de feminilidade

*“Não. Eu sempre fui eu. Eu. Era aquilo que eu pensava, era aquilo que eu fazia. Eu não ia pela cabeça... Nem porque esta era assim ou assada. Sempre fui eu. Nunca fui pela cabeça dos outros. Ainda hoje. Ainda hoje não vou pela cabeça de ninguém”.* Valentina, 48 anos, desempregada, empregada de limpeza, empregada numa pecuária, apoio num lar de idosos, 9º ano

*“Não. Nessa altura, a gente não ligava a isso. Pelo menos eu não”.* Aurora, 60 anos, reformada, empregada de limpeza hospitalar, 4ª classe

*“Não, não. Porque éramos todas do mesmo nível e éramos e fazíamos todas a mesma coisa. (...) Não havia aquela coisa de querer ser igual, ou querer ser melhor*

que aquela, não, porque éramos todas do mesmo meio, fazíamos todas a mesma coisa. Portanto era campo, trabalho, trabalho, campo, casa. Íamos aos bailaricos. A roupa que elas tinham, a gente estreava na mesma altura, que era no Natal e na Páscoa”. Inês, 48 anos, empregada de balcão, 4ª classe

#### Ideal de masculinidade

“Por acaso havia. Havia lá uns colegas, principalmente um praticava desporto, havia lá outro rapaz que era o melhor jogador da equipa. Desejava sempre ser um bocadinho melhor que ele, mas era um bocado difícil”. Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura

“Tinha um colega, na altura, que era só mais pelo jeito dele com as raparigas do que outra coisa. De resto eu tentava passar o mais despercebido possível, que é para não arranjar muita confusão. Era só mesmo mais pelo jeito que ele tinha com as colegas, de resto não. Eu era mesmo ‘se ninguém notasse que eu estava ali, fixe’, eu estava encantado da vida”. Pedro, 36 anos, técnico de informática, licenciatura

“No colégio, havia um que era um tipo muito engraçado que teve um percurso de vida muito estranho. O tipo tinha uma ganda pinta. Ele era mais esperto do que inteligente, mas era inteligente à mesma. Acabou Direito. (...) Ele tinha muita pinta e tinha muita saída com as miúdas”. Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano

“Lembro-me que eu tinha um amigo que eu admirava bastante, porque ele era muito engraçado, muito divertido, e tal, mas na realidade a única coisa que ele tinha mais que eu era para aí cinco centímetros (sorrisos). Não era melhor aluno que eu, não tinha namoradas como eu, não era isso. Simplesmente era mais confiante que eu acho, isso era uma das questões. Admirava-o por isso. Depois havia também um ou dois, que eram melhores alunos do que eu, que admirava”. Vicente, 36 anos, bolsheiro de investigação, doutoramento (a frequentar)

#### Ausência de ideal de masculinidade

“Não. Isso não. Se calhar por eu sempre achar que tinha a minha própria personalidade. E aí, se calhar, até pelo facto de ser músico e fazer coisas que muitos não conseguem fazer. Se calhar não via assim tanto esses ídolos”. Pompeu, 45 anos, electricista, 12º ano

“Que eu me lembre, não. Tinha uns amigos na escola e tal, mas que me lembre, não. Era bué da fechado no meu mundo e basicamente as mulheres só começaram a entrar no meu mundo tinha eu para aí 18 ou 19 anos”. Rodolfo, 35 anos, técnico de laboratório, frequência universitária (5º ano incompleto)

### Ideais de feminilidade e masculinidade na vida adulta

*“Há mulheres que eu admiro por serem corajosas, por se baterem por causas. Não sei se tenho assim um modelo, é um bocadinho daqui, dali, dacolá”*. Idalina, 49 anos, técnica superior, licenciatura, formações e especializações diversas

*“De modo que eu encontrei um modelo próprio para mim mesmo ajustado àquilo que eu desejava que é um bocado o coser e o costurar de várias coisas que não estão só no meu irmão, como é lógico. Estão em modelos que vi em outras pessoas, em reflexões que a gente vai fazendo ao longo da nossa vida e de experiência de erro e de acerto”*. Leonardo, 41 anos, arquiteto, duas licenciaturas

*“Não, eu não olho para uma mulher única. Não há nenhuma que eu diga ‘queria ser alguém’, porque há sempre qualquer coisa que gostamos, mas que não queremos. Não há assim nenhuma que diga que queria ser aquela pessoa. Há sempre um bocadinho de uma, um bocadinho de outra, mas acho que gosto de ser aquilo que sou”*. Margarida, 55 anos, inspetora tributária, licenciatura

*“Olho à minha volta e acho que cada um de nós somos pessoas diferentes. E que eu não posso admirar uma pessoa que acaba, se calhar, por ter um pensamento completamente diferente do meu. Têm de ser bocados de todas as pessoas é que também te fazem a ti”*. Rodolfo, 35 anos, técnico de laboratório, frequência universitária (5º ano incompleto)

*“Agora estou rodeada de mulheres, todas elas assim mais para o selvagem, todas muito naturais. São doulas, são budistas... lá está, é tudo aquilo que me interessa. São mulheres muito simples. Agora se são minhas ideais, não, aprendo muito com elas. Agora, se calhar, hoje em dia, interessa-me uma mulher inteligente. (...) Sinto-me próxima, mas também me sinto muito longe, mas também não me quero aproximar delas, não é esse o meu objetivo”*. Carina, 35 anos, estudante, consultora na área de recursos humanos (última profissão), mestrado (a concluir)

### Ideal feminino multidimensional

*“A mulher bem-sucedida é a mulher que é feliz. É a mulher que consegue equilibrar várias áreas da vida dela e não sentir remorsos por não poder deixar de fazer o que fez ou o que quis. É uma mulher que consegue equilibrar várias coisas. É uma mulher que faz o trabalho que quer. (...) É uma mulher que se sente realizada na profissão. É uma mulher que evidentemente tem uma relação afetiva (...), que tenha uma relação boa, feliz, e depois filhos se quiser tê-los. Que consiga os vários papéis, profissional, de mulher, de mãe e para ela própria, que consiga equilibrar tudo isso e*

que consiga levar com uma certa harmonia”. Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento

*“Para já, são bonitas. Para mim. Correspondem a um determinado conceito de beleza que eu tenho. Depois demonstram calma, confiança. Talvez aquilo que eu tenha sentido, ao longo da minha vida, que eu de facto tenho aqui que trabalhar. E têm sabedoria. Sinto que são sábias. E que têm reconhecimento”*. Tânia, 53 anos, gestora de recursos humanos, licenciatura e formações e especializações diversas

*“Atualmente, o meu ideal de mulher é uma mulher que consiga articular família, os amigos, profissão, que se consiga realizar, que consiga cumprir os seus sonhos, que consiga lutar pelos seus objetivos, esse é o meu ideal de mulher. E que no caminho não se perca, continue a ser feliz, e continue a aproveitar as coisas todas da vida”*. Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir)

#### Ideal feminino mais unidimensional

*“O principal nisto tudo é ter um bom marido e ser feliz. E é isso que eu, às vezes, penso, que elas podem ter tudo o que têm, mas não serem felizes. Eu posso ter pouco, mas sou feliz”*. Florbela, 43 anos, reformada por invalidez, empregada de balcão, 3ª classe

*“Uma mulher bem-sucedida é ter saúde e poder ajudar os filhos e se puder continuar ativa ainda é muito bom. É uma coisa boa. E ter a vida equilibrada”*. Aurora, 60 anos, reformada, empregada de limpeza hospitalar, 4ª classe

*“Eu admiro as pessoas que se dedicam aos outros. Pronto, é isso. O que eu mais admiro é isso”*. Adelaide, 47 anos, assistente comercial, bacharelato

#### Ideal de masculinidade e ausência de necessidade de proximidade

*“Eu, hoje em dia, já não vejo as coisas nesse aspeto. Se calhar, quando tinha 14, 15 anos via e pensava que gostava de ser como aquele, mas, hoje em dia, acho que já não vejo assim. Eu tento é olhar para mim próprio e pôr metas e tentar atingir essas metas. Simplesmente. Não olho para as outras pessoas com aquela vontade de querer ser como este ou querer ser como aquele. Deixei de ver as coisas dessa forma”*. Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura

### **3.2.2 Perceção de si e relação com o corpo: mais problemática em mulheres mais novas e escolarizadas**

#### Insatisfação com a imagem corporal no feminino

*“Eu odiava-me (risos). (...) Eu lembro-me. Achava que eu era feia, que as outras miúdas eram muito giras e eu era feia. (...) Há adolescentes que vestem roupa*



*justa para pronunciar o corpo que estão a começar a ganhar e eu não. Eu era ao contrário. Tentava ao máximo dissimular ou tapar. (...) Aquilo era tudo difícil. As miúdas todas já tinham o período, já tinham maminhas e coxas e eu não tinha. Eu era uma tábua na escola".* Andreia, 32 anos, desempregada, bolseira de investigação (última profissão), licenciatura

*"Eu era muito magrinha. Lembro-me que, nas calças, punha papel higiénico de lado, que é para fazer umas ancazitas, porque era muito magra".* Carina, 35 anos, estudante, consultora na área de recursos humanos (última profissão), mestrado (a concluir)

*"O corpo não... era horrível, nem queria ter espelhos em casa, nem queria comprar roupa, porque ia comprar e era uma tragédia (risos)".* Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir)

*"Tal e qual como os adolescentes de hoje em dia. Tinha problemas enormes com o corpo, tínhamos sempre a mania que estávamos gordas, que éramos horrorosas, que tínhamos um rabo grande, ou que tínhamos umas maminhas muito grandes".* Carmo, 43 anos, docente universitária, doutoramento

*"Uma coisa que me marcou e que foi um bocado incomodativa: eu tinha muito acne. E isso, numa altura em que... é um bocado complicado. E isso acabou também por me tornar um bocadinho mais introvertida, porque eu não me sentia bonita. E depois onde eu fosse, as pessoas vinham ter comigo dar-me receitas. Às tantas uma pessoa até já tem medo quase de andar".* Tânia, 53 anos, gestora de recursos humanos, licenciatura e formações e especializações diversas

#### Ausência de reflexividade nas mulheres menos escolarizadas

*"Eu acho que não tinha tempo para pensar nisso, porque eu acho que nem sabia o que era a adolescência. Como é que eu tinha tempo para pensar nisso?"* Florbela, 43 anos, reformada por invalidez, empregada de balcão, 3ª classe

*"Acho que nem pensava nisso. Era só trabalhar. Uma pessoa estava a trabalhar, nem pensava em nada".* Aurora, 60 anos, reformada, empregada de limpeza hospitalar, 4ª classe

*"Eu costumo dizer que lidei sempre muito bem com isso [o corpo]. Sempre me aceitei muito bem como sou, embora me moessem muito porque eu era excessivamente magra e então gozavam muito com as minhas perninhas. E eu, um dia, lembro-me de olhar para as minhas pernas e dizer 'um dia vão ser gordinhas' (risos). E depois cá estão elas e agora digo 'agora são gordinhas demais (risos)".*

### Insatisfação com a imagem corporal no masculino

*“O grande complexo era o peso. A falta do mesmo. Contrariamente à maioria. Era muito, muito magro e isso era um grande, grande trauma. E com 17 anos, 18 já teria possivelmente a altura que tenho agora e pesava 53 quilos. E isso sim, foi um complexo terrível”.* Nelson, 36 anos, técnico administrativo, 12º ano

*“Achava que era muito feio e magro. Cheio de borbulhas na cara. E eu pensava ‘vais ter um futuro bonito’. Eu com 16 anos pesava 50 quilos e já tinha esta altura, esta estrutura de corpo. Com 50 quilos era muito chupadinho”.* Pedro, 36 anos, técnico de informática, licenciatura

*“(pausa) Eu lembro-me que, quando tinha 15 anos, eu tinha excesso de peso, era um bocado gordo. E como já jogava basquete há algum tempo, na altura, apesar da minha parca estatura de um metro e setenta e oito, pensava que ia ser jogador de basquete um dia, e então não... gostava de ser mais alto e gostava de ser mais magro. (...) Também tinha óculos, não gostava de ter óculos, por exemplo”.* Vicente, 36 anos, bolseiro de investigação, doutoramento (a frequentar)

*“Houve um momento na minha adolescência em que nós éramos todos mais ou menos da mesma altura e eu deixei de crescer. O meu irmão tem um metro e oitenta e dois, e eu fiquei com um metro e setenta, um metro e sessenta e nove... ‘Como é que é possível? Então não cresço?’ Isso foi um trauma, fiquei traumatizado”.* Policarpo, 48 anos, gestor, licenciatura, um MBA e uma pós-graduação

*“Não gostava de ser gorducho (risos). Digamos que era o que eu gostava menos. (...) Normalmente os miúdos quando são baixotes têm sempre aquele problema. Eu nunca tive problemas nem com os colegas, nem com os miúdos”.* Júlio, 55 anos, técnico superior, licenciatura

### Satisfação corporal no masculino

*“Sentia-me bem. Senti-me sempre bem. (...) Sempre fui de praticar muito desporto, tinha uma vida saudável. Nunca tive problemas de saúde, sentia-me perfeitamente bem”.* Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura

*“Nunca tive nada assim de que me orgulhasse em especial ou que me envergonhasse. Não tenho assim nenhuma perceção. (...) Sentia-me confortável. Toda a gente gostava do meu cabelo. Toda a gente dizia que eu tinha um cabelo giro. Eu era o mais loiro e usava o cabelo muito comprido. Tinha o cabelo que era giro e entre os meus amigos e as minhas amigas ouvia piropos, portanto sentia-me bem”.* Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano

*“Nunca me preocupei absolutamente nada, nada com o meu físico. Tinha de fazer ginástica... não, nunca me preocupei. Se calhar porque sou magro, se fosse gordo, se calhar... mas não”.* Augusto, 47 anos, restauro de móveis, 12º ano

*“Eu gostava de superar tudo e todos. Na escola, ainda hoje me lembro de alguns ex-colegas que encontro e nós temos alguns episódios interessantes a contar, porque era mesmo para ser o melhor. Fosse nas corridas, fosse na educação física, tinha sempre a nota máxima e isso eu também gostava disso”.*

*“Nessa área eu não tinha muita dificuldade, porque eu nunca fui nem gordo nem muito magro. Era magrinho, mas não muito. Eu tenho o tipo longilíneo, os meus músculos são todos muito compridos, então não tem como ficar aquele musculoso, mas também não tem como ficar aquele gordo relaxado. A aparência física, mesmo para aquela época da adolescência, nos anos 60, 70, era adequado para o padrão de beleza física que é uma coisa pesada para o adolescente. Nunca tive problema de pele, de ficar com muita espinha. Então a aparência física nunca foi um trauma para mim”.* Roberto, 59 anos, pastor da Igreja Evangélica Batista, duas licenciaturas e mestrado

#### Satisfação corporal na adultez, tanto nas mulheres como nos homens

*“Agora lido bem. Aliás acho que passei um bocado para o contrário, o que é um bocado grave. Passei a dar menos importância à imagem física, porque achava que era mais importante a minha pessoa. E porque comecei também a criar relações baseadas nisso, numa relação intelectual que tens com a pessoa”.* Andreia, 32 anos, desempregada, bolseira de investigação (última profissão), licenciatura

*“Agora olho para o espelho e vejo que gosto mais de me ver agora do que naquela altura. Embora tenha muito menos cabelo, mas pronto. Mas uma coisa que mudaria era aqui esta parte... [apontando para o nariz]”* Pompeu, 45 anos, electricista, 12º ano

*“Fisicamente, gosto de mim. Estou completamente em paz. Sem stress, até porque também tenho um companheiro que me aceita a 100%. Por isso ainda mais”.* Camila, 33 anos, bolseira de doutoramento, licenciatura e mestrado

*“Sinto-me bem. Aliás nos últimos anos, voltei a fazer mais desporto. Até me sinto confiante, sinto-me hábil”.* Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano (concluído), frequência de licenciatura (1º ano)

*“Eu sinto que sou um jovem. Só quando falam em idade... vejo uma pessoa diferente. Bonito? Sim, bonito. Belo? O suficiente. Isso não interessa. No todo, sou*

*uma pessoa especial. Não vês isso dessa maneira? Ok*". Raul, 37 anos, comerciante de automóveis, 12º ano

#### Insatisfação corporal nas mulheres, resultado de gravidezes

*"Eu sempre adorei o meu corpo. Sempre achei que tinha um corpo muito bonito, e as maminhas no lugar, nem grandes nem pequenas, nunca tive esses conceitos. Com a maternidade, sinto que mudou bastante. Também são várias fases, porque na gravidez somos gordas e lindas e sexys. Depois sabemos que só passado um ano é que o corpo volta a ser aquilo que era, e lembro-me de às vezes pôr cinta. E depois quando olhei para a barriga e vi que tinha estrias, ok, já cá estão, não vale a pena fazer nada, deixei-as estar no lugar onde elas estão, e as mamas, sim, ficaram mais descaídas, é verdade, porque são bastante chupadas, todos os dias*". Carina, 35 anos, estudante, consultora na área de recursos humanos (última profissão), mestrado (a concluir)

#### Insatisfação corporal nas mulheres, resultado do processo de envelhecimento

*"Acho que estou velha. É o que eu penso 'estou mesmo velha'. Estou a ficar velha. Eu, quando era nova, era jeitosa. Agora já estou a ficar velha caduca*". Valentina, 48 anos, desempregada, empregada de limpeza, empregada numa pecuária, apoio num lar de idosos, 9º ano

*"Ah não há nada a fazer. Continuo a fazer dietas a toda a hora e mais alguma, daquelas que não fazem mal à saúde. Nomeadamente tentar não comer doces, coisas do género. Porque acho sempre que estou gorda. E então depois de o Diogo nascer, tenho para aqui uns quilos a mais que não há meio de saírem. Tenho um cabelo que não gosto. As minhas pernas continuam iguais. Mas lá está arranjo as minhas estratégias, quando não gosto. Tenho mais é que aguentar. Às vezes olho-me ao espelho, acho-me uma matrafona horrível, não saio de casa com aquela roupa naquele dia, ou se puder, nem saio*". Clarisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar

*"Ainda não é assim de amor (risos) mas está muito melhor. Já me aceito, já assumi que a minha constituição é esta, mesmo que fique mais magra... mas tenho uma relação com o corpo ainda complicada. Está muito melhor, mas ainda é complicada. Mas há estratégias que eu, com 30 anos, já consigo utilizar. Há roupas, estilos de roupas, cores, que já percebo fico mais ou menos bem, consigo lidar com isso, depois disfarço um bocadinho essa relação menos boa com o corpo, e ponho um bocadinho de maquilhagem, e ponho um bocadinho de perfume e a coisa até resolve um bocadinho melhor... mas a minha relação com o corpo hoje em dia não é de todo*

saudável, não é, mas está muito melhor”. Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir)

#### Insatisfação corporal nos homens, resultado do processo de envelhecimento

“Já gostei mais. Confesso que já gostei mais (risos). Já começa a haver menos cabelo, já começam a aparecer rugas, já começa a aparecer a pele seca. Ter que usar óculos também já não favorece. Se calhar podia fazer um bocadinho mais exercício e não faço. E tive aí uns tempos em que estive bastante magro com problemas a nível de stress, e, entretanto, agora já estou melhor. Se calhar, se fosse um bocadinho mais alto, também ajudava (risos)”. Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura

“Agora, como adulto, a pessoa começa a ter outras preocupações. Não engordar tanto. Enquanto adolescente era atlético, agora como adulto é o cuidado de não engordar tanto. Manter um certo peso, cuidados de saúde, alimentação”. José, 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, 10º ano

“Obviamente que eu preferia ter vinte anos, mas algumas das coisas quando às vezes olho no espelho, para além das rugas e dos cabelos brancos, é, de facto, as sobrancelhas que eu tinha eram brilhantes, jovens, felpudas, digamos assim. E agora olho para ali e são uns pelos meio retorcidos”. Júlio, 55 anos, técnico superior, licenciatura

“Relativamente a pilosidades, um pesadelo autêntico, o que deve ser algo também contemporâneo. É uma realidade bastante recente dos homens e já se discute no ginásio. Três ou quatro homens. Nós passámos a vida toda a gozar com as mulheres e agora somos iguais (risos). Se houver um criador, esta é a sua vingança (risos). Isso é o que menos me agrada. Sem dúvida alguma. Do corpo, gosto em geral e convivo muito bem com ele. Exceto esse pormenor. O revestimento (risos). Esse é terrível. Terrível. E eventualmente, que não goste também, a calvície. Claramente”. Nelson, 36 anos, técnico administrativo, 12º ano

#### Insatisfação com o peso nos homens

“Eu gostava de ser mais magro, e sempre gostei, porque tinha tendência, desde pequeno, a ter excesso de peso, que é uma coisa que também ter a ver, obviamente, com a educação”. Vicente, 36 anos, bolseiro de investigação, doutoramento (a frequentar)

“Procuro agora não me deixar engordar porque tenho a tendência (risos). Facilmente, facilmente engordo. Não me apetece fazer muitas dietas para perder peso. Enfim, acho que podia ser o Brad Pitt mas não sou, sou o que sou (risos)”. Policarpo, 48 anos, gestor, licenciatura, um MBA e uma pós-graduação

### 3.2.3 Ser homem: definições diversas, abrangentes e difíceis

#### Ser homem é não ser mulher

*“Para mim ser homem e ser uma mulher é igual. Eu tenho a profunda convicção de que é exatamente igual. Acho que não tem qualquer direito diferente, nem qualquer obrigação diferente. No entanto, acho que são seres profundamente diferentes, em tudo. Na maneira de pensar, na maneira de sentir, de ver as coisas, em tudo. São completamente diferentes, mas acho que têm exatamente os mesmos direitos e obrigações”.* Policarpo, 48 anos, gestor, licenciatura, um MBA e uma pós-graduação

*“(pausa) O mesmo que uma mulher. O que é que é ser homem...eu não vejo aí diferença. Poderá haver diferenças, mas eu acho que são físicas. É natural. Ou seja, o homem ter mais força que a mulher é natural. Eu vejo as coisas muito pela natureza. Cada um tem a sua função. É natural. Tudo o que seja natural. Agora o resto, não vejo diferença”.* Augusto, 47 anos, restauro de móveis, 12º ano

*“[Hesitação e dúvida] Nos direitos, nos deveres, nos valores... podem ser iguais, mas são seres diferentes. Da natureza. O género, quer dizer, são diferentes. E, portanto, não temos que estar forçadamente a querer que sejam iguais. Uns têm mais vocações, mais aptidões para umas coisas, os outros têm outras e complementam-se”.* Leonardo, 41 anos, arquiteto, duas licenciaturas

*“Eu considero que são diferentes, mas que se complementam. (...) Eu tenho necessidade de ter uma mulher, uma companheira do meu lado. Para muitas coisas, para me aconselhar, para me ajudar, para eu a ajudar, porque também gosto de ajudar. A mulher talvez mais frágil às vezes, no meu caso, mais sensível, talvez. Sinto que tenho mais força para enfrentar as situações. (...) Tenho um bocado sempre o sentido de proteção, de proteger, de minimizar as coisas que lhe possam fazer mal (risos)”.* Paulo, 47 anos, técnico de informática, 12º ano

#### Masculinidade e feminilidade são semelhantes

*“Normalmente muito se fala das exigências das mulheres, e é verdade que às mulheres muito é exigido em termos profissionais, familiares, afetivos. Tem de mostrar muita coisa em diferentes patamares. Agora quando um homem – e eu tento com todas as minhas forças isso – tenta ter um bom desempenho profissional, ter um bom desempenho como pai, ter um bom desempenho como parceiro, cobrir este conjunto de áreas todas mais ou menos, mas de uma maneira convicta, hoje está a ficar complicado. Não é tão complicado como ser mulher. (...) Não consegues compatibilizar tudo. Não consigo dedicar-me ao trabalho e estar 100% com os meus*

*filhos. Ou seja, às vezes quando oiço as mulheres falar na televisão ou as conversas das amigas da minha mulher e a minha mulher também, dizem coisas com as quais estou absolutamente identificado. Podia fazer parte da conversa. Ser um homem minimamente razoável em todos estes aspetos é complicado e deve ser comparável, em termos logísticos, com as mulheres. Eu acho que, para a mulher, existe mais pressão de fora, obviamente”.* Fábio, 37 anos, docente e investigador universitário, doutoramento

*“Temos caracteres fisiológicos, genéticos, que são diferentes, mas não acho que tenha, que haja uma essência... não consigo achar uma essência masculina, definitiva”.* Vicente, 36 anos, bolseiro de investigação, doutoramento (a frequentar)

*“(Silêncio) Eu não vejo as coisas muito sectorizadas, em termos de género. Vejo um bocadinho mais enquanto ser humano. Acho que sobretudo depende do indivíduo, não propriamente do género. Sobretudo agora e acho que a tendência será mais essa ainda no futuro”.* Nelson, 36 anos, técnico administrativo, 12º ano

#### Superioridade da masculinidade

*“O homem tem que assumir as características que tem, até desenvolvendo-as, não se descaracterizando como pai de família, se for, ou na sociedade em que está inserido. Agora o ser homem é assumir as suas características. Há casas em que as mulheres é que usam as calças e os homens são mais submissos. Hoje em dia, os papéis já se inverteram um pouco. Claro que dentro de um contexto religioso um homem é a supremacia. Não tem que ser a supremacia. Tem que ser é um igual. (...) De alguma forma, o ser homem é assumir o seu papel com toda a dignidade, não menosprezando aquilo que a mulher é. A mulher é um ser especial, como eu sou, mas tem outras características. O homem tem mais sangue e a mulher tem menos”.* André, 56 anos, militar, 11º ano

*“Há sempre aquele conceito e sempre haverá de ser o chefe de família, o cabeça de casal. (...) Para mim acho que será sempre o homem o chefe de família, mas isso é porque fui educado assim e sempre fui educado assim, apesar de não fazermos propriamente isso”.* Simão, 33 anos, técnico de sistemas, licenciatura (a frequentar o último ano)

*“O homem não chora. O homem tem que ser forte, o homem tem que ser... pronto, não sei se concordarei com isso ou não. Era o esteio da família. Que eu não concordo nada com isso, mas pronto, era o esteio da família. É alguém que, em situações de dificuldade extrema... É a pessoa para quem se olha como último recurso de solução”.* Júlio, 55 anos, técnico superior, licenciatura

### Visão essencialista da masculinidade por parte de algumas mulheres

*“São eles que fortalecem a casa. Podemos nós educar e orientar e planejar e organizar, mas sem uma força à volta, que... Eles são a base para a casa estar em pé. Ser homem é a força, não digo de criar, porque acho que a mulher é mais de criar, mas se calhar de manter essa criação”*. Carina, 35 anos, estudante, consultora na área de recursos humanos (última profissão), mestrado (a concluir)

*“Os homens, eu acho que têm uma grande importância para nós, mulheres. Porque eu, aquilo que tenho conseguido ao longo da minha vida, tenho tido sempre um homem por trás: o meu marido. E, se não fosse ele, também não conseguia evoluir, nem ter tudo aquilo que eu tenho agora. Portanto eu acho que é muito importante ser homem, porque os homens fazem as mulheres. Agora o ser homem, na nossa sociedade, eu acho que todos eles sentem que não podem ceder, têm que estar ali, aguentar tudo e mais alguma coisa, não abrir a boca e não sei se isso, para eles, é bom e se é assim que deve ser o homem”*. Tânia, 53 anos, gestora de recursos humanos, licenciatura e formações e especializações diversas

### Masculinidade como resultado de processos de socialização e expectativas sociais e culturais diferentes

*“É ser livre, independente, poder fazer muito mais coisas que as mulheres não são socialmente aceites poderem fazer”*. Clarisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar

*“Eles têm mais liberdade que a gente. Eles, se calhar, conseguem coisas mais facilmente que a gente não consegue”*. Valentina, 48 anos, desempregada, empregada de limpeza, empregada numa pecuária, apoio num lar de idosos, 9º ano

*“(Pausa) É alguém que sabe, que pensa que sabe sempre tudo (risos) e não são capazes de dizer que não sabem, que acham que são donos e senhores (risos). Se eu perguntar alguma coisa a um homem ele nunca diz que não sabe (risos), nunca diz que não sabe (risos). E agora pensando numa série de homens, também, eles não são capazes de dizer que erraram, que se enganaram (risos)”*. Carmo, 43 anos, docente universitária, doutoramento

*“Se calhar, os homens às vezes fazem certas coisas, talvez que não pareçam mal. Se a gente for fazer já parece mal. Nessas coisas, eu acho que vejo que eles são mais um bocadinho melhor, porque parece que não cai tão mal certas coisas aos homens como cai às mulheres. Mas acho que só vejo isso assim”*. Judite, 48 anos, cabeleireira por conta própria, 7º ano



### Perspetiva crítica da masculinidade por algumas mulheres

*“Ser homem basicamente é ter um objetivo profissional, alguns conseguem, outros ficam um bocadinho mais acomodados... por norma, eu acho que eles deixam arrastar um bocadinho as coisas... São muito mais interesseiros, ou, não é interesseiros, é egocêntricos, eles talvez centrem o mundo no umbigo deles, enquanto as mulheres têm um bocadinho que gerir os filhos, os maridos, enfim... Eu acho que os homens são um bocadinho não é básicos, mas não conseguem ver tanto para além”. Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir)*

*“Vou dizer algumas palavras: rude, irresponsável, mas eficaz. Tem que haver alguma eficácia no trabalho. E têm mais oportunidades. Eu acho que os homens têm mais oportunidades em termos profissionais. Discordo completamente, porque acho que eles não são tão eficazes. E se nós verificarmos, os homens que têm sucesso na vida têm que ter sempre uma mulher atrás que faz qualquer coisa. As mulheres que têm sucesso na vida não precisam de ter homens atrás que fazem por eles. (...) Eles são mais limitados e são capazes de ser melhor no pouco que fazem, porque as mulheres fazem tudo. Acho que é essa a grande diferença”. Vanessa, 39 anos, técnica superior (em licença sem vencimento), mestrado e doutoramento (a concluir)*

### Masculinidade semelhante à feminilidade

*“Acho que é muito o que é ser mulher. Mas é um bocadinho menos stressante. Eu estou a falar dos homens que são próximos a mim. Eu acho que o Fábio consegue equilibrar mais o trabalho, os filhos e a casa. Com menos tensões. (...) Eu acho que é basicamente a mesma coisa, mas eu acho que é vivido com menos tensões ou com menos stress. Com menos angústias internas do que é para a mulher”. Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento*

*“Admito que há muito de social e de cultural... há uma pressão que vem moldando aquilo que nós vamos sendo ou deixando de ser. E essa pressão vem de muito lado, vem dos corredores dos supermercados que têm corredores para bonecas e que têm corredores para... não estão organizados tanto por idades, mas para meninos e meninas. Eu acho que ser homem ou ser mulher, depois em adulto, é ser cidadão ou cidadã, pai e mãe. (...) Eu não vejo que haja diferenças e, no mundo do trabalho, sei que há diferenças, mas não deviam existir, porque me parece que são pressupostos errados”. Idalina, 49 anos, técnica superior, licenciatura, formações e especializações diversas*

### 3.2.3 Ser mulher: definição menos complexa, mais restrita e quase na totalidade centrada na maternidade

#### Papel da maternidade

*“É um ser humano que nasceu com dispositivos, ou que tem o dispositivo de parir. Ser mulher é dar largas à educação, educação não só dos filhos, educação com todos os seres vivos. Mas ser mulher para mim é isso, é o poder maternal. Não estou com isto a dizer, credo, que as mulheres que não dão filhos não são mulheres. Ser mulher, mesmo não tendo filhos, é esse poder que todas as mulheres têm. Há que descobrir, de alguma forma, umas de uma forma outras doutra, de poder educar, de transformar o mundo”.* Carina, 35 anos, estudante, consultora na área de recursos humanos (última profissão), mestrado (a concluir)

*“Nós, para sermos mulheres, precisamos de oxitocina e aquela sabedoria inata das mulheres e aquele sexto sentido vem dessa paz e dessa reconciliação com o ciclo feminino”.* Carolina, 35 anos, fora do mercado de trabalho por opção, professora e investigadora universitária (última profissão), doutoramento (ano curricular)

*“Eu acho que, apesar de a mulher poder negar a progenitura, a maternidade, faz parte do pacote. Ser mulher é ser mãe. É ser ninho. Ser colo, não necessariamente dos nossos filhos. Os homens, é mais no sentido da defesa, que também passa pela proteção, mas num sentido mais... O homem para mim é como esse biombo, não deixa passar. E a mulher é muito mais uterina. Se calhar tem até a ver um pouco com a parte física. A mulher é de receber a proteção. A proteção é de invólucro. E o homem é mais a proteção de barreira. De não deixar passar”.* Juliana, 37 anos, desempregada, arquiteta, licenciatura

*“Ser mulher é ser a fonte da vida, é ser a cuidadora, é ser protetora...”* Adelaide, 47 anos, assistente comercial, bacharelato

*“Para mim, ser mulher é principalmente ser mãe. É uma das coisas que eu acho que a gente veio ao mundo. Por isso é que somos mulheres, mães. É muito gratificante. E para mim como mulher, acho que é isso que me preenche: o ser mãe. Acho que não me via noutra posição, a não ser essa”.* Inês, 48 anos, empregada de balcão, 4ª classe

*“Eu acho que, para mim, ser mulher é eu pensar que tenho um marido que gosta de mim, que gosta como eu sou”.* Florbela, 43 anos, reformada por invalidez, empregada de balcão, 3ª classe

*“Ui... Ser mulher é muita coisa. É muito difícil. É um ser que muita gente precisa dela. Os nossos filhos precisam de nós, mesmo estando longe. Os nossos*

*pais precisam de nós. E eu acho que as mulheres são muito importantes. Mesmo! Muito importantes. Há homens que também são assim, mas a grande maioria, acho que os homens sem as mulheres não conseguiam levar o mundo para a frente”.*

Margarida, 55 anos, inspetora tributária, licenciatura

#### Multidimensionalidade da feminilidade

*“Uma mulher na minha idade e nas minhas condições, pode ser muito gratificante quando tens uma série de dimensões conjugadas, mas é muito cansativo. Eu acho que claramente nesta fase da minha vida não és mulher para ti própria, és mulher para os outros. Ou seja, és mulher para os filhos, para a casa, para a relação também, para o trabalho que é teu. É uma parte nossa na qual nos podemos exprimir e eu nisso tenho essa sorte e essa liberdade, porque eu vejo muito o trabalho como uma liberdade, uma criação. Mas nesta altura esqueces-te um bocado do que é ser mulher para ti própria. Estou numa fase realmente cansativa. (...) Neste momento cansa-me ser mulher”.* Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento

*“Ser mulher é tudo! Para já acho as mulheres um ser lindo, são todas lindas, as mulheres são maravilhosas, conseguem ser assim um ser mais agressivo quando têm que defender uma causa, e mais letal quase, e ao mesmo tempo as mais ternurentas do mundo e abraçar causas, e fazer amigos todos os dias, conseguem ter filhos, portanto é uma coisa já por si, fisicamente, um milagre. E depois é um desafio, porque ser mulher tem de se articular muito bem as esferas todas: a família, o trabalho, a autoimagem, os hobbies, os interesses, os objetivos, portanto, eu acho que ser mulher é muito complexo”.* Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir)

*“(Silêncio) Para mim, ser mulher é ser ainda, infelizmente ainda tenho esta ideia na cabeça, educada, saber estar. Eu acho que o ser mulher é isto, pelo menos socialmente, ainda é assim. Eu, por exemplo, não quero educar a minha filha para ser submissa a nenhum homem. Mas sei que o mundo ainda a vê como ela tendo que respeitar... Não é as decisões dos homens perante ela, mas o mundo ainda a vê a ela como sendo mulher e a eles como sendo homens, e que ela tem de estar preparada para isso. Porque eu acho que, em certas alturas da minha vida, não estive preparada para isso e que me custou. (...) É ser vaidoso, ter que estar sempre preocupada se está magra ou não, porque os homens se estiverem gordos é giro, têm barriguinha e faz parte. As mulheres não, o que é uma coisa que me aborrece”.* Clárisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar

*“Não me sinto limitada por ser mulher, mas sinto às vezes o peso de ser mulher. Se calhar tem a ver com a educação. Por exemplo, em casa, tarefas domésticas eu sinto que ele, como é homem, nunca aprendeu, nunca fez, não sabe fazer. Eu, como sou mulher, tenho de cuidar da casa... acabo por ter lá no subconsciente aquela coisa”.* Marta, 31 anos, assistente editorial, licenciatura e duas pós-graduações

Visão redutora da feminilidade por parte de alguns homens

*“Gostam de ver telenovelas, gostam de ler a revista Maria, gostam de conversar muito, ligam a coisas que nós não ligamos, ligam muito ao aspeto físico, à roupa”.* Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura

*“É ser capaz de gerar vida. Mas uma mulher não se define por isso. Mas é uma parte que é... Mesmo que decida não o fazer, e eu compreendo, mas a mulher tem realmente essa capacidade quase mágica que é a capacidade de gerar vida”.*

*“Eu acho que as mulheres são muito dinâmicas e acreditam muito naquilo que fazem. Os homens, apesar de defenderem uma imagem diferente, vacilam muito e, por vezes, não são coerentes com aquilo que pensam e com aquilo que são. E, depois, claro, temos a outra parte, mulher é mulher, é o ser feminino, é a nossa outra metade, é o que nos complementa e graças a Deus que existe a mulher”.* Júlio, 55 anos, técnico superior, licenciatura

*“As mulheres são bastante mais emotivas, são menos práticas. Isso eu vejo. Prática, no sentido de vamos fazer isto e aquilo e o homem chega lá e faz. Já está. Somos mais brutos, mesmo no pensamento. Somos uns brancos”.* Rodolfo, 35 anos, técnico de laboratório, frequência universitária (5º ano incompleto)

*“Cada vez mais vejo as mulheres com aquela vontade de ser independente, com vontade de mostrar que são capazes, com mais força, não física, mas com mais personalidade. Não há aquela imagem da mulher, entre aspas, submissa, que fica na cozinha, ou que quando o homem fala, quando está com os amigos, tem que estar calada. Apesar de achar que nunca vai haver um nivelamento. Individualmente, uma mulher é igual a um homem, pura e simplesmente. Na prática, e em termos de sociedade moderna, acho que haverá sempre um desnível que pode ficar mais pequeno, mas nunca, nunca será igual”.* Simão, 33 anos, técnico de sistemas, licenciatura (a frequentar o último ano)

*“Ser mulher é ser companheira, é ser amiga, ser mãe, ser ajuda. Ser cooperadora e ter iniciativa”.* José, 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, 10º ano, testemunha de Jeová

### 3.2.4 Expectativas sociais e culturais mais vincadas e culpabilizadoras para as mulheres

#### Mulheres: maternidade

*“Sim, esperam que eu tenha filhos. É inevitável, essa. A pressão para ter filhos é grande, apesar de eu não a sentir muito, até porque quando se aborta as pessoas param de falar de filhos, o que é maravilhoso. A única parte que veio boa disto é que as pessoas param de me chatear a cabeça. Mas sim, há uma pressão enorme para ter filhos. Há uma pressão enorme para ser a cozinheira, a arrumadeira. Os meus próprios pais não se escapam a esse estereótipo. Frases como ‘então não fazes o jantar?’ ou ‘então deixas o rei com fome?’, quando eu não sou a única pessoa com duas mãos lá em casa. [Pressão para ter filhos] Como moro numa terra pequena (...), as perguntas sobre ter filhos ‘quando é que tens um filho?’ era todos os dias. Já começava a responder torto, mas basicamente parei de ir à rua por causa disso. Cheguei a parar de ir à rua, por causa disso”. Camila, 33 anos, bolsreira de doutoramento, licenciatura e mestrado*

*“Espera que eu seja mãe, mesmo que eu não quisesse ter sido, e fui muitas vezes questionada porque é que eu dizia que não queria ter filhos. Tenho que ser mãe, tenho que ser uma boa dona de casa. Tenho que estar a horas para tomar conta dos meus filhos. Tenho que ter uns filhos bem-educados, se não quem falha é a mãe. Eu não acho, mas é o que eu acho que os outros esperam de mim. Tenho que ser bonita. Tenho que ser bem-educada e saber estar. Tenho que ter o cabelo arranjadíssimo. Estas mariquices todas das mulheres, eu acho que é isto que a sociedade espera de nós e que eu não partilho de metade delas, mas que acho que ainda é isto que a sociedade espera das mulheres e conseqüentemente espera de mim”. Clarisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar*

*“Ser mãe, sim. Sim, isso sim, muito. Toda a gente. É uma pressão enorme. Perguntam diretamente ‘então quando é que vem? Já estás casada, tens trabalho. Do que é que estás à espera? Só falta isso”. Marta, 31 anos, assistente editorial, licenciatura e duas pós-graduações*

*“Que aprenda a tomar conta dos filhos. Quando uma pessoa chega aos quarenta anos... aliás quando passa os trinta anos, começam a dizer ‘Não tem filhos, não tem filhos...quando é que tens um filho, não tens filhos’. Ou seja, a sociedade espera que a mulher tenha filhos, mesmo que a nossa cabeça não esteja formatada*

para isso, a sociedade espera que a mulher tenha filhos”. Carmo, 43 anos, docente universitária, doutoramento

#### Mulheres mais escolarizadas: expectativas mais multidimensionais

*“Eu acho que a sociedade até agora tem esperado que elas consigam fazer tudo. E mesmo mães, porque agora se espera que elas cheguem ao topo das carreiras e às administrações das empresas e aos conselhos administrativos e por aí fora. Acho que se espera que ela continue a fazer os papéis todos: da mãe, da mulher, da esposa e da trabalhadora eficiente, de preferência que não falte, que não use nem abuse das licenças de maternidade, que arranje soluções para deixar a criança quando está doente, que não seja teletrabalho ou outra coisa qualquer. Acho que ainda se espera isso”.*

#### Múltiplas pressões às quais não dão importância

*“Eu nunca dei esse privilégio à sociedade, porque eu faço as coisas a pensar em mim, no meu objetivo de vida, naquilo que eu quero e naquilo que eu penso fazer. Não em relação à sociedade. Para mim, a sociedade faz sentido porque eu vivo na sociedade, mas eu faço as coisas para mim e não para cumprir uma norma da sociedade. Hoje principalmente. Em criança sentia-me pressionada pela educação que tive dos pais a não fazer certas coisas como não ter sexo com os namorados. Pressionada, porque naquele tempo era assim. Hoje eu acho que já ultrapassei todos esses...”*

#### Homens: ausência de comportamentos efeminados

*“Têm aquela expectativa que nós temos quando temos uma relação com um amigo homem, ‘olha vamos ver a bola, chamar palavrões aos jogadores e beber umas cervejas’. Isto o estereótipo básico. Não tenho essa expectativa perante uma mulher que tenho perante um homem”. Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura*

#### Pressão profissional e o desempenho do papel de provedor da família

*“Espera que seja mais forte. Ainda espera que seja eu a providenciar mais pelo meu agregado familiar quando é exatamente o oposto do que se passa em minha casa e acho que cada vez mais é o oposto do que se passa na maioria... à minha volta, são muitos os casos de amigos meus em que as mulheres ganham mais dinheiro do que os homens. E a diferença é que eu já pertenço a uma geração que consegue lidar bem com isso e acha normal. Não me choca nada. Gostava de ter mais influência, mas é como é”. Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano (concluído), frequência de licenciatura (1º ano)*

*“Eu acho que, por exemplo, para os homens, a situação de desemprego é mais complicada do que para as mulheres. Porque socialmente ainda é expectável... Porque a mulher, se estiver desempregada, o marido está a trabalhar. Se o homem estiver muito tempo desempregado, for só a mulher a sustentar a casa, às vezes isso causa o mau estar na relação e mesmo há comentários de vizinhos, de familiares...”*

Paulo, 47 anos, técnico de informática, 12º ano

*“A expectativa enquanto homem, tu tens é que ter uma profissão. Aí eu senti esse peso, daí eu dizer ‘estou farto de trabalhar, como é que eu vou construir um dia uma casa?’. Inconscientemente estava lá metida, porque eu é que tinha que construir a barraca, a casa, a caverna. Nada mudou”.* André, 56 anos, militar, 11º ano

### **3.3 História pessoal ou percurso de vida**

#### **3.3.1 Conjugalidade: uma fuga em direção à liberdade para as mulheres**

##### Iniciativa feminina para a autonomização

*“(Rápido) Sim, eu também lhe disse logo ‘olha tu daqui a uns meses vens viver comigo porque não estou aqui para perder tempo’. Foi um bocado assim, porque acho que chegas a uma altura. (...) E eu achava que as relações tinham que ir para algum lado, se não andavas ali a perder tempo. Então mandei-lhe a boca e ele ficou assim um bocado... foi progressivo. Vais passando cada vez mais tempo em casa do outro e depois até que decides mudar as coisas todas. O facto de ele estar lá em casa era normal”.* Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento, casada no registo civil depois de viver em união de facto

*“A iniciativa partiu dela. A mim pareceu-me bem. Mas foi falado muito por alto. Na altura, eu dei a minha opinião. (...) Mas partiu mais dela, mas eu depois acabei por concordar”.* Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura, casado pela religião católica depois de viver em união de facto

##### Conjugalidade percecionada por algumas mulheres como liberdade

*“A expectativa de uma vida, talvez, de uma vida diferente, uma vida, com mais entusiasmo. Muito entusiasmo e muita coisa”.* Inês, 48 anos, empregada de balcão, 4ª classe, casada pela religião católica

*“As pessoas agora têm uma maneira de ver as coisas completamente diferente. São mais livres, têm a possibilidade de estudar e de aprender outras coisas que nós não tínhamos. Eu não saía de casa, portanto isto para mim foi quase uma liberdade,*

*digamos assim*". Margarida, 55 anos, inspetora tributária, licenciatura, casada pela religião católica

#### Perda de liberdades no masculino

*"Eu achava que ia perder um bocado, se calhar, da liberdade que ser solteiro tem. Mas, no fundo, antes do casamento, já na fase do namoro, eu já fazia o que faço agora. Já era tudo feito com ela"*. Pompeu, 45 anos, eletricitista, 12º ano, casado pela religião católica

#### Expectativa de algumas mulheres de uma conjugalidade diferente da dos pais

*"Que fosse diferente do dos meus pais. Isso era ponto assente. Que o meu marido não falasse comigo como o meu pai falava com a minha mãe, que ele não impusesse as coisas em casa, que ele ajudasse, coisa que o meu pai não fazia. Isso era o que eu não queria que fosse. O que eu queria que fosse era eventualmente como outras famílias que, entretanto, já conhecia. Um casal amigo, que namorasse muitas vezes. Não fosse só amizade, mas que a amizade também lá estivesse. E que partilhassem tudo em conjunto, e que discutissem os assuntos e que fizessem projetos em conjunto"*. Clarisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar, casada no registo civil depois de viver em união de facto

*"A expectativa era que eu não tivesse um casamento como o dos meus pais, que fosse um casamento melhor. Foi! Sem dúvida, sem dúvida"*. Catarina, 49 anos, empregada de balcão, 12º ano, casada no registo civil depois de ter casado pela religião católica na primeira vez

*"Gostava de mais harmonia do que tinha em solteira, talvez mais sossego e que a vida a dois fosse mais... fôssemos mais amigos um do outro"*. Aurora, 60 anos, reformada, empregada de limpeza hospitalar, 4ª classe, casada pela religião católica

#### Ausência de expectativas por parte de pessoas mais novas ou em segundos casamentos

*"Não tinha expectativas. Eu tenho um bocado a tendência de saltar para as coisas sem expectativas. Não tinha qualquer expectativa, por isso tudo o que veio foi bónus"*. Camila, 33 anos, bolseira de doutoramento, mestrado, união de facto

*"Amor e uma cabana (risos). Eu não sou de criar grandes expectativas. É vivê-las (risos)"*. Juliana, 37 anos, desempregada, arquiteta, licenciatura, casada no registo civil depois de viver em união de facto

*"Eu acho que em relação ao segundo eu nunca criei muitas expectativas (...) Mas a expectativa se calhar era não cometer os mesmos erros que se comete no primeiro,*



*mas há erros que acabamos sempre por... Já é da pessoa. É um erro que é acumulado*". Catarina, 49 anos, empregada de balcão, 12º ano, casada no registo civil depois de ter casado pela religião católica na primeira vez

*"Nenhuma. (...) não há nada que, antes de eu casar, sou um grande filho da mãe e por aí fora e, depois de casar, sou o gajo mais certinho do planeta. É a mesma coisa! A afiambradela já foi dada, logo isso é que é o casamento*". Rodolfo, 35 anos, técnico de laboratório, frequência universitária (5º ano incompleto), casado pela religião católica

*"As expectativas, eu acho, por causa do trajeto passado [primeiro casamento], que não quis alimentar muito. Vamos ver*". Augusto, 47 anos, restauro de móveis, 12º ano, casado no registo civil depois de ter casado pela religião católica na primeira vez

#### Expectativa da parentalidade e habitação própria

*"Estou com a pessoa que eu quero estar, pensamos em ter filhos, em formar uma família, em ter uma casinha alugada muita gira com um quintal, termos a nossa horta*". Andreia, 32 anos, desempregada, bolseira de investigação (última profissão), licenciatura, união de facto

*"A nível pessoal foi casar, sempre tive esse ideal. Nem toda a gente tem, mas eu sempre tive o ideal de casar e, um dia que possa, ter filhos*". Marta, 31 anos, assistente editorial, licenciatura e duas pós-graduações, casada pela religião católica

*"Era ser esposa, ser mãe. Se trabalhasse, trabalhava. Se estivesse em casa, ele trabalhava, eu estava em casa*". Judite, 48 anos, cabeleireira por conta própria, 7º ano, casada pela religião católica

*"Era o casar, era ter filhos, era viver com alguém de quem gostava, fazer a vida*". Júlio, 55 anos, técnico superior, licenciatura, casado pela religião católica

### **3.3.2 Parentalidade: potencialmente identitária para as mulheres e uma responsabilidade para os homens**

#### Adiamento da parentalidade para alcançar estabilidade profissional

*"É um desejo a médio curto prazo, depende da nossa situação profissional, mas temos imensa vontade. (...) Também não quero estar a criar grandes expectativas, mas neste momento eu sinto que o único grande problema é o facto de eu não estar a trabalhar. Se eu tivesse um trabalho agora neste momento fixo, já estava*". Andreia, 32 anos, desempregada, bolseira de investigação (última profissão), licenciatura, sem filhos

*“Já fez mais parte dos meus objetivos, mas se acontecer agora, nesta fase, acontece. Eu neste momento, se calhar estou a dizer isto um bocadinho numa visão egoísta, mas como não sinto estabilidade, não é em termos conjugais, mas em termos económicos, financeiros, tenho algum receio...”* Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir), sem filhos

*“Quero ter filhos. Para já não. Ter filhos quando, a nível profissional, a nível financeiro, sentir que sou capaz de dar ao meu filho condições de vida convenientes. Por isso vou aguardar mais uns tempos, quando achar que é a altura certa, é claro que irei querer ter um filho”.* Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura

#### Mulheres mães que não desejavam a maternidade (pelo menos a biológica)

*“Eu nunca quis ter filhos. Desde miúda que eu dizia que não ia ter filhos. E que, se tivesse, eram adotados. Eu queria um filho que fosse buscar, alguém que já cá estivesse. Isso foi sempre uma coisa muito complicada para muita gente. Os meus amigos depois, entretanto começaram a perceber. E eu brincava e dizia ‘não, não, eu e Bruno temos já aqui um acordo feito entre nós os dois, um acordo pré-nupcial. Só temos um filho biológico se tivermos também um adotado. Portanto isto está feito’. E isto acabou por acontecer assim. Ainda queremos ter mais um filho, mas biológico não é de certeza absoluta. Eu detestei estar grávida”.*

*“Sempre gostei de ter filhos, mas não queria meus filhos. Isso vinha da consequência dos animais também, porque eu achava que devíamos primeiro adotar os que estão por adotar e depois podíamos então fazer criação. Eu conheço o Fernando e a educação que ele tem não é dessas. Ele tem uma educação muito tradicional, de que a mulher tem o papel em casa, é dona de casa e tal, vai trabalhar, mas ele é que é o que providencia. E adotados não são do sangue. E eu sei que ele não tem essa capacidade de amar uma criança que não é dele. Então infelizmente eu não vou poder adotar. Gostava de ter uma mesa cheia de crianças. Adotadas todas”.* Vanessa, 39 anos, técnica superior (em licença sem vencimento), mestrado e doutoramento (a concluir), um filho

*“Fui mãe o ano passado. Assim de surpresa (risos). E as prioridades tiveram de se ajustar todas. (...) Quando é planeado, acho que aquilo encarrila tudo melhor (risos). Assim não encarrila tão bem, porque tenho mesmo que me adaptar para coisas que se calhar de outra forma, seriam mais naturais, que assim acabam por ser um esforço meu. Porque, não era bem o que eu pretendia, mas pronto (risos). (...) Não fazia parte dos meus planos. Era uma coisa que eu pensava ‘Um dia hei de adotar uma criança ou um dia hei de ter um filho’, mas não era uma coisa que eu vivesse para. Podemos*

até dizer que se calhar não tenho grande instinto maternal”. Carmo, 43 anos, docente universitária, doutoramento, um filho

#### Ausência de desejo de paternidade

*“Eu não quero utilizar uma expressão tão redundante ‘não’, mas quase, quase. Não sinto qualquer sentido paternal, confesso. Mais uma vez há questões comezinhas que abordadas a frio parecem muito mesquinhas, mas que não são e ninguém o diz, que é: ter um filho é incrivelmente dispendioso do ponto de vista financeiro. (...) Sei que é dispendioso e é por ter noção de algumas dificuldades que passei enquanto era criança, do ponto de vista económico e do ponto de vista de gestão sentimental, que tenho a perfeita noção e consciência do quão dispendioso é do ponto de vista sentimental e financeiro ter um filho. E é algo que eu, muito sinceramente, nem sinto falta nem sinto que queira dar tanto”.*

#### Maternidade como papel identitário

*“Para mim, ser mãe é o sentimento de dar tudo, dar a própria vida em função daquelas pessoas. Não há limite. Ser mãe é não ter limite perante aqueles seres que estão ao pé de nós. Não há limite de amor, não há limite de dádivas...”* Catarina, 49 anos, empregada de balcão, 12º ano, 4 filhas/os de dois casamentos

*“É a coisa mais linda do mundo. E não está cá outro, relativo ao problema de doença que eu tenho”.* Florbela, 43 anos, reformada por invalidez, empregada de balcão, 3ª classe, um filho

*“Eu gosto muito das minhas filhas e dava a vida por elas. (...) É uma felicidade a gente ter filhos. É uma companhia”.* Valentina, 48 anos, desempregada, empregada de limpeza, empregada numa pecuária, apoio num lar de idosos, 9º ano, três filhas de dois casamentos

*“É ser responsável por outra vida. Essencialmente é isso. Eu sou responsável pela felicidade da minha filha, porque fui eu que a pus cá. Portanto eu tenho que fazer tudo, ou seja, eu tenho de pôr a felicidade dela à frente da minha. Eu acho que é isso que é ser mãe”.* Adelaide, 47 anos, assistente comercial, bacharelato

*“Às vezes parece que a experiência da maternidade está para além dele. Teve um impacto tão grande em mim e na forma como eu passei a me movimentar e posicionar no mundo que é para além da existência dele. Só agora é que eu percebi que mesmo as mães a quem os filhos morrem, os filhos desaparecem, são mães para sempre. Mesmo que não tenham mais nenhum filho. Porque, de facto, mudou de forma tão radical a forma como me posiciono no mundo que, mesmo que ele já não existisse, isto é irreversível”.* Carolina, 35 anos, fora do mercado de trabalho por opção,

professora e investigadora universitária (última profissão), doutoramento (ano curricular), um filho

*“Faz-nos sentir que somos alguém e que alguém precisa de nós. Até aí somos uma pessoa, estamos casadas, temos os pais, mas não vemos que há alguém que depende de nós e que somos imprescindíveis. (...) Ali, siga aquilo o rumo que seguir, aquilo é nosso e a gente tem que tomar conta daquilo. Fomos nós que o trouxemos ao mundo e que ele precisa de nós. É muito bom a gente sentir que alguém precisa de nós. E que nós precisamos da pessoa. (...) Para mim é tudo. Foi a melhor coisa que me aconteceu no mundo até hoje. Eu dava tudo, tudo, tudo pelo meu filho”.* Margarida, 55 anos, inspetora tributária, licenciatura, um filho

#### Maternidade como projeto

*“É quase tudo. (Suspiro) É evidente que eles são fruto da minha vida com o Fábio. E tenho consciência de que ele é tanto pai como eu sou mãe. Ou seja, os filhos são dos dois. Os filhos não são só meus. E os filhos nem sequer são meus. Os filhos não são meus. Os filhos são seres humanos que eu estou a fazer o tudo por tudo para que sejam o mais felizes possível, mas que um dia têm que sair, ser livres. É muito difícil. É muito mais fácil ter uma conjugalidade, acho eu. É colocares tudo à frente de ti”.* Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento, dois filhos

*“É um projeto. É claramente um projeto. Um projeto que corre mal muitas vezes. Aliás a adolescência tem sido bem mais complicada”.* Idalina, 49 anos, técnica superior, licenciatura, formações e especializações diversas, um filho

*“Eu acho que há aqui várias coisas que se separam: há aquela projeção da realização pessoal. Eu sempre quis ser mãe. Mas por outro lado, eles para mim são seres completamente autónomos, ou seja, por mais que me custe horrores, eles são seres. Eles, por acaso, estão comigo, porque são meus filhos, mas podia acontecer não estarem. Podia acontecer eu não estar. Antes de serem filhos, eles são seres humanos. Para mim, é um prazer partilhar a vida com eles, mas ser mãe é única e exclusivamente orientar, é dar enquanto eles precisam e não é mais do que isso. Não é ficar à espera de retorno. O retorno depois naturalmente vem, mas é dar”.* Juliana, 37 anos, desempregada, arquiteta, licenciatura, dois filhos

#### Paternidade como responsabilidade acrescida

*“Ser pai é viver com o coração nas mãos 24 sobre 24 horas. O ser pai tem um problema que o ser mãe não tem: é que o ser pai é viveres 24 sobre 24 horas sobre um ser que não geraste, mas é teu filho e tentares gerir exatamente a mesma coisa*

que a mãe tem que é vinte vezes pior”. Rodolfo, 35 anos, técnico de laboratório, frequência universitária (5º ano incompleto), dois filhos

*“É ser responsável, é a gente cuidar de alguém, é preocupar-se com alguém, olhar para ele e estarmos a ver-nos um bocadinho a nós...”* Júlio, 55 anos, técnico superior, licenciatura, um filho

*“A questão, digamos, mais importante que isto me trouxe foi o de ter cuidado com coisas que eu antes não tinha problemas nenhuns em fazer, de arriscar tanto, coisas minhas. E agora, não arrisco tanto porque sei que ele precisa de apoio (risos)”*. Diogo, 43 anos, docente universitário, doutoramento, um filho

### **3.3.3 Trabalho: trajetórias mais instáveis e irregulares nas gerações mais novas**

#### Satisfação profissional junto das mulheres mais novas e escolarizadas

*“Eu adoro o meu trabalho. Adoro fazer o que faço. Adoro sentir que estou a contribuir para a minha carreira, ou seja, não interesses extra. (...) E sinto que, no fundo, é isso: estou a trabalhar para um projeto de carreira futuro, que, se tudo correr bem, conseguirei. E é isso que eu adoro. Adoro sentir que há qualquer coisa palpável no fim do arco-íris, apesar de o trabalho às vezes ser muito difuso”*. Camila, 33 anos, bolseira de doutoramento, mestrado

*“Eu adoro o que faço, e a maior parte dos dias venho do trabalho com uma sensação de dever cumprido, e não me vejo a fazer outro tipo de coisas. Há dias sinto uma injustiça terrível, do amor que tenho ao que faço, por a dedicação que tenho ao que faço, e depois das injustiças que sou alvo, dos confrontos que tenho com as pessoas. Nesses dias, venho um bocadinho para casa, tenho que fazer ali um bocadinho uma catarse daquilo tudo, mas depois passa e fica bem. Mas eu gosto muito daquilo que faço”*. Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir)

*“Eu gosto imenso do que faço. Eu tenho uma sorte muito grande por trabalhar no que gosto, mais ainda na crise em que estamos. Muita sorte! (...) Adoro o meu trabalho, sobretudo pela criatividade que tem, porque ciência é criativa. (...) É uma coisa que me dá muita satisfação e que, quanto mais eu trabalho, mais eu quero trabalhar”*. Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento

#### Insatisfação profissional nas pessoas menos escolarizadas

*“Sinto que gosto do que faço, mas que já devia ter atingido um patamar um bocadinho mais alto. Não só da qualidade do meu trabalho – devia estar a fazer coisas mais giras – como devia estar a ganhar mais dinheiro com o que faço. Agora também é uma pescadinha de rabo na boca: não sei se são os tempos que nos limitam, se eu me estou a limitar e então também... Como em todos os domínios na sociedade, nós estamos também inseridos num escalão de preços. Eu sou o fotógrafo que faz as coisas bem – ninguém nunca fica assim muito pendurado comigo, não sou genial – mas também não sou genial porque não me pedem”.* Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano

*“Farto. Às vezes. É difícil caracterizar, porque eu gosto do que faço, gosto das possibilidades do que posso fazer neste trabalho. Só que, às vezes, os meios, as condições e as pessoas com que trabalhamos não nos permitem explorar todo o potencial até de satisfação pessoal que aquilo poderia trazer. Cansado. Porque, às vezes, estas coisas cansam”.* Gil, 34 anos, inspetor-adjunto de força policial, licenciatura

*“Isto está muito mau, minha menina. Muito mau, muito mau. Gosto muito daquilo que faço. Tenho pena é isto estar muito fraco, mas isto deve ser geral. E se não for geral olha, tenho que me aguentar como diz o outro...está difícil, muito difícil”.* Judite, 48 anos, cabeleireira por conta própria, 7º ano

*“Não é nada assim de espetacular, porque eu não tive formação para fazer o que faço, acabou por ser por conhecer o ambiente de hotelaria. (...) É chato avaliar outros em situações em que eles sabem e noutras em que eles não sabem, nem lhes passa pela cabeça. Temos de ser muito justos e não... Não podemos ser injustos. E ser rigorosos e sermos honestos. É o maior desafio desse trabalho”.* José, 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, 10º ano

*“Não é a minha praia. Não! Aquilo que eu gosto mesmo tem a ver com química, mas pronto. Mas não me sinto infeliz. Mas é quase como se eu vivesse profissionalmente num campo que não é preto, não é às cores, não é o arco-íris, mas também não é uma coisa má. Não era o meu projeto de vida, mas também não me sinto infeliz por isso”.* Catarina, 49 anos, empregada de balcão, 12º ano

### **3.3.4 Política: maior interesse e participação masculina**

#### Interesse feminino pela política, mas simultâneo desconhecimento

*“Eu gostava de me poder dedicar mais, não a fazer política, mas a entender política que acho que é uma coisa que, no geral, ninguém nos ensina e que devia*

talvez aparecer nas escolas. Até no secundário, haver qualquer disciplina que nos pudesse ensinar o que é que é o marxismo, o que é que era... depois temos que ir procurar nós. (...) Tenho interesse por política q.b., porque depois acabo por achar que estas teorias da política, é tudo muito... são utopias. Depois são pessoas que as vão executar, e as pessoas têm defeitos e têm interesses, mais do que defeitos, têm interesses, e acaba por ser muito um jogo de interesses". Isabel, 32 anos, enfermeira, licenciatura e mestrado (a concluir)

#### Interesse masculino pela política

"Obviamente. Acho que a política seria até a mais nobre de todas as artes. Infelizmente, em Portugal, não é de todo. Mas é absolutamente fundamental e as pessoas têm uma ideia muito errada da política, onde dizem que não gostam de política. É impossível não gostar de política. Tudo é política! Infelizmente em Portugal é terrível". Nelson, 36 anos, técnico administrativo, 12º ano

"É um assunto que me interessa. Mas interessa como observador apenas, prestar atenção ao que se passa, ao que se faz, o que se diz, quem diz, como diz, a maneira de ser. Só isso. Apenas como observador atento". José, 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, 10º ano

"Como líder comunitário, eu não posso ser alguém desligado da política. Eu não tenho uma ação política, eu não faço parte de partido nenhum, mas eu não sou alienado. Eu percebo muito bem qual é a proposta política dos partidos. Até porque sendo líder de uma igreja, você acaba por influenciar esta área porque eles vão-me perguntar. Eu tenho uma formação política bem clara na minha cabeça, tenho o cuidado de não influenciar arbitrariamente as pessoas, mas não sou alheio à política. Entendo muito bem as coisas, percebo e acompanho até para tomar posição". Roberto, 59 anos, pastor da Igreja Evangélica Batista, duas licenciaturas e mestrado

#### Posicionamento político à esquerda nas mulheres

"Eu acho que, como qualquer pessoa com poucos recursos económicos, tenho uma tendência mais comunista, no sentido em que me chateia um bocadinho ver que uns, porque nasceram em berço de ouro, têm tudo e que os outros que acho que às tantas é uma pobreza geracional 'eu nasci pobre, vou ser pobre'. No entanto, cada vez mais com a capacidade que acho que vou tendo de refletir sobre as situações me vou apercebendo que o comunismo também não é a melhor solução. (...) Portanto eu vou mais pela equidade e não pela igualdade. Agora não me identifico de todo com a direita, muito menos com a extrema-direita, visto que tenho uma filha que é africana, negra até mais não. A extrema-direita não de todo, a direita mesmo o CDS não me

*identifico com muitos valores fascizoides que vejo ter*". Clarisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar, PS

*"Sempre de esquerda. Nós somos de esquerda. O que à minha família sempre causa discussões. Eles agora já estão um bocadinho mais abertos, mas para eles é impossível votar no PS por exemplo. É uma coisa que é estranhíssima. Vou fazer uma greve, por exemplo. É uma coisa que, para eles, é estranhíssima. Inclusivamente até as minhas irmãs..."* Luísa, 39 anos, professora universitária e investigadora, doutoramento, PS

*"Eu tenho-me movido muito nesta área. Há pessoas de direita por quem eu tenho o máximo respeito intelectual como o Adriano Moreira por exemplo. Mas digamos que há uma direita liberal ou neoliberal que me irrita de um modo geral. Mas as pessoas, por si, há pessoas interessantes em todo o lado nessa matéria. Aliás é muito engraçado ver, por exemplo, a Quadratura do Círculo e perceber como aquelas pessoas conseguem ter discursos afinados e civilizados a maior parte das vezes. Não vou dizer que não haja derrapagens. Tendo orientações ideológicas e políticas tão díspares. Mas creio que sou muito mais da ala esquerda do que propriamente..."* Idalina, 49 anos, técnica superior, licenciatura, formações e especializações diversas, PS

#### Posicionamento político à direita nos homens

*"Cada vez menos. Já fui militante da JSD durante muitos anos, principalmente no secundário, porque andei ligado aqueles movimentos de associativismo estudantil, associações de estudantes e era interessante e era engraçado aqueles convívios, que havia lá com a JSD. E ensinavam-nos formas de agir e falar, mas durante muitos anos era por ser. Mas neste momento, não tenho assim uma simpatia por uma ideologia. (...) Aquela simpatia que eu tinha está-se a perder bastante. Sempre tive a simpatia pelo PSD".* Paulo, 47 anos, técnico de informática, 12º ano, PSD

*"Não consigo ser de esquerda, mas uma pessoa, neste momento, dizer que é de direita também... é do PSD ou do CDS, e eu não me revejo em nenhum dos partidos. Também não sou monárquico. Mas não sou de esquerda".* Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano, PSD

*"Sou mais laranja, mas não posso dizer que me vejam a discutir política. Quando me veem a discutir política é porque eu acho que há coisas que não estão bem. Eu, por exemplo, depusitei muita esperança neste governo e acho que o que eles falaram,*



*no início, foi muito bom, mas agora eu vejo que a política em si não passa de um cartel*". Pompeu, 45 anos, electricista, 12º ano

#### Posicionamento político à esquerda nos homens

*"Posso dizer que sou uma pessoa de esquerda. Se calhar há pessoas de esquerda mais do que eu, mas em geral sou uma pessoa de esquerda"*. Fábio, 37 anos, docente e investigador universitário, doutoramento, PS

*"Cresci numa família humilde. Os meus avós, se têm alguma coisa, foi fruto do trabalho deles. Os meus pais, a mesma coisa. E cresci a olhar por exemplo para partidos como o CDS... acabo por olhar para os partidos da direita como os partidos dos nobres, os partidos dos ricalhaços, por assim dizer. Os PSDs, os CDSs. Depois olho para os da esquerda e os extremistas também acho que não está muito certo. Eu sou simpatizante, mas pouco, do PS – estou a falar dos partidos, porque os políticos já se sabe –, porque no todo é um partido mais equilibrado"*. Raul, 37 anos, comerciante de automóveis, 12º ano

#### Participação política no masculino

*"Participei numa candidatura presidencial independente. Na primeira eleição presidencial em que ganhou o professor Cavaco Silva, uma das candidatas que não chegou depois aos boletins de voto foi a professora Manuela Magno, que é uma professora universitária de Évora na área da música. Eu nem sei como é que descobri a candidatura dela, mas era uma mulher que não se queria catalogar nem à esquerda nem à direita e eu acabei por ir ao encontro dela. Cheguei a perguntar se ela precisava de alguma coisa, cheguei a fazer daqueles vídeos que depois se punham no youtube e que foram meio virais para a campanha. Participei ativamente na recolha de assinaturas e depois nas autenticações. E foi o mais próximo que tive de participar politicamente"*. Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano

*"Participei, por exemplo, aquando da revisão do PDM da Câmara Municipal de Lisboa, quando lá estava o João Soares. Fui à Câmara Municipal, dei-me ao trabalho de fazer uma sugestão gigantesca. Entretanto foi-me comunicado, porque eu não era suficientemente concreto nessa minha sugestão, para concretizar a ideia. Concretizei a ideia, escrevi, entretanto, cai o João Soares, vem o Santana Lopes e nunca mais me disseram nada, porque toda a gente deve ser corrida quem tem os projetos e etc. E aconteceu apenas isso. E também fui signatário da candidatura do anterior candidato a Presidente da República, que muito me arrependi também, do tipo da AMI: Fernando Nobre. Aí também houve uma participação ativa"*. Nelson, 36 anos, técnico administrativo, 12º ano

*“Participação nas associações de estudantes ou de juventudes partidárias. Participação que misturava a partilha lógica com a parte mais festiva, festas, concertos, ações de esclarecimento de rua, manifestações, concentrações. Mas eu também nunca fui o Che Guevara. Estava sempre interessado, mas houve gente que ganhava em termos de participação. Nunca fui militante de nenhum partido, mas sempre fui mais ligado ao Partido Socialista em Espanha, com pessoas que lá conhecia. Sem formalmente fazer parte, colaborava. Depois na faculdade, tinha mais contacto com aqueles grupos que aparecem mais virados para a esquerda, anarquistas, mas aí era mais para debater e fumar um charro”.* Fábio, 37 anos, docente e investigador universitário, doutoramento

*“Se há manifestação eu vou sempre. Não sou militante de nenhum partido, mas sou bastante de esquerda. (...) Participo ativamente em manifestações, estive nos piquetes de greve nas greves gerais, estive a trabalhar na Festa do Avante, faço muitas coisas que tem a ver com política, mas não sou militante. Assino abaixo-assinados, recolho assinaturas para abaixo-assinados, já fui candidato à junta de freguesia independente, e participo noutras coisas que também são política a outro nível, que tem a ver ou com a junta de freguesia, ou com a câmara municipal, ou com a organização dos bolseiros em articulação com a ABIC”.* Vicente, 36 anos, bolseiro de investigação, doutoramento (a frequentar)

### **3.3.5 Religião: sentimento de pertença mais vivido pelas mulheres mais velhas e menos escolarizadas**

#### Pertença religiosa nas mulheres mais velhas e/ou menos escolarizadas

*“Sinto uma fé e acho que a gente, com fé, ainda consegue fazer sempre mais alguma coisinha. Não sou pessoa de ir à missa todos os domingos. Não! Não sou. Mas sou católica, casei pela igreja e tenho fé. Porque há pessoas que dizem que tal dia vão a Fátima, mas eu acho que a gente, para ter fé, não é preciso ir a Fátima. A gente é que fazemos a fé. Porque a gente pensa assim ‘tenho este problema, tenho este, tenho aquele’, eu não. Vamos ter fé que isto tudo se há-de resolver. E Deus ajuda a gente. Só que a gente tem de pensar que por onde a gente vai, ele corre a gente todos. Ele está sempre a ver a gente, sempre. Eu tenho muita fé nas coisas”.* Florbela, 43 anos, reformada por invalidez, empregada de balcão, 3ª classe, católica

*“Ser Testemunha de Jeová não é uma religião, é um modo de vida. Ora se é um modo de vida tenho que levar isso tudo comigo. Portanto, claro que tem prioridade. O ser Testemunha de Jeová tem que ter prioridade na minha vida. Mas ajuda-me a*

fazer da família a minha prioridade e a fazer do meu trabalho algo que seja necessário para eu sobreviver”. Natália, 43 anos, esteticista, 12º ano e curso de Estética, Testemunha de Jeová

“Sou católica, mas não sou praticante. Mas tenho a minha religião, a minha devoção. Eu acho que é muito importante a gente sentir que pertence à religião católica, porque gosto e tenho os meus princípios. Tenho aquela devoção”. Aurora, 60 anos, reformada, empregada de limpeza hospitalar, 4ª classe, católica

#### Afastamento religioso nas mulheres mais escolarizadas

“(Hesitação) É difícil responder a isso. Não tenho pensado muito nisso. Houve uma altura em que achei que era agnóstica, mas acho que sou ateia. Não acredito... Quer dizer, acredito em algumas coisas, mas não acredito nada num Deus”. Andreia, 32 anos, desempregada, bolsista de investigação (última profissão), licenciatura, ateia

“Para mim, a religião é um bocadinho, como já dizia Marx, é o ópio do povo, aliena-nos de uma quantidade de coisas e enquanto achamos que Deus é que vai providenciar, não fazemos por nós. (...) Sou muito contra a religião, aceito obviamente que as pessoas sejam religiosas e tenho cá uma crença em algo que seja superior a nós, porque preciso dela relativamente à minha mãe. Não sou nada, e aborreço-me muito as pessoas que são ‘Deus isto, Deus aquilo’. Não é Deus, pensa por ti, porque a vida está cá, faz, mexe-te”. Clarisse, 39 anos, formadora e terapeuta familiar, licenciatura, pós-graduação e formação (de 6 anos) em terapia familiar, agnóstica

“Não acredito que Deus existe. Não acredito que, se não for eu a fazer as coisas, elas aparecem. Isso nunca aconteceu. Não posso acreditar numa coisa que nunca me aconteceu. Tenho sempre que ter tudo com muito esforço”. Vanessa, 39 anos, técnica superior (em licença sem vencimento), mestrado e doutoramento (a concluir), ateia

#### Participação religiosa no feminino

“Eu rezo desde sempre. Portanto sempre me lembro de manhã e à noite fazer as minhas orações. E eu acredito muito também no meu anjo da guarda e no Espírito Santo, acho que ele me acompanha sempre. Eu tenho que viver a fé, tenho que passá-la aos outros. Eu já sou catequista há 14... 15 anos. Este é o 15º ano. Já fui visitadora de doentes... Eu acho que tenho que viver, não para mostrar. Eu não gosto de me estar a exhibir. Tudo o que faço, não é para me exhibir, é para louvar realmente a Deus, é para estar mais junto de Deus. E sou peregrina e dizia sempre que não precisava de ser, porque Deus, e acredito mesmo, não quer o sacrifício. Deus ama-nos por aquilo que somos, Deus é pai, Maria é mãe. Portanto a mãe e o pai querem o

*melhor para os filhos. (...) Eu canso Deus. Eu estou sempre em diálogo e acho que estou sempre a falar".* Carla, 40 anos, técnica de fisioterapia, 11º ano

#### Participação religiosa no masculino

*"A Congregação tem dias específicos. Tem dois dias semanais que têm reuniões diferentes, depois há reuniões grandes, congressos anuais. Podem ser no país, podem ser fora do país. Com respeito a prática diária, a oração é constante, em conjunto. Não só nas refeições, mas noutros momentos. Não só por nós, mas também lembrar outros".* José, 43 anos, consultor de qualidade na área da restauração, 10º ano, Testemunha de Jeová

*"Eu não sou um católico muito ativo. Eu não batizei os meus filhos e sou batizado. Não vou regularmente à igreja. Não é regularmente, mas de forma muito espaçada. Mas tenho isso mais ou menos resolvido, sobre o qual faço alguma reflexão e leio algumas coisas. Sobre a qual acompanho o que se passa no Episcopado português. (...) Volta e meia, tenho tempos que tenho para mim e que posso dizer 'olha tenho aqui uma missa, nunca fui a esta igreja, isto é giro', e eu acho piada a entrar em igrejas".* Mauro, 38 anos, fotógrafo freelancer, 12º ano

#### Perspetiva crítica da religião no masculino

*"Eu não acredito em religiões organizadas. Mais do que dizer Deus não existe ou não existe nada que possa dar sentido a isto tudo, mas religiões organizadas, religiões criadas ou organizadas por homens não me fazem sentido nenhum. Um coletivo de pessoas que determinam o que é que eu tenho que pensar e que diz, por decreto, agora vamos pensar assim sobre este assunto, isso para mim não..."* Gil, 34 anos, inspetor-adjunto de força policial, licenciatura, ateu

*"Fui obviamente educado na católica. (...) Depois viro-me para o científico, obviamente que a religião deixa de existir, não é. Obviamente. E fiquei ateu. Tenho respeito, tenho pena de não ter fé. Que acho que é uma safa grande das pessoas, mas deixei de ser, obviamente, católico".* Augusto, 47 anos, restauro de móveis, 12º ano, ateu

*"Nasci num mundo católico, numa cidade pequena. Os meus avós eram católicos, o meu pai era católico, a minha mãe era católica. Fiz a primeira comunhão, fiz a segunda comunhão e depois a partir daí parei (risos). Tinha a catequese, o grupo de jovens, vivi todo esse mundo. Era um miúdo e diziam-me as coisas e eu acabava por acreditar. Depois fui-me desenvolvendo, fui começando a ter gosto em quer saber como é que as coisas realmente eram e comecei a aperceber-me que se calhar as coisas não eram realmente como me tinham contado. Posso estar certo ou posso*

*estar errado, não sei, mas a ideia que eu tenho é que as coisas não eram assim e isso levou-me a que, hoje em dia, não tenha qualquer tipo de crença religiosa*". Jaime, 32 anos, gestor de sinistros, licenciatura, agnóstico

*"A minha opinião em relação à religião é que, em termos de guia moral, é muito bom, mas como guia moral. Agora quando começam a extrapolar, corta. Tem de ser! Se não acabamos por ser demasiado influenciados, tanto negativa como positivamente, pela religião. Como guia moral acho muito bem, acho excelente. Até acho que o meu filho tem que ir fazer a primeira comunhão e essas coisas todas, fazer a catequese, porque acho que como guia moral é excelente, mas agora a partir daí tudo o que extravasava..."* Pedro, 36 anos, técnico de informática, licenciatura, ateu